



LEI Nº. 3.004/2012

GOIANÉSIA, 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

CERTIFICO que foi publicado(a) no Placard
data Prefeitura Lei nº 3.004/12
no período de 26/12/12 a 22/01/12
dia 26 de dezembro de 2012

Reis Jacinto Brandão
Secretário Municipal de
Administração e Finanças

Aprova o PLHIS – Plano Local de Habitação do Município de Goianésia e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, Estado de Goiás, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei aprova e institui o PLHIS – Plano Local de Habitação do Município de Goianésia.

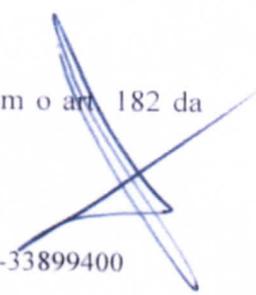
Parágrafo único: os objetivos gerais do PLHIS – Plano Local de Habitação do Município de Goianésia consistem:

- a) Consolidar a política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, através da implementação de seus objetivos;
- b) Articular a Política Municipal de Habitação de Interesse Social ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

Art. 2º O PLHIS – Plano Local de Habitação é regido pelos seguintes princípios que fundamentam

I – Direito universal à moradia digna, enquanto direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira de 1988 e no Estatuto da Cidade, deve ser entendida como direito e vetor de inclusão social, com propósito de garantir ao morador um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

II – Função social da cidade e da propriedade em conformidade com o art. 182 da Constituição federal, o Estatuto da Cidade e a Lei Federal 11.124/2005 – SNHIS;





III – Compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, particularmente com as políticas de desenvolvimento urbano, ambientais, de mobilidade urbana e de inclusão social;

IV – Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de loteamentos irregulares;

V – Gestão democrática da política habitacional com a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, possibilitando controle social e transparência nas decisões;

VI – Articulação das ações de habitação à política urbana considerado de modo integrado às demais políticas setoriais e ambientais.

CAPÍTULO II DAS LINHAS PROGRAMÁTICAS

Art. 3º O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) estabelece as linhas programáticas divididas em Linhas Programáticas e de Atendimento (LPA), Programas (P) e Sub-Programas (SP) e são divididas em:

I – LPA 1 – Linha Programática e de Atendimento para Integração Urbana de Loteamentos Irregulares ou Informais:

Urbanos;

a) P1A – Programa para Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares

Informais.

b) P2A – Programa para Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares ou

Habitacionais;

II – LPA 2 – Linha Programática e de Atendimento Produção e Aquisição de

Habitacional;

III – LPA 3 – Linha Programática e de Atendimento Apoio e Melhoria da Unidade

a) Programa P3A – Autopromoção Habitacional Assistida;

b) Programa P3B – Oferta de Serviços de Assistência Técnica.

IV – LPA 4 – Linha Programática e de Atendimento para o Desenvolvimento



Institucional.

Art. 4º A construção das linhas programáticas a serem adotadas pelo município de Goianésia para o planejamento habitacional social, baseou-se nos seguintes diagnósticos:

I – Necessidades habitacionais mapeadas durante do Produto II – Diagnóstico Habitacional de Goianésia;

II – As linhas programáticas e programas do Plano Nacional de Habitação (PlanHab);

III – As possibilidades de parcerias do Estado com a União e os Municípios traçados no Plano Plurianual 2008-2011 – Revisão 2010-2011, por meio dos Programas e Ações voltados para a Habitação Popular do Estado de Goiás;

IV – Os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Habitacional de Goianésia estabelecidos neste Plano;

V – Os programas e ações voltados para resolução da questão habitacional descritos no PPA 2010/2013 do Município;

VI – Práticas propriamente instituídas e em desenvolvimento pelo Município de Goianésia.

Art. 5º A síntese das linhas programáticas fica estabelecida no Anexo I desta lei.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 6º Os objetivos do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia são:

I – Atender as necessidades da população de menor renda, promovendo moradias dignas e melhorias habitacionais, com infraestrutura básica necessária à qualidade de vida dessa



população;

II – Reverter o processo de segregação sócioespacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda;

III – Buscar soluções junto ao cartório de Registro de Imóveis para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização;

IV – Desenvolver ações visando à solução de pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários, relacionados à produção habitacional já realizada;

V – Realizar revisão orçamentária anual par averiguar melhor apropriação das despesas nos respectivos programas e ações do PPA, viabilizando possibilidades de ampliação e/ou redistribuição de recursos próprios alocados para a área habitacional;

VI – Ampliar a capacidade tributária tais com ISS – Imposto Sobre Serviços, IPTU – Impostos Sobre Propriedade Urbana, ITR – Imposto Territorial Rural e demais tributos de competência municipal;

VII – Instituir uma cultura organizacional voltada para a implantação de um processo contínuo de Planejamento Estratégico Habitacional, incorporando de forma plena as demais áreas envolvidas nas diversas etapas de implementação de programas, projetos e ações, com revisões anuais, visando garantir a democratização do acesso a terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, de forma a ampliar a oferta de habitações e melhoria das condições de habitabilidade da população de baixa renda;

VIII – Registrar as atividades desenvolvidas em Relatório Circunstanciado a fim de prestar conta à Prefeitura e aos órgãos de Controle Interno e Externo quanto ao cumprimento das metas físicas previstas;

IX – Instituir e utilizar metodologias participativas para realização de diagnósticos seja em Projetos habitacionais, ambientais, sociais, ecológicos com a finalidade de incorporar e garantir a participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento dos mesmos;

X – Instituir planilhas de controle das informações habitacionais levantadas pelo município a fim de manter informações atualizadas sobre a situação habitacional tais como: déficit



quantitativo e qualitativo, adensamento excessivo, número de domicílios precários, loteamentos irregulares, assentamentos precários, entre outros;

XI – Instituir metodologias de acompanhamento das ações habitacionais alcançadas objetivando avaliar, monitorar e acompanhar a gestão habitacional e a implementação do PLHIS;

XII – Instituir instrumentos de avaliação de desempenho e indicadores de resultados (quantitativos e qualitativos) dos projetos voltados para o atendimento das necessidades habitacionais da população de menor renda, possibilitando, de forma transparente, o acompanhamento e o controle social;

XIII – Capacitar servidores do corpo técnico e administrativo das Secretarias envolvidas com a questão habitacional, desenvolvimento urbano e meio ambiente para realização de diagnósticos das necessidades habitacionais da população, estendidas a participação de membros das associações de moradores, ou por moradias, cooperativas habitacionais populares, representantes do legislativo municipal, entre outros, objetivando gerar multiplicadores da nova cultura organizacional voltada para o atendimento das necessidades da população;

XIV – Investir na qualificação técnica do trabalho de elaboração de projetos, de acompanhamento e assessoria técnica e de fiscalização da qualidade das obras e serviços contratados por meio de construção, alimentação, monitoramento e revisão de indicadores de desempenho;

XV – Realizar pesquisas de avaliação popular contínua objetivando retorno da população;

XVI – Buscar articulação com os municípios pertencentes a RIDE para instituição de consórcios que promovam a recuperação ambiental: depósito, beneficiamento e reciclagem do lixo, entre outras ações voltadas para a sustentabilidade sócio-ambiental;

XVII – Articulação intermunicipal visando o tratamento integrado da questão habitacional, colocando em pauta o debate sobre habitação, cidade e região nos fóruns metropolitanos.

SEÇÃO II DAS METAS

Art. 7º As metas do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goiânia são:



- I – Publicar e divulgar amplamente a aplicação do PLHIS até dezembro de 2012;
- II – Realizar a regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares até 2012;
- III – Oferecer infraestrutura básica e integrada aos loteamentos habitacionais da população de menor renda até 2014;
- IV – Acompanhar demanda de necessidade habitacional (déficit quantitativo) do município;
- V – Construir unidades habitacionais prontas para atender população de menor renda proporcional ao surgimento da demanda até 2023;
- VI – Elaborar o Plano de Regularização Urbana e Fundiária até 2012;
- VII – Regularizar registro de imóveis das unidades habitacionais de interesse social à medida que forem entregues à população de menor renda;
- VIII – Rever proposta orçamentária em 2011;
- IX – Rever e atualizar a Planta Genérica de Valores (IPTU) até final de 2012;
- X – Rever e atualizar capacidade de outros tributos;
- XI – Investir na ampliação da capacidade tributária;
- XII – Implantar Planejamento Estratégico 2012 a 2015;
- XIII – Implantar Planejamento Tático a partir de 2012;
- XIV – Instituir Relatório Circunstanciado a partir de 2012;
- XV – Contratar consultoria para capacitação de pessoal efetivo para utilização de metodologias participativas na realização de diagnósticos setoriais;



XVI – Realizar pesquisas contínuas de avaliação das necessidades habitacionais da população carente a partir de 2012;

XVII - Realizar pesquisas contínuas sobre as condições precárias habitacionais da população carente;

XVIII – Instituir planilhas demonstrativas da situação habitacional até 2012;

XIX – Utilizar relatórios, planilhas e gráficos para melhor acompanhamento e apresentação das Informações Habitacionais até 2012;

XX – Construir indicadores de desempenho e de resultado até 2012;

XXI – Instituição legal dos indicadores de desempenho e resultado até 2012;

XXII – Construir Portal Transparência;

XXIII – Elaborar plano de formação e capacitação;

XXIV – Realizar cursos de capacitação em parceria com escolas técnicas e universidades;

XXV – Realizar cursos de capacitação em parceria com escolas técnicas e universidades;

XXVI – Constituir Equipe Técnica Multisetorial (ETM) para avaliação e monitoramento do Plano;

XXVII – Instituir Manual do Grupo de Acompanhamento do PLHIS;

XXVIII – Realizar pesquisas de avaliação da população recebedora dos domicílios;

XXIX – Realizar pesquisas de opinião da população em geral;

XXX – Elaborar Plano para instituição de consórcios e Projetos para captação de



recursos com bancos e empresas financiadoras de projetos voltados para a sustentabilidade sócio-ambiental;

XXXI – Participar de fóruns de debates intermunicipais e metropolitanos.

SEÇÃO III DOS INDICADORES

Art. 8º Os indicadores do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia são:

I – Divulgação realizada;

II – Regularização fundiária realizada;

III – Infraestrutura instituída;

IV – Número de unidades habitacionais de interesse social construídas;

V – Número de famílias de menor renda atendidas com moradias prontas e anualmente;

VI – Número de famílias de menor renda que receberam materiais de construção;

VII – Número de Assistências técnicas realizadas;

VIII – Plano Elaborado;

IX – Regularização Urbana e Fundiária realizada;

X – Número de escrituras entregues;

XI – Revisão orçamentária em 2013;

XII – Planta genérica de valores atualizados;



XIII – Crescimento da capacidade tributária;

XIV – Planejamento Estratégico realizado;

XV – Planejamento instituído;

XVI – Relatórios setoriais e gerenciais entregues na Prefeitura trimestralmente;

XVII – Relatório Circunstanciado encaminhado ao Controle Interno e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

XVIII – Consultoria contratada;

XIX – Pessoal efetivo capacitado;

XX – Déficit habitacional qualitativo;

XXI – Déficit habitacional quantitativo;

XXII – Número de adensamento familiar excessivo;

XXIII - Número de domicílios precários;

XXIV – Número de loteamentos irregulares;

XXV – Número de assentamentos precários;

XXVI – Relatórios realizados;

XXVII – Planilhas instituídas;

XXVIII – Gráficos elaborados;



- XXIX – Indicadores construídos;
- XXX – Indicadores legalmente instituídos;
- XXXI – Portal transparência construído;
- XXXII – Plano de capacitação elaborado;
- XXXIII – Capacitação realizada;
- XXXIV – Equipe constituída e ativa;
- XXXV – Manual confeccionado e distribuído;
- XXXVI – Pesquisa de avaliação realizada;
- XXXVII – Pesquisa de opinião realizada;
- XXXVIII – Plano elaborado;
- XXXIX – Projetos elaborados;
- XL – Atas, fotos e frequências.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

Art. 9º O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia será realizada segundo as disposições do Anexo II.

CAPÍTULO V

DOS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 As disposições desta lei não irão sobrepor aos programas habitacionais

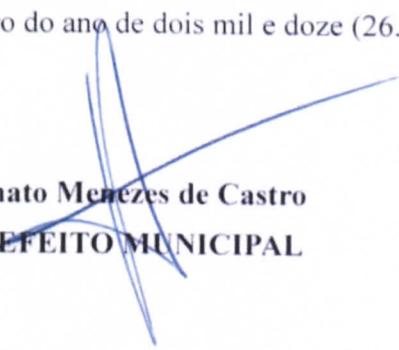


vigentes no Município de Goianésia, se incompatíveis com o PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Art. 11 A gestão dos programas habitacionais, incluindo as ações de execução, monitoramento e fiscalização previstas no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Promoção Social.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEIRO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, Estado de Goiás,
aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (26.12.2012).


Renato Menezes de Castro
PREFEITO MUNICIPAL



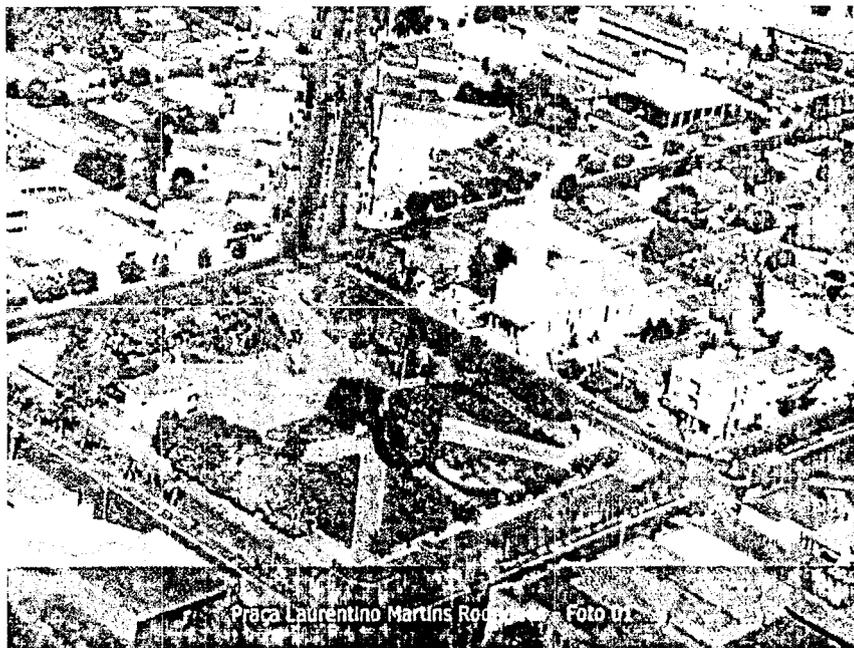
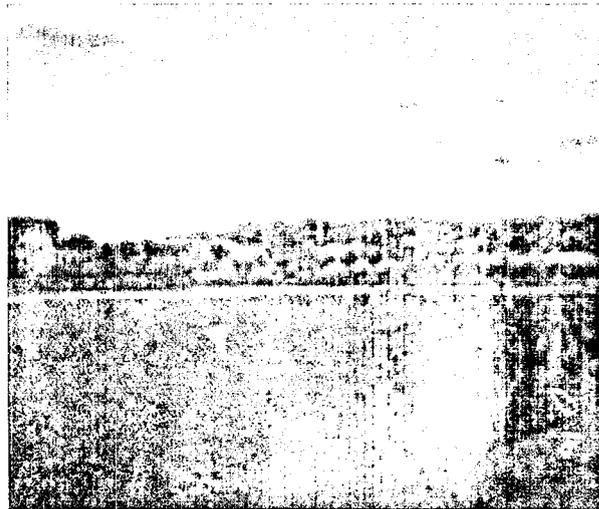
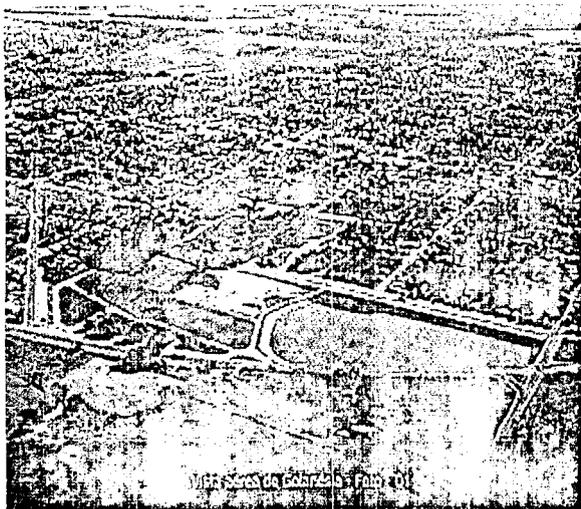
ANEXO I
DAS METAS, RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTOS



ANEXO II
DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

PLHIS

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



GOIANÉSIA - GOIÁS



Ministério das Cidades



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA

ABEC DO BRASIL

Presidente da República Federativa do Brasil
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro das Cidades
AGUINALDO RIBEIRO

Prefeito Municipal
GILBERTO BATISTA NAVES

Secretaria Municipal de Promoção Social
SALETE PEREIRA DE ALENCAR CARRILHO DE CASTRO

Gerência de Habitação
LIOVALDO MODESTO DA SILVA

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
SALETE PEREIRA DE ALENCAR CARRILHO DE CASTRO

República Federativa do Brasil

Ministério das Cidades

**Caixa Econômica Federal
DIRETORIA REGIONAL**

Prefeitura Municipal de Goianésia – Goiás

Secretaria Municipal de Planejamento

**Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
(FMHIS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Prefeito Municipal
GILBERTO BATISTA NAVES

FICHA TÉCNICA DAS EQUIPES

EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO – ETM

Liovaldo Modesto da Silva
Servidor público
Gerência de Habitação

Salete de Alencar Carrilho de Castro
Secretária Municipal e Presidente do PMHIS
Secretaria Municipal de Promoção Social

Lourivaldo Dias Padilha
Servidor Público e Coordenador da ETM
Secretaria Municipal de Planejamento

Suely Moraes Raposo
Agente de Saúde
Representante de Movimento Popular

Geracina Ferreira de Oliveira
Do Lar
Representante de Movimento Popular

Leandro Rosa da Silva
Trabalhador Rural
Presidente de Assentamento dos Sem Terras

Elisvaldo Soares Dias
Trabalhador Rural
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Suplente)

Roberto Conte Andrade Bezerra
Arquiteto/Urbanista
Funcionário Público

Francisca da Silva Neves
Assistente Social
Funcionária Pública

Eustáquio Cândido Naves
Vereador
Representante Câmara Municipal

Antonio Lopes da Silva
Vereador
Representante da Câmara Municipal (Suplente)

COORDENADORES DE PONTOS DE APOIO

Guilherme Silvério de Araújo Júnior
Região Central

Divino Nunes Matos
Região Norte

Cleusinete Oliveira Silva
Região Sul

Maria Rosa de Jesus
Região Leste

José Naves de Sousa
Região Oeste

Fátima da Silva
Zona Rural

EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA – ETC

Luciana Helena Alves da Silva Fregonezi
Arquiteto/Urbanista
Coordenadora Geral do PLHIS - Etapas 02 e 03

Alessandra Marina Nahas
Arquiteta/Urbanista
Assistente da Coordenação- Etapa 01

Célia M. B. Gillet Miguel da Silva
Pedagoga
**Responsável pela elaboração da Proposta Metodológica, Pactuação e Capacitação da ETM
Etapas 01, 02, 03**

Cristiane Santana Carneiro
Administradora de Empresa
Assistente na formatação do Diagnóstico Habitacional e Estratégias de Ação - Etapas 02,03

Aparecida Vieira de Souza
Responsável pela aglutinação e mobilização dos atores sociais - Etapas 01, 02, 03

Daniel Mael Sussuarama Silva
Advogado
Responsável pela formatação em projeto de Lei Municipal do PLHIS - Etapa 03

Shayene Fernandes
Estagiária em Geografia e Direito
Apoio técnico e coleta de dados

Rodolfo Ferreira Alves Pena
Estagiária em Geografia
Ordenamento cartográfico e coleta de dados

SUMÁRIO

PRODUTO 1 – PROPOSTA METODOLÓGICA	15
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	17
JUSTIFICATIVA	21
1. PROPOSTA METODOLÓGICA	23
1.1. Município de Goianésia	23
1.1.1. Histórico da Cidade de Goianésia	24
1.2. Objetivos	32
1.2.1 Objetivo Geral	32
1.2.2. Objetivos Específicos	32
1.3. Proposta Metodológica	34
1.3.1. Equipes envolvidas e atribuições	34
1.3.2. Infraestrutura e Apoio Logístico da Contratante	39
1.3.3. Procedimentos	39
1.3.3.1. Produto 1	39
1.3.3.2. Produto 2	40
1.3.3.3. Produto 3	46
1.4. Quadro Geral de Atividades	49
1.5. Cronograma Geral de Atividades	50
1.6. Cronograma Geral das Reuniões e Audiências	51
1.7. Cronograma de Divulgação e Comunicação	52
1.8. Cronograma Geral dos Recursos	53
1.9. Considerações Finais	54
1.10. Relatórios	57
PRODUTO 2 – DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	77
APRESENTAÇÃO	78

2.	DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	80
2.1.	Contexto	80
2.1.2	Inserção Regional e Características do Município	80
	A – O Contexto Regional	80
	B – História do lugar: O processo de ocupação	85
	B1 – A Cultura de Morar	90
	B2 – Cadastro Imobiliário Municipal de Goianésia - GO	91
	B3 – Perfil Municipal	96
	C – Demografia	97
	C1 – Imigração	100
	C2 – Projeção Populacional	101
	C3 – Trabalho e Renda	102
	D - Habitação	105
	D1 – tipo G: Centros urbanos em espaços rurais consolidados com algum grau de dinamismo	107
	D2 – Assentamentos Precários: Favelas, Loteamentos clandestinos ou irregulares	110
2.1.2.	Atores Sociais e Suas Capacidades	110
2.1.2.1.	Planejamento e resultados sobre a setORIZAÇÃO territorial para o início do processo de discussão	110
	A – Objetivos	110
	B – Ação	112
	C – Material utilizado para a composição das RCs	112
	D – Resultados sobre o mapeamento	112
2.1.2.2.	Planejamento e resultados sobre a divulgação do Produto 2 do PLHIS	113
	A – Objetivos	113
	B – Ação	114
	C – Material utilizado para a divulgação das reuniões nas RCs	114
	D – Resultados	115
2.1.2.3.	Planejamento e resultados das reuniões no PA (Apresentação e	115

	Pactuação) sobre o Produto 2	
	A – Objetivos	115
	B – Ação	115
	C – Material utilizado para a apresentação do PLHIS nas reuniões do PA	116
	D – Pauta da reunião nos PA	118
	E – Resultados das reuniões: Apresentação e Pactuação do PLHIS	118
2.1.2.4.	Resultado das Reuniões nos PAs	119
	A – RC 01 – (NORTE)	119
	A1 – Área de Abrangência da RC 01	120
	A2 – Participação da Comunidade da RC 01: Reivindicações em Ata	120
	A3 – Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 01 (NORTE)	121
	B – RC 02 (SUL)	122
	B1 – Área de Abrangência da RC 02	123
	B2 – Participação da Comunidade da RC 02: reivindicações em Ata	123
	B3 – Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 02 (SUL)	124
	C – RC 03 (OESTE)	125
	C1 – Área de Abrangência da RC 03	126
	C2 – Participação da Comunidade da RC 03: Reivindicações em Ata	126
	C3 – Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 03 (OESTE)	127
	D – RC 04 (LESTE-CENTRAL)	128
	D1 – Área de Abrangência da RC 04	129
	D2 – Participação da Comunidade da RC 04: Reivindicações em Ata	129
	D3 – reunião de /apresentação do PLHIS na RC 04 (LESTE-CENTRAL)	130
	E – RC 05 (ZONA RURAL)	131
	E1 – Área de Abrangência da RC 05	132
	E2 – Participação da Comunidade da RC 05: Reivindicações em Ata	132
	E3 – Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 05 (ZONA RURAL)	133
2.1.2.5.	Planejamento e Resultados das Reuniões no PA de Pactuação do Produto 2	135
2.1.3	Condições Institucionais e Administrativas do Setor Habitacional	142
	A – Da Estrutura Organizacional	142

B – Do Quadro de Funcionários	142
C – Da Logística	142
D – Dos Equipamentos e Máquinas	142
2.1.4. Marcos Legais e Regulatórios	144
2.1.5. Oferta Habitacional	147
2.1.5.1. Unidades Habitacionais de Interesse Social, produzidas ou em fase de Produção	147
2.1.5.2. Áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados com aptidão para abrigar novas Unidades Habitacionais de Interesse Social	169
A – Áreas Prioritárias com Viabilidade de Expansão segundo as Microbacias	169
2.1.5.3. Imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso Habitacional de Interesse Social	171
2.2. Necessidades Habitacionais	173
2.2.1. Precariedade Habitacional	173
2.2.2. Déficit Habitacional Qualitativo e Quantitativo	174
A - Conceituação	174
2.2.2.1. Incremento de Estoque	175
2.2.2.2. Reposição de Estoque	176
2.2.2.3. Inadequação de Domicílios	176
A – Carência de Infraestrutura	176
B – Adensamento Excessivo	180
C – Questão Fundiária	180
D – Outras Inadequações domiciliares	180
2.2.2.4. Resultado do Déficit Habitacional em Goianésia-GO, conforme dados da PMG do SEPLAN/SEPIN	181
2.2.2.5. Resultado do Déficit segundo a Fundação João Pinheiro	181
2.2.3. Cálculo da Demanda Demográfica Futura	188
2.3.4. Produção Habitacional: Alternativas, Padrões e Custos	189
2.3.5. Quadro Geral das Necessidades Habitacionais	191

2.3.	Fontes de Recursos Existentes e Potenciais para Financiamento do Setor Habitacional	193
2.4.	Sistematização do Diagnóstico Habitacional	195
	PRODUTO 3 - ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	197
	INTRODUÇÃO	198
3.	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	203
3.1.	Princípios, Objetivos e Diretrizes Orientadores	203
3.1.1.	Princípios	203
3.1.2.	Objetivos	203
3.1.2.1.	Objetivos Gerais	203
3.1.2.2.	Objetivos Específicos	204
3.1.3.	Diretrizes	205
3.2.	Linhas Programáticas, Programas e Ações	208
3.2.1.	LPA-1 Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais	208
3.2.1.1.	P1A – Programa para Regularização Fundiária de Assentamentos Precários Urbanos	209
3.2.1.2.	P2A – Programa para Regularização Fundiária de Assentamentos Informais	209
3.2.2.	LPA2 – Apoio e Melhoria da Unidade Habitacional	210
3.2.3.	LPA3 – Produção e Aquisição Habitacional	211
3.2.3.1.	Programa P3A – Autopromoção Habitacional Assistida	212
3.2.3.2.	Programa P3B – Oferta de Serviços de Assistência Técnica	212
3.2.4.	LPA4 – Linha Programática e de Atendimento Desenvolvimento Institucional	213
3.3.	Linhas programáticas a serem implementadas pelo Município	217
3.3.1.	Critérios utilizados para priorização do atendimento por linha programática	223

3.4.	Metas Normativas, Institucionais e Físico Financeiras	226
3.4.1.	Metas Normativas	226
3.4.2.	Metas Institucionais	227
3.4.3.	Metas Físico Financeiras	228
3.5.	Metas, Recursos e Fontes de Financiamento	230
3.6.	Monitoramento, Avaliação e Revisão do PLHIS	232
3.6.1.	Matriz de Estrutura Lógica da Sistemática de Monitoramento e Avaliação deste Plano	234
3.6.1.1.	Monitoramento	234
3.7.	Comentários e Recomendações	236
	CONCLUSÃO	238
	BIBLIOGRAFIA	240
	ANEXOS	243

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • GOIANÉSIA • GO

Produto 1 • Proposta Metodológica

ABRIL/2011

APRESENTAÇÃO

O documento que ora se apresenta, corresponde à Proposta Metodológica para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Goianésia. Neste primeiro produto, têm no seu conteúdo as definições estabelecidas aos procedimentos do PLHIS e mecanismo de efetivação da participação da sociedade no processo de construção do plano e o cumprimento dos serviços técnicos contratados entre a empresa ABEC do Brasil, inscrita no NIRE sob o número 522.021.005.48, situada a Rua T 36 nº. 3.182 s/109,1º andar Setor Bueno – Goiânia /GO e o Município de Goianésia - com sede Rua 33 nº. 453 - Praça Cívica – Setor Sul- Goianésia - GO, pautado pelas disposições contratuais e pelo Termo de Referência constante do processo licitatório qualificado no Processo Administrativo nº. 044/2009, o qual trata da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia - GO, que se divide em três etapas:

- Produto 1 – Proposta Metodológica;
- Produto 2 – Diagnóstico do Setor Habitacional e;
- Produto 3 – Estratégias de Ação.

Na definição geral das atividades, serão debatidas, as formas de mobilização, participação social e comunicação, visando alcance dos agentes sociais, moradores de bairros e dos assentamentos.

A etapa, que ora se apresenta, refere-se ao Produto 1 – Proposta Metodológica do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia - GO, e indica à estrutura de desenvolvimento dos trabalhos que nortearão os procedimentos dos produtos posteriores.

INTRODUÇÃO

A questão da moradia tem sido problema vital para o homem e preocupação para o poder público, em todos os níveis. O direito à moradia é reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados internacionais dos qual o Estado Brasileiro é signatário, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (artigo XXV item 1).

Estudos do Ministério das Cidades, em documento que trata da Política Nacional de Habitação, dão conta de que no Brasil existem “mais de sete milhões de famílias que precisam de moradias novas, além de 10 milhões de domicílios com problemas de infraestrutura básica”. As carências habitacionais são mais visíveis e mais gritantes nas áreas urbanas, que concentram 92% do déficit habitacional brasileiro, segundo a mesma fonte.

Em um breve histórico pode-se dizer que os caminhos da política habitacional no país têm sido marcados por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor. Senão, vejamos.

A primeira política nacional de habitação – Fundação da Casa Popular – foi criada em 1946; esta se revelou ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas, o que comprometeu o seu desempenho no atendimento à demanda. Em 1940 a população urbana era de 26.34% 2001, já era de 81.20% acarretando uma explosão de favelas e crescimento das periferias pobres, causando uma sobreposição do drama urbano que causa uma tragédia ambiental. Como exemplo a periferia na Cidade de São Paulo chega há 6% ao ano relegado sem saneamento e urbanização.

A partir de 1964, foi implementado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) outro modelo de política habitacional que se baseava em um conjunto de características que deixaram marcas importantes na estrutura desse setor. Essas características podem ser identificadas a partir dos seguintes elementos:

- 1 Criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE);
- 2 Criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos;
- 3 Criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente;
- 4 Criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central.

Apesar dos avanços, o modelo proposto não foi bem sucedido, e o BNH acabou extinto em agosto de 1986, quando as suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, que permanecendo na área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as políticas: habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa, instituição gestora dos recursos financeiros, estava vinculada ao Ministério da Fazenda.

Em março de 1987, o MDU foi transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), que acumulava, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos, e a incorporação da Caixa Econômica Federal. Em setembro de 1988, ocorreram novas alterações: foi criado o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES).

O processo de descentralização, um dos pontos principais da Constituição de 1988, facilitou a redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional.

Em março de 1989, o MBES foi extinto e criada a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob a competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF) passaram a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda. Esse modelo permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixaram de ser apenas executores da política. No entanto, a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando à sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras, a fundo perdido, de recurso da União. Os governos estaduais e municipais tomaram iniciativas no desenvolvimento de ações locais, baseadas em modelos alternativo principalmente os programas de urbanização e regularização de favelas e de loteamentos periféricos.

Em 1990, a escassez de áreas para assentamento, tornou-se dramática, com isto houve uma segregação para as áreas ribeirinhas, matas, mananciais, encostas de florestas foram aos poucos sendo ocupadas.

Em 1994, o Governo Federal colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior e lança os programas Habitar Brasil e Morar Município, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). O montante de investimentos realizados, porém, ficou abaixo das expectativas, como consequência do contingenciamento de recursos impostos pelo Plano Real.

Em 1995 houve reforma no setor da política habitacional: foi extinto o Ministério do Bem-Estar Social e criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do

Planejamento e Orçamento (MPO). Embora tenha mostrado, de início, intenções reformadoras, a ação da SEPURB caracterizou-se por uma retração do setor institucional.

A transformação da SEPURB em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) não trouxe mudanças significativas nesse processo; as áreas de habitação e do desenvolvimento urbano permaneceram sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal.

Nesse período, foram criadas novas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projetos e, ainda, a partir da sua capacidade de pagamento. No entanto, foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, seja pela restrição dos aportes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), seja pelo impedimento da utilização dos recursos do FGTS para esse fim. Isso restringiu principalmente as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de financiamento do setor privado, como ocorre no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou por meio de empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito.

Em 2003 o Governo Federal criou o Ministério das Cidades, que passou a ser o órgão responsável pela Política do Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. A partir daí a “Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade”.

Em 2004, foi aprovada pelo Conselho das Cidades a Política Nacional de Habitação PNH, principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo governo federal.

Segundo o próprio documento, a PNH é coerente com a Constituição Federal que considera a habitação um direito do cidadão, porque estabelece a função da propriedade e com diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática. Neste sentido, visa promover as condições de moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim para a inclusão social.

Nesse sentido, o desenvolvimento deste Produto 1 orientou-se pelas disposições do Contrato firmado entre as partes, no Termo de Referência – do Edital da Carta Convite nº. 044/2009.

Em Reuniões de trabalho realizadas no mês de setembro de 2010, entre a equipe técnica da ABEC do Brasil, e a equipe técnica do município, definiu-se como diretrizes gerais na construção da proposta:

- I) O incentivo à Gestão Democrática;
- II) À adoção de Mecanismos de Monitoramento e Controle Social
- III) O favorecimento de uma Rede de Apoio e Recursos destinados à habitação de interesse social, bem como às questões afetadas a infra-estrutura básica da habitabilidade.

A etapa que ora se apresenta, em conformidade com o Guia de Adesão ao SNHIS, refere-se ao:

- **Produto 1- Proposta Metodológica do PLHIS** do Município de Goianésia, Estado de Goiás, e apresenta os conteúdos e estrutura de desenvolvimento dos trabalhos, que nortearão os procedimentos dos produtos posteriores, quais sejam:

- **Produto 2- Diagnóstico do Setor Habitacional**

- **Produto 3- Estratégias de Ação**

- a. Além da introdução, a Proposta Metodológica esta constituída por:
- b. Justificativa;
- c. Caracterização do Município de Goianésia;
- d. Objetivos gerais e específicos;
- e. Proposta Metodológica, que estrutura as duas etapas posteriores, norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como a proposta deverá ser pactuada com a sociedade;
- f. Considerações finais;
- g. Cronograma de execução;
- h. Bibliografia.

JUSTIFICATIVA

A dinâmica habitacional não pode ser avaliada apenas da ótica da distribuição de renda, pois a desigualdade social é a falta de políticas públicas e um dos fatores fundamentais para o surgimento e o agravamento da crise de moradias. Mesmo nos países desenvolvidos, em que os rendimentos se distribuem com maior igualdade, a intervenção pública no campo da moradia tem sido fundamental para garantir o acesso universal a esse bem.

Considerando que a intervenção no meio físico com obras de engenharia, arquitetura ou paisagismo, não é o suficiente para a inclusão social as ações emergentes da política urbana em áreas deterioradas, ocupações ilegais, marcadas pela pobreza homogênea não dispensará a contribuição de toda a sociedade: educadores, médicos, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, economistas, advogados entre outros para assegurar a reversão da exclusão social presente nessas ocupações.

Observam-se a necessidade de integração efetiva entre a política habitacional, a política urbana e as políticas sociais de um modo geral. Isso faz com que, além da possibilidade da produção direta de novas unidades habitacionais a intervenção também atinja outras dimensões como:

- 1 Fundiária: visando a oferta da terra em quantidade suficiente, com melhoria na qualidade dos serviços e com localização e acessibilidade adequada e não excludente do ponto de vista social.
- 2 Econômica: visando a criação de linhas especiais de financiamento que facilitem o acesso ao crédito de longo prazo, principalmente para empregar e capacitar às famílias de baixa renda.
- 3 Urbanística: procura reduzir os efeitos causados pela legislação de uso e ocupação do solo na restrição à oferta de terra/habitação. Amplitude de áreas verdes e sustentáveis no perímetro urbano, melhorias na quantidade e qualidade das praças e dos equipamentos urbanos, além do acesso a água tratada à população urbana e do sistema de saneamento básico.
- 4 Social: Atendendo às demandas para uma inserção social real, com serviços e equipamentos disponibilizados à população usuária da Política Habitacional.
- 5 Pedagógicas: favorecendo população para acesso à inclusão via educação formal. Cursos profissionalizantes e técnicos para ter melhores profissionais nas diversas áreas de interesses sociais.
- 6 Ambiental: reduzindo os impactos negativos e maximizar os positivos, promovendo o desenvolvimento de forma harmônica e sustentável.
- 7 Institucional: apontar os principais atores sociais e agentes envolvidos que atuam

na questão habitacional e meio ambiente do município.

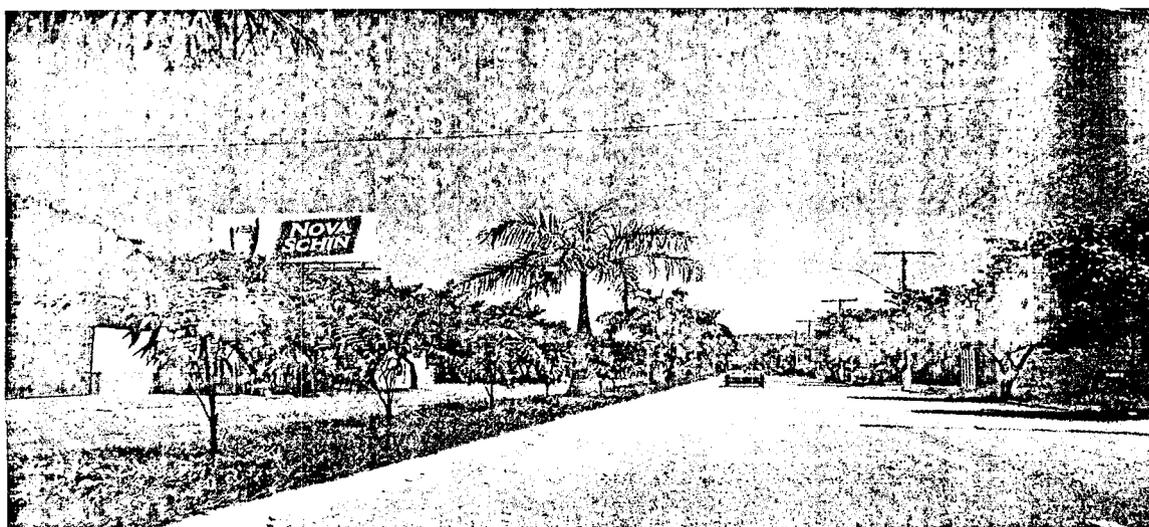
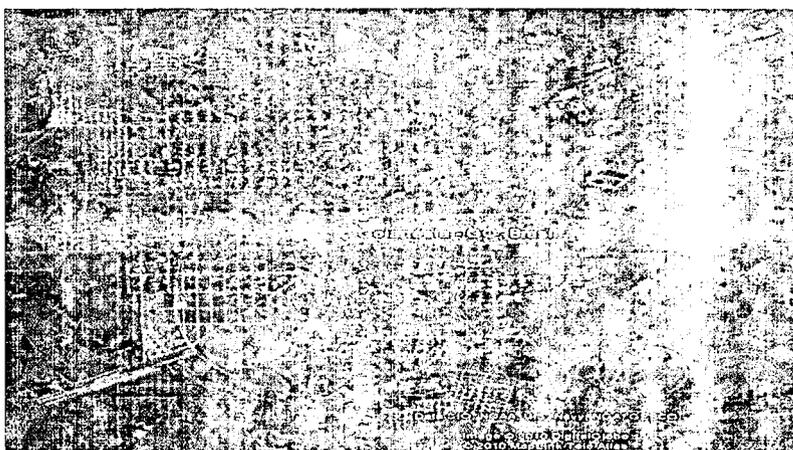
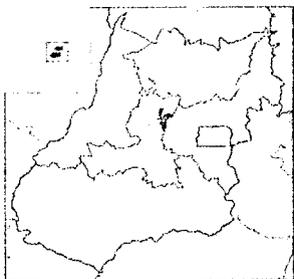
A cautela com a determinação dos padrões urbanísticos e condizentes com a possibilidade da população, é que determina a linha de ação a ser adotada, para a produção de moradias para os segmentos sociais de baixa renda. Nesta perspectiva é que apresenta à Prefeitura de Goianésia - GO, o **Produto 1 do PLHIS – Goianésia.**

Espera-se contribuir para a inserção das famílias de baixa renda a serem beneficiadas, melhorando a qualidade de vida e aumentando sua autoestima para que possam participar como sujeitos, sendo protagonista de todo processo de construção e transformação de sua realidade.

Os eixos estratégicos da Política Habitacional Nacional e suas ações norteiam o PLHIS – Goianésia, e com forte incidência, já que o acesso à moradia é base fundamental para o exercício de outros direitos. Por outro lado, deve-se lembrar de que a participação da população é também um dos pontos fortes da Política Habitacional em curso. Assim sendo, a democratização das políticas públicas é uma meta importante que vem sendo perseguida e é precisamente o trabalho sócio-educativo desenvolvido junto à população, que propiciará acúmulos importantes neste rumo.

1. PROPOSTA METODOLÓGICA

1.1. Município de Goianésia – GO



Fonte: <http://www.goianesia.go.gov.br>

1.1.1. Histórico da Cidade de Goianésia

Goianésia: A fertilidade do solo e abundancia de água atraíram os primeiros moradores de Goianésia.

Em 1943, Laurentino Martins Rodrigues e família, instalou - se na região do Calção do Couro. Nas terras adquiridas, foi construído um cruzeiro e um rancho para efetuar orações e missas, pelo fato do proprietário ser muito religioso e devoto de Nossa Senhora de Abadia e ao mesmo tempo, servir de escola, pois havia muitas crianças no local. Ao passar o tempo, devido o numero grande de pessoas que procuravam o local para morar e assistir as missas, foi loteada e acabou transformando - se em povoado. A religiosidade foi um traço marcante no inicio vida do lugarejo com isto a população escolheu a santa como padroeira do local.

Em 21 de agosto de 1948 e criado o distrito de Goianésia, subordinada á Jaraguá. Já nesta época começava brotar na região as lavouras de café.

Em 1950, foram instaladas do distrito a Coletoria de Renda Estadual, uma agencia de Arrecadação Municipal e dois grupos escolares. No ano seguinte, recebe a primeira agencia postal e filiais de empresa dos municípios de Jaraguá, Anápolis e Pirenópolis.

Em 1953 e promulgado a Lei Estadual nº. 47/1953 emancipando de Jaraguá.

Em 1980 instala-se a destilaria de cana de açúcar, para produção de álcool combustível incrementando na região a produção de cana de açúcar.

O município passa a desenvolver a produção de arroz sendo hoje o maior produtor do estado de Goiás.

Povoados: Cafelândia e Juscelândia;

Distritos: Natinópolis;

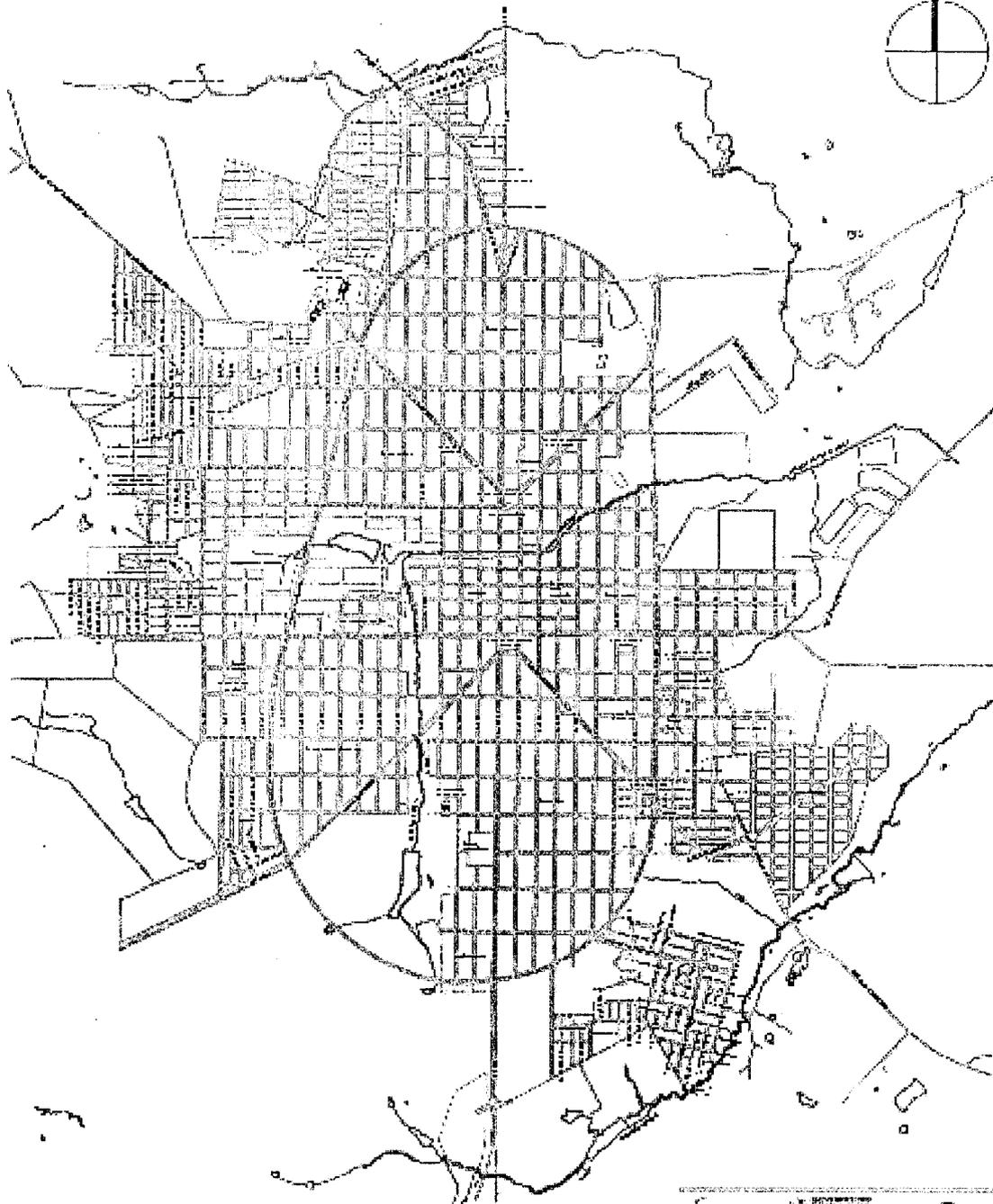
Aglomerados: Limoeiro ou Barreiras do Morro Branco;

O município limita-se com as cidades de Santa Izabel, São Luiz do Norte, Santa Rita do Novo Destino, Barro Alto, Vila Propicio, Jaraguá e Pirenópolis.

O município está próximo da bacia hidrográfica do Tocantins que corta as cidades de Pirenópolis, Jaraguá, Ceres, Rialma e Nova Gloria.

A distância do município para a capital do Estado, Goiânia e de 168 km.

A área demográfica de 1.547.650 km² e sua altitude de 640 m.



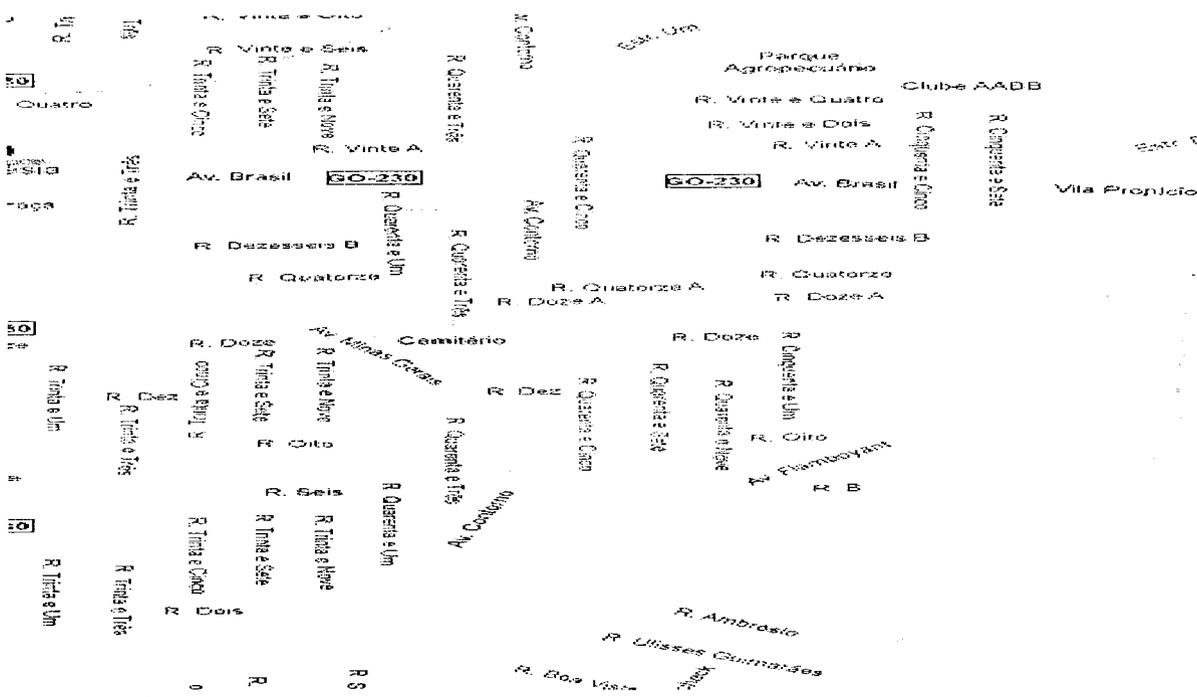
LEGENDA
 [] LOCALIDADE
 [] LIMITE DO MUNICÍPIO
 [] RUA NUNO VASCO DA GAMA

Instituto Municipal de Planejamento Urbano
 Prefeitura Municipal de Curitiba
 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E PLANEJAMENTO

MAPA GERAL - LOGRADOUROS
 escala 1:5000
 data 12/13

COORDENADAS UTM
 48Q UTM
 720000 E
 8200000 N
 1000000 M

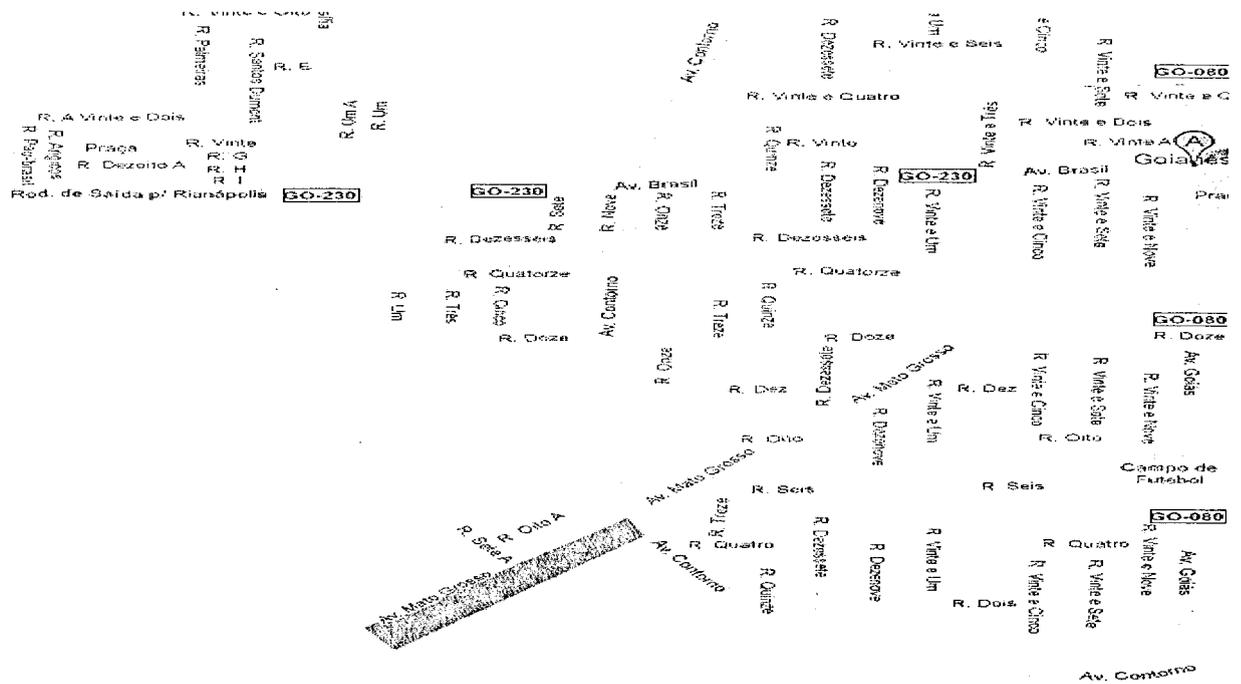
ESCALA 1:5000
 0 500 1000 2000 3000 4000 5000 6000 7000 8000 9000 10000



Fonte: Google Maps



Fonte: Google Maps



Fonte: Google Maps

Clima:

O município tem clima classificado como tropical úmido; com grande concentração hídrica, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Sua temperatura média anual esta em torno de 30°C, e a temperatura de 37° e a mínima de 18 °C. A “sede do município está a Norte do estado de Goiás, com latitude 15°19'03” “sul e longitude oeste de 49°07'03”.

Flora:

Predominam a do cerrado com tem todas as diversas fito - fisionomias (formações vegetais), tais como: campo do cerrado, campo limpo e campo sujo, pequenas florestas tropicais que abrange uma variedade de espécies do cerrado; jatobá, pequi, mama cadela e ipê.

Fauna:

Cercada de morros e de privilegiada localização geográfica, Goianésia se destaca por manter uma natureza preservada. Caracterizada pelo cerrado e composta de animais de vida noturnas e subterrâneas que são adaptadas aos diversos tipos de vegetação encontrada e de ambiente aberto, como tamanduá, emas, tatus, seriemas, cutias, pacas, pássaros, onças e macacos.

Índices do Município:

População – 53.806 habitantes (2007);

Taxa de crescimento: - 1,68 (2008);

Densidade demográfica: 36,73 (2009);

PIB municipal apresentou em 2007 valores de R\$ (mil) 578.374,61;

Renda domiciliar per capita – R\$ 913,39 (2008);

Produção de areia: 4.891 m³ (2008);

Produção de calcário: 22.837 t (2008);

Taxa de crescimento da receita corrente, demonstra crescimento e o município tem demonstrando avanço com índice de 75.438 (2008);

Arrecadação do ICMS 18.356 (2009);

Grau de desenvolvimento humano – IDH – 0,743% (2000);

Índice da GINE – 0,54 % (2000);

Taxa de alfabetismo – 86.3% (2000);

Taxa de mortalidade infantil – 25,58 % (2000);

Bolsa família – renda de R\$ 60,00 á R\$ 120,00;

Residências urbanas – 12.484;

Residenciais rurais – 1.209;

Residências de coabitações – 1.125;

Residências alugadas ou cedidas – 1.496;

Residências sem banheiro – 179;

Numero de eleitores – 41.807 (2009);

População feminina urbana – 22.630 (2000);

População masculina urbana – 22.282 (2000);

População feminina rural – 1.920 (2000);

População masculina rural – 2.328 (2000);

Agencia Bancaria – 04 – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú;

Agencia do Correio – 01;

Rendimento médio (R\$) 666,90 (2008);

Numero de bairros – 43 dividido em 16 regiões;

Numero de empregos formais 2.633 (2008);

Utilização de terras em áreas plantadas – 37 (2006);

Utilização de terras em matas naturais – 1.534 (2006);

Produção agrícola – arroz, cana de a açúcar, mandioca, milho, soja e tomate (2009);

Plantel de animais:

- Aves – 46.500 (2008);
- Bovinos - 103.805 (2008);
- Eqüinos - 2.580 (2008);
- Suínos - 6.800 (2008);
- Vacas ordenadas -22.500 (2008);

Produção Industrial: Álcool combustível, confecção.

Indicadores

Água – o município tem 95 % de domicílio atendido com água tratada. Com 221.634 m de extensão de rede. (2009) com 14.637 ligações de água;

Esgotamento sanitário - a população e servida por fossas sépticas e tem de rede, com 68.639 m de extensão de rede e 9.089 ligações (2009).

Iluminação pública – atendimento de 21.232 ligações sendo na Zona rural 1.482 ligações;

Coleta de lixo – 100% de atendimento.

Pavimentação – 80 % de atendimento.

Transporte – Terminal rodoviário -01;

Aterro sanitário -01

Meios de comunicação:

- Televisão;
- Radio;
- Correios;
- Internet;
- Telefonia fixa e celular.

Saúde:

Hospital - 05
PFS – 11
PS - 12
Leitos disponíveis – 199
Asilo -02;

Doenças de veiculação hídrica e outros:

Dengue;
Febre amarela;
Doenças infecciosas e parasitares.

Educação:

Escolas municipais – 21;
Escolas estaduais –14;
Creche - 08;
Universidade -05;
Alunos matriculados – 15.415 (2009);
Salas de aulas – 317;
Docentes – 708 (2006);

Cultura, esporte e lazer:

Praças Públicas -34.

Indústria:

O Município é maior fornecedor de combustível de álcool do Estado e explora calcário e fécula de mandioca.

Sistema habitacional

Apesar de não contar em Goianésia a existência de favelas e cortiços. Há um grande numero de moradias precárias pulverizadas em diversos setores do município.

O Município já promulgou a Lei de Criação do FMHIS com o nº. 2.612/2008 e já constituiu o Conselho Gestor.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

A elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia tem como objetivo maior a consolidação do planejamento da ação municipal, referente à questão habitacional num determinado espaço de tempo, considerando os instrumentos locais do ciclo de gestão orçamentário financeiro.

A primeira etapa da elaboração do referido **Plano-Produto 1 – Proposta Metodológica**, tem como objetivo propor à estrutura de trabalho para pautar o desenvolvimento posteriores, que comporão a elaboração do **Produto 2** e culminarão na elaboração do **Produto 3 – Estratégias de Ação**,

1.2.2. Objetivos Específicos

A elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia tem como objetivos específicos:

- 1 Realizar o diagnóstico do setor Habitacional do Município de Goianésia, por meio de levantamento de dados e informações técnicas;
- 2 Elaborar a Estratégia de Ação que representará o texto final do Plano de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia;
- 3 Levantar a existência de carência do município quanto às legislações urbanistas dentro do artigo 182 da Constituição Federal que estabelece uma política desenvolvimento urbano, executada pelo poder publico municipal, conforme diretrizes gerais em lei, que tem objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar para seus habitantes e do entorno, do qual todos compõem.

1.2.2.1- O Produto 1, primeira etapa da elaboração do PLHIS – Goianésia, tem como objetivos específicos:

- 1 Identificar a estrutura de coordenação e organização dos trabalhos na esfera municipal;
- 2 Identificar as atribuições e responsabilidades da ETM que é constituída por agentes sociais, poder legislativo e executivo;
- 3 Identificar atores sociais para serem coordenadores de pontos de apoio nas regiões definidas na proposta;

- 4 Apontar os procedimentos para execução das etapas e produtos do Plano indicando as fontes a serem consultadas;
- 5 Definir a estratégia de comunicação, mobilização e participação da população, bem como a identificação dos diferentes atores e agentes representativos voltados para a questão habitacional e do meio ambiente;
- 6 Definir as formas de dar publicidade ao início e ao término dos trabalhos com a apresentação da equipe e dos mecanismos de participação e de acesso às informações com a estrutura que o município oferece, como: (carro de som, convites, cartazes, chamadas pela rádio local e sessões da Câmara municipal);
- 7 Identificar a forma de articulação com outros programas e ações nas esferas municipais, estadual, e federal;
- 8 Apresentar o cronograma de eventos e discussão com a sociedade por meio do mapeamento das atividades, utilizando os equipamentos disponíveis do município, através de reuniões participativas com os agentes sociais, que são multiplicadores de opinião, convites, chamadas e divulgação pelo rádio, carro de som e sessões plenárias da câmara municipal;
- 9 Elaborar o cronograma físico-financeiro para cada etapa.

1.3. Proposta Metodológica

Como foco conceitual o plano contemplará todo o território Municipal, buscando a garantia da função social da propriedade e a gestão democrática e participativa. Visa alcançar o aperfeiçoamento do sistema de planejamento urbano e gestão municipal na questão habitacional, sobretudo no que diz respeito à organização do território e integração das atividades realizadas nas áreas urbanas e não urbanas para a promoção da inclusão social e territorial.

O plano habitacional conterà objetivos, diretrizes, estratégias, ações e medidas prioritárias para a organização territorial do Município de Goianésia, pactuadas com a sociedade.

Do ponto de vista da análise, os instrumentos básicos da democracia representativa visam garantir a incidência da opinião dos cidadãos nos mecanismos decisórios das políticas públicas. Com efeito, a democracia em sua real expressão somente se concebe onde a população e suas organizações tenham real participação nas decisões.

E esta é também a base da Política Habitacional Nacional, conforme já foi destacado na apresentação desta justificativa. Este projeto é sustentado pela premissa da construção de uma gestão democrática real e não só retórica; para tanto alguns cuidados metodológicos serão observados, entre os quais se destacam os seguintes:

- 1 Articulação institucional dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão habitacional e do meio ambiente;
- 2 Mobilização para o processo participativo da comunidade organizada para serem agentes multiplicadores;
- 3 Atividades de levantamento e coleta de dados e informações urbana e rural de forma que abrangente todo o município;
- 4 Comunicação e divulgação dos resultados, através de reuniões com grupos comunitários, pactuação, audiências públicas, divulgação pela radio local e sessões plenárias;
- 5 Atribuições das equipes e dos coordenadores dos pontos de apoio.

1.3.1. Equipes envolvidas e suas atribuições

1.3.1.1. Equipe Técnica Municipal – ETM

Na elaboração do PLHIS – Goianésia, a ABEC do Brasil, contará com efetiva participação da **Equipe Técnica do Município – ETM e dos coordenadores dos pontos de apoio.**

Esta equipe multi, inter e transdisciplinar composta por atores sociais, comunidade e representantes do poder público que passará por qualificação técnica, compatível com as atividades a serem desenvolvidas na elaboração do PLHIS – Goianésia, oriundos das

diferentes secretarias municipais envolvidas diretamente ou indiretamente no processo.

A equipe representará o Poder Municipal e sociedade local, disponibilizando o acervo, dados e informações disponíveis e participará efetivamente na elaboração do Plano após a capacitação de seus membros.

Pretende-se que a **Equipe Técnica do Município – ETM** atue de forma efetiva no processo de construção do PLHIS – Goianésia, acumulando experiência e conhecimentos, capacitando-se para que junto à consultoria contratada atuem nas etapas do PLHIS. A equipe designada pelo Prefeito Municipal atuará sob a coordenação de um de seus membros e terá 04 representantes do poder executivo, 02 representante do poder legislativo, 01 representante do conselho do FMHIS, 02 trabalhadores rurais e 02 de movimento popular.

Equipe Técnica do Município – ETM			
Or.	Nome	Função	Órgão
01	Liovaldo Modesto da Silva	Servidor Público	Gabinete (suplente)
02	Lourivaldo Dias Padilha	Assessor Coordenador da ETM e presidente do FMHIS	Secretaria Municipal de Planejamento
03	Suely Moraes Raposo	Agente de Saúde	Representante do Movimento Popular
04	Geracina Ferreira de Oliveira	Líder comunitário	Representante de Movimento Popular
05	Leandro Rosa da Silva	Trabalhador rural	Representante do assentamento dos sem terras
06	Elisvaldo Soares Dias	Trabalhador Rural	Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais
07	Roberto Conte Andrade Bezerra	Arquiteto/Urbanista	Secretaria de Obras
08	Francisca da Silva Neves	Assistente Social	Secretaria de Ação Social
09	Eustaquio Candido Naves	Vereador	Representante da Câmara Municipal
10	Antonio Lopes da Silva	Vereador	Representante da Câmara Municipal (suplente)

1.3.1.2. São atribuições da Equipe Técnica do Município entre outras:

I – Permitir à Equipe Técnica Contratada o acesso às instalações onde serão executados os trabalhos, respeitadas as normas internas (disciplina, segurança) do contratante;

II – Assegurar à Equipe Técnica Contratada o acesso às fontes de informações e base de dados disponíveis, na administração municipal, de forma complementar junto aos demais agente públicos e privados;

III – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada e participar das reuniões técnicas;

IV - Atuar no acompanhamento, desenvolvimento, elaboração e avaliação do trabalho contratado;

1.3.1.3. Coordenadores dos pontos de apoio

Coordenadores de pontos de apoio	
Nome	Região
Divino Nunes Matos	Norte
Cleusinete Oliveira Silva	Sul
Jose Naves de Souza	Oeste
Maria Rosa de Jesus	Leste
Guilherme Silvério de Araújo junior	Centro
Fátima da Silva	Zona rural

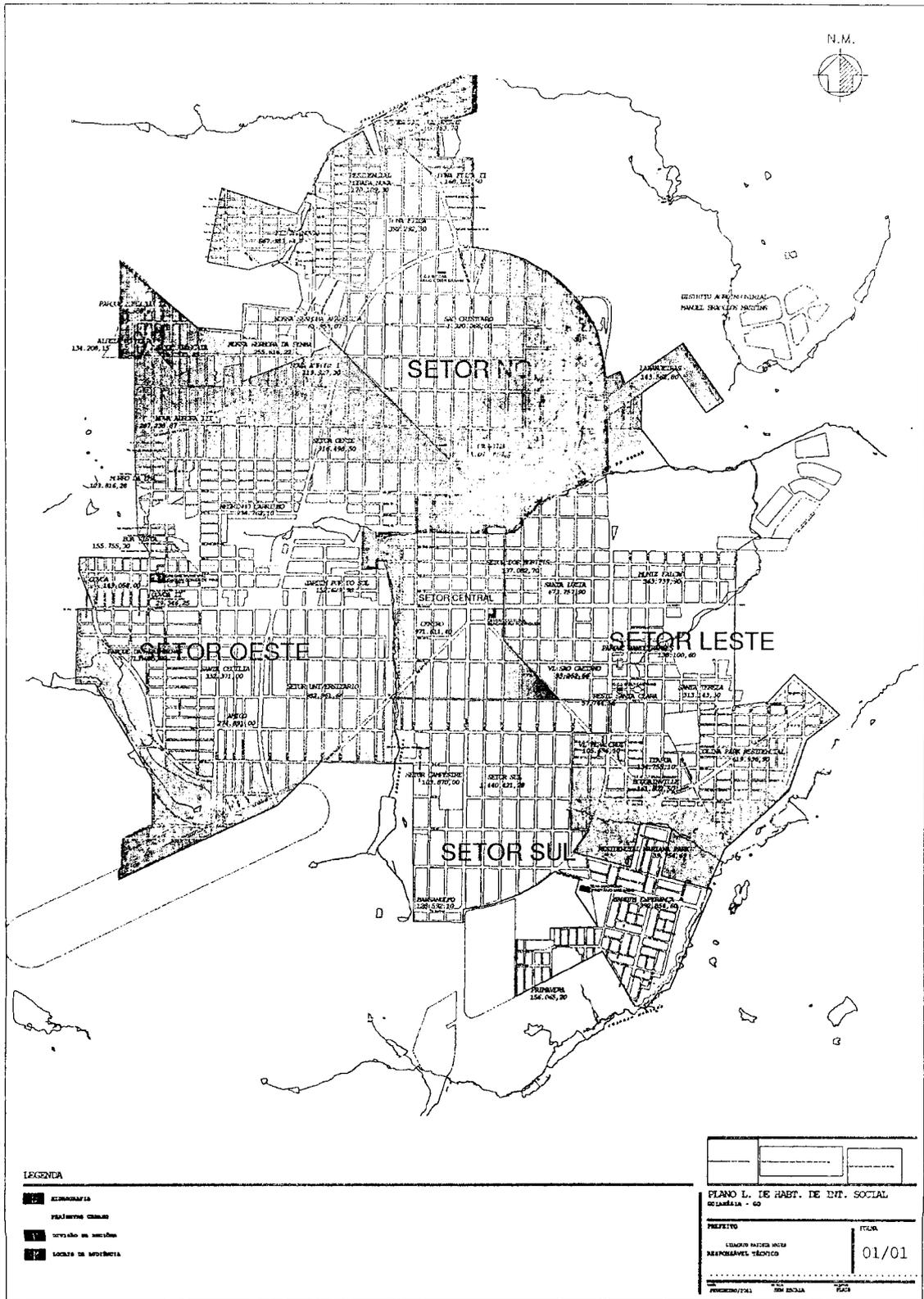
1.3.1.4. São atribuições dos coordenadores dos pontos de apoio:

I - Atuar junto com as equipes na mobilização da comunidade para as reuniões comunitárias e pactuação dos produtos;

II - Colaborar nos levantamentos complementares de dados, relativos às suas regiões;

III - Identificar os principais problemas de suas regiões. Tais como: a questão habitacional, saneamento, asfalto, segurança, saúde, áreas precárias, ambiental e habitações em precariedade;

IV - Responder o questionário elaborado pela ETC, para levantamentos complementares de informações.



1.3.1.5. Equipe Técnica Contratada – ETC:

A Equipe Técnica Contratada – ETC é composta inicialmente, pelos profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo, pedagogia, administradora de empresa, assistente social e advogado conforme descrito no quadro abaixo:

Equipe Técnica da Public – ETC			
Or.	Nome	Função	Graduação
01	Rogério de Moraes Souza	Responsável Técnico Coordenador Geral do PLHIS Etapa 1,2 e 3	Arquiteto Urbanista
02	Alessandra Marina Nahas	Assistente da coordenação e apoio á equipe. Etapa 1, 2 e 3	Arquiteta Urbanista
03	Célia Maria Branco Gillet Miguel da Silva	Responsável pela capacitação da ETM, atores sociais. Elaboração da Proposta Metodológica e pactuação. Etapa 1	Pedagoga – Técnica Social
04	Aparecida Vieira da Silva	Responsável pela mobilização dos atores sociais. Etapa 1,2 e 3	Assistente Social
05	Cristiane Santana Carneiro	Responsável pela formatação do Diagnóstico Habitacional e Estratégias de Ações. Etapa 2 e 3	Administradora de Empresa
06	Daniel Mael Sussuarama Silva	Responsável pela formatação PLHIS em projeto de Lei Municipal. Etapa 3	Advogado

1.3.1.6. São atribuições da Equipe Técnica Contratada entre outras:

- I. Desenvolver os serviços técnicos com equipe de profissionais habilitados, com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- II. Desenvolver serviços técnicos necessários para elaboração do PLHIS do Município de Goianésia;
- III. Capacitar a ETM, informando sobre a importância do PLHIS, suas etapas, o porquê da participação da equipe do município até o produto final;

- IV. Realizar as visitas técnicas locais;
- V. Realizar audiências públicas, reuniões com os atores sociais e comunitários. Orientar e acompanhar a leitura comunitária e os eventos sociais;
- VI. Produzir documentação em textos, planilhas e gráficos, apresentações;
- VII. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor;
- VIII. Entregar os produtos contratados, dentro do cronograma descrito no termo de referência.

1.3.2. Infraestrutura e Apoio Logístico da Contratante:

- 01 - Computador desktop 2Ghz, monitor com tela de LCD 19”;
- 01 - Data-Show de 2500 lumens;
- 01 - Impressora jato de tinta colorida Formato A4;
- 01 - GPS de precisão;
- 01 - Sala de trabalho e um ambiente para reuniões com capacidade de 10 pessoas;
- 01 - Automóvel com combustível e motorista para deslocamento no município no período do desenvolvimento dos trabalhos;
- 01 - Máquina fotográfica;

1.3.3. Procedimentos:

Coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento o Município de Goianésia, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PLHIS, será elaborado como instrumento político e administrativo para enfrentamento dos principais problemas referentes à habitação de interesse social, com o objetivo de promover o acesso à moradia digna e como requisito à adesão do município de Goianésia, ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. O Plano será construído em consonância com as orientações do Ministério das Cidades e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal.

O Plano será desenvolvido pela ABEC do Brasil, ETM e coordenadores dos pontos de apoio que adotará os seguintes procedimentos metodológicos:

1.3.3.1. Produto 1:

No desenvolvimento da proposta metodológica adotou-se primeiro a realização de reunião com a ETC e ETM para entrosamento das equipes e dividir as responsabilidades de cada técnico, a definição dos pontos de apoio, a elaboração da apostila para a capacitação da ETM e dos coordenadores de pontos de apoio além de questionário complementar para pesquisa de dados para o produto 2. Nestas reuniões, foram desenvolvidos trabalhos e discussão da proposta do PLHIS, coleta e dados necessários à sua elaboração, apresentação

de pré - proposta para discussão e aditivos para posterior aprovação da autoridade competente e entrega formal do produto. A participação da comunidade também somara para nivelamento de informações.

1 – Proposta Metodológica.

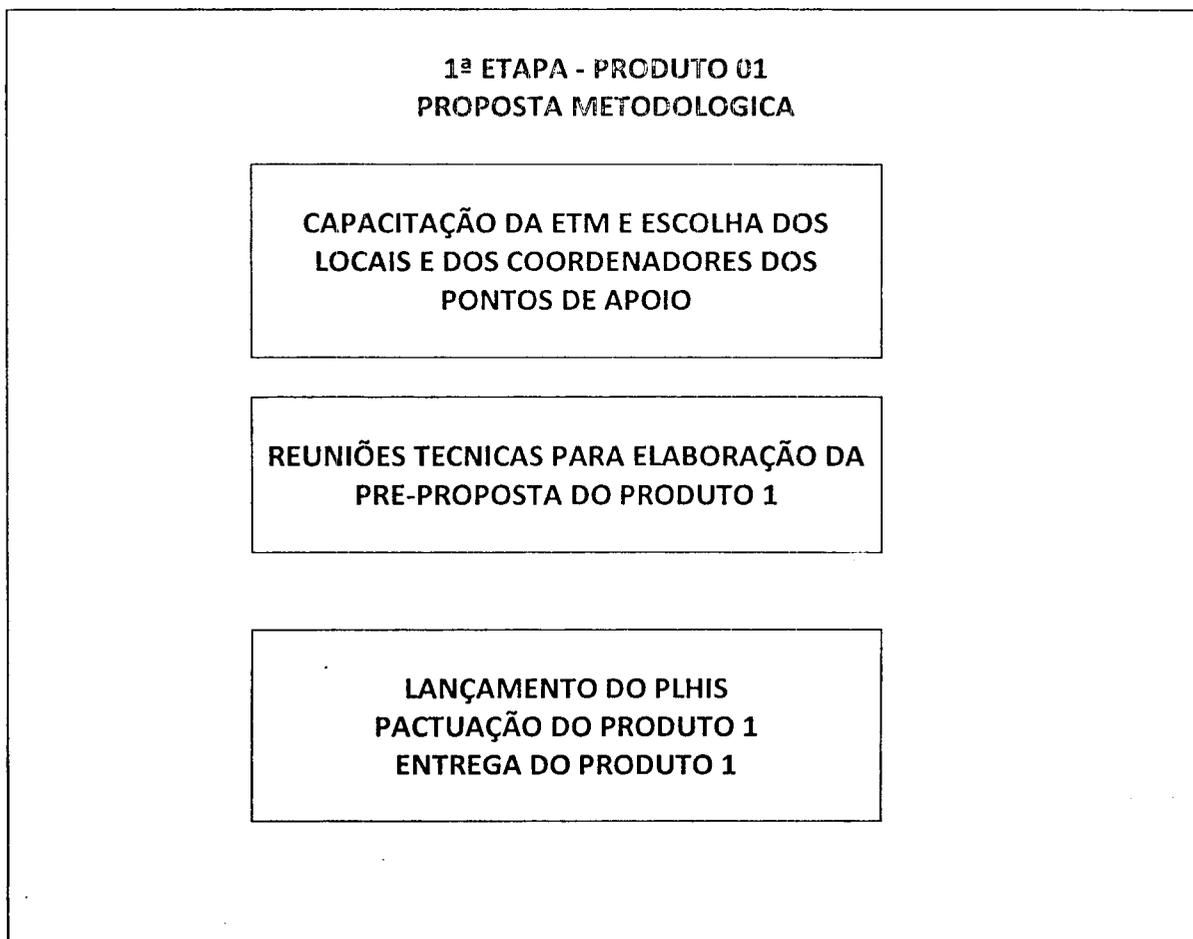


Figura 1 – Estrutura Analítica da Etapa 1

Após a pactuação e aprovação do Produto 1 – Proposta Metodológica – terão início os procedimentos para a execução das fases seguintes, quais sejam:

1.3.3.2. Produto 2:

Buscando favorecer a participação e colaboração dos setores públicos privados técnicos, sindicais, grupos comunitários, acadêmicos e demais agentes sociais envolvidos no setor habitacional e desenvolvimento urbano do Município de Goianésia, e ainda combinar a efetiva participação social e urbana na eficiência das informações, comunicações, eficácia e consistência dos dados e informações necessária à construção coletiva do plano, onde, serão desenvolvidas as estratégias e ações na construção dos subprodutos:

Subproduto1: Levantamento de Dados para a Formulação do Diagnóstico Habitacional.

Para desenvolver a Etapa 2 - Diagnostico do Setor Habitacional, a ABEC, precisará de informações de vários órgãos da administração pública municipal e da comunidade, que indicarão as necessidades habitacionais do município precisamente na indicação das áreas com maior carência de intervenções e feita com mais precisão, após mapeamento e setorização da cidade, será feito um acompanhamento sistemático de cada setor, com realização de reuniões comunitárias e das informações dos coordenadores dos pontos de apoio divididos em 5 (cinco) regiões. O município ainda deverá fornecer cópia do plano diretor, LDO e do PLANOPLURANUAL.

Nas reuniões comunitárias, serão coletadas informações da real situação da região tais como: as intervenções, áreas de risco e qual a maior carência da região.

Como instrumento de pesquisa complementar, elaboramos questionários, onde o coordenador de cada ponto de apoio estará levantando junto com a comunidade em que aspecto a sua região está deficitária. Com isto estaremos construindo o produto 2 de forma submetê-lo a leitura comunitária e audiência pública.

A identificação das informações complementares será realizada a partir de procedimentos de levantamentos de dados, pesquisa bibliográfica e visitas técnicas e reuniões comunitária visitas in-loco nas regiões para a identificação das reais demandas habitacionais do Município, com foco na habitação de interesse social. Será desenvolvido um estudo completo e detalhado sobre o Município de Goianésia no que se refere a:

- a) Aspectos físicos: localização geográfica, recursos naturais e ambientais;
- b) Inserção regional: limites, relações de vizinhança com outros municípios, inserção micro, meso e macro regional;
- c) Aspectos demográficos: características populacionais (números, sexo e faixa) etária, local e condições de moradia, acesso aos bens/equipamentos públicos, escolaridade e emprego;
- d) Qualidade de vida, assistência hospitalar e social, entre outros;
- e) Aspectos sociais e econômicos: estrutura fundiária, atividades econômicas, principais infraestrutura básica disponível e renda familiar;
- f) Aspectos habitacionais: levantamento da oferta e das condições de moradia e da oferta e disponibilidade de solo urbanizado e possibilidade de expansão urbana e solos públicos e privados (especulação imobiliária);
- g) Déficit habitacional: levantamento das características das famílias no que se refere a: renda, número de pessoas, instrução, ocupação, necessidade de habitação; este levantamento será feito por setor;

- h) Marcos legal regulatório: levantamento e estudo da Legislação Federal, Estadual e Municipal; Plano Diretor; Lei de Zoneamento do Município;
- i) Identificação dos programas habitacionais existentes no município e as fontes de recursos;
- j) Estimar a evolução das necessidades e dimensionar os recursos necessários para o enfretamento do problema habitacional.

Os dados e informações acima mencionados serão levantados nos documentos existentes no Município (Setor público e privado), da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN/GO, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, Fundação João Pinheiro, Secretarias Municipais, grupos comunitários além de livros didáticos referente a estudos sobre os municípios goianos entre outros. Também como fonte de pesquisas e levantamento de dados, será utilizadas as bases cartográficas disponíveis, descrição da historia, cultura de morar e mapas de ocupação ao longo do tempo. Os dados levantados nesta fase serão apresentados em textos , mapas, gráficos e fotos.

Foi formado os grupos comunitários denominados pontos de apoio, com indicação de um coordenador de cada região, no sentido de colher informações complementares da real demanda habitacional e serem aglutinadores da comunidade.

As reuniões com estes grupos de apoio deverão acontecer no endereço do ponto de apoio de sua região, com a participação da comunidade local.

<p>Região norte: Centro de Convivência Gibrail Kinjo Esber Brahim Rua 27,s/n entre a 40 e Av.Contorno – São Cristóvão.</p>
<p>Região sul: Escola Municipal Magnólia Protácio Machado Av.Ulisses Guimarães, s/n,jardim Esperança</p>
<p>Região leste: Centro de Convivência do idoso Edes Caetano</p>
<p>Região oeste: Creche Municipal Joaquim Gomes Pina Covoá 1, entre a rua Santos Dumont e Palmeiras</p>

Região centro:

Centro Cultural Bercholina Rodrigues
Av. Brasil com rua 31

Região zona rural:

Escola municipal Divino Vieira Mota
Morro Branco

Subproduto 2: Elaboração do Diagnóstico Habitacional.

O delineamento do diagnóstico habitacional será iniciado a partir da contextualização do problema da habitação, baseada nas disposições da Política Nacional de Habitação e nos documentos constantes da Biblioteca Virtual da Secretaria Nacional de Habitação, destacando-se dentre esses, documento intitulado Déficit Habitacional no Brasil (FJP, 2006).

A seguir proceder-se-á à caracterização do Município de Goianésia a partir da sua inserção regional e características, tais como: área, população urbana e rural, inserção micro e macro regional, relação com os municípios vizinhos, atividades econômicas. Para esta caracterização serão utilizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas nas bases oficiais de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e da Superintendência de Estatística, Pesquisa em Informação – SEPLIN – do Estado de Goiás.

Para complementação da caracterização do Município serão realizadas visitas técnicas, acompanhadas pela Equipe Técnica do Município – ETM, com vistas à identificação da realidade e necessidades encontrada em cada bairro. Além destas visitas serão realizadas reuniões comunitárias nos pontos de apoio de cada região, com isto estaremos construindo informações complementares pela comunidade para a leitura comunitária.

Serão priorizados nas visitas técnicas os setores e áreas de risco os quais, atualmente, são ocupados por populações de baixa renda, de forma a facilitar o diagnóstico Habitacional sobre as reais demandas habitacionais e urbanísticas de Goianésia, porém não será dispensado o levantamento de toda área urbana.

A figura 2 a seguir demonstra o fluxo de atividades a serem desenvolvidas na elaboração do diagnóstico do PLHIS.

**2ª ETAPA – PRODUTO 2
DIAGNOSTICO HABITACIONAL**

**CAPACITAÇÃO DOS COORDENADORES DOS
PONTOS DE APOIO
REUNIÕES COMUNITARIAS NOS PONTOS DE
APOIO E VISITAS *IN – LOCO* NAS REGIÕES**

LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DE DADOS

REUNIÕES TÉCNICAS DE SISTEMATIZAÇÃO

**LEITURA COMUNITARIA E PACTUAÇÃO DO
PRODUTO 2 – DIAGNÓSTICO HABITACIONAL**

**ENTREGA DO PRODUTO 2
DIAGNÓSTICO HABITACIONAL**

Reuniões:

a) Reuniões Técnicas

Esta atividade se desenvolverá de forma contínua e envolverão o trabalho da Equipe Técnica Contratada e Equipe Técnica do Município, representantes dos segmentos locais atores sociais, coordenadores de pontos de apoio e a comunidade, que se reunirão sistematicamente para definir as propostas de conteúdo substantivo das ações; pesquisa

bibliográfica e de campo, roteiro das visitas técnicas; aspectos metodológicos; plano de trabalho; requisitos necessários quanto a pessoal e materiais a serem disponibilizados; elaboração registros fotográficos; elaboração de relatórios e avaliação contínua do trabalho realizado que dará origem a leitura comunitária.

b) Seminário/oficina

Tem como objetivo preparar os grupos de apoio, para uma participação das atividades de desenvolvimento do PLHIS, sendo eles os principais agentes conhecedores da real situação do sistema habitacional do Município. Estes grupos serão divididos nas 06 regiões para serem ponto de apoio no levantamento complementar de informações de agentes multiplicadores e aglutinadores para as reuniões e que nelas além do questionário serão levantadas informações que irão construir a leitura comunitária.

c) Levantamento / Seleção de Dados e Informações

Esta atividade constitui a base do conhecimento de todos os aspectos que fundamentaram o trabalho e a montagem do Plano de Ação. Serão identificadas, selecionadas, e coletadas todas as possíveis fontes de informação e dados disponíveis, em instituições públicas, privadas e comunitárias.

d) Leitura Técnica

A leitura técnica constitui-se do processo de leitura dos documentos, informações, dados e seu processamento, buscando a identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, inclusive aqueles observados do ponto de vista dos diversos seguimentos sociais. Será realizada a partir da comparação entre dados e informações sócio-econômicas, culturais, ambientais e de infra-estruturas e a visão detectada nas regiões comunitárias.

e) Mobilização Social: Audiência Pública e/ou Reunião Comunitária

Mobilizar diferentes atores sociais, através de convites, carro de som, inserção na radio local, sessões plenárias e telefone como forma de garantir maior participação destes processos e na perspectiva de construção coletiva do PLHIS, buscando integrar a política habitacional ao atendimento do direito à moradia, associado á sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, expressas na pluralidade de modos de vida e no uso dos espaços públicos.

A Estratégia, que será usada, buscara dar publicidade, divulgar e envolver os diferentes segmentos da comunidade local e ouvir seus anseios e expectativas, bem como, relatar o objetivo do Plano e suas linhas gerais. A didática utilizada será em explanação oral, debates e no produto de pactuação o data show. Estaremos dando oportunidade da comunidade se posicionar e iremos ao produto final da etapa 2, descrever as melhores colocações feitas pela comunidade nas reuniões.

f) Reuniões Técnicas de Sistematização

Atividade de sistematização das informações e dados coletados contextualizado do problema da habitação, mapeamento dos recursos e fontes de financiamento, gestão de recursos, composição de investimento, regularização fundiária, obras, elaboração de projetos, assistência técnica, aquisição de terreno, trabalho social, revisão de legislação e outros itens.

Um dos instrumentos será a utilização do questionário, como fonte e referencial para coleta de informações, desta forma teremos mais subsídios levantados com a colaboração da comunidade e apoio da equipe técnica do município.

Outros aportes serão pesquisados a LDO e o Plano plurianual.

g) Audiência Pública do Diagnóstico Habitacional

À Audiência Pública, representará o momento de apresentação do diagnóstico do setor habitacional de Goianésia, com a sociedade organizada, grupos comunitários e atores sociais. Dela participará também o legislativo, executivo e o Judiciário através do ministério público grupos associativismo, conselho municipal de habitação, representantes do conselho participativo do orçamento municipal e sindicatos.

O diagnóstico será submetido à apreciação pública em sua versão preliminar, colhendo-se as sugestões e os principais pontos de debates levantados, os quais serão sistematizados pelas equipes técnicas, fornecendo elementos que serão incorporados ao texto final do diagnóstico. A chamada para a audiência será através de convites, cartazes radio carro de som e os meios de comunicação local.

1.3.3.3. Produto 3:

Elaborado o diagnóstico, já discutido e pactuado com a comunidade envolvida e aprovado pela administração municipal, segue ação de construção coletiva do Plano, com trabalho das equipes técnicas. Na elaboração da Versão Preliminar que será submetida à Audiência Pública, com a participação popular e após a crítica e avaliação da Administração Municipal será elaborada a Versão Final. Para o desenvolvimento da etapa 03 serão usadas as seguintes estratégias e ações.

A figura 3 a seguir demonstra a estrutura analítica da Etapa 3.

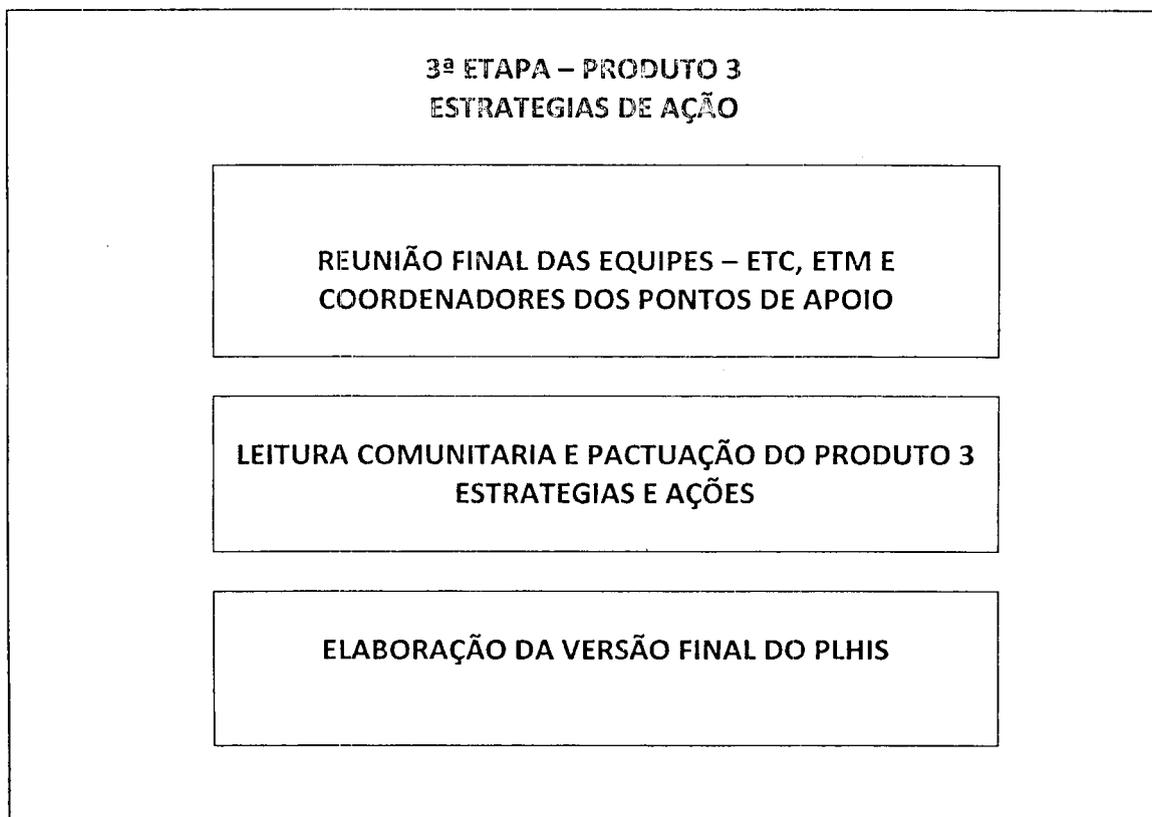


Figura 3 – Estrutura Analítica da Etapa 3

a) Elaboração da versão Preliminar do PLHIS – Goianésia

Na terceira etapa com a elaboração do documento preliminar passará para por avaliação em audiência pública de pactuação do PLHIS.

b) Seminário/oficina

Da mesma forma de participação na etapa 2, o seminário visa uma maior interação dos grupos comunitários, atores sociais e sociedade na construção de proposta e ações a serem definidas no PLHIS.

c) Audiência Pública

Apresentação do documento para debate público com a participação dos diferentes segmentos sociais, que se envolveram no processo de construção da proposta preliminar do PLHIS. Será um evento, com uso de data show, confecção de convites e cartazes. Haverá registro das sugestões, críticas e propostas apresentadas para avaliação da equipe técnica.

d) Elaboração da Versão Final do Plano:

Com base nas sugestões, críticas, propostas e apresentadas na Audiência Pública pelos participantes de todos os segmentos sociais e órgãos da administração municipal, serão

elaboradas a versão final do Plano Local de Habitação Interesse Social, que deverá ser previamente analisada e aprovada pelo Executivo Municipal, ou seu representante legal da área habitacional, antes de sua formação gráfica.

e)Projeto de Lei Municipal:

Tendo formulado, analisado e aprovado pelo atores sociais e o poder executivo o PLHIS de Goianésia, será formatado e deverá ser enviado ao Legislativo Municipal para Projeto de Lei.

1.4. Quadro Geral de Atividades:

Conforme a metodologia proposta, o PLHIS – Goianésia será desenvolvido a partir da construção coletiva, com efetiva participação dos agentes públicos, grupos comunitários, responsável legal e técnico pela condução do processo, pela empresa contratada, por meio de sua equipe técnica e da equipe do município e dos coordenadores dos pontos de apoio, com a participação popular, por meio dos movimentos sociais organizados da cidade de Goianésia.

QUADRO DE ATIVIDADES				
Etapa	Nº.	Atividade	Atividade procedente	
1	1	Reuniões Técnicas – Elaboração da pré – proposta produto 1, apostila e questionário.	01	
	2	Reunião com representantes da comunidade e capacitação da ETM, entrega das apostilas.	01	
	3	Análise da pré proposta metodológica, versão produto 1. Lançamento do PLHIS	01	
	4	Reunião de pactuação para aprovação da proposta metodológica, versão 1, juntada de documentos. Impressão e assinatura da equipe técnica.	01	
2	5	Capacitação dos coordenadores dos pontos de apoio. Seminário/oficina com grupos comunitários. Levantamento/Seleção de Dados e Informações e elaboração da 2ª etapa.	03	
	6	Audiência Pública para pactuação do produto 2, com os atores sociais, comunidade e movimentos populares.	01	
	7	Leitura Técnica	01	
	8	Reuniões Técnicas – Sistematização	03	
3	9	Reunião com a ETM e os coordenadores dos pontos de apoio	02	
	10	Audiência Pública para apresentação do produto 03 e final do PLHIS. Revisão, aprovação e encaminhamento para impressão gráfica.	01	
	11	Formatação para ser encaminhado ao legislativo em projeto de Lei Municipal do PLHIS.	01	
1ª etapa	2ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	3ª etapa

1.5. Cronograma Geral de Atividades

Etapa	Produtos	Nº	ATIVIDADES/ EVENTOS/ AÇÕES	Etapa	Etapa	Etapa
1	1	1	REUNIÕES TÉCNICAS – ELABORAÇÃO DA PROPOSTA METODOLOGICA, CAPACITAÇÃO DA ETM .	X		
		2	PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO E ENTREGA DA PROPOSTA METODOLOGICA E LANÇAMENTO DO PLHIS	X		
2	2	3	CAPACITAÇÃO DOS COORDENADORES DOS PONTOS DE APOIO .SEMINARIO/GRUPOS COMUNITARIOS E APOIO		X	
		4	ENTREGA DO QUESTIONARIO PARA PESQUISA DE DADOS COPLEMENTARES Á ETM E COORDENADORES DOS PONTOS DE APOIO		X	
		5	CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES		X	
		6	FECHAMENTO DO LEVANTAMENTO DE DADOS E ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO HABITACIONAL		X	
		7	MOBILIZAÇÃO SOCIAL – REUNIÃO COMUNITARIA		X	
		8	LEITURA TÉCNICA		X	
		9	REUNIÕES TÉCNICAS - SISTEMATIZAÇÃO		X	
		10	AUDIÊNCIA DE PACTUAÇÃO DO PRODUTO 2		X	
3	3	11	REUNIÃO COM A ETM. E COORDENADORES DOS PONTOS DE APOIO			X
		12	AUDIENCIA DE PACTUAÇÃO DO PRODUTO 3			X
		13	ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO PLANO			X

1.6. Cronograma Geral de Reuniões e Audiências Públicas

PRODUTOS	LOCAL	DATA	HORARIO
<u>PRODUTO 01</u>			
Capacitação da ETM;	Auditório do Paço Municipal	04/10/2010	14.00
Pactuação do produto1	Auditório do Paço Municipal	0510/2010	14.00
<u>PRODUTO 02</u>			
Capacitação dos Coordenadores dos pontos de apoio;	Auditório do Paço municipal;	26/04/2011	10.00
Reunião comunitária;	Região sul;	10/05/2011	8.30
Reunião comunitária;	Região norte;	10/05/2011	10.00
Reunião comunitária;	Região leste;	10/05/2011	13.00
Reunião comunitária;	Região oeste;	10/05/2011	15.00
Reunião comunitária;	Região centro;	10/05/2011	16.30
Reunião comunitária:	Região rural	11/05/2011	9.00
Pactuação do produto 02	Auditório do Paço Municipal.	31/05/2011	16.00
<u>PRODUTO 03</u>			
Reunião com as equipes ETC, ETM e coordenadores de pontos de apoio.	Auditório do Paço Municipal;	06/07/2011	15.00
Pactuação do produto 03	Auditório do Paço Municipal	06/07/2011	16.00

1.7. Cronograma de Divulgação e Comunicação

PRODUTO	INSTRUMENTOS	QUANT	LOCAL/FIXAÇÃO
01	CARTAZES	30	CARTORIO, CORREIOS, CRECHE, ESCOLAS, REPARTIÇÕES PUBLICAS, POSTO DE SAUDE, HOSPITAIS, SINDICATOS E COMERCIO EM GERAL.
	CONVITES	1.000	COMUNIDADE EM GERAL
	INSERÇÃO/RADIO	200/D 03/D	COMUNIDADE EM GERAL
	CARRO DE SOM	100/D 03/D	COMUNIDADE EM GERAL
	ENTREVISTA NA RADIO	01	OUVINTES LIGADOS
PRODUTO	INSTRUMENTOS	QUANT	LOCAL/FIXAÇÃO
02	CARTAZES		CARTORIO, CORREIOS, CRECHES, CORREIOS, POSTO DE SAUDES, HOSPITAIS, ESCOLAS. REPARTIÇÕES PUBLICAS E COMERCIO EM GERAL
	CONVITES		COMUNIDADE EM GERAL
	FAIXA		AUDITORIO DO PAÇO MUNICIPAL
	CARRO DE SOM		COMUNIDADE EM GERAL
	INSERÇÃO/RADIO		COMUNIDADE EM GERAL
PRODUTO	INSTRUMENTOS	QUANT	LOCAL/FIXAÇÃO
03	CARTAZES		CORREIOS, ESCOLAS, CRECHES, POSTOS DE SAUDE, HOSPITAIS, CARTORIO, REPARTIÇÕES PUBLICAS E COMERCIO EM GERAL.
	CONVITES		COMUNIDADE EM GERAL
	FAIXA		AUDITORIO DO PAÇO MUNICIPAL
	CARRO DE SOM		COMUNIDADE EM GERAL
	INSERÇÃO/RADIO		COMUNIDADE EM GERAL

1.8. Cronograma Geral dos Recursos

ETAPA 01 - PROPOSTA METODOLOGICA	
REPASSE FINANCEIRO	R\$ 11.338,28
REPASSE DA CONTRAPARTIDA	R\$ 761,72
TOTAL	R\$ 12.100,00
ETAPA 02 - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	
REPASSE FINANCEIRO	R\$ 28.205,00
REPASSE DA CONTRA PARTIDA	R\$ 1.895,00
TOTAL	R\$ 30.100,00
ETAPA 03 - ESTRATEGIAS DE AÇÃO	
REPASSE FINANCEIRO	R\$ 16.773,16
REPASSE DA CONTRAPARTIDA	R\$ 1.126,84
TOTAL	R\$ 17.900,00
TOTAL GERAL	R\$ 59.990,00
% DA CONTRAPARTIDA	6.2.9.6

1.9. Considerações Finais

Com a Proposta Metodológica formulada do PLHIS do município de Goianésia, estabelecerá onde serão definidos os conteúdos e procedimentos para sua elaboração, visando compreender os conceitos relativos as necessidades habitacionais que serão desenvolvidas nas estratégias em âmbito municipal, de um trabalho técnico, embasado nas informações técnicas é aqui levantadas e fundamentadas na experiência do quadro dos profissionais qualificados da equipe técnica contratada, equipe técnica do município, coordenadores de pontos de apoio e a comunidade. No entanto, o processo de desenvolvimento da execução dos trabalhos na sua elaboração, poderá a qualquer tempo serem inseridas ações e como também substituição o inserção profissionais que qualifiquem o projeto desde que haja consenso entre as equipes da ABEC do Brasil e ETM, com a anuência expressa da Administração Municipal.

Toda e qualquer comunicação entre a empresa contratada e administração municipal será formal para que assegure o pleno cumprimento desta proposta e sucesso na realização das atividades.

Goiania (GO) 05 de abril de 2011

MINISTÉRIO DAS CIDADES

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO TÉCNICO

PRODUTO I

PROPOSTA METODOLÓGICA

REF: PLHIS – PRODUTO I

PERIODO DE REFERÊNCIA – 1ª ETAPA - % DO SERVIÇO 20%

Proposta Metodológica, referente ao cumprimento das etapas do serviço técnico contratado, para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Goianésia - GO, entre a Empresa ABEC do Brasil e a Prefeitura Municipal de Goianésia - GO, pautado pelas disposições e pelo termo de referência constante do processo licitatório qualificado na carta convite de preço Nº. 044/2009.

Ao longo da **ETAPA 1**, foram realizadas reuniões internas de trabalho administrativo, para o repasse de informações e entrega de documentos, com o objetivo de discutir o roteiro para elaboração da Proposta Metodológica, o cronograma básico dos trabalhos e para dar início ao levantamento de informações necessárias elaboração do diagnóstico habitacional. Foi realizada, também uma reunião entre a consultoria e os coordenadores da prefeitura, com objetivo de compor a equipe técnica municipal ETM e os coordenadores de pontos de apoio, definindo suas atribuições e formatando o apoio logístico necessário ao desenvolvimento das ações. Entre as ações a capacitação da equipe técnica municipal ETM e a definição dos coordenadores e locais dos pontos de apoio que serão capacitados durante a elaboração do produto 2, a construção da leitura comunitária e pactuação da Proposta Metodológica- 1ª etapa com a participação da comunidade.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA - GOIÁS

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO TÉCNICO

1) IDENTIFICAÇÃO

Programa: FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	Ação/Mobilidade: APOIO A ELABORAÇÃO DO PLHIS	
Empreendimento: ELABORAÇÃO DO PLHIS	Localização/Município: GOIANÉSIA	UF: GO
Fonte de recursos: GOVERNO FEDERAL	Regime de produção: EMPREITADA	
Objeto de intervenção: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
Executor de Intervenção: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA - GO		
Tel.: (62) 33899400	E-mail:	
Responsável Técnico- ROGERIO DE MORAES SOUZA	Formação: ARQUITETO /URBANISTA	
Tel.: (62) 3253 1292 (62) 9284 3465	E-mail: celiagillet@hotmail.com	

2) RELATÓRIO / PERÍODO DE REFERÊNCIA.

Mês/Período: 1 ETAPA	% da Obra/Serviço: 20%
--------------------------------	----------------------------------

1.10. RELATÓRIOS

RELATORIO 01

RESUMO DAS ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÕES

1. ATIVIDADES /AÇÕES DESENVOLVIDAS

Data e descrição das Atividades,	Presença
<p>1ª Reunião Técnica:</p> <p>Local: Sede da ABEC</p> <p>Data: 03/09/2010</p> <p>Diretrizes Gerais:</p> <p>Reunião para discussão sobre os serviços contratados, identificação do papel de cada técnico;</p> <p>Elaboração da apostila para capacitação da ETM.</p> <p>Técnicas instrumentos utilizados</p> <p>Reunião administrativa repasse de informação e entrega de documentos para elaboração da apostila.</p> <p>2ª Reunião Técnica:</p> <p>Local: Auditório da Prefeitura</p> <p>Data: 04/10/2010</p>	<p>Técnicos da equipe contratada - ETC</p>

2. AÇÕES REALIZADAS E NÃO PREVISTAS:

Descrição das ações/ Atividades	Justificativas
Não houve	

3. REDIMENCIONAMENTO E/ OU NOVAS AÇÕES

Não houve redirecionamento, o cronograma foi cumprido dentro do prazo da 1ª etapa, estabelecida pelo contrato.

4. REDIMENCIONAMENTO E/ OU NOVAS AÇÕES

Não houve redirecionamento, o cronograma foi cumprido dentro do prazo da 1ª etapa, estabelecida pelo contrato. **A capacitação dos coordenadores dos pontos de apoio, será dentro da elaboração do produto 2, justificando que a inserção do pontos de apoio foi sugerida após a reunião de pactuação do produto 1.**

5. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

a) Coletar subsídios para elaboração do PLHIS do Município de Goianésia - GO

Atividade	Detectar os atores sociais, moradores e setor produtivo, voltados para a questão habitacional do município.
Objetivo	Mobilizar a população local, com objetivo de envolver os moradores, atores sociais nas discussões e decisões para a elaboração do PLHIS de Goianésia.
Metodologia	Visitas in-loco às áreas de risco, lideranças, associações, sindicatos e setor produtivo.
Período de execução	1ª Etapa.
Metas	Conscientizar a população da importância de sua participação na elaboração do PLHIS.
Local	Possíveis áreas de intervenção.
Avaliação e controle	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicadores de avaliação	Informações coletadas quantitativamente e qualitativamente.

b) Identificação da Estrutura Municipal:

Atividade	Identificar os atores institucionais
Objetivo	Definido a composição da ETM e dos coordenadores dos pontos de apoio, procede-se a capacitação para serem rede de apoio em parceria com os atores sociais no favorecimento e comprometimento institucional.
Metodologia	Elaboração de apostila, como roteiro e documento de pesquisa para a ETM, palestra e debates com os envolvidos.
Período	1ª Etapa
Meta	Capacitar a ETM, para serem rede de apoio na elaboração do PLHIS de Goianésia.
Local	Auditório do Paço Municipal
Duração	1ª Etapa
Avaliação e controle	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	Adesão das lideranças local.

c) Identificação das atribuições e responsabilidade da ETM:

Atividade	Identificar os atores sociais que atuam e intervêm na questão habitacional do município para a proposição de estratégias de comunicação, mobilização e participação da população, incluindo a proposta de eventos de discussão com a sociedade local, inclusive na fase inicial de discussão da Proposta Metodológica a ETM.
Objetivo	Difundir o PLHIS, no sentido de informar a toda população a cerca da importância do plano. Preparar os pontos de apoio para as reuniões. Observando aspectos necessários para o bom andamento dos trabalhos.
Metodologia	Visitas às áreas de intervenção
Período de execução	1ª etapa.
Metas	Divulgar amplamente os eventos de forma envolver pelo menos 70% da população.
Local	Auditório do Paço Municipal
Duração	1ª Etapa
Avaliação e controle	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	Comprometimento da ETM e participação efetiva da população.

d) Identificação das atribuições e responsabilidades da ETC:

Atividade	Sistematizações disponíveis a cerca da problemática urbano-habitacional local. Planejar os momentos no nivelamento de informações e conceitos de âmbito institucional, para que se consiga estabelecer um dialogo entre a instituição e a população.
Objetivo	Agrupar dados e informações coletadas, visando construir o PLHIS mais próximo da realidade do município. Informar a população sobre o andamento dos trabalhos nos eventos, estabelecendo espaços pra discussão da Proposta Metodológica, possibilitando a inserção real dos atores sociais e comunidade no processo de construção do PLHIS.
Metodologia	Pesquisar as mais possíveis fontes de informações. Divulgar o andamento dos trabalhos nas rádios, sessões plenárias da câmara e reuniões. Organizar Assembleias para discussão e pactuação do produto apresentados.
Período de execução	1ª Etapa.
Metas	Atualizar sempre as informações obtidas e informar a população sobre o andamento dos trabalhos.
Local	Auditório do Paço Municipal.
Duração	1ª Etapa.
Avaliação e controle	Bibliografias atualizadas, atas, lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	O produto final mais próximo possível da realidade do município de Goianésia.

e) Formulação de Diagnósticos

Atividade	Encontros e debates técnicos da administração a cerca dos dados para a formulação do diagnostico do Município de Goianésia. Capacitação dos coordenadores dos pontos de apoio. Reuniões comunitárias.
Objetivo	Analisar por meio de discussões, pesquisas e reflexões os dados técnicos a realidade sócio-econômico-cultural dos moradores do município de Goianésia.
Metodologia	Serão agendadas reuniões com o grupo técnico para esta finalidade.
Período	2ª etapa
Metas	A participação efetiva dos técnicos
Local	Auditório do Paço Municipal
Duração	2ª Etapa
Avaliação e controle	Lista de presença ata e registro fotográfico.
Indicador de resultado	Obtenção de dados e informações necessários para elaboração do PLHIS de Goianésia.

d)Execução das Etapas:

f.1)

Atividade	Debates com a sociedade de como deve se dar o processo de discussão e construção do PLHIS do município de Goianésia, discussões com a ETM,atores sociais e setor produtivo para aprovação e pactuação da Proposta Metodológica.
Objetivo	Oportunizar e proporcionar a toda comunidade, orientações metodológica dos caminhos a ser percorridos para a construção do PLHIS de Goianésia.
Metodologia	Serão estrategicamente montadas questões relativas ao PLHIS, nas cadeiras dos participantes para que eles interajam entre si, proporcionando assim a participação de todos.
Período de execução	1ª Etapa.
Metas	A participação efetiva de todos os convidados
Local	Auditório do Paço Municipal
Duração	1ª Etapa.
Avaliação	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	A participação efetiva da comunidade local.

f.2)

Atividade	Estabelecimento de fóruns de debates com as entidades representativas, terá a vantagem de ampliar a representatividade do debate com a coleta de informações a cerca do problema habitacional e suas soluções, como também nas reuniões comunitárias nos pontos de apoio.
objetivo	Proporcionar a comunidade à oportunidade de intervirem na construção do PLHIS de Goianésia.
Metodologia	No fórum apresentar a comunidade o levantamento elaborado para construção do Diagnostico Habitacional, buscando ainda dados complementares para uma construção mais próxima da realidade do município.
Período	2ª Etapa
Metas	Participação efetiva da comunidade, com discussões e sugestões.
local	Auditório do Paço Municipal.
Duração	Tempo necessário para construção da II Etapa.
Avaliação e controle	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	Participação efetiva da comunidade.

f.3)

Atividade	Apresentação do produto final a comunidade para sua aprovação.
Objetivo	Executado as etapas I e II agora e à hora da apresentação das estratégias de ações para entrega do produto final na construção do PLHIS.
Metodologia	No debate final, apresentação do produto III, será levada ao conhecimento da comunidade o PLHIS de Goianésia, para aprovação e formatação de projeto de Lei Municipal.
Período de execução	3ª Etapa
Metas	Apresentação do produto III versão final bem próximo à realidade do município de Goianésia.
Local	Auditório do Paço Municipal.
Duração	3ª Etapa.
Avaliação e controle	Ata lista de presença e registro fotográfico.
Indicador de resultado	Participação efetiva da comunidade para aprovação do produto final - versão etapa III.

5.1- AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.

Aspectos facilitadores:

A Administração Municipal, esta disposta, a discussão de diretrizes e instrumentos na construção de um PLHIS, articulado com a participação popular representados pelos atores sociais com novas propostas e ações de política urbana, habitacional e ambiental, aos projetos de estruturação urbana e de qualificação do espaço público de Goianésia, ocupação legal da ZEIS, priorizando a regularização fundiária e produção novas unidades de Habitação de Interesse Social.

Aspectos dificultadores:

Nesta primeira etapa tivemos dificuldades com da ETM, sobre proposta do PLHIS a mesma não demonstra interesse de participar nos trabalhos e também pela inclusão dos pontos de apoio depois da realização da pactuação do produto 1 já em análise.

Alternativa de solução:

Com a capacitação, temos expectativas que a rede de apoio foi construída, com isto, teremos suporte técnico para as etapas posteriores, ou seja, produto 2ª e 3ª.

Resultados obtidos /outras considerações:

Nesta primeira etapa a participação popular contribuiu para a elaboração da proposta metodológica, onde estabeleceu parâmetros para as etapas para os produtos 2 e 3, como:

Instrumentos Utilizados:

A equipe participou da avaliação dos trabalhos desenvolvidos?

SIM (x) NÃO ()

Quais foram os instrumentos de avaliação utilizados de registro?

- (x) Atas
- (x) Fotos
- (x) Apostilas e convites
- (x) Registro das reuniões
- (x) Lista de presença
- (x) Cópia de produtos
- (x) Reunião de avaliação
- (X) Entrevista

Resultado da avaliação:

Ao longo da ETAPA 1, foram realizadas reuniões internas de trabalho administrativo, para repasse de informações e entrega de documentos, com o objetivo de discutir o roteiro para elaboração da Proposta Metodológica, o cronograma básico dos trabalhos, e para dar início ao levantamento de informações necessárias à elaboração do Diagnóstico Habitacional.

Foi realizada, também, uma reunião, entre a consultoria e os coordenadores da prefeitura, com o objetivo de compor a Equipe Técnica Municipal e dos coordenadores dos pontos de apoio, definindo suas atribuições e formatando o apoio logístico necessário ao desenvolvimento das ações, conforme **Quadro Demonstrativo de Ações / Atividades Desenvolvidas**.

5.2. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA O PLHIS.

Dos instrumentos e prazos de avaliação do PLHIS:

A estratégia a ser adotada pela administração do Município de Goianésia, para a avaliação deste Plano, deverá acontecer anualmente, ainda que não haja nenhuma mudança ou alteração e deverá ser monitorado e avaliado e revisado por instrumento avaliatórios instituídos para este fim, com objetivo de checar as ações previstas com as que serão realizadas.

Os instrumentos sugeridos neste Plano ultrapassarão a abrangência da questão habitacional tendo em vista que para atender a população neste quesito, necessariamente deverão ser atendidas outras necessidades das mais variadas áreas de obrigação de um gestor municipal com visão de futuro. A finalidade é instituir uma política de avaliação da gestão constante e abrangente a fim de comprovar por meio de registros os avanços econômicos e sociais ao longo do tempo.

Para melhor afetividade das ações e principalmente no que diz respeito às fraquezas e potencialidades do município sugerimos que os instrumentos de monitoramento, avaliação e revisão a serem instituídos são:

Competências e responsabilidades das Secretarias

Secretaria Municipal de Governo:

PPA – Plano Plurianual / Prazo = 04 em 04 anos;

Planejamento Estratégico/ Prazos = Anual;

Planejamento Tático /

Prazos = Anual.

Secretaria Municipal de Finanças

Investimentos e captação de receitas em geral e na área habitacional / Prazo = Anual

Prestação de contas e Orçamento Público.

Prazo = Anual

Secretaria Municipal de Administração

Capacitação de técnicos, profissionais aliados à participação ao gestor local, lideranças, atores sociais, sociedade civil e demais segmentos interessados no PLHIS.

Prazo= Anual.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Tendo em vista a existência de impacto ambiental no município, se faz necessário uma proposta para dirimir a poluição de riachos, matas ciliares e áreas de risco. Ministrando conferências sobre o Meio ambiente, enfocando assuntos como: resíduos sólidos, reciclagem do lixo.

Prazo = Semestral.

Secretaria Municipal de Planejamento

Estar atento aos recursos dos Governos Estadual e Federal, fazer adesão aos programas habitacionais, buscar apoio nas assistências técnica, para elaborar projetos de produção de moradia.

Elaborar indicadores de resultados e qualidade habitacional, com registro, valores, gráficos e planilhas.

Contratar empresa especializada em pesquisa para elaborar avaliação popular, com ampla

divulgação dos resultados *feedback* da população, caso o município não tenha em seu quadro departamento de estatística.

Prazo = Anual.

Ressaltando a importância de monitoramento de áreas ocupadas, de modo a verificar o cumprimento quanto ao uso e ocupação do solo.

Secretaria de Ação Social

Estar sempre reformulando os cadastros das famílias que tem problema de moradia com as devidas atualizações sem ingerência política

Prazo = Semestral.

RELATORIO 02

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

6. DESPESAS NO PERÍODO – ETAPA 01

1. CUSTOS COM MATERIAIS E SERVIÇOS				
		Valor Contrapartida		
		Bens Serviços	Financeira	
Material de Consumo (apostila para capacitação da ETM, convites, cartazes, carro de som para pactuação do produto 1).	342,02		22,98	
Transporte da equipe	1.218,15		81,85	
Custo com Atividades Eventos (capacitação da ETM, pactuação da Proposta Metodológica).	749,63		59,37	
Alimentação e Hospedagem ETC	937,00		63,00	
Subtotal (1)	3.246,80		218,20	
2-CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS				
		Valor Contrapartida		
		Bens Serviços	Financeira	
Superior Arquiteto/urbanista coordenador do PLHIS	3.424,88		230,12	
Superior/pedagoga Supervisora, Responsável pela elaboração da proposta metodológica e capacitação da ETM, atores sociais.	2.811,20		188,80	
Superior/assistente social Responsável pela aglutinação dos atores sociais.	1.855,40		124,60	
Subtotal (2)	8.091,48		543,52	
TOTAL GERAL (Subtotal 1 + 2)		12.100,00		

7. DESEMBOLSO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROJETO DE TRABALHO

Discriminação dos Custos	Desembolso para 1ª etapa	Desembolso da contrapartida 1ª etapa	Saldo Atual
Valor Financeiro / Repasse	R\$11.338,28		R\$11.338,28
Valor financeiro da contrapartida		R\$ 761,72	R\$ 761,72
Valor Total			R\$ 12.100,00

Goiânia (GO), 05 de abril de 2011.

ABEC do Brasil – Agencia Brasileira de Excelência em Consultoria Ltda.

**Rogério de Moraes Souza
Arquiteto /Urbanista
Coordenador Geral do PLHIS**

8. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO – FINANCEIRO

1º ETAPA – ELABORAÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA

Contrato de Repasse nº 270.802-91 PREFEITURA MUNICIPAL GOIANÉSIA - GOIÁS	Contrato de Repasse: 270.802-91 PRODUTO 1- PROPOSTA METODOLÓGICA
---	---

			Físico				
			Unidade	No período		Até o período	
				Prog.	Exec.	Prog.	Exec.
1	1º	Elaboração da Proposta Metodológica, versão produto 1.	20%	100%	100%	100%	100%
			Total				100%

		Realizado no período de Setembro 2010			
		Repasse	Contrapartida	Outros	Total
1	1º	11.338,28	761,72	////////	12.100,00
Sub/Total					12.100,00

Obs. % da contrapartida = 6.2.9.6

RELATORIO 03

EQUIPE TECNICA CONTRATADA

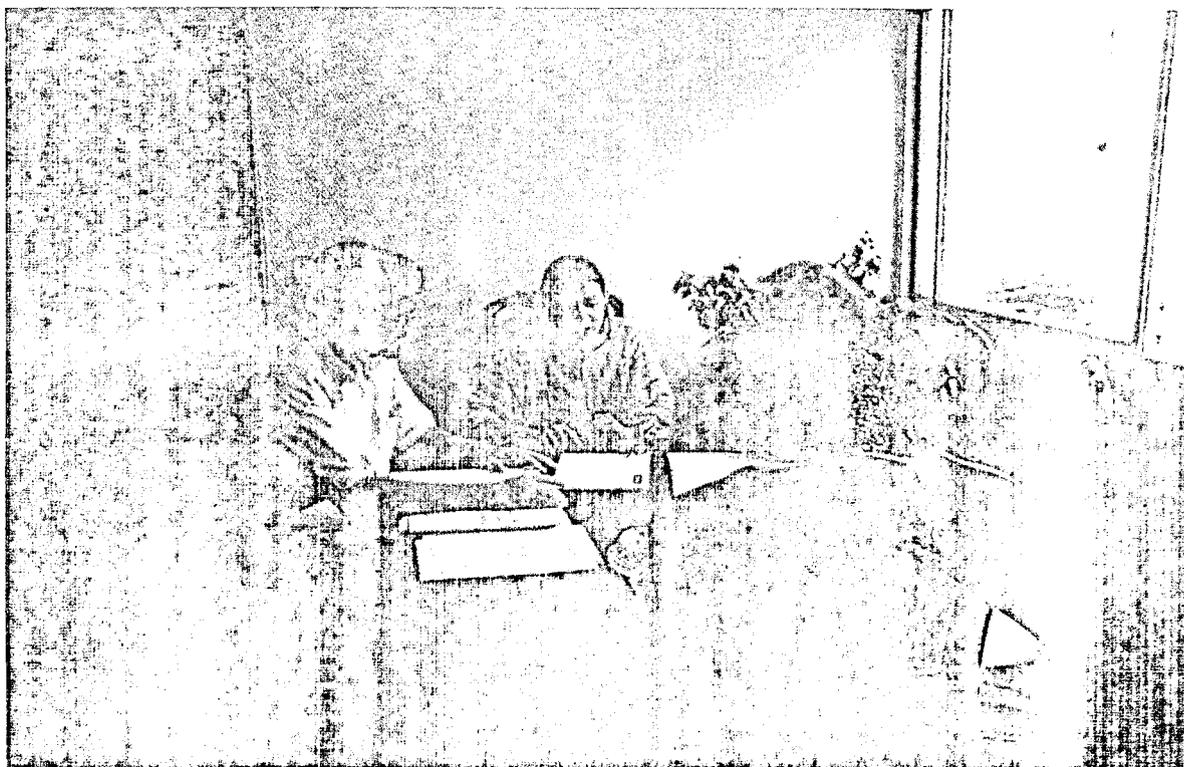


REUNIÃO DA ETC - ARQUITETOS- RAQUEL MOSCA, EMILIO POVOA, ROGERIO MORAES, PSICOLOGA CLEBIANA GOUVEA E A ADMINISTRADORA DE EMPRESA CRISTIANE SANTANA.



REUNIÃO DA ETC - ARQUITETOS- EMILIO POVOA, ROGERIO MORAES, PSICOLOGA CLEBIANA GOUVEA E A ADMINISTRADORA DE EMPRESA CRISTIANE SANTANA.

EQUIPE REUNIDA NA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA METODOLOGICA



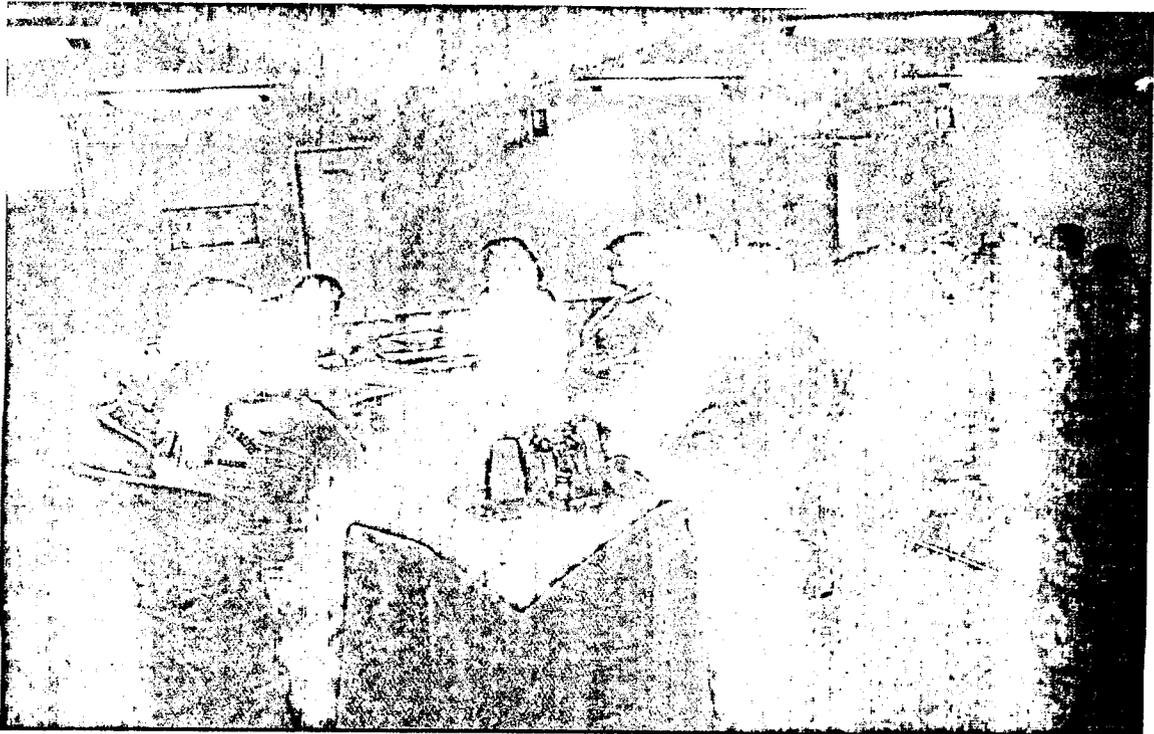
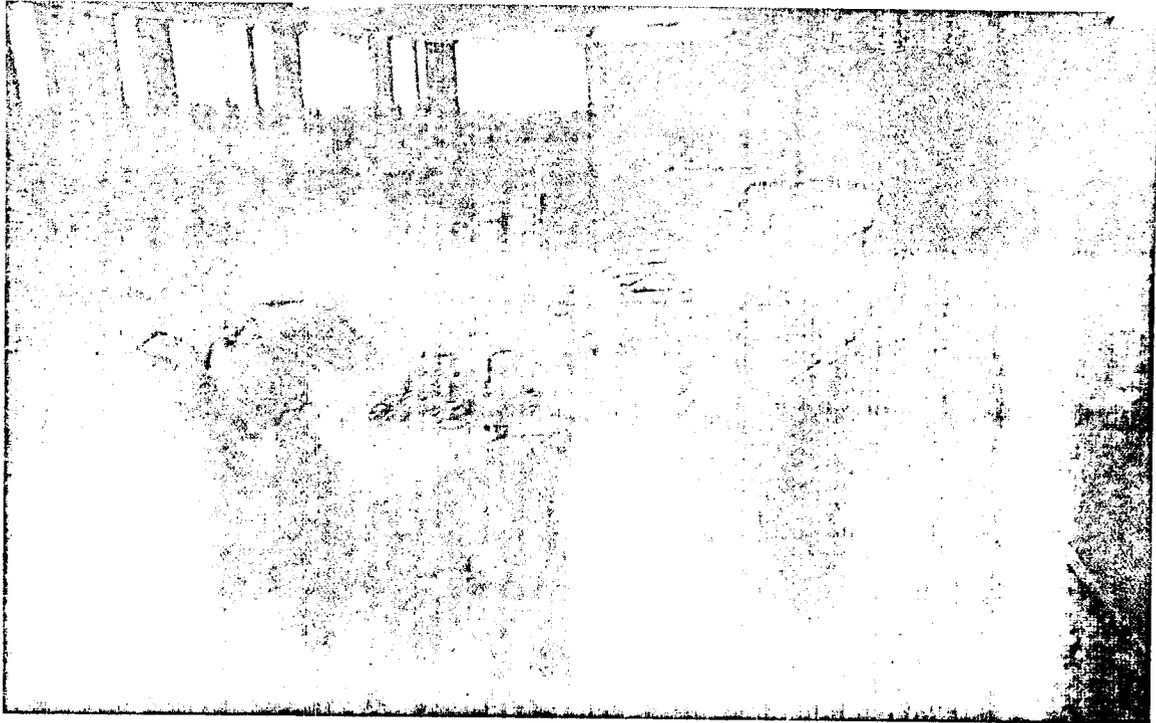
ARQUITETO ROGERIO MORAES, ADMINISTRADORA DE EMPRESA CRISTIANE SANTANA E A PEDAGOGA CELIA GILLET EM REUNIÃO.



PEDAGOGA CELIA GILLET, ASSISTENTE SOCIAL APARECIDA VIEIRA, O ARQUITETO ROGERIO MORAES E A PSICOLOGA CLEBIANA GOUVEIA EM REUNIÃO DE TRABALHO DO PLHIS DE GOIANESIA

RELATORIO 04

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TECNICA DO MUNICIPIO



REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO DA ETM COM PEDAGOGA CELIA GILLET, REPONSAVEL TECNICA DA EMPRESA CONTRATADA.

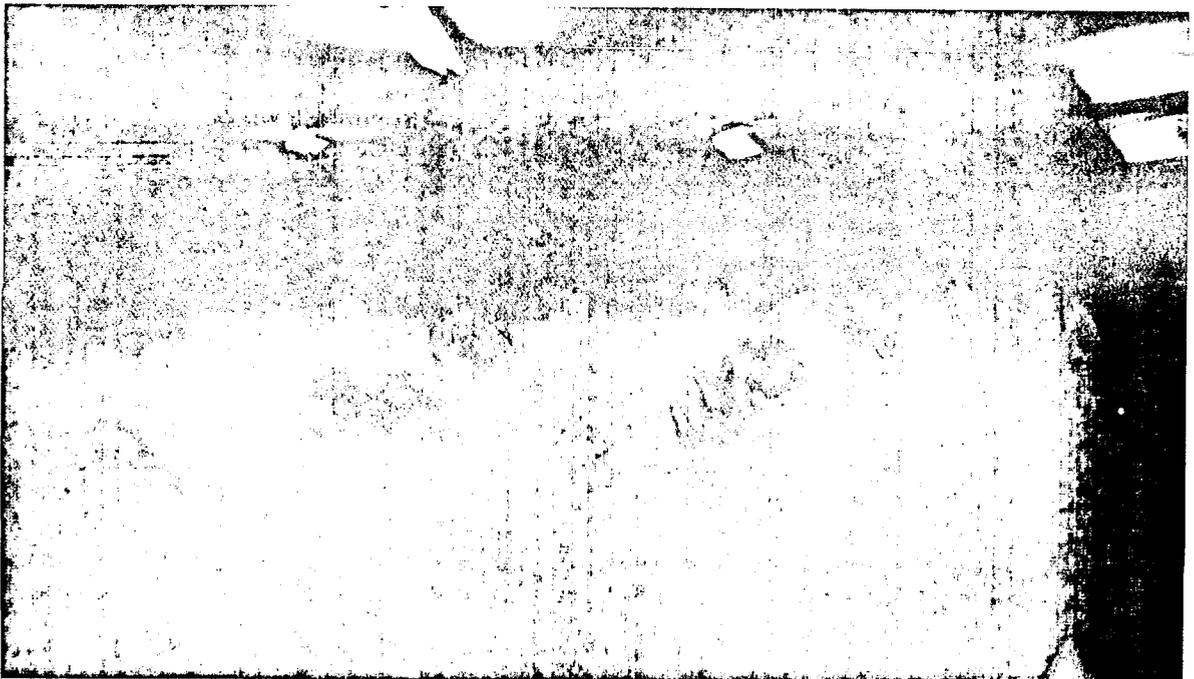
RELATORIO 05

REUNIÃO DE PACTUAÇÃO DA PROPOSTA METODOLOGICA

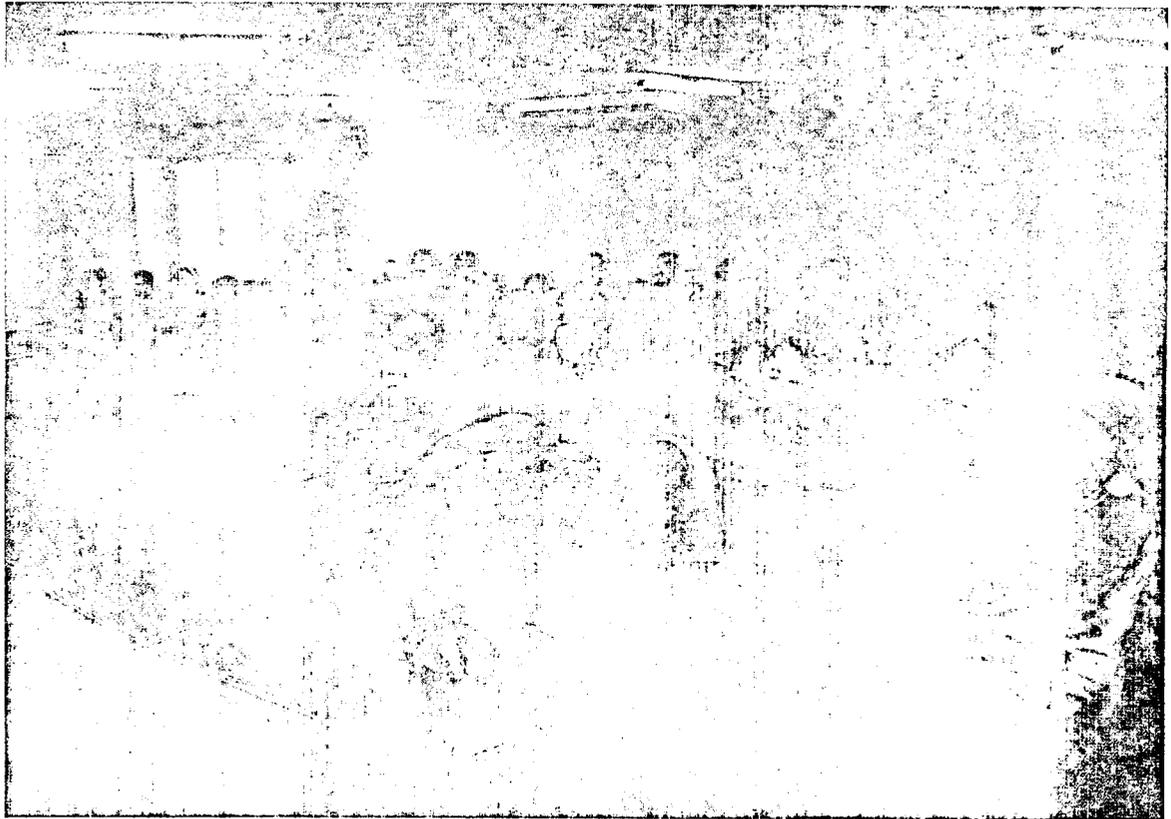
PRODUTO -1



A REPRESENTANTE DA ABEC - CELIA GILLET, FALANDO A COMUNIDADE NA AUDIENCIA DE PACTUAÇÃO DO PRODUTO 1 – PROPOSTA METODOLOGICA.



POPULAÇÃO PARTICIPANDO DA PACTUAÇÃO DO PRODUTO 1



COMUNIDADE DE GOIANESIA, PARTICIPANDO DA PACTUAÇÃO DA PROPOSTA METODOLOGICA – PRODUTO 01
- NO AUDITORIO DO PAÇO MUNICIPAL.

DECLARAÇÃO

Declaramos que as atas de capacitação, pactuação, arte dos convites, cartazes, autorização do gestor para divulgação para a comunidade em radio e carro de som, já encontram-se anexada no primeiro produto enviado para análise.

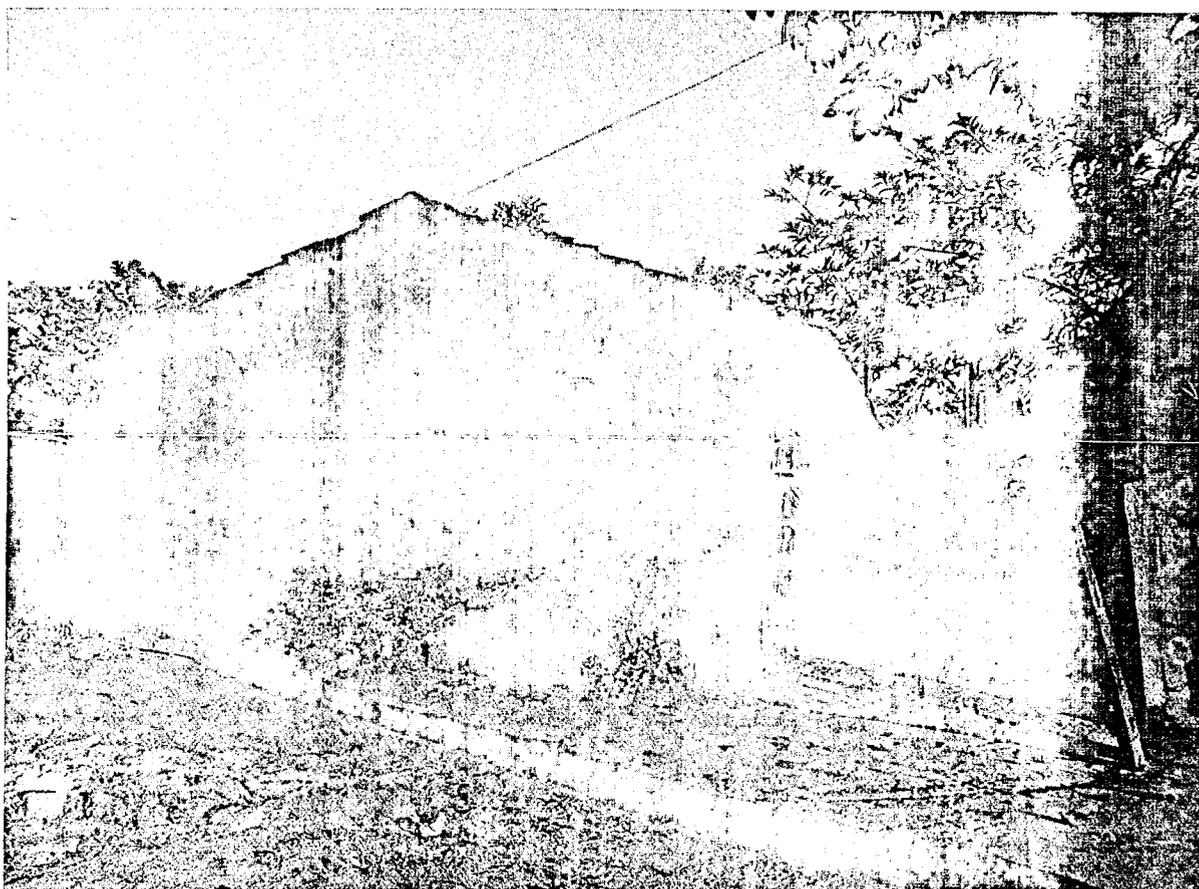
Informamos ainda que houve reformulação dos pontos de apoio e dos coordenadores e que os mesmos serão capacitados dentro da formulação do produto 2 - diagnóstico habitacional de acordo com o cronograma estabelecido dentro da proposta.

Goiânia (GO), 05 de abril de 2011.

Célia Maria Branco Gillet Miguel da Silva
Responsável técnica

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • GOIANÉSIA • GO

Produto 2 • Caracterização da Situação do Setor Habitacional



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • PLHIS • GOIANÉSIA • GO

MINISTÉRIO DAS CIDADES • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL • PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA • ABEC

AGOSTO/2011

APRESENTAÇÃO

“Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida”.

Carta da Terra (2000)

O presente documento trata do Diagnóstico Síntese do Setor Habitacional em Goianésia, constituindo a segunda etapa de elaboração do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município.

Este trabalho está sendo desenvolvido conforme as orientações e normativos da publicação Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, produzida pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e disponibilizada para consulta no endereço eletrônico do Ministério das Cidades, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Brasília, maio de 2009.

O desenvolvimento dos trabalhos – nesta segunda etapa – envolve a ETM (Equipe Técnica Municipal), a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Promoção Social, mais a assessoria técnica contratada pelo processo administrativo n.º 044/ 2009, ABEC – Agência Brasileira de Excelência em Consultoria Ltda.

A participação na Etapa II, Diagnóstico, objetiva despertar a percepção da população para os problemas urbanos e habitacionais e divulgar as informações produzidas nesta etapa. O nivelamento de informações, bem como a construção de uma leitura comum de problemas prioritários, são estratégias fundamentais para viabilizar o processo de tomada de decisões na etapa seguinte.

Desta forma, este Diagnóstico do Setor Habitacional é composto por dois grandes itens, conforme disposto no Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. São eles: (1) Contexto Regional e (2) Necessidades Habitacionais. Dentro destes, os respectivos subitens, (1.1) Inserção Regional e Características do Município, (1.2) Atores Sociais e suas Capacidades, (1.3) Condições Institucionais e Administrativas, (1.4) Marcos Legais e Regulatórios, (1.5) Oferta Habitacional, (2.1) Precariedade Habitacional, (2.2) Déficit Qualitativo e Quantitativo, (2.3) Cálculo da Demanda Demográfica Futura, (2.4) Produção Habitacional: Alternativas, Padrões e Custos e (2.5) Quadro Geral das Condições Habitacionais.

Este primeiro item se inicia posicionando Goianésia num panorama macro que envolve sua relação regional – sobretudo na Região de Planejamento de Ceres -, sua demografia, o trabalho e a renda de sua população e, finalmente é, abordada a situação da habitação no município. Nesta abordagem são contemplados entre outros o estoque de domicílios, os domicílios vagos, os alugados, cedidos, próprios, sua distribuição por faixa de renda, entre outros.

No segundo item, relativo às necessidades habitacionais, primeiramente procura-se conceituá-lo e compatibilizá-lo com a Política Nacional Brasileira. Depois são apresentados os dados do SEPLAN/ SEPIN que utiliza também o levantamento censitário do IBGE (2000/2009) e da Fundação João Pinheiro (2005). Daí então analisa-se a tabulação dos dados do CadÚnico, a ficha de cadastramento de demanda habitacional realizada pela PMG – Prefeitura Municipal de Goianésia, dados do Bolsa Família e mais o resultado das reuniões comunitárias.

Ao final, tem-se a demanda habitacional e suas necessidades.

AGOSTO DE 2011
COORDENAÇÃO DO PLHIS

2. DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

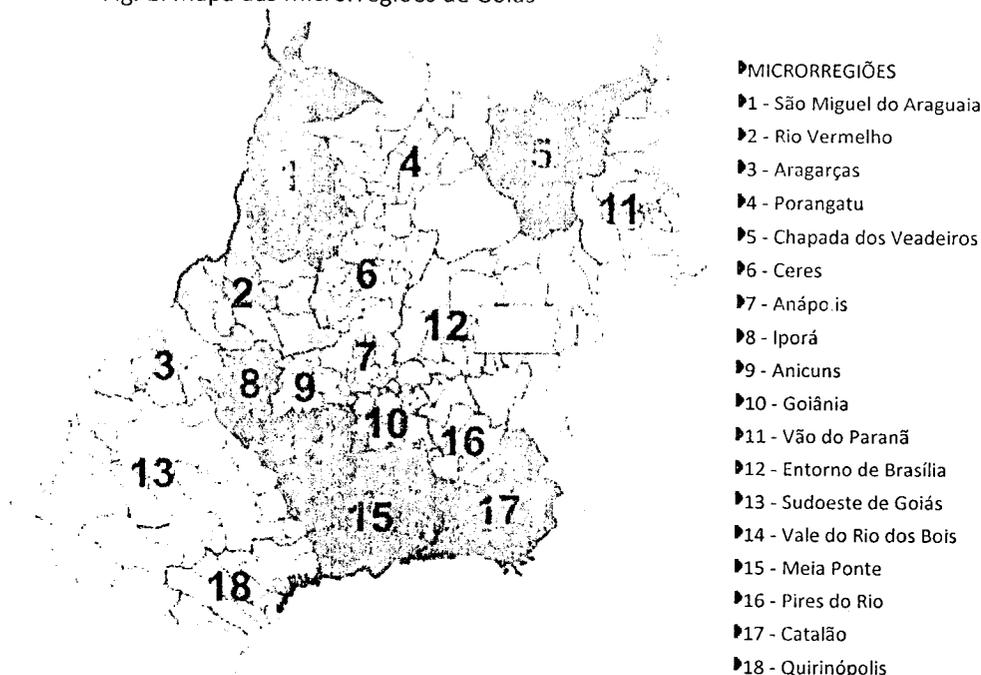
2.1 – Contexto

2.1.1. Inserção Regional e Características do Município

A- O Contexto Regional

De acordo com o SEPLAN/ SEPIN (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás/ Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação), o Estado de Goiás está dividido em 18 Microrregiões, segundo IBGE, de acordo com a resolução - PR nº 11 de 05/06/90. São integrantes da Lei Estadual do PPA 2004/2007.

Fig. 1: Mapa das Microrregiões de Goiás



Fonte: (IBGE, 1990)

O município de Goianésia está situado na Microrregião de Ceres, que pertence a Mesorregião do Centro Goiano. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 215.282 habitantes e está dividida em 22 municípios. Possui uma área total de 13.163,014 km². Sendo o município mais populoso Goianésia.

Fig. 2: Mapa da Microrregião 006 - CERES

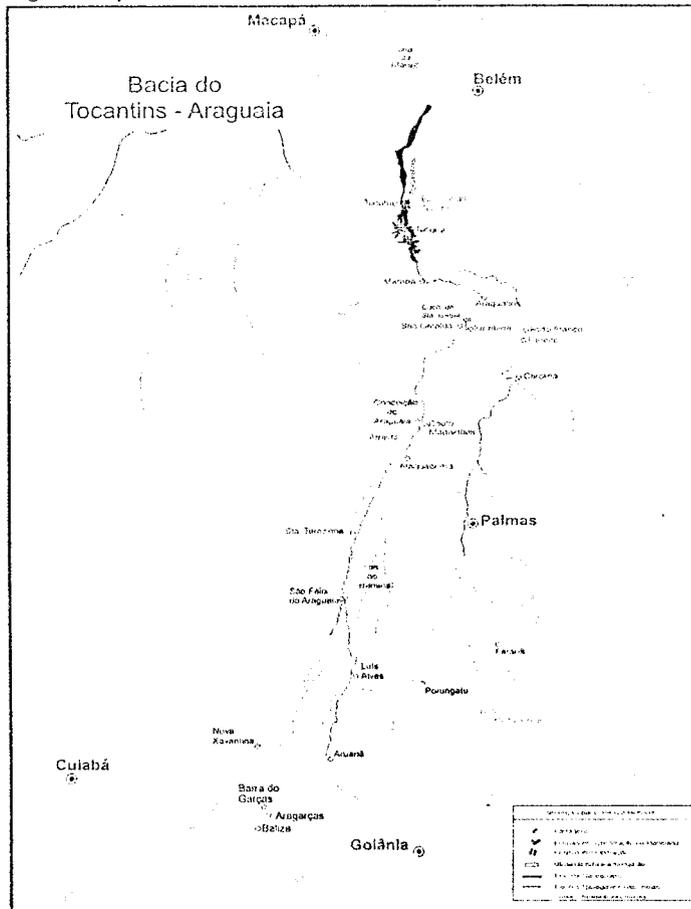


006 – CERES - Municípios

- Barro Alto
- Carmo do Rio Verde
- Ceres
- Goianésia
- Guaraitá
- Guarinos
- Hidrolina
- Ipiranga de Goiás
- Itapaci
- Itapuranga
- Morro Agudo de Goiás
- Nova América
- Nova Glória
- Pilar de Goiás
- Rialma
- Rianópolis
- Rubiataba
- Santa Isabel
- Santa Rita do Novo Destino
- São Luiz do Norte
- São Patrício
- Uruana

Fonte: (SEPLAN, 1990)

Fig. 3: Mapa da Bacia do Tocantins-Araguaia.



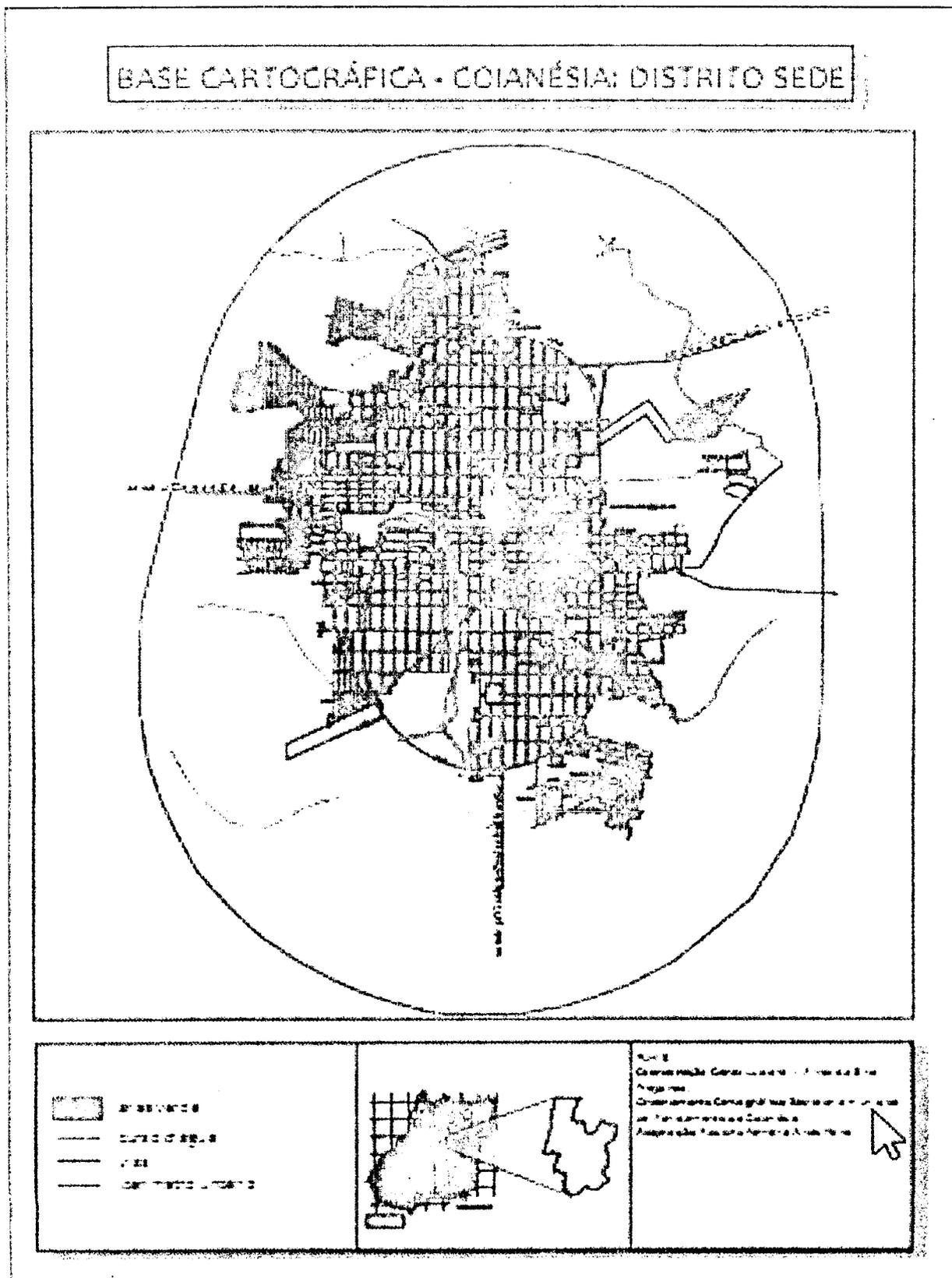
Convenção para Portos e Hidrovias

-  Barragens
-  Eclusas em Construção ou Planejadas
-  Eclusas em Operação
-  Obstáculo natural à navegação
-  Trechos Navegáveis
-  Trechos Navegáveis nas cheias
-  Trechos de Navegação Intermitente

Fonte: Ministério dos Transportes (2010)

O município está inserido na bacia hidrográfica do Tocantins, o qual abriga 71 municípios goianos, entre eles, Formosa, Planaltina, Goianésia e Niquelândia.

Fig. 5: Mapa da base cartográfica do Distrito sede de Goianésia/GO.



Fonte: PMG (2011)

B- A História do Lugar: o processo de ocupação

A fertilidade do solo e a abundância de água atraíram os primeiros moradores de Goianésia. Mas foi a partir da década de 40 que a história começou a se consolidar, mais precisamente no ano de 1943, com a chegada de Laurentino Martins Rodrigues, sua esposa Berchiolina Rodrigues (Dona Fíica) e família se instalando na região do Calção de Couro. No local, foi erguido um cruzeiro e construído um rancho para rezar e servir como escola. A gleba de terra adquirida por Laurentino Martins foi loteada e, aos poucos, foi-se formando o povoado. A religiosidade foi um traço marcante na vida do lugarejo, com os moradores professando fé à padroeira Nossa Senhora D'Abadia.

No dia 21 de agosto de 1948, foi criado o Distrito de Goianésia, subordinado ao Município de Jaraguá. Já nessa época, começava brotar na região o desenvolvimento com as lavouras de café das grandes fazendas- Itajá, Monte Alegre, São Carlos, dentre outras. Houveram investimentos na construção de estradas, na instalação de energia elétrica e de máquinas para o beneficiamento do café. Mais tarde, foi desenvolvida a cultura do arroz, que situou Goianésia como principal produtor em Goiás.

No ano de 1950, foram instaladas no distrito a Coletoria de Renda Estadual, uma Agência de Arrecadação da Prefeitura do município-sede e dois grupos escolares. No ano seguinte, Goianésia recebe a primeira Agência Postal e filiais de empresas vindas de Anápolis, Jaraguá e Pirenópolis.

A data de 24 de junho de 1953 reserva o mais importante acontecimento da história político-administrativa de Goianésia. O Diário Oficial de Goiás trouxe a Publicação da Lei Estadual nº 47, dispondo sobre a emancipação do Distrito de Goianésia do Município de Jaraguá.

Os anos seguintes foram de prosperidade. Com a transformação da área agrícola em pecuária, a necessidade de mão-de-obra diminuiu, surgindo uma crise de desemprego. No começo da década de 80, é implantada no Município uma destilaria para a produção de álcool combustível, incrementando na região a produção da cana-de-açúcar, hoje um dos principais produtos de sua economia.

Quadro 01 – Matriz da Linha do tempo de Goianésia/GO.

Nome do município	História do nome	Ano de surgimento	Como surgiu			
Goianésia-GO	O nome Goianésia foi escolhido por Laurentino, seguindo a tendência adotada por municípios da época.	1857	Quando Manoel de Barros requereu na Paróquia da Vila de Jaraguá o registro de umas terras de área superior a 3.400 alqueires. Em 1920, Ladislau Mendes Ribeiro, casado com uma neta do proprietário dessas terras, construiu sua residência à margem direita do Córrego Calção de Couro, iniciando assim o desbravamento da área.			
Marcos históricos	Data/Período	Fase da economia (atividade predominante)	População (estimada)	Características da ocupação do território	Tipologia habitacional predominante	Relações regionais estabelecidas
Criado o Distrito de Goianésia, subordinado ao município de Jaraguá.	1948	grande produtora de café e arroz	/	cidade espontânea	madeira e barro	Jaraguá e Interligação GO-080
O distrito foi elevado à categoria de município.	1953	Ponto de referência em prestação de serviços		rápido e ordenado	alvenaria	Jaraguá e Interligação GO-080
Instalação de grandes companhias agrícolas	1953	Introdução da produção sucroalcooleira		Necessidade de áreas de expansão urbana, migração rural para áreas urbanas e de população de outras cidades da região	alvenaria com estrutura em concreto armado	Jaraguá e Interligação GO-080

Fonte: equipe ETM, 2011.

Quadro 02- Matriz de sistematização das relações regionais de dependência.

	Tipo de dependência	Com o município de	Perfil das pessoas que vivenciam esta situação	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Goianésia	Saúde especializada	Goiânia	Toda a população	Transporte e Casa de apoio	Custo elevado
	Nível Superior	Anápolis e Goiânia	Estudantes de 18 a 30 anos	Qualificação e Casa de apoio	Custo e risco no transporte
	Serviços (INSS, IML)	Ceres	Toda a população	Nenhum	Deficiência no atendimento

Fonte: PMG, 2011.

Quadro 03- Matriz de sistematização das relações regionais de apoio.

	Tipo de dependência	Com o município de	Perfil das pessoas que vivenciam esta situação	Pontos positivos	Pontos negativos
Goianésia	Ensino Superior	Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício, Santa Isabel		Aquecimento da economia	Custo manutenção
	Saúde Básica	Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício, Santa Isabel			
	Comércio e Serviços	Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício, Santa Isabel		Aquecimento da economia	
	Trabalho	Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício, Santa Isabel			

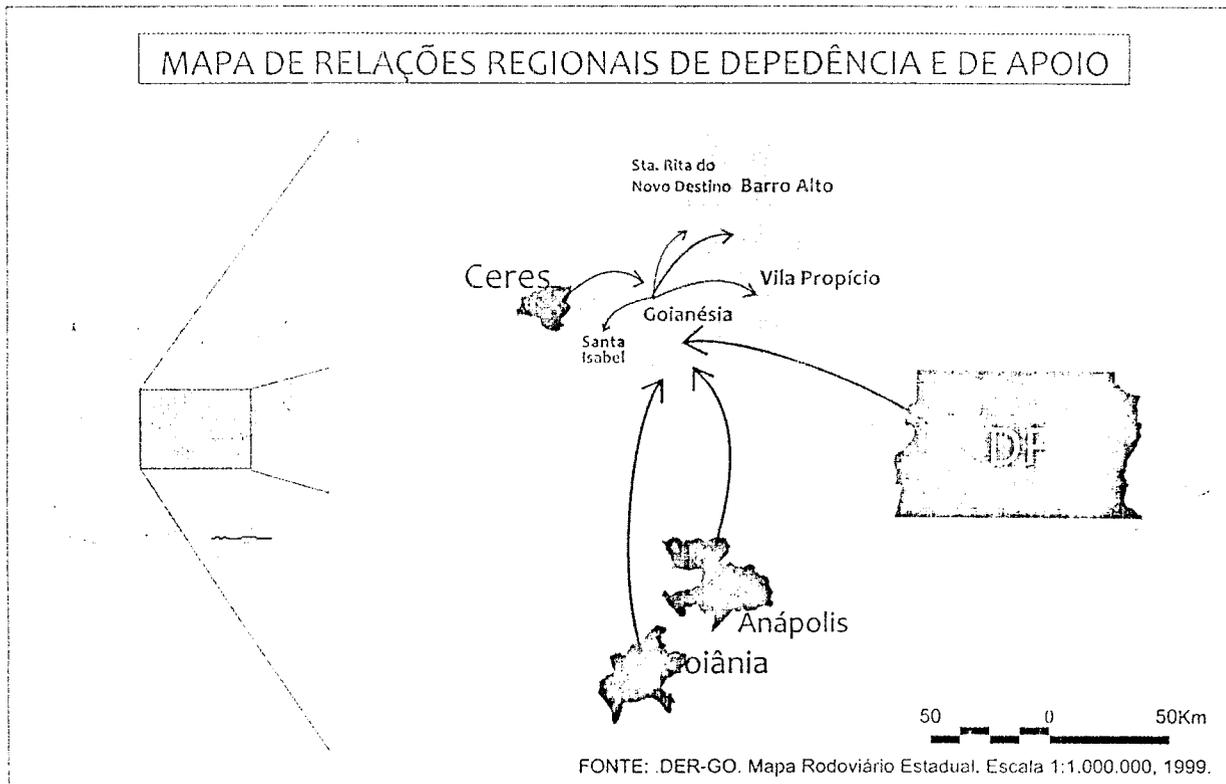
Fonte: PMG, 2011.

Quadro 04 - Questões ambientais a serem observadas nas relações regionais

Problemas ambientais – quais são e onde se localizam	Município
Falta de controle no uso e manejo dos pivôs de irrigação, quanto ao uso da água e de agrotóxicos	Goianésia
Matas Ciliares dos córregos não preservadas	
Erosão e Degradação do Córrego Calção de Couro	
Impacto decorrente da extração de areia	

Fonte: PMG, 2011.

Fig. 06- Mapa de relações regionais de DEPENDÊNCIA E DE APOIO em Goianésia/GO



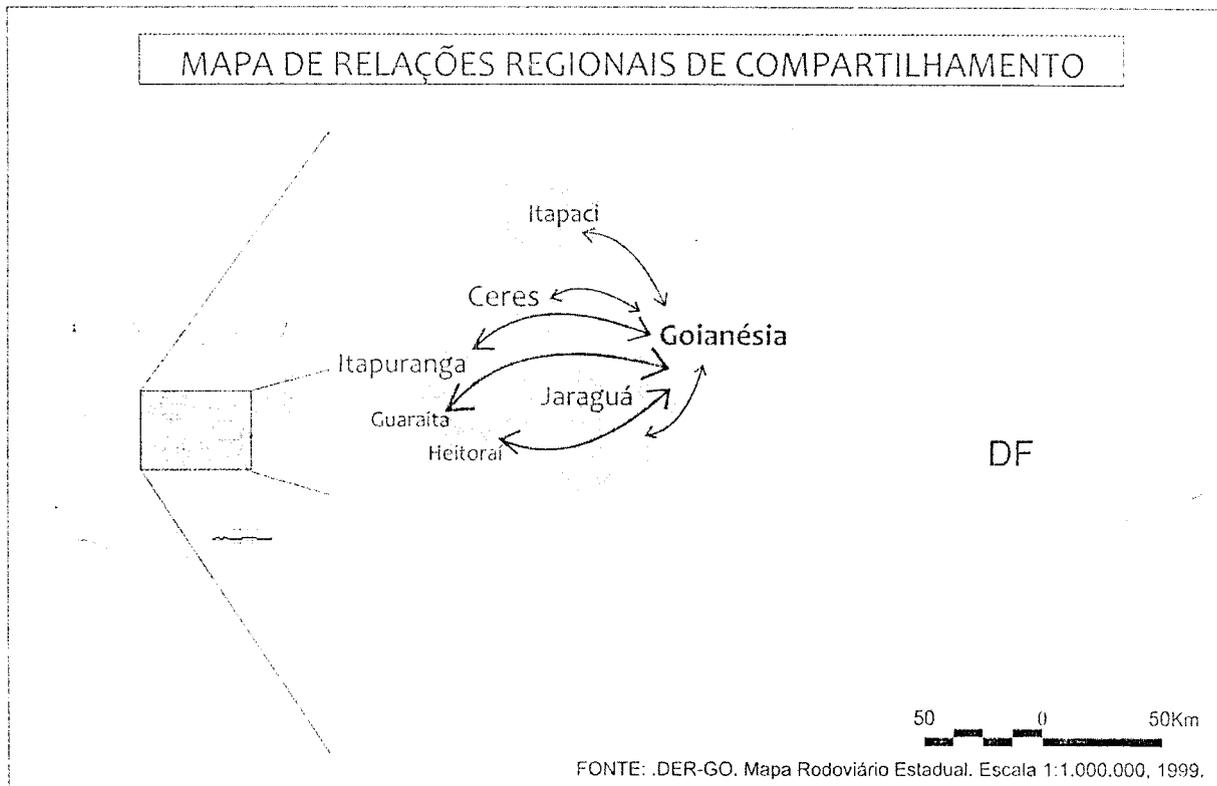
Fonte: DER (1999) e ABEC (2011)

Quadro 05 - Questões que Goianésia COMPARTILHA ou poderia COMPARTILHAR equipamentos de infraestrutura ou serviços com outro município

Compartilha	Poderia Compartilhar
1. Estação de Tratamento de Água com Itapuranga e Guaraita	Aterro Sanitário – Itapuranga, Guaraita e Heitorai
2. CIMOS (Consórcio de Municípios Manutenção de Estradas)	Política de desenvolvimento econômico regional (Jaraguá, Goianésia, Ceres, Itapaci, Itapuranga e outros)
	Centro de Convenções
Questões positivas	Questões positivas
1. Minimização de custos	Centro de saúde especializados de referência descentralizados
2. Minimização de custos	Minimização de custos
	Integração e otimização econômica
Questões negativas	Questões negativas
1. Custo do transporte	Transporte
2. Dificuldade de gerenciamento	

Fonte: PMG, 2011.

Fig. 07- Mapa de relações regionais de COMPARTILHAMENTO em Goianésia/GO



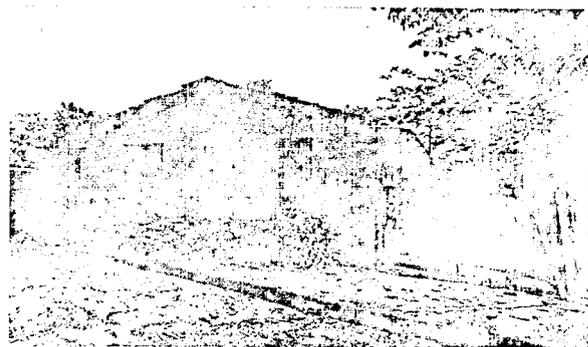
Fonte: DER (1999) e ABEC

B1- A Cultura de Morar

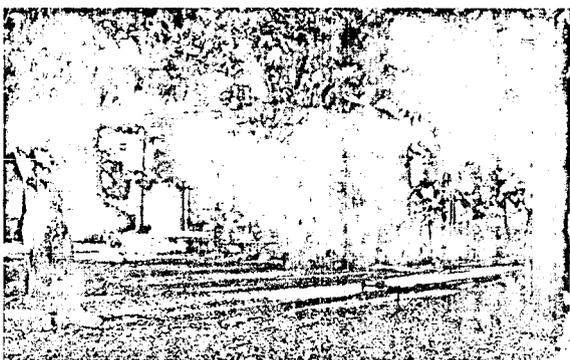
Fig. 8: Formas de morar em HIS em Goianésia/GO.



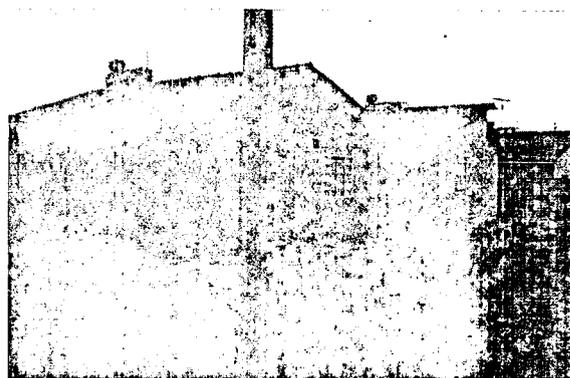
Casa geminada, desenvolvida para duas famílias de forma autônoma, num só lote, de forma simétrica, compartilhando parte da estrutura e telhado, com o mesmo arranjo interno invertido uma à outra. Sem forro, com banheiro interno, térrea, alvenaria de barro cozido, telhas cerâmicas, esquadrias metálicas, portas de madeira, quintal de chão batido, cerca de arame e portão/piquetes de madeira com instalações elétricas e hidrosanitárias (internas).



Casa térrea de condições precárias, conduzindo ainda o ambiente rural para a área urbana, sem forro, com banheiro interno, alvenaria de tijolos de barro cozido, com telhas cerâmicas, portas de madeira, quintal de chão batido, cerca de arame e portão/piquetes de madeira com instalações elétricas e hidrosanitárias (internas).



Casa com acabamento de lata no fechamento do forro, com banheiro interno, térrea, feita de tijolos de barro cozido, com telhas cerâmicas, esquadrias e portas metálicas, quintal de chão batido, instalações elétricas e hidrosanitárias (internas).



Casa térrea, com banheiro interno, térrea, alvenaria de tijolos de barro cozido, com telhas cerâmicas, sem forro, instalações elétricas e hidrosanitárias (internas). Destaque para as instalações do aquecedor solar para chuveiro (placa solar e boiler)

Fonte: ABEC (2011).

B2- Cadastro Imobiliário Municipal

Desde 2009, Goianésia vem registrando seu Cadastro Imobiliário Municipal, através do trabalho dos cadastradores municipais totalmente informatizado. Cerca de 80% a 90% dos municípios brasileiros não têm informações atualizadas sobre sua própria realidade, o que posiciona positivamente a Prefeitura de Goianésia frente ao Ministério das Cidades. O cadastro informatizado é uma das formas para o desenvolvimento de uma política fiscal e para o planejamento urbano do município, possuindo a atuação e fiscalização de impostos mais eficiente e modernizada.

No levantamento cedido pelo setor de Cadastro Imobiliário Municipal, estão presentes as características dos imóveis legalizados no município. Por mês, o setor cadastra em média 700 imóveis. No IBGE (2010), constam **20.420** imóveis em Goianésia. Já a PMG nos aponta um total de **26.926** imóveis, constatamos assim a diferença entre os números, ou seja, **6.835** imóveis que a PMG têm cadastrados a mais. Isto pode significar a precisão da PMG em função de seu sistema informatizado e georreferenciado. Observa-se também que o número de imóveis de hoje equivale a um aumento expressivo de **6.727** unidades, ou seja, **67%** a mais do que os domicílios apontados pela Fundação João Pinheiro em 2005 (**13.693**).

A PMG prepara-se agora para inserir o cadastro técnico multifinalitário urbano. Com esta ferramenta de gestão e planejamento territorial, poderá integrar-se ao cadastro nacional, gerenciando dados que servem de base para toda a infraestrutura de dados geoespaciais referentes às suas parcelas territoriais. Através desses dados, que poderão ser trabalhados para gerar informações, dando suporte às tomadas de decisão de natureza econômica e social, com o intuito de apoiar o combate à pobreza através do aperfeiçoamento dos processos de regularização fundiária e segurança jurídica, além do monitoramento ambiental.

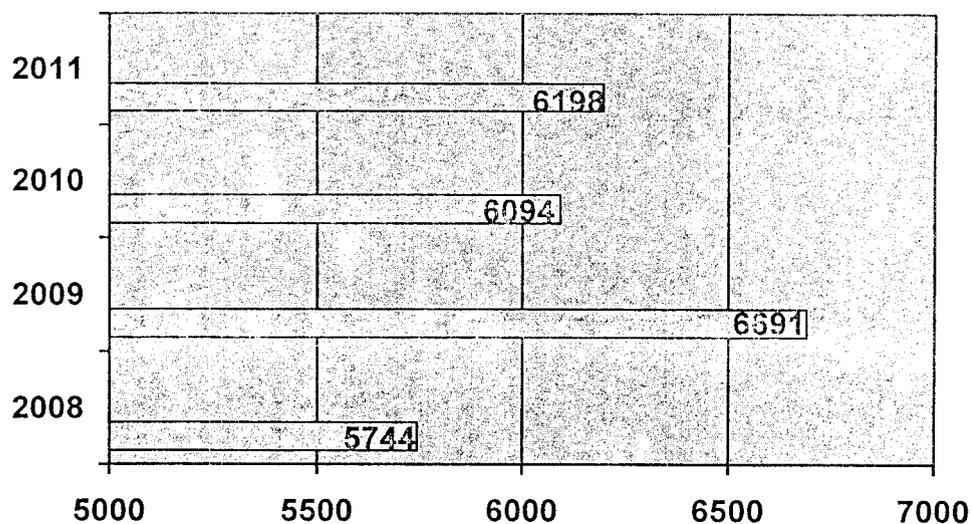
Quadro 6: Caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO.

OCUPAÇÃO (12/2008)	QTD
NÃO CONSTRUÍDO	5.744
EM RUÍNAS	9
EM DEMOLIÇÃO	3
PARALIZADA	49
EM ANDAMENTO	636
CONSTRUÍDO	15.116
TOTAL	21.557
OCUPAÇÃO (12/2009)	QTD
NÃO CONSTRUÍDO	6.691
EM RUÍNAS	13
EM DEMOLIÇÃO	5
PARALIZADA	61
EM ANDAMENTO	625
CONSTRUÍDO	18.419
TOTAL	25.814
OCUPAÇÃO (12/2010)	QTD
NÃO CONSTRUÍDO	6.094
EM RUÍNAS	11
EM DEMOLIÇÃO	11
PARALIZADA	32
EM ANDAMENTO	767
CONSTRUÍDO	19.512
TOTAL	26.427
OCUPAÇÃO (05/2011)	QTD
NÃO CONSTRUÍDO	6.198
EM RUÍNAS	11
EM DEMOLIÇÃO	11
PARALIZADA	21
EM ANDAMENTO	594
CONSTRUÍDO	20.091
TOTAL	26.926

Fonte: PMG (2011).

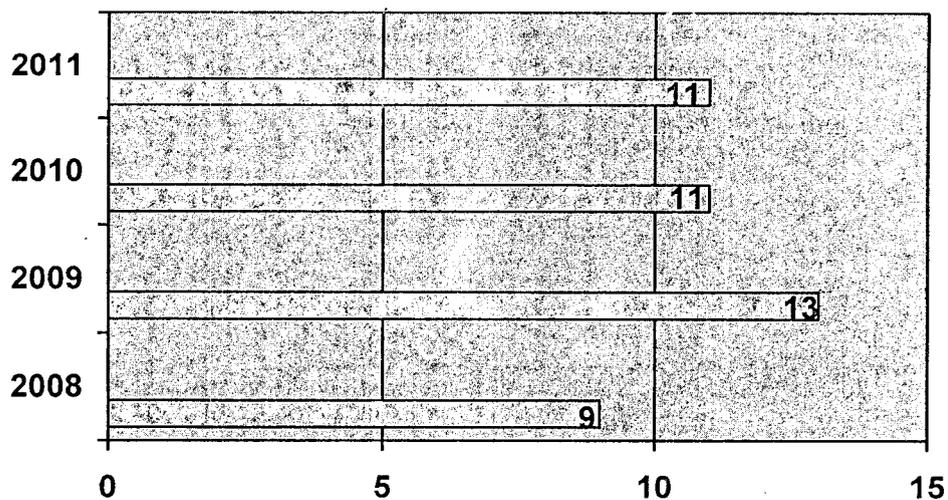
Foram computados no total **26.926 imóveis** em Goianésia/GO pela PMG (2011), destes **6.198 (23%)** são lotes vagos e **20.091 (74%)** caracterizam-se como edificadas. Lembrando que estes dados mudam diariamente.

Fig 9: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Não Construído".



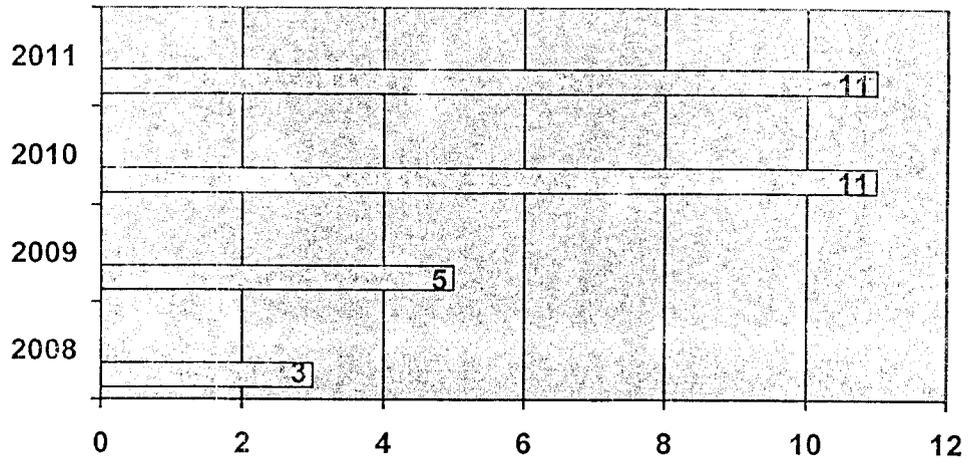
Fonte: PMG (2011).

Fig 10: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Em ruínas".



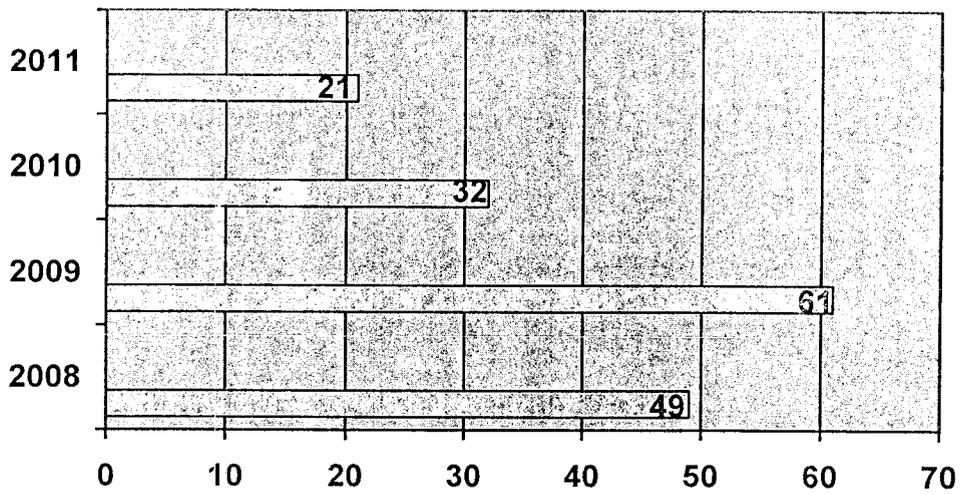
Fonte: PMG (2011).

Fig 11: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Em demolição".



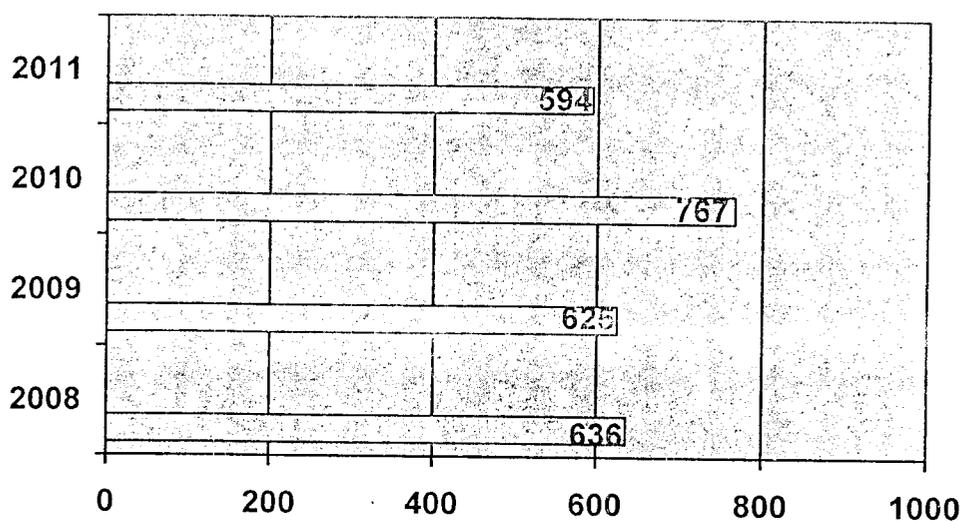
Fonte: PMG (2011).

Fig 12: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Paralisada".



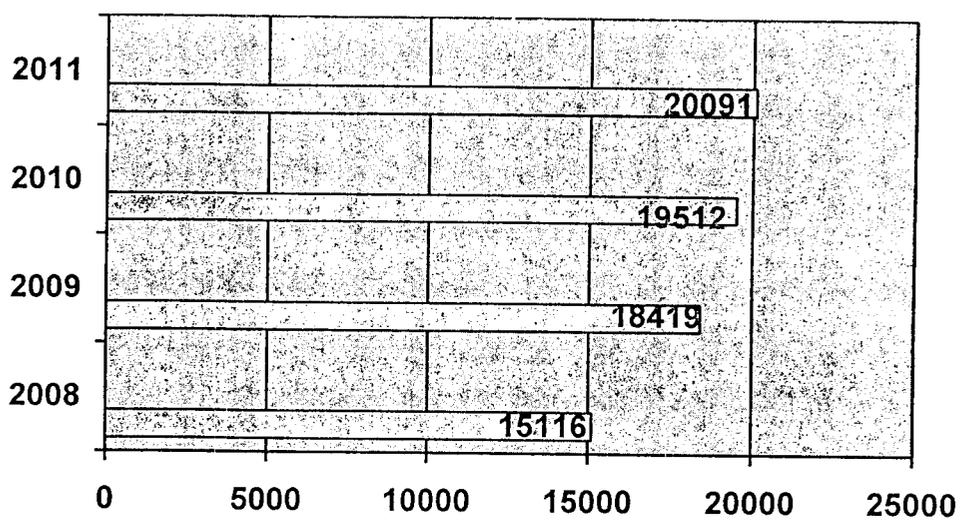
Fonte: PMG (2011).

Fig 13: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Em andamento".



Fonte: PMG (2011).

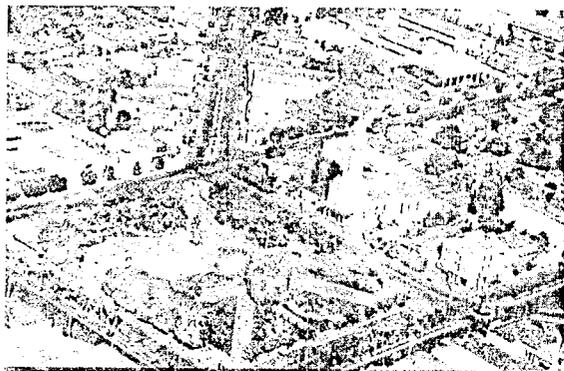
Fig 14: Gráfico da caracterização da evolução dos imóveis em Goianésia/GO: "Construído".



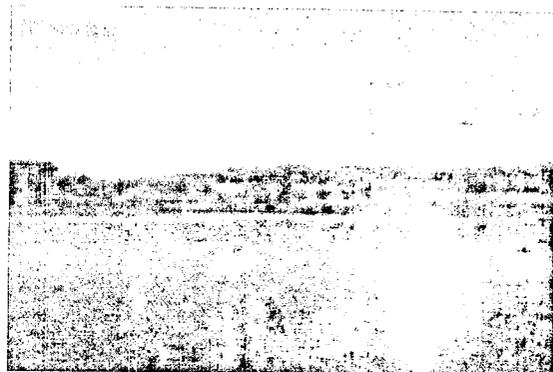
Fonte: PMG (2011).

B3 - Perfil Municipal

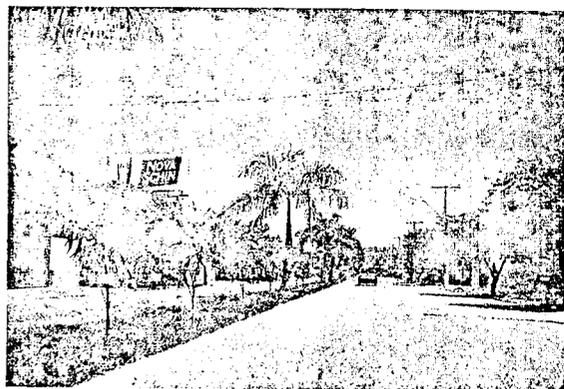
Fig. 15: Perfil municipal de Goianésia/GO.



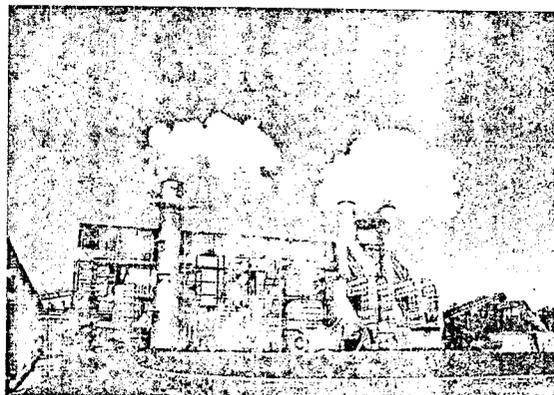
Praça Laurentino Martins Rodrigues



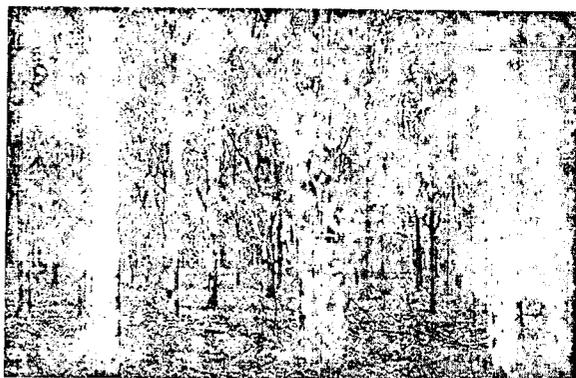
Parque da Lagoa Princesa do Vale



Vista da Avenida Goiás: acesso à Goianésia



Produção de Açúcar e Álcool



Cultivo de látex



Cultura de tomate

Fonte: PMG (2011).

C- Demografia

Segundo levantamento da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado de Goiás (GEOGoiás,2002), a distribuição espacial da população do Estado de Goiás mostra contrastes entre grandes adensamentos e áreas pouco ocupadas. Essa desigualdade é reflexo da dinâmica econômica, que produz economias na concentração geográfica de atividades, privilegia tipos de ocupação e de uso de fatores naturais, e predispõe certas porções do território a determinadas atividades produtivas. Isso resultou no avanço da população migrante em direção a terras devolutas, disponíveis no Estado até meados do século XX. A população, originária, sobretudo da região sudeste, tinha como atração, até o início da década de 1950, as terras férteis do sudoeste de Goiás, aquela época cobertas por matas.

A partir de 1950, os grandes fluxos migratórios rurais se direcionaram para a fronteira agrícola em expansão, consolidando núcleos já existentes na porção sul do Estado. Mais recentemente observa-se a predominância do fluxo migratório com destino urbano, catalisado pelos municípios próximos à capital do Estado e Entorno de Brasília.

Conforme o levantamento Censitário realizado pelo IBGE e utilizado pelo SEPLAN/ SEPIN Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, Goianésia/GO possui o seguinte desempenho:

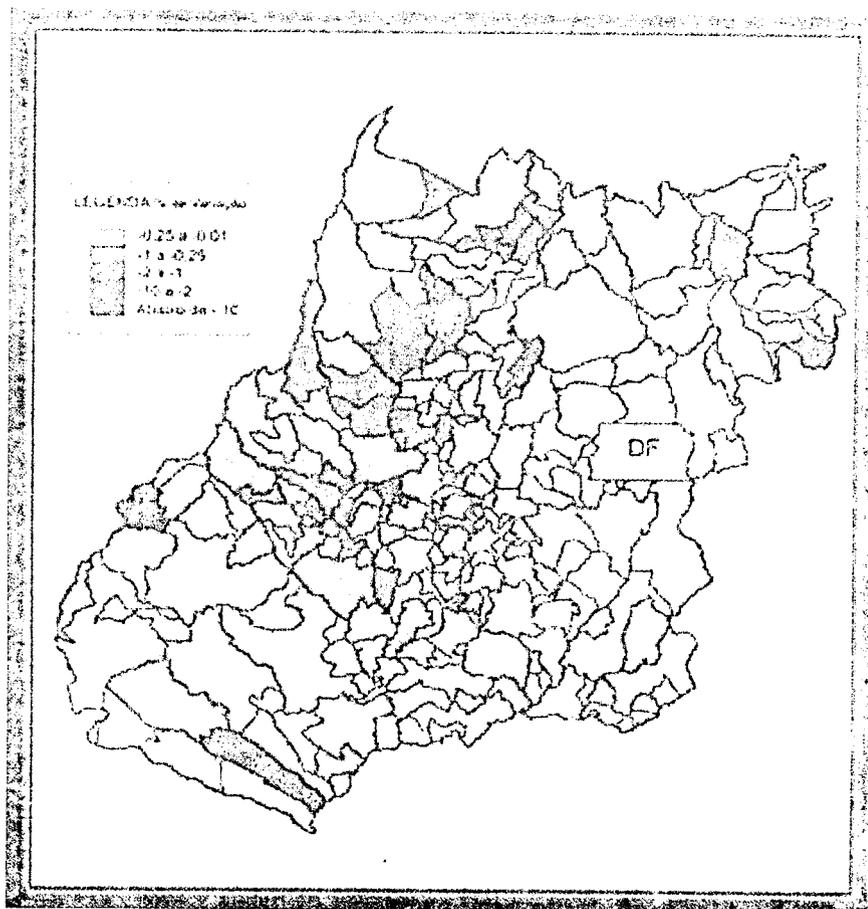
Quadro 7: Taxa geométrica de crescimento populacional de Goianésia/GO (1991/1996, 1991/2000, 1996/2000, 1996/2007, 2000/2005, 2000/2006, 2000/2007 e 2000/2008)

	Taxa Geométrica de Crescimento							
	1991/1996	1991/2000	1996/2000	1996/2007	2000/2005	2000/2006	2000/2007	2000/2008
Taxa (%)	1,24%	1,36%	1,51%	1,37%	1,39%	1,36%	1,30%	1,68%

Fonte: SEPLAN/ SEPIN (2008).

Segundo IBGE, esta taxa expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico. Enquanto a taxa de crescimento da população de Goiás, segundo IBGE 1991 a 2000 (2,46% a.a.) evoluiu em valores superiores aos registrados na década passada, no âmbito nacional (1,63% a.a.) e regional (2,33% a.a.). Em Goianésia a taxa evoluiu para a primeira década (1991/2000) num percentual de 1,36% e dentro da segunda década (2000/2008) 1,68%. Portanto pelos dados percebe-se que a população vem crescendo de forma positiva, entre décadas (0,32%), tendo em vista que nenhuma das taxas de crescimento geométrico em Goianésia é negativa.

Fig. 16: Mapa das dinâmicas regionais em Goiás (2000)



Fonte: GEOGoiás (2002)

Quadro 8: População censitária de Goianésia/ GO (1980-2009)

Ano Referência	População		
	População	Urbana	Rural
1980	32.875 hab	23.521 hab	9.354 hab
1991	43.535 hab	36.768 hab	6.767 hab
1996	46.308 hab	41.563 hab	4.745 hab
2000	49.160 hab	44.912 hab	4.248 hab
2001	49.724 hab	-	-
2002	50.344 hab	-	-
2003	50.893 hab	-	-
2004	52.046 hab	-	-
2005	52.684 hab	-	-
2006	53.317 hab	-	-
2007	53.806 hab	49.934 hab	3.872 hab
2008	56.169 hab	-	-
2009	56.839 hab	-	-

Fonte: SEPLAN/ SEPIN (2010)

Segundo a análise do GEOGoiás (2002), a evolução populacional do Estado de Goiás apresenta aspectos significativos quanto à população rural, que perde grande contingente

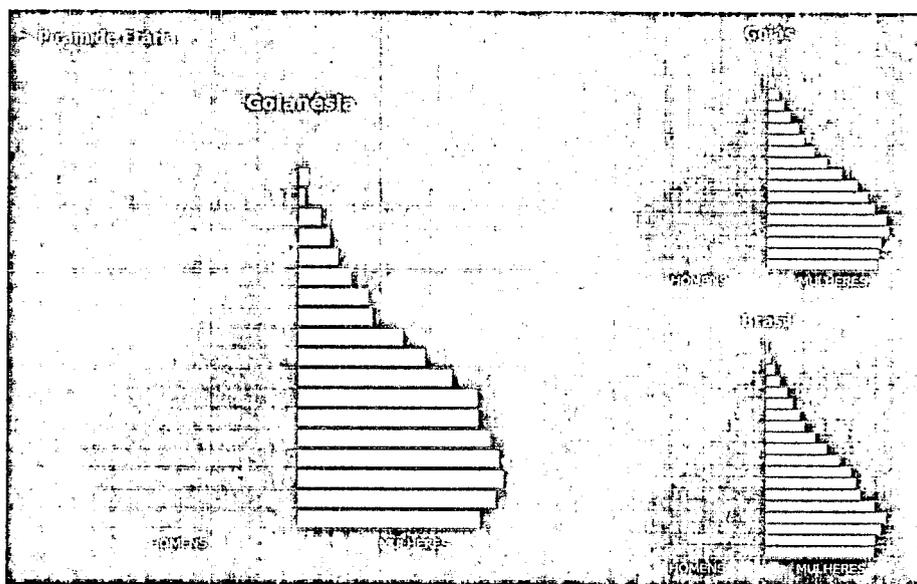
entre 1980 e 1991 em decorrência da modernização dos processos produtivos, fator que levou à dispensa de trabalhadores no campo, e da atração exercida pelas cidades, que dispunham de melhor infraestrutura social e acalentavam o mito – para os habitantes do campo – da oferta aparentemente ilimitada de empregos.

A população rural continua registrando contínuos e significativos decréscimos, mesmo após a queda de quase 1/3 de seu contingente de 1980 a 2000. O crescimento da população urbana, que praticamente duplicou na década de 1960 induzido pela construção de Brasília, contribuiu para a formação de uma rede regional de cidades, a partir de Goiânia e Entorno da Capital Federal, aumentando a importância das atividades comerciais e dando um novo impulso para a estruturação da economia regional.

Nota-se que a população total do município sofreu um aumento significativo de 1980 para 2007 quase que dobrando seu contingente.

Analisando a pirâmide etária abaixo, percebemos que a mesma começa a sofrer uma inversão, onde a população idosa, ou seja, a base da pirâmide começa a “engrossar”, sugerindo mais atenção derivando habitação, equipamentos e políticas públicas para esta população.

Fig 17: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Goianésia/ GO (2000)



Fonte: IBGE-Cidades (2000)

Quadro 9: Informações sobre nascimentos em Goianésia/ GO (1999 a 2008)

Condições	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de nascidos vivos	101	87	68	69	89	73	87	70	57	40

Fonte: SINASC, DATASUS, Ministério da Saúde (2008)

O declínio da fecundidade e natalidade, nas últimas décadas, é fato generalizado no país, embora se diferencie segundo as regiões e camadas sociais. Até 1970, as mulheres residentes

em Goiás registravam taxa de fecundidade de seis filhos, declinando rapidamente para 2,47 em 1991, e 1,98 em 2000, com tendência a atingir 1,84 em 2010.

Considerando que em 1998, no Estado de Goiás, a taxa média de filhos por mulher em idade fértil era de 2,08, e sua tendência recente prossegue declinante, pode-se concluir que no longo prazo o crescimento da população nativa de Goiás irá se aproximar de zero. O número de habitantes do Estado passará, então, a ser ainda mais influenciado pela migração que no presente momento. Goianésia tem colaborado para a baixa destes números, pois o percentual de nascimentos baixou em 39% nos últimos dez anos.

Quadro 10: Indicadores de mortalidade de Goianésia/ GO (2002 a 2008)

Co. dígitos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Óbitos p/ Ocorrência	10	8	14	6	5	5	6

Fonte: SINASC, DATASUS, Ministério da Saúde (2008)

A taxa de mortalidade entre os habitantes de Goiás foi calculada em 5,71 óbitos por 1.000 habitantes, em 1999, a maior registrada na região Centro-Oeste cuja média ficou em 5,56, mas ainda inferior à do Brasil, que foi de 6,84, no ano considerado (Datasus, 2002).

As estimativas disponíveis acerca da evolução dos indicadores de mortalidade infantil mostram que houve melhora no Estado: em 1997 registrava-se um índice de mortalidade infantil de 27,1, e em 1999 esse indicador baixou para 25,0. Esse valor é exatamente igual ao estimado para o Centro-Oeste e inferior à média brasileira, de 31,8 em 1999. Considerando a população de Goianésia os índices mostram-se negativos. Estes índices refletem as boas condições de saúde e alimentação a que está submetida esta população.

C1- Migração

Segundo o levantamento GEOGoiás, a migração intra e interestadual tem sido um componente relevante na dinâmica populacional de Goiás, e vem levando nas últimas décadas a uma grande concentração populacional nos aglomerados urbanos de Goiânia e Entorno de Brasília.

Como já abordado na análise da fecundidade, o componente da migração interestadual passa a ser, a partir da presente década, um fator relevante no crescimento populacional do Estado.

O fluxo de pessoas de outros estados para Goiás, na década de 1970, já se dirigia predominantemente (76,3% do total) para áreas urbanas, perdendo suas características anteriores de ocupação do território pela agricultura e pecuária. No período 1991/1996, última informação disponível, 91,5% dos migrantes escolhiam as áreas urbanas dos municípios goianos como seu destino.

Quadro 11: Taxas médias anuais de imigração e emigração segundo microrregiões do Estado de Goiás (1970/1980 e 1981/1991)

Microrregiões	Taxa de Imigração (% a. a.)*		Taxa de Emigração (% a. a.)*	
	1970/1980	1981/1991	1970/1980	1981/1991
São Miguel do Araguaia	1,26	0,97	1,67	1,22
Rio Vermelho	0,53	0,43	1,35	0,94
Aragarças	0,91	1,19	1,57	1,14
Porangatu	0,99	1,23	0,97	1,08
Chapada dos Veadeiros	0,44	0,71	0,73	0,83
Ceres	0,43	0,47	1,16	0,81
Anápolis	0,70	0,67	0,90	0,60
Iporá	0,35	0,40	1,02	0,96
Anicuns	0,33	0,27	0,53	0,48
Goiânia	1,41	1,20	0,97	0,80
Vão do Paranã	1,33	0,95	0,93	0,97
Entorno de Brasília	3,71	5,02	1,15	0,85
Sudoeste de Goiás	0,92	1,19	1,33	0,95
Vale do Rio dos Bois	0,46	0,46	0,48	0,65
Meia Ponte	0,98	0,89	1,43	0,92
Pires do Rio	0,24	0,51	0,67	0,48
Catalão	0,61	0,78	0,99	0,69
Quirinópolis	1,58	1,07	2,83	1,58
Total	1,12	1,33	1,18	0,89

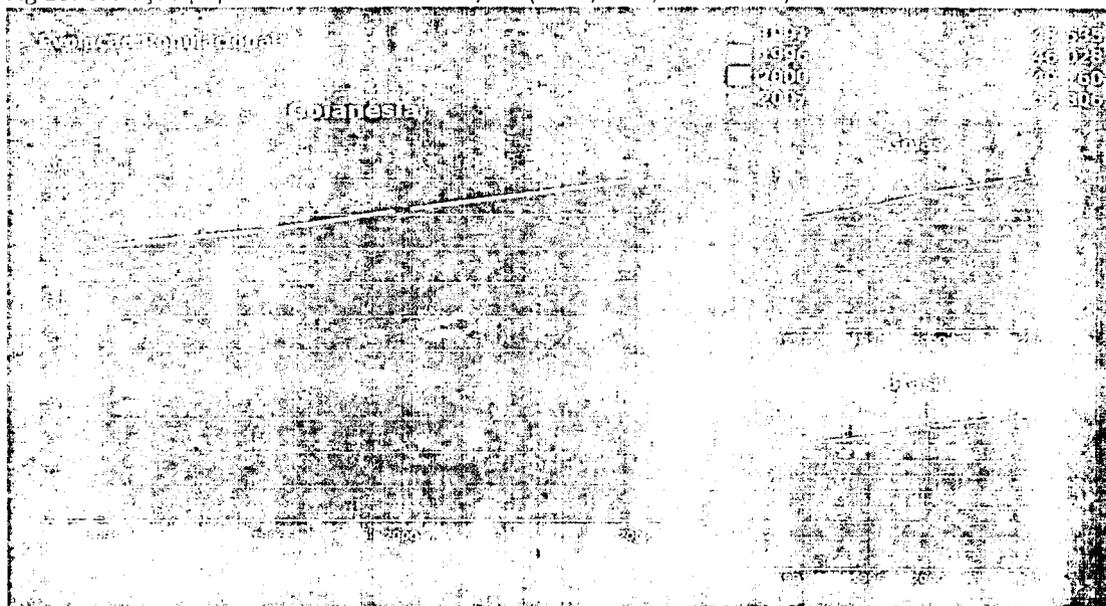
Fonte: IBGE (Censo demográfico de 1980/ 1991).

C2 - Projeção Populacional

A projeção da população elaborada pelo IBGE para o Estado de Goiás considera as estruturas etárias da população residente, níveis e padrões de fecundidade e mortalidade e saldo migratório.

As alterações na estrutura da população do município são indicadores que conduzem à políticas públicas para atender a essas demandas. Refletem as necessidades sobre oferta de trabalho, ensino e prestações de serviços, saúde e seguridade social. Esta taxa deve ser revista a cada Censo, pois indica as mudanças de comportamento, oportunidades e refletem no espaço físico da cidade. Goiás apresentou taxa de crescimento anual de 2,3% (IBGE, 2003).

Fig 18: Evolução populacional de Goianésia/GO (1991,1996,2000e2007)



Fonte: IBGE (2007).

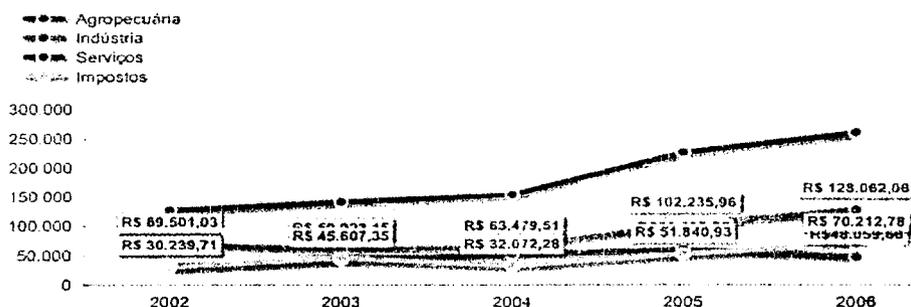
C3- Trabalho e Renda

De acordo com as informações disponibilizadas pelo IBGE, CNM e SEPLAN/ SEPIN, que possuem como fonte o Ministério do Trabalho e do Emprego e dados que a própria PMG envia, houve um aumento no PIB – Produto Interno Bruto, no ano 2006 para **506.841,30** enquanto que no ano 2002 foram encontrados **258.434,90**, ou seja, um aumento de aproximadamente 50% em 4 anos. A distribuição do (PIB em reais) para o ano 2006 está apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 12: PIB – Produto Interno Bruto de Goianésia/ GO (2002 a 2006)

em Reais (R\$)	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	31,918.27	43,158.09	52,867.71	60,699.25	48,059.66
Indústria	69,501.03	59,923.15	63,479.51	102,235.96	123,062.06
Impostos	30,239.71	45,607.35	32,072.28	51,840.93	70,212.78
Serviços	126,775.89	141,007.65	154,027.78	226,543.29	260,506.80

Fonte: IBGE



em Percentual	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Agropecuária	35,21	22,50	14,81	-20,82
Indústria	-13,78	5,93	61,05	25,26
Impostos	50,82	-29,68	61,64	35,44
Serviços	11,23	9,23	-47,08	14,99

Fonte: CNM – Conselho Nacional dos Municípios (2006).

Tabela 4 - Estrutura percentual do Produto Interno Bruto e atividades produtivas, segundo Região de Planejamento – Goiás – 2002-2007 (%)

Região de Planejamento	2002				2007			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
Metropolitana de Goiânia	37,51	3,42	31,30	48,23	38,61	3,93	27,21	47,15
Centro Goiano	9,00	5,74	10,18	8,99	10,66	9,14	11,41	9,15
Noite Goiano	4,88	5,62	7,90	3,70	5,72	7,57	9,56	3,15
Nordeste Goiano	1,23	1,81	0,81	1,35	1,63	3,51	1,68	1,15
Entorno do Distrito Federal	8,08	9,69	6,07	9,06	8,44	11,17	7,20	9,15
Sudeste Goiano	6,97	11,53	6,99	5,48	7,46	10,90	9,46	5,15
Sul Goiano	8,88	12,15	11,39	7,04	7,98	13,61	9,45	6,15
Sudoeste Goiano	16,87	35,49	21,24	10,46	13,23	22,65	19,09	10,15
Oeste Goiano	4,83	10,99	3,00	4,12	4,66	13,15	3,81	3,15
Noroeste Goiano	1,74	3,58	1,12	1,57	1,61	4,37	1,14	1,15
Estado de Goiás	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais

É a prestação de serviços a atividade que mais gera emprego em Goianésia. Em seguida a atividade que possui maior rendimento médio no emprego neste município, em 2006, é a indústria. Percebe-se assim que existe a possibilidade de endividamento e de financiamento.

Em comparação ao percentual com sua Região (Centro Goiano), 9 em 2002 e 14 em 2007 para a indústria, contrapõe o PIB de atividades de Goianésia.

Quadro 13: Emprego - CAGED de Goianésia/ GO (1998 a 2008)

	Emprego										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Admitidos (CAGED)	4.033	3.859	4.522	6.405	4.893	5.799	7.077	7.311	7.129	8.735	9.964
Desligados (CAGED)	4.297	3.985	4.550	4.587	4.964	5.564	6.443	6.781	7.563	8.149	9.704
Saldo (CAGED)	-264	-126	-28	1.818	-71	235	634	530	-434	586	26

Fonte: SEPLAN/ SEPIN (2009).

De acordo com o CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Goianésia vem aumentando o saldo de emprego. Analisando o quadro em 1998 o saldo era negativo (-264), deu um salto positivo em 2001 (1.818) e no ano seguinte volta a negativar (-71). De 2003 a 2005 mantém um quadro positivo estável, depois volta a oscilar, fechando num saldo positivo mas extremamente baixo em comparação com os anos anteriores (26).

Quadro 14: Emprego - RAIS de Goianésia/ GO (1998 a 2007)

	Emprego									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de empregos formais (RAIS)	4.590	4.777	4.669	5.666	5.615	6.000	6.704	7.991	8.222	8.532
Rendimento Médio - R\$ (RAIS)	...	322.30	357.38	430.32	474.82	557.85	581.08	678.89	718.76	806.81

Fonte: SEPLAN/ SEPIN (2009).

De acordo com a RAIS, Relação Social de Informações Sociais, estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a população desenvolveu um significativo aumento em seu rendimento médio, progressivamente nos últimos dez anos, totalizando 150%. Para o PLHIS, este fator é decisivo, pois sinaliza o poder de endividamento destas famílias.

Quadro 15: Domicílios particulares permanentes em Goianésia/ GO (2000)

Domicílios particulares permanentes / salário mínimo		2000
Total		13.693
Até 1		4.283
Mais de 1 a 2		3.429
Mais de 2 a 3		1.880
Mais de 3 a 5		1.595
Mais de 5 a 10		1.004
Mais de 10 a 15		218
Mais de 15 a 20		137
Mais de 20 a 30		77
Mais de 30		126
Sem rendimento		944

Fonte: SEPLAN/ SEPIN (2000)

No ano 2000, conforme levantamento censitário realizado pelo IBGE foram encontrados 13.693 domicílios em Goianésia, sendo 12.484 na zona urbana e 1.209 na zona rural. Constata-se que o maior número de domicílios está na faixa de renda de até 1 salário mínimo. Se juntarmos as faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, nesta análise, concluímos que o maior número de pessoas residentes em Goianésia são desta faixa salarial (70%), características de HIS – habitação de interesse social.

Quadro 16: Relatório do CADÚnico de Goianésia/GO (2010)

Cadastro	Nº
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (PNAD 2006)	3.740
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (PNAD 2006)	4.588
Total de Famílias Cadastradas	5.572

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, CADÚnico (2010).

Estes números refletem o número de famílias que devem ser prioritárias em relação ao PLHIS, para saber onde se enquadram no déficit (incremento e reposição). É necessário analisar ainda a situação de cada uma delas no cadastro habitacional para estabelecer uma relação de posição frente às demais cadastradas (idosos, mães com crianças, deficientes e dentre estes os que já possuem casa própria).

Perfil de usuários para HIS do município de Goianésia/GO

Usuários do PBF ¹	Quantidade
Crianças de 01 a 07 Anos	5.954
Crianças e Adolescentes de 08 a 18 Anos	1.862
Famílias Que Pagam Aluguel	847 Domicílios
Deficientes	549 Domicílios
Famílias Cadastradas	5.572
Pessoas Cadastradas	22.590

¹ PBF: Programa Bolsa Família.

Homens	3.566
Mulheres	15.864
Crianças de 07 a 17 Anos	3.160
Total de Beneficiários	5.572 Famílias

Fonte: PMG

Complementando esta informação, e para termos base da situação das famílias de Goianésia em relação aos demais níveis federados, tendo como base o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar, 2007) do IPEA/ MDS², temos:

Unidade da Federação	Total de famílias analisadas	IDF	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Disponibilidade de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Condições Habitacionais
Brasil	17.423.585	0,55	0,68	0,36	0,21	0,42	0,93	0,73
Região Centro-Oeste	1.032.748	0,57	0,66	0,39	0,24	0,46	0,92	0,76
Goiás	455.214	0,58	0,67	0,41	0,23	0,46	0,94	0,77
Goianésia	5.572	0,58	0,66	0,37	0,24	0,51	0,95	0,76

Analisando o quadro acima, temos que: Goianésia está com seu IDF acima do índice nacional e regional. Considerando os dados isoladamente, vemos a necessidade de direcionar políticas públicas para **Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Desenvolvimento Infantil e Condições de Habitabilidade**, pois foram os índices de menor percentual.

D- Habitação

No plano nacional, segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2009), através do Guia de Adesão ao SNHIS, a classificação da tipologia dos municípios foi feita de acordo com sua população. No procedimento classificatório utilizado pelo PlanHab – Plano Nacional de Habitação (2005), Goianésia sendo um dos municípios com mais de 20.000 habitantes, enquadra-se como tipologia “G - 7: Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social”.

Quadro 17: Correspondência de tipos – Tipologia das cidades brasileiras (2005)

² Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quadro 1 – Correspondência de tipos Tipologia das Cidades Brasileiras – PNDR		
A	Tipo 1	Espaços urbanos aglomerados mais prósperos do centro sul (somente RMSP e RMRJ)
B	Tipo 1	Espaços urbanos aglomerados mais prósperos do centro sul (exceto RMSP e RMRJ)
C	Tipo 2	Espaços urbanos aglomerados e capitais mais prósperas do norte e nordeste
D	Tipo 3	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do centro sul
E	Tipo 4	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do norte e nordeste
F	Tipo 5	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com moderada desigualdade social
	Tipo 6	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social
G	Tipo 7	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social
H	Tipo 9	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com moderada desigualdade social, predominantes no centro-sul
	Tipo 8	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social
	Tipo 10	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com elevada desigualdade social, predominantes na fronteira agrícola
	Tipo 11	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino e da Amazônia, com algum dinamismo recente mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana
	Tipo 12	Centros urbanos em espaços rurais pobres de ocupação antiga e de alta densidade populacional, próximos de grandes centros
	Tipo 13	Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados
I	Tipo 14	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos
	Tipo 15	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos
J	Tipo 16	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
	Tipo 17	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente.
K	Tipo 18	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica
	Tipo 19	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica

Fonte: Consórcio Instituto Via Pública / LabHab-Fupam / Logos Engenharia, a partir do Estudo *Tipologia das Cidades Brasileiras* do Observatório das Metrôpoles, 2005.

Esta classificação definirá os parâmetros para definir suas diretrizes mais adiante, no Produto 3, repercutindo em:

- a) Financiamentos e subsídios;
- b) Arranjos e desenvolvimento institucional;
- c) Cadeia Produtiva da Construção Civil e
- d) Estratégias urbano fundiárias.

D1 - Tipo G: Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de

dinamismo

São municípios que tem a condição comum de apresentarem certo grau de precariedade e pobreza, mas ainda em níveis moderados com relação aos demais tipos (o Tipo H apresenta condições bem mais dramáticas). São situados em microrregiões historicamente de maior pobreza, mas apresentam situação relativamente mais positiva, sendo prioridade secundária.

Este tipo pode ser subdividido em três subgrupos: No Norte e Nordeste são municípios situados em regiões de ocupação consolidada em função de atividade econômica rural, mas com relativa estagnação. No Sul e Sudeste são pequenos centros de pouco alcance regional em áreas de ocupação mais rarefeita rurais. No centro-Sul, municípios de renda média que vêm crescendo em receita (microrregião com alta variação do PIB), mas com população relativamente estagnada (taxa de crescimento populacional de -0,05 entre 1991 e 2000).

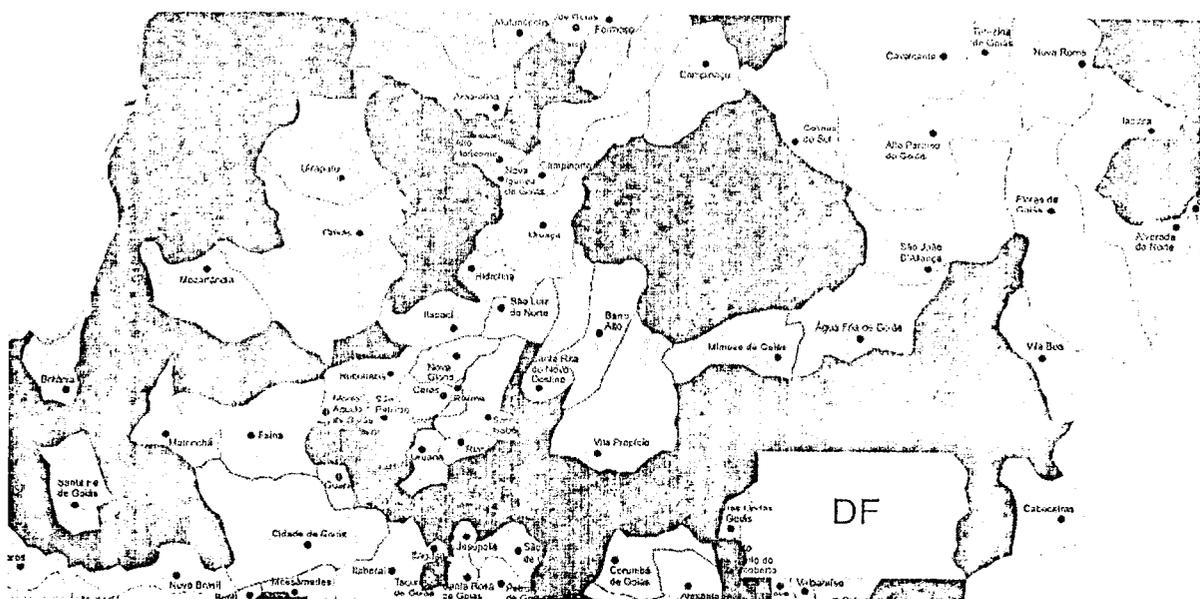
Nestes municípios cerca de 80% do Déficit Habitacional. O número de domicílios sem sanitário está em torno de 5%, abaixo da média nacional. Nestes casos, o atendimento ao passivo é a maior prioridade, já que os municípios apresentam taxa de crescimento reduzida, e maior grau de consolidação e estagnação.

No estado de Goiás, houve em 2008 a capacitação através do Governo do Estado pela AGEHAB – Agência Goiana de Habitação, para preparar os 246 municípios a desenvolverem seus PLHIS. Assim, os municípios se estruturariam para elaboração e implementação de seus planos, programas e projetos habitacionais, integrando-se e cumprindo seu papel frente ao SNHIS. Os municípios foram classificados, pelo estado de Goiás, em quatro categorias:

- Com mais de 50.000 habitantes (17 municípios);
- Com até 5.000 habitantes (104 municípios);
- Com até 10.000 habitantes (105 municípios) e
- Com até 20.000 habitantes (202 municípios).

Nesta oportunidade, podemos destacar Goianésia e seu entorno, no Diagnóstico do Setor Habitacional do estado de Goiás, com o seguinte perfil:

Fig. 19: Mapa de adesão ao SNHIS/GO, 2008.

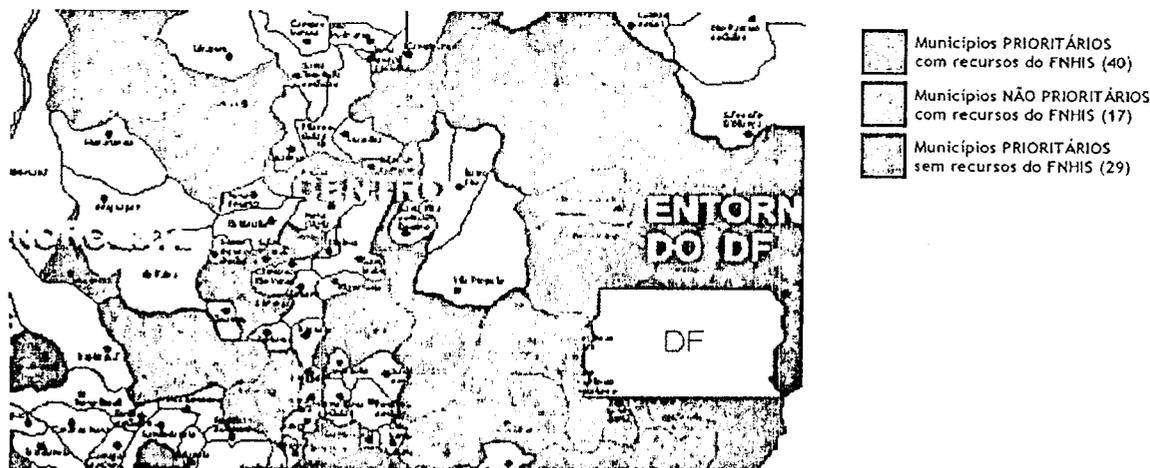


- Municípios que aderiram ao SNHIS [216]
- Municípios que aderiram ao Programa Casa da Gente [60]
- Municípios que não aderiram ao SNHIS [30]

Fonte: AGEHAB, 2008.

Para fazer a adesão ao SNHIS é necessário aprovar o FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (com Conselho Gestor) e elaborar seu PLHIS. Neste período, Goianésia era um dos 60 municípios que tinham aderido ao Programa Casa Da Gente, e um dos 29 municípios prioritário sem recursos FNHIS para elaborar seu PLHIS. Dos 57 municípios, apenas 40 entraram para a primeira fase de implementação. A meta do estado de Goiás era até 2010, totalizar 100% de seu território.

Fig. 20: Mapa de prioridade dos municípios goianos que foram selecionados com recursos do FNHIS para elaborar o PLHIS, 2008.



Fonte: AGEHAB, 2008.

Em 2009, o município deu início ao processo de licitação de seu PLHIS.

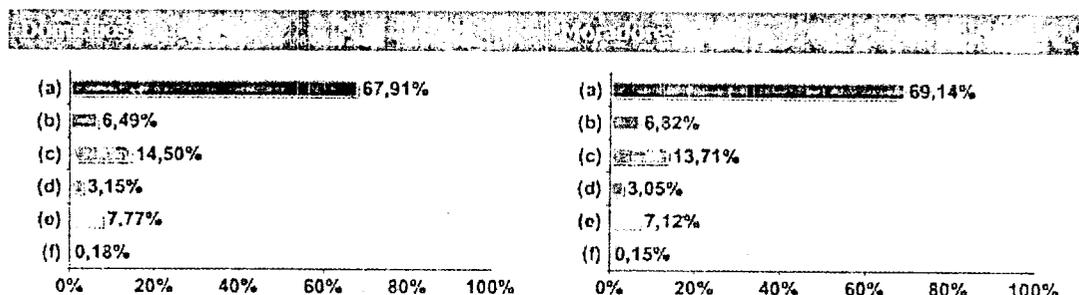
Para sua elaboração foi utilizada como fonte de pesquisa a Fundação João Pinheiro que estabeleceu um convênio com o IBGE, onde selecionava dos itens municipais, somente aqueles sobre habitação, construindo o documento sobre o “Déficit Habitacional do Brasil, Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas” (FJP, 2005). Também utilizado como fonte de pesquisa os dados do IBGE 2010 e o SEPLAN.

Quadro 18: Infraestrutura: domicílios particulares permanentes e moradores de Goianésia/GO (2000)

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	13.693	48.621
Próprio	10.137	36.933
Próprio já quitado (a) <input checked="" type="checkbox"/>	9.299	33.615
Próprio em aquisição (b) <input checked="" type="checkbox"/>	388	3.313
Alugado (c) <input type="checkbox"/>	1.986	6.664
Cedido	1.495	4.949
Cedido por empregador (d) <input type="checkbox"/>	432	1.435
Cedido de outra forma (e) <input type="checkbox"/>	1.064	3.464
Outra forma (f) <input type="checkbox"/>	24	75

▾ Legenda Gráfico

Fonte: IBGE/SIDRA



Fonte: CNM – Confederação Nacional dos Municípios (2000).

Segundo a condição de ocupação dos domicílios, chega-se às seguintes taxas: 74,40% são próprios (sendo que 67,91% são quitados e 6,49% estão em aquisição), 14,50% são alugados, 10,92% são cedidos e 0,18% têm outra forma de ocupação.

Ainda analisando o levantamento censitário do IBGE 2000, em relação aos domicílios, a participação da faixa de renda de até 3 salários mínimos é elevada (70%), ao cruzar com a forma de habitar (11,10% cedidos e outros) - observa-se que é a parcela da população que interessa ao PLHIS, ou seja, **5.000 domicílios (36%)** necessitam de um olhar mais atento das políticas públicas de habitação.

D2 – Assentamentos Precários: favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares

Segundo as informações da PMG e durante as reuniões nos PAs, não existe favela no município, nem famílias situadas em área de risco ou em área de proteção ambiental.

No entanto é necessário solucionar a questão de regularização fundiária para os Conjuntos Habitacionais. Regularização Fundiária é um processo de intervenção governamental que abrange os aspectos urbanístico, ambiental e fundiário dos parcelamentos urbanos, buscando ordenar e legalizar as ocupações informais, garantindo, com a sua urbanização, melhor qualidade de vida e segurança jurídica para os ocupantes.

Mais do que somente identificar, é necessário por parte da equipe técnica da Prefeitura, estabelecer ações para a regularização fundiária.

2.1.2. Atores Sociais e suas Capacidades

No Produto 1 – Proposta Metodológica, o objetivo proposto era a forma de mobilização e o desenvolvimento das atividades para a elaboração do Produto 2 – Diagnóstico do Setor Habitacional. Nesta oportunidade retrata-se como realmente se deu este processo e seus resultados.

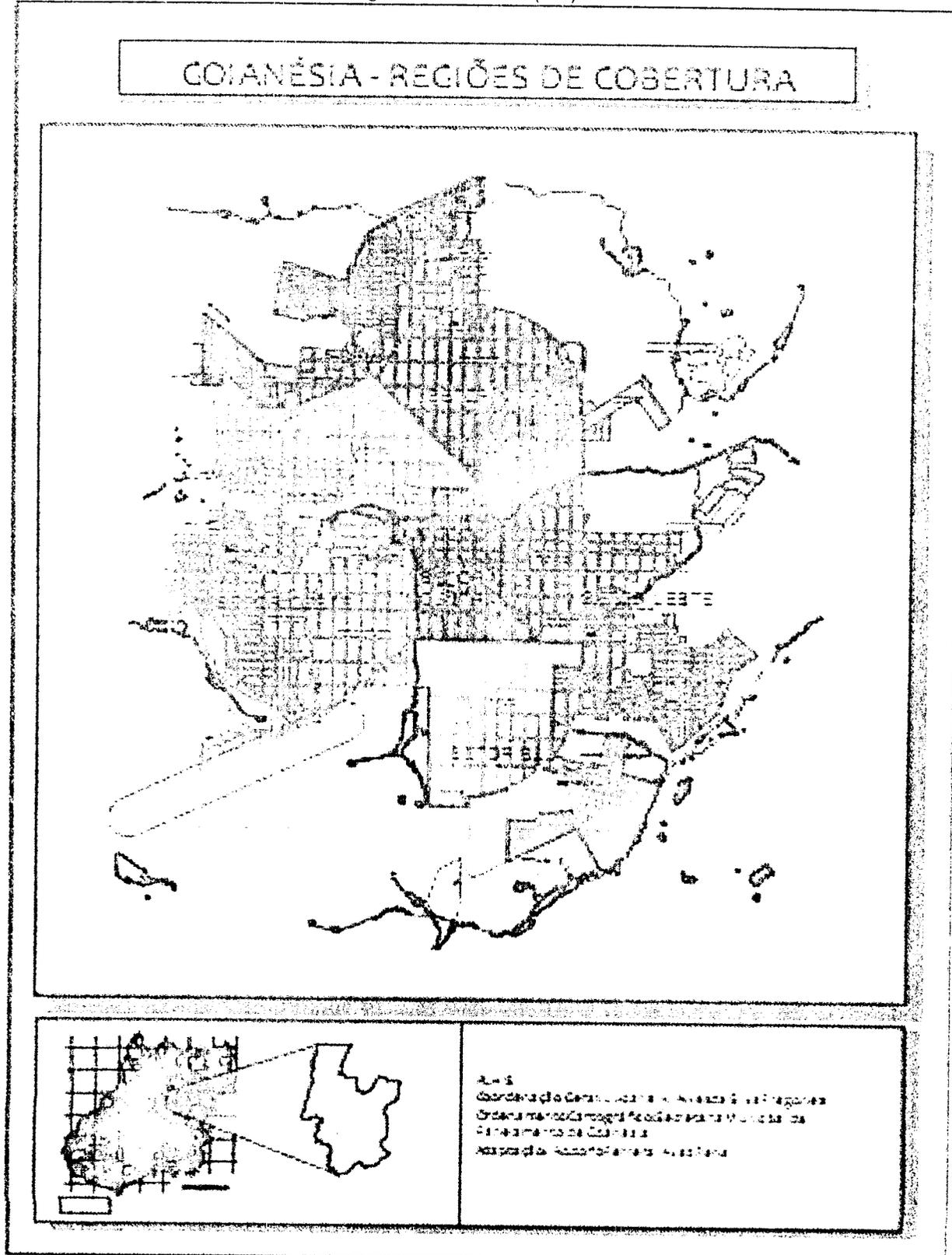
Como o município foi setorizado em RCs, quais os coordenadores dos PAs, como foi a divulgação para a primeira reunião deste Produto, como se deu a reunião e seus resultados mediante a participação popular.

2.1.2.1. Planejamento e resultados sobre a setorização territorial para o início do processo de discussão

A-Objetivos

- Organizar o município em Regiões de Cobertura (RCs), incluindo o Distrito e Povoados, para formatarmos as reuniões do PLHIS;
- Mobilizar o maior número de cidadãos do Município (sede e distrito), a fim de reuni-los, para informá-los e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento do PLHIS;
- Divulgar as Regiões de Cobertura (RCs) e seus respectivos coordenadores, através de afinidades em suas características sócio-econômicas, históricas, morfológico-ambientais, em densidade demográfica e nas suas delimitações espaciais, para que a população possa localizar e conhecer sua situação para poder entrar em contato permanentemente.

Fig. 21- Mapa da caracterização das 05 Regiões de Cobertura (RCs).



Fonte: PMG e ABEC (2011)

B- Ação

As Regiões de Cobertura (RCs) foram definidas onde cada setor caracteriza-se de acordo com “as diversidades sociais, econômicas, culturais e urbanísticas de cada comunidade” (PlanHab, 2005). Segue quadro de bairros que compõe cada RC:

Quadro 19 - Bairros componentes das RCs em Goianésia/GO.

RC	BAIRROS
1	Res. Flamboyant, Res. Morada Nova, D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão e Carrilho.
2	St. Campestre, St. Sul, Barsanulfo, Res. Mariana Park, Jd. Esperança e Primavera
3	Nova Aurora III, Nova Aurora I, St. Oeste, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, JD Por do Sol, Boa Vista, Cova, Cova II, PQ. Das Palmeiras, Sta. Cecília, St. Universitário e Amigo.
4	St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, VI. São Caetano, PQ. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, VI. Vera Cruz, Itapuã, Colina Park Res. e Bougainville.
5	Natinópolis, Juscelândia, Cafelândia e Morro Branco.

Fonte: PMG, 2011.

C-Material utilizado para composição das Regiões de Cobertura (RCs)

Através da documentação da PMG, fotos de satélite, dados técnicos, cadastros municipais e o auxílio de antigos funcionários municipais foi possível elaborar este quadro e na seqüência estabelecer uma agenda com os Pontos de Apoio (PAs), para a reunião.

D- Resultados sobre o mapeamento

A preocupação da ETC e da ETM era conseguir estabelecer um mapeamento onde houvesse a oportunidade de se conhecer os problemas da população, mas de forma territorial, tendo sempre como base a participação popular.

Sendo Goianésia um município médio e de intensas relações sociais, foi possível estabelecer uma rede de informações rápida e eficiente para o que se desejava. Nesse intuito, chegou-se a um mapa setorizado em 05 RCs, trazendo inclusive a zona rural para reuniões junto à sede urbana.

2.1.2.2. Planejamento e resultados sobre a divulgação do PLHIS

A- Objetivos

Divulgar para a população o PLHIS em Goianésia/GO, através de reunião pública por meio de um plano de comunicação. A participação e contribuição popular para o desenvolvimento do Diagnóstico do Setor Habitacional são as prioridades desta etapa do trabalho.

Quadro 20: Plano de Comunicação: Cartazes e Informativos.

Cartazes e Informativos				
Descrição do local	Tipo de material (cartazes ou informativos)	Quantidade	Data de fixação	Período de permanência
Creche M. Tomaz Antão	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
Placar do Paço Municipal	Cartazes	1	15/07/10	15 dias
Creche M. Manuel Braolhos	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
P.S. André de Souza Lima	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
P.S. Noraldino Porto	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
Centro de Conv. Edes Caetano	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
Centro de Conv. Gibrail Kinjo	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
Escola M. Divino V. Da Mota – M. Branco	Cartazes	1	15/06/10	15 dias
Esc. Est. São Sebastião – Juscelândia	Cartazes	1	18/06/10	15 dias
P.S. José Francisco -Cafelandia	Cartazes	1	18/06/10	15 dias
Sub-Prefeitura – Natinopolis	Cartazes	1	18/06/10	15 dias

Fonte: ABEC, 2011

Quadro 21: Plano de Comunicação: Rádios, Tvs e Jornais.

Rádios, Tvs e Jornais			
Nome (rádio, tv ou jornal)	Tipo de inserção (anúncio pago ou mídia espontânea)	Quantidade de inserção/dia	Período de veiculação (número de dias ou semanas em que a informação veiculada é)
Rádio Canção Nova – FM	Sport de divulgação do PMHIS e entrevista	15 02	5 dias por meses
Rádio Vera Cruz _ AM	Sport de divulgação do PMHIS	15	5 dias
Rádio Itajá – FM	Sport de divulgação do PMHIS	15	05 dias
Rádio São Carlos	Sport de divulgação do PMHIS	15	05 dias
Jornal Opção	Anúncio	2	mês
Jornal do Vale	Anúncio	2	mês

Fonte: ABEC, 2011

B- Ação

Durante este período, foram contactadas a maioria dos representantes de bairro, associações dos movimentos populares, entidades civis, entidades profissionais e escolares, pessoas ligadas à dinâmica local para podermos entender a melhor forma possível de estabelecermos a comunicação sobre o PLHIS.

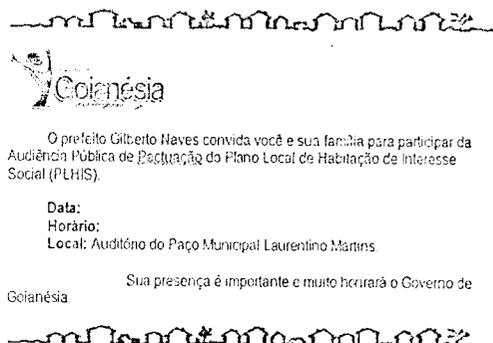
C-Material utilizado para a divulgação das reuniões nas Regiões de Cobertura (RCs)

- Convocação e comunicação interna para os funcionários públicos da PMG por meio de convites;
- Divulgação para a população através do rádio (chamadas locais e entrevistas), convites entregues na residência dos coordenadores dos PAs, nos bairros, carro de som e faixa para alcançar o maior número de pessoas do município.

Fig. 22: Plano de Comunicação em Goianésia/GO.



Painel de divulgação da Reunião Comunitária.



Modelo de convite entregue na residência dos coordenadores dos PAs.

Fonte: ABEC, 2011.

D- Resultados

De forma geral, obtiveram-se bons resultados em vista da divulgação ter conseguido abranger todo o território das RCs, pois a reunião estava repleta e com um público bastante interessado e participante.

2.1.2.3. Planejamento e resultado da reunião no PA

A - Objetivos

Capacitar membros da sociedade civil organizada e do poder público para promover a divulgação e os esclarecimentos necessários a outros cidadãos, referente ao PLHIS em questão.

B - Ação

Estabelecida uma agenda, convidando para a reunião, em horário e data pré-estabelecidos com a população foram apresentados os coordenadores dos PAs.

Quadro 22: Identificação dos PAs em Goianésia/GO.

(RC)	PA	IDENTIFICAÇÃO DO PA	ENDEREÇO	COORDENADOR DO PA
RC 01	1	Norte	Centro de Convivência Gibrail Kinjo Esber Brahim Rua 27,s/n entre a 40 e Av.Contorno – São Cristóvão.	Divino Nunes Matos
RC 02	2	Sul	Escola Municipal Magnólia Protácio Machado Av.Ulisses Guimarães, s/n, jardim Esperança	Cleusinete Oliveira Silva (Netinha)
RC 03	3	Oeste	Creche Municipal Joaquim Gomes Pina Covoá 1, entre a rua Santos Dumont e Palmeiras.	José Naves de Souza
RC 04	4	Leste e Central	Centro de Convivência do idoso Edes Caetano e Centro Cultural Bercholina Rodrigues Av. Brasil com Rua 31	Maria Rosa de Jesus e Paulo Henrique
RC 05	5	Zona Rural	Escola municipal Divino Vieira Mota Morro Branco	Fátima da Silva

Fonte: Produto 1 – Proposta Metodológica, 2011.

C- Material elaborado para a apresentação do PLHIS

- Apresentação em Formato Power Point da capacitação dos presentes à reunião para o PLHIS com datashow. Segue anexo material Power Point.
- Preenchimento de matrizes durante a exposição do PLHIS. A ETC, em conjunto com a ETM, colocaram claramente os problemas direcionados pelas matrizes e, de forma simples, foram exemplificando e traduzindo temas e termos técnicos em formas compreensíveis para a população discutir e participar.

Fig. 23: Matriz 01 Caracterização do uso e ocupação do território em Goianésia/GO.

QUADRO 1 - Matriz de Caracterização do Uso e Ocupação do Território								
PA	Nome do Parcelamento / Bairro	Ano de registro em Cartório	Ano de Início de Ocupação	% de ocupação Atual	% de Atendimento o Atual em Infraestrutura	Atendimento Atual em serviços Sociais	Uso Predominante atual	Tipologia Predominante atual
					Água	Posto Saúde	Residencial	Inadequado
					Energia	Escola	Comercial	Precario
					Esgoto	Centro Social	Industrial	Popular
					Asfalto	Cieps	Misto	Médio
					Lixo coleta	Posto Policial		Alto
								Misto
Necessidades Habitacionais Apuradas		Situação de Conflito		Situação de Risco		Precariedade Urbanística		Impacto Ambiental
				<input checked="" type="radio"/> GRAVE <input checked="" type="radio"/> MODERADA <input type="radio"/> NÃO EXISTE		<input checked="" type="radio"/> GRAVE <input checked="" type="radio"/> MODERADA <input type="radio"/> NÃO EXISTE		<input checked="" type="radio"/> GRAVE <input checked="" type="radio"/> MODERADA <input type="radio"/> NÃO EXISTE
				Situação vivida pelas famílias que coloca em risco saúde, segurança ou a vida: alagamento, deslizamento de encostas, contaminação por lixões, material químico ou servidão de rodovias, ferrovias linhas de transmissão de energia elétrica				Impacto ao meio ambiente natural (recursos hídricos, áreas de matas, veredas, cerrado) ou problema geológico-geotécnico (erosão, afundamento do solo)
Observações/ Outros Registros:								

Fonte: Agehab, 2010.

Fig. 24: Matriz 02 Informações das Necessidades Habitacionais em Goianésia/GO.

QUADRO 1 A - (Informações para quadro 4)						
PA	Nome do Parcelamento / Bairro	Componente	Domicílios Improvisados	Cofabitação Familiar	Onus Excessivo com Aluguel	Domicílios Flutuantes
		DÉFICIT HABITACIONAL				
	Nome do Parcelamento / Bairro	Componente	Densidade Excessiva de moradores por domicílio	Carência de Serviços de Infraestrutura	Inexistência de Unidade Sanitária domiciliar exclusiva	Inadequação Fundiária Urbana
		Inadequação dos Domicílios				
	Nome do Parcelamento / Bairro	Componente	Consolidados	Consolidáveis	Não Consolidáveis	
		Assentamento Precários				
	Nome do Parcelamento / Bairro	Componente	Projeção Demográfica			
		Demanda Demográfica				

Fonte: Agehab, 2010.

D- Pauta da reunião

1. Assinatura da lista de presença;
2. Abertura realizada pelas ETM e ETC;
3. Introdução ao PLHIS, com pauta em tópicos de aspectos gerais:
 - Contexto regional;
 - Necessidades Habitacionais;
4. Inserção da metodologia do PLHIS, discorrendo sobre as principais etapas para a elaboração do Diagnóstico do Setor Habitacional de Goianésia/GO;
5. Preenchimento das matrizes de forma interativa com o público para que os presentes, sociedade civil organizada e membros do poder público possam opinar sobre seus bairros, contribuindo com as **informações** da realidade local e da fonte secundária;
6. Leitura da Ata para que todos tomem ciência dos apontamentos e confirmem as informações coletadas.

E- Resultados da reunião

Durante a reunião houve grande receptividade da população, que contribuiu de forma interativa para a elaboração do Diagnóstico do PLHIS.

Através da reunião junto à população pode-se obter uma amostragem da realidade das questões da habitação, infra-estrutura, equipamentos urbanos, meio ambiente e vulnerabilidade social para estabelecermos parâmetros frente aos dados frios.

Como o convite a cada RC contempla a totalidade dos bairros, o resultado obtido tem o caráter quase totalitário, representando a vontade da maioria que compareceu à reunião. De fato, a maior contribuição da reunião para o PLHIS, foi no sentido da mobilização, pois mesmo que se desenvolva os temas do Diagnóstico de uma forma menos técnica, ainda assim a população tem dificuldades básicas de entendimento sobre as questões urbanas.

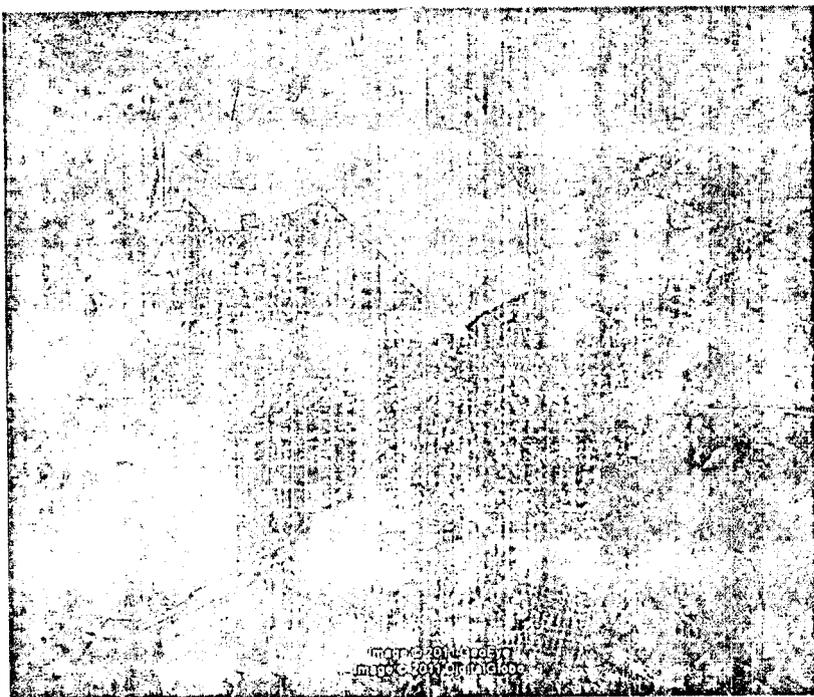
Com estes dados coletados, tem-se o olhar da população sobre o tema **habitação** para a elaboração do Diagnóstico do PLHIS, o qual será comparado aos dados técnicos municipais e aos da Fundação João Pinheiro.

A seguir estão as matrizes de caracterização de uso e ocupação do território e das informações das necessidades habitacionais das RCs em Goianésia/GO, preenchidas durante as reuniões nos PAs.

2.1.2.4. Resultado das reuniões nos PAs

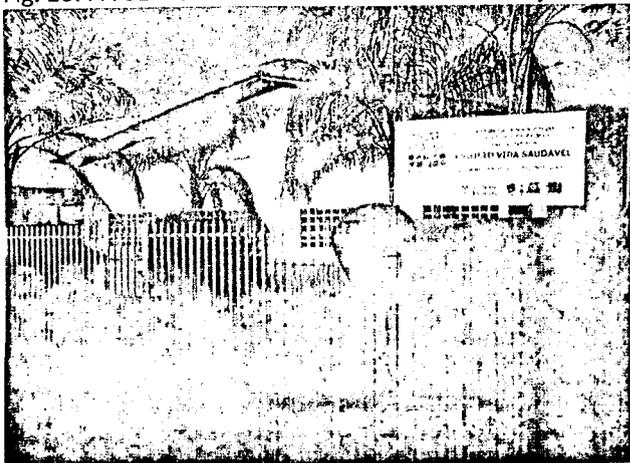
A- RC - Região de Cobertura 01 (NORTE)

Fig 25: Vista aérea da RC 01, área urbana de Goianésia/GO



Fonte: PMG (2011)

Fig. 26: PA 01 – Centro de Convivência Gibrail Kinjo Esber Brahim



Fonte: ABEC

A1- Área de Abrangência da RC 01

Quadro 23: Configuração geral da RC 01 em Goianésia/GO.

REGIÃO DE COBERTURA	BAIRROS PA	PONTO DE APOIO PA	COORDENADOR PA
01	Res. Flamboyant, Res. Morada Nova, D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão e Carrilho.	Centro de Convivência Gibrail Kinjo Esber Brahim Rua 27,s/n entre a 40 e Av.Contorno – São Cristóvão.	Divino Nunes Matos

Fonte: PMG e ABEC (2011).

A2- Participação da Comunidade da RC 01: Reivindicações em Ata

- Melhorar o serviço de Coleta de Lixo;
- Implantar a Coleta Seletiva;
- Melhorar e Ampliar (Dentista) a Prestação de Serviço no Posto de Saúde;
- Verificar Mau Cheiro na Escola de São Cristóvão;
- Desenvolver políticas públicas voltadas para o trânsito;
- Combate às drogas e Dengue;
- Limpeza da Av. Contorno e
- Criar um centro de zoonoses.

A3- Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 01 (NORTE) 13/06/2011 às 18:30hs

Presentes: 83 participantes

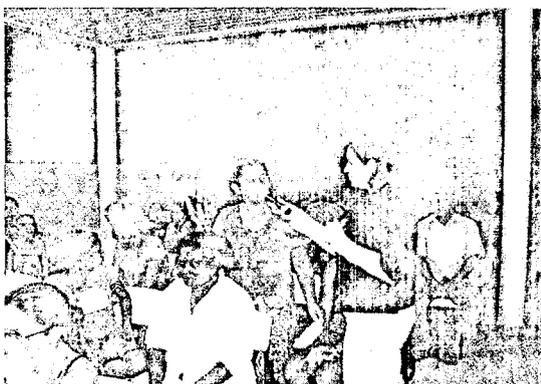
Fig. 27: Reunião do PA 01 NORTE



Palavra de abertura da primeira dama Mara Naves



População concentrada durante a apresentação do
PLHIS



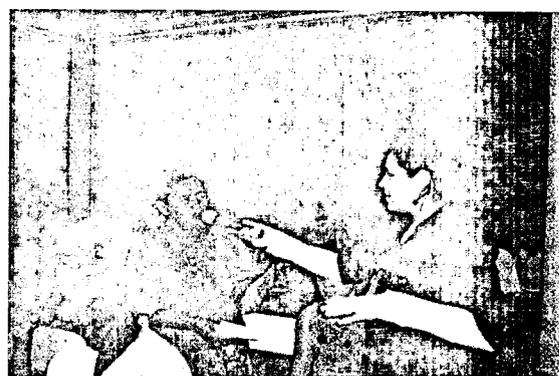
Microfone aberto à população para reivindicações



Propostas de mães para políticas públicas em saúde



Assinatura da lista de presença

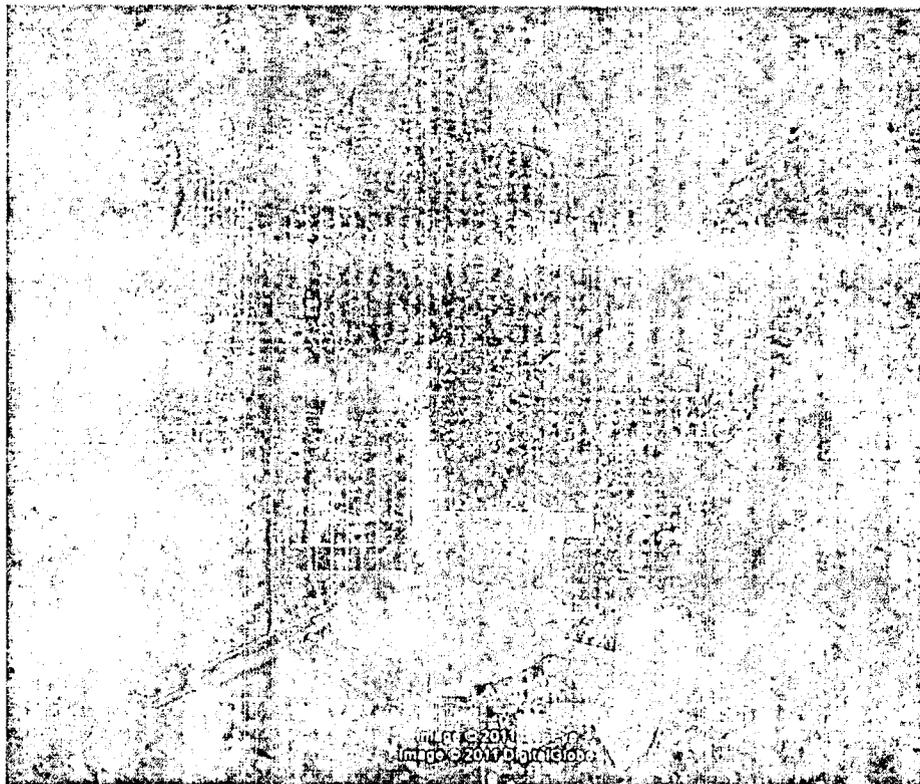


Perguntas durante a apresentação do PLHIS

Fonte: ABEC, 2011.

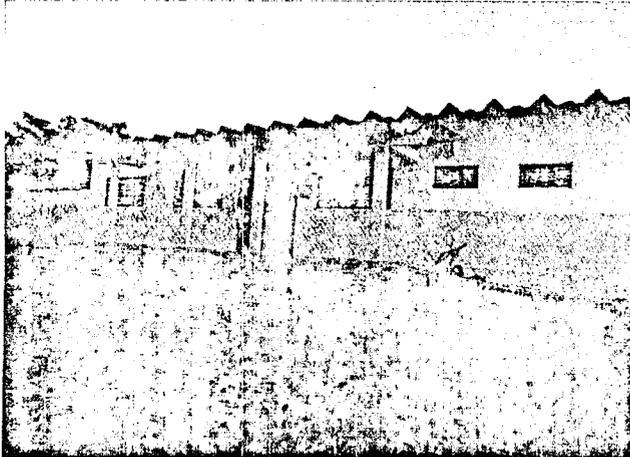
B- RC - Região de Cobertura 02 (SUL)

Fig 28: Vista aérea da RC 02, área urbana de Goianésia/GO



Fonte: PMG (2011)

Fig. 29: PA 02 – Escola Municipal “Magnólia Protásio Machado”



Fonte: ABEC

B1- Área de Abrangência da RC 02

Quadro 24: Configuração geral da RC - 02 em Goianésia/ GO

REGIÃO DE COBERTURA	BAIRROS	PONTO DE APOIO PA	COORDENADOR PA
02	St. Campestre, St. Sul, Barsanulfo, Res. Mariana Park, Jd. Esperança e Primavera.	Escola Municipal Magnólia Protásio Machado Av. Ulisses Guimarães, s/n, Jardim Esperança	Cleusinete Oliveira Silva (Netinha)

Fonte: PMG e ABEC

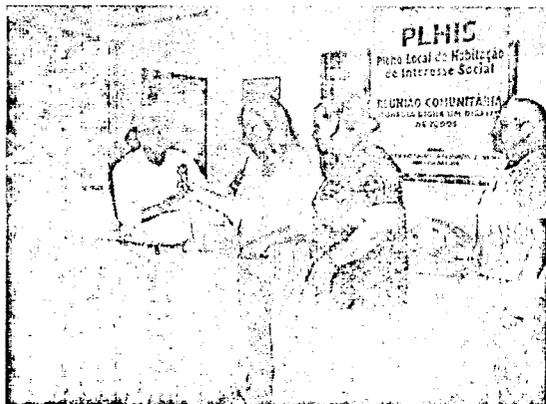
B2- Reivindicações em Ata

- Melhorar o Policiamento;
- Construção de Creche;
- Melhorar e Ampliar a Prestação de Serviço nos Postos de Saúde;

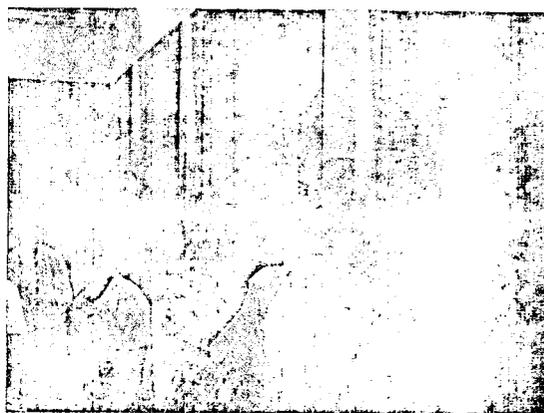
B3- Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 02 (SUL) 13/06/2011 às 20:30h.

Presentes: 127 participantes

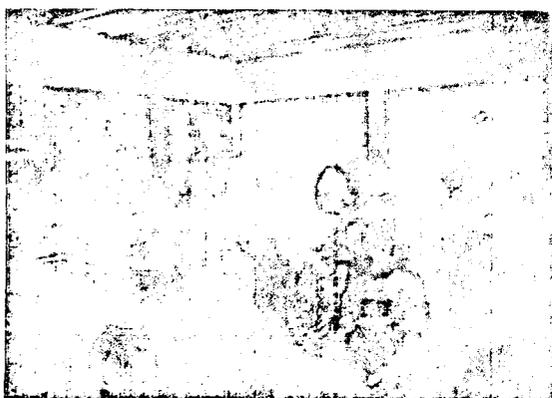
Fig. 30: Reunião do PA 02 SUL



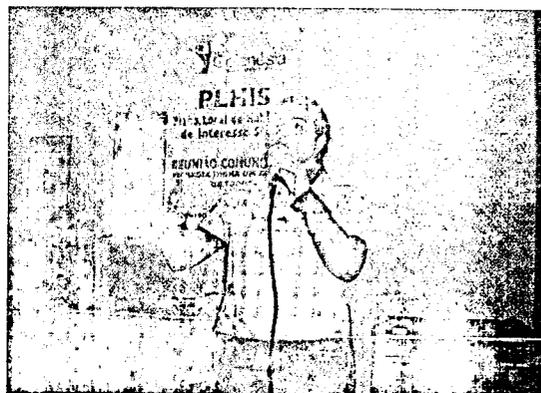
Palavra de abertura do prefeito Gilberto Naves e da primeira dama Mara Naves juntamente com membros da ETC ABEC



Coordenadora do PA em destaque



Na primeira fila, destaque para os Diretores e Secretários do Executivo Municipal



Apresentação do PLHIS pela Coordenadora Arq Luciana Helena A S Fregonezi



Encerramento com leitura de ata

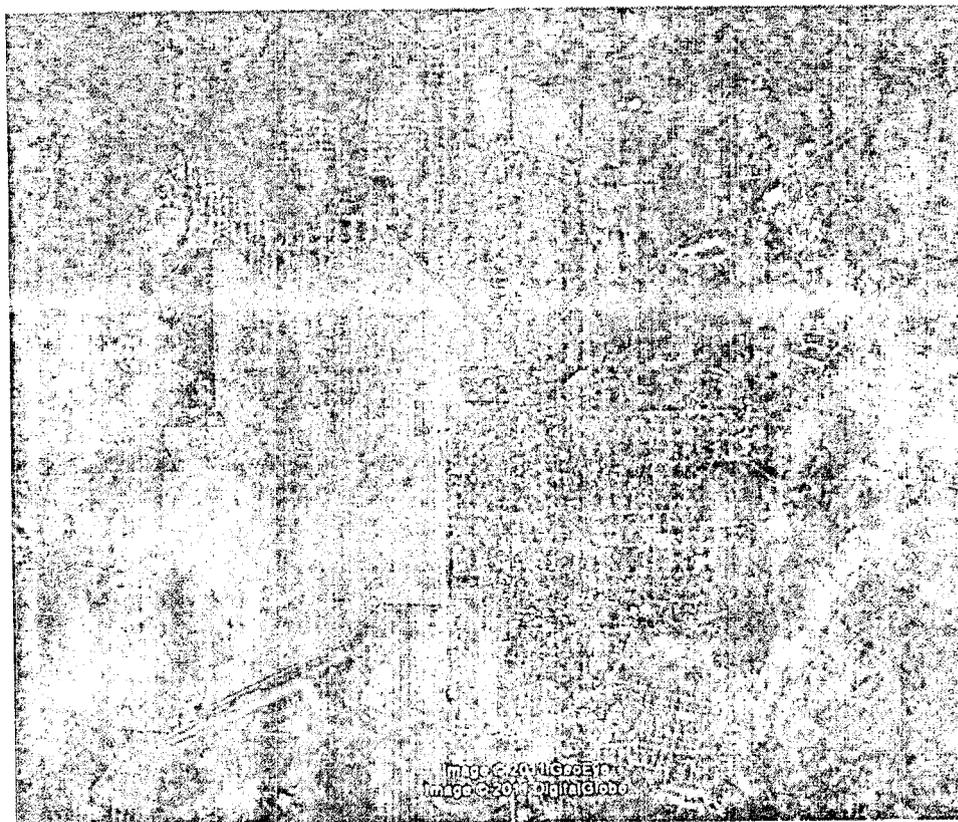
Fonte: ABEC, 2011.



Lanche servido à comunidade

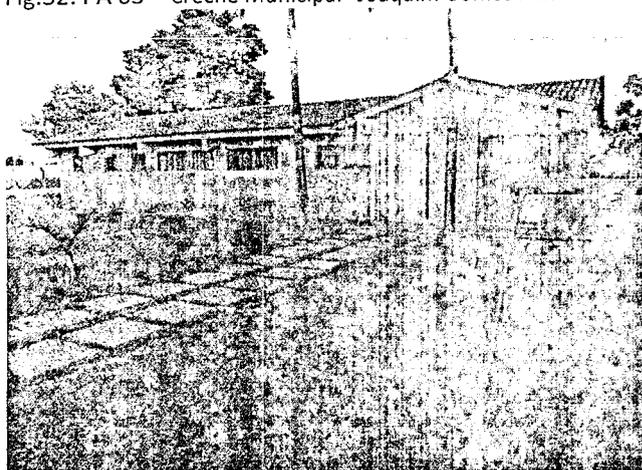
C- RC - Região de Cobertura 03 (OESTE)

Fig 31: Vista aérea da RC 03, área urbana de Goianésia/GO



Fonte: PMG (2011)

Fig.32: PA 03 – Creche Municipal “Joaquim Gomes Pina”



Fonte: ABEC

C1- Área de Abrangência da RC 03

Quadro 25: Configuração geral da RC - 03 em Goianésia/GO

REGIÃO DE COBERTURA	BAIRROS	PONTO DE APOIO PA	COORDENADOR PA
03	Nova Aurora III, Nova Aurora I, St. Oeste, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, JD Por do Sol, Boa Vista, Covoa, Covoa II, PQ. Das Palmeiras, Sta. Cecília, St. Universitário e Amigo.	Creche Municipal Joaquim Gomes Pina Covoá I, entre a rua Santos Dumont e Palmeiras.	José Naves de Souza

Fonte: PMG e ABEC

C2- Reivindicações em Ata

- Regularização Fundiária;
- Precariedade na coleta do lixo;
- Implantar a Coleta Seletiva;
- Melhorar e Ampliar Serviços Odontológicos;
- Melhorar e Ampliar a Prestação de Serviço nos Postos de Saúde;
- Melhorar o Policiamento;
- Construção de Creche.

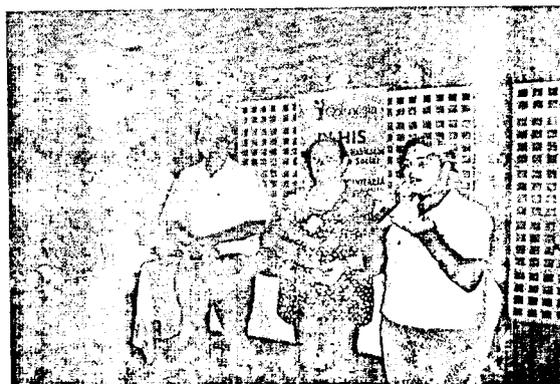
C3 - Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 03 (OESTE) 07/06/2011 às 19:30h.

Presentes: 119 participantes

Fig 33: Reunião do PA 03 OESTE: Reunião do PA 03 OESTE



Abertura da reunião e apresentação da ETM do PLHIS



Apresentação do coordenador do PA pela técnica da ABEC



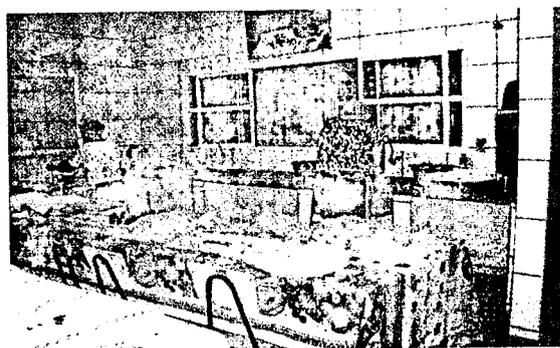
Palavra do coordenador para a comunidade



Secretário de Saúde respondendo às perguntas da população durante a explanação do PLHIS



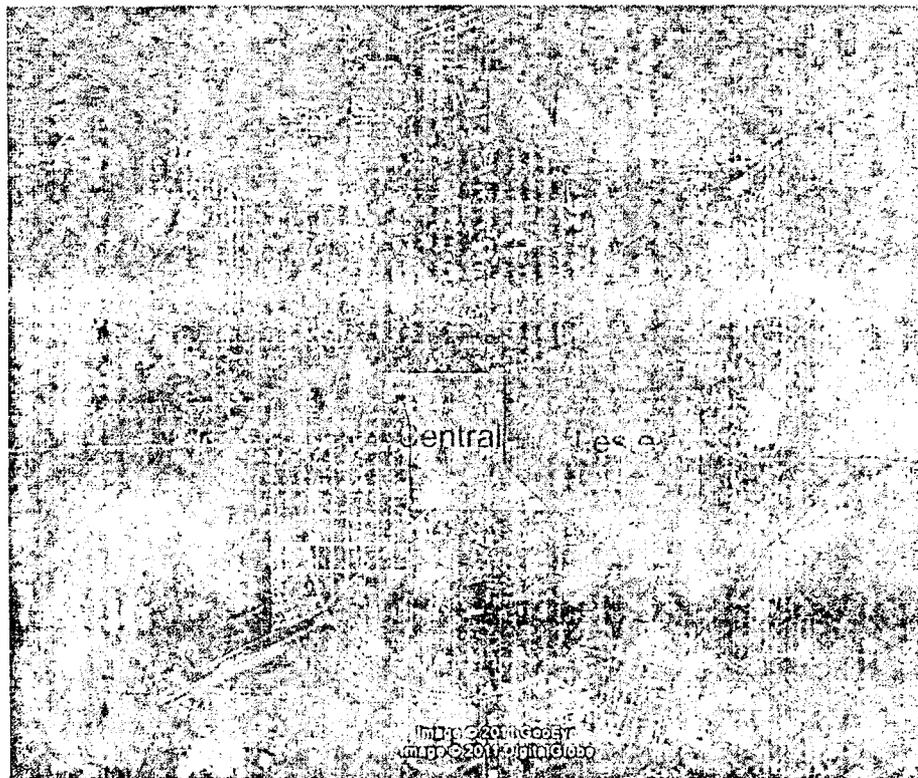
População durante a apresentação do PLHIS



Lanche servido para a população

D- RC - Região de Cobertura 04 (LESTE E CENTRAL)

Fig 34: Vista aérea da RC 04, área urbana de Goianésia/GO

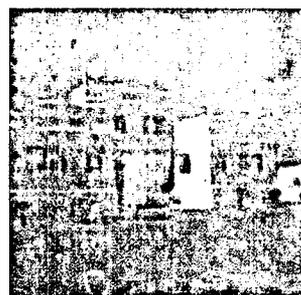


Fonte: PMG (2011)

Fig.35: PA 04



Centro de Convivência do Idoso "Edes Caetano"
LESTE



Centro Cultural "Bercholina Rodrigues"
CENTRO

Fonte: ABEC

D1- Área de Abrangência da RC 04

Quadro 26: Configuração geral da RC - REGIÃO DE COBERTURA 04 em Goianésia/ GO

REGIÃO DE COBERTURA	BAIROS	PONTO DE APOIO PA	COORDENADOR PA
04	St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, Vl. São Caetano, PQ. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, Vl. Vera Cruz, Itapuã, Colina Park Res. e Bougainville.	Centro de Convivência do idoso Edes Caetano. e Centro Cultural Bercholina Rodrigues Av. Brasil com Rua 31.	Maria Rosa de Jesus LESTE Paulo Henrique Naves Dias CENTRO

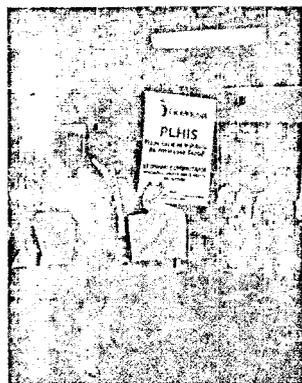
Fonte: PMG e ABEC

D2- Reivindicações em Ata

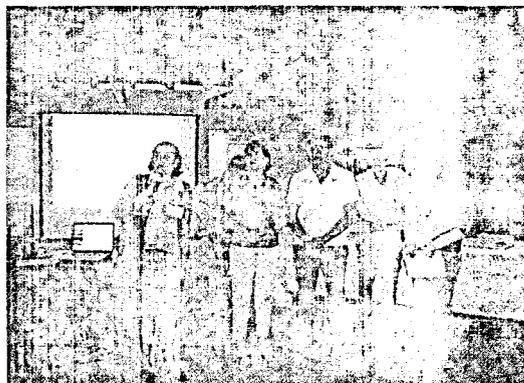
- Regularização Fundiária;
- Implantar a Coleta Seletiva;
- Melhorar e Ampliar Serviços Odontológicos;
- Melhorar e Ampliar a Prestação de Serviço nos Postos de Saúde;
- Melhorar o Policiamento;
- Construção de Ciclovias;
- Limpeza de Lotes;
- Construção de um centro de zoonoses.

D3 - Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 04 (LESTE E CENTRO) 14/06/2011 às 18:30h. Presentes: 98 participantes

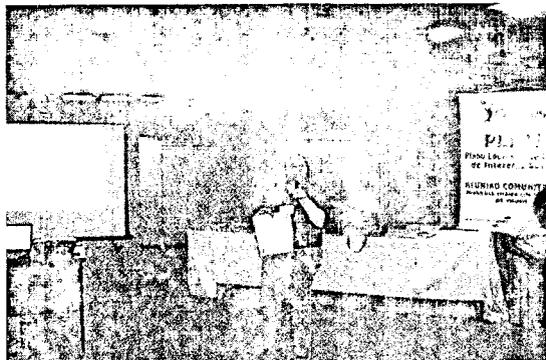
Fig 36: Reunião do PA 04 LESTE E CENTRO



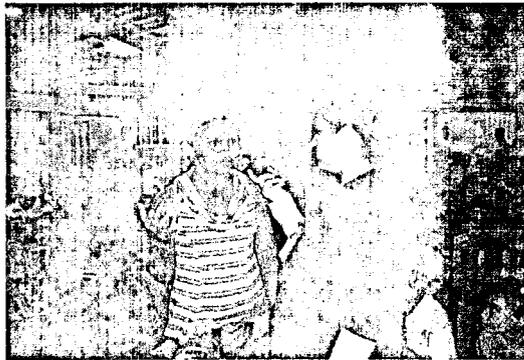
Abertura da reunião de apresentação do PLHIS pelo Sr Prefeito Municipal



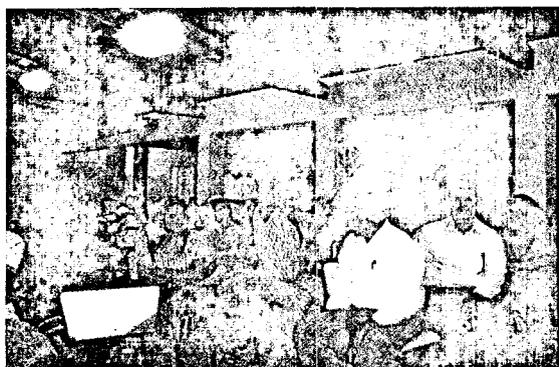
Apresentação dos Coordenadores do PA pela ETC, técnica Célia Gillet



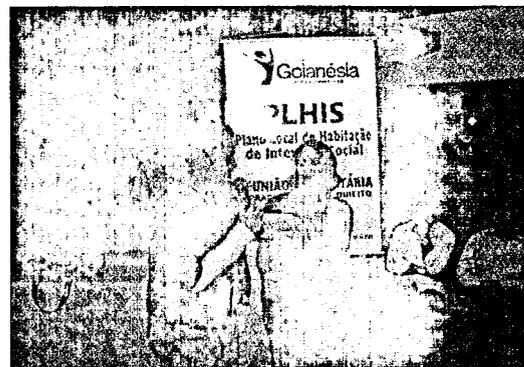
Apresentação do PLHIS pela ETC, coordenadora Arq Luciana Fregonezi



Atendimento à população sanando dúvidas sobre o PLHIS



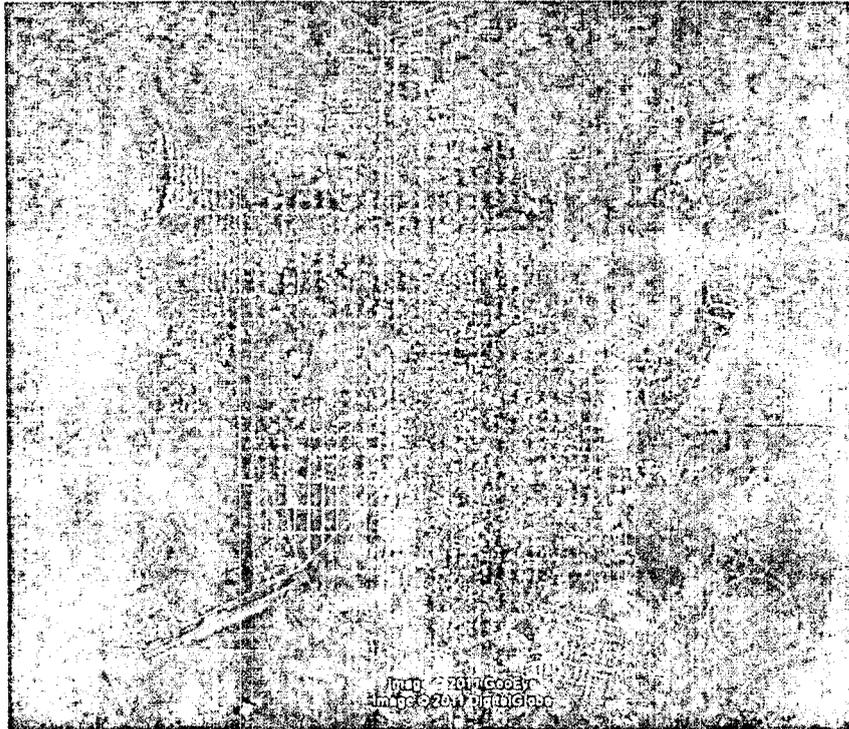
População propondo sugestões para o trânsito



Gestante relatando dificuldades de acessibilidade

E- RC - Região de Cobertura 05 (Zona Rural)

Fig 37: Vista aérea da RC 05, área rural de Goianésia/GO



Fonte: PMG (2011)

Fig. 38: PA 05 – Zona Rural- Escola municipal Divino Vieira Mota no distrito de Morro Branco.



Fonte: ABEC

E1- Área de Abrangência da RC 05

Quadro 27: Configuração geral da RC - REGIÃO DE COBERTURA 05 em Goianésia/GO

REGIÃO DE COBERTURA	BAIRROS	PONTO DE APOIO PA	COORDENADOR PA
05	NATINOPÓLIS JUSCELÂNDIA CAFELÂNDIA MORRO BRANCO	Escola Municipal Divino Vieira Mota. Morro Branco.	Fátima da Silva

Fonte: PMG e ABEC

E2- Participação da Comunidade da RC - Região De Cobertura 05

Reivindicações em Ata

- Saúde (Agente de Saúde, atendimento odontológico, oftalmológico, transporte de doentes);
- Melhoria das estradas vicinais, mata-burros e encascalhamento;
- Melhorar coleta do lixo;
- Implantar Políticas Públicas voltadas para Educação Ambiental;
- Melhorar e Ampliar a Prestação de Serviço nos Postos de Saúde;
- Construção de Quadra de esportes;
- Implantação de Creche e EJA;
- Aquisição de um novo ônibus escolar e uma van;
- Construção de um reservatório de água;
- Construção de uma rotatória de entrada;
- Iluminação do cemitério está precária;
- Reformar a praça e instalar mais um telefone público (orelhão),
- Implanta educação ambiental e coleta de lixo seletivo.

E3 - Reunião de Apresentação do PLHIS na RC 05 (Zona Rural) 16/06/2011 às 18:30h. Presentes: 22 participantes

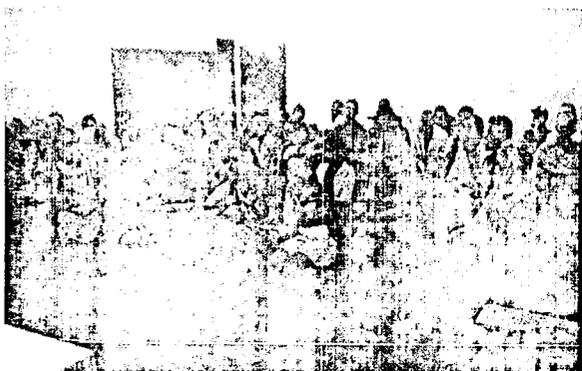
Fig 39: Reunião do PA 05



Abertura da reunião de apresentação do PLHIS pela Secretária da Promoção Social juntamente com a Coordenadora do PA



Apresentação do PLHIS utilizando a lousa, pela ETC, técnica Arq Luciana Fregonezi e ao lado suporte técnico Marcos Branco.



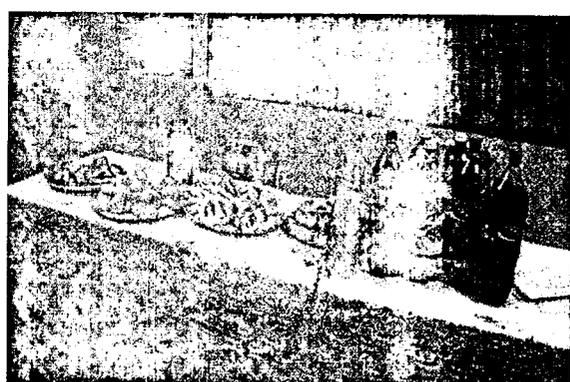
Comunidade rural participando da apresentação do PLHIS



Idosa relatando sobre a qualidade da paz no lugar



Participante, a população fez suas colocações durante a apresentação



Lanche oferecido à população

Quadro 28: Matriz de caracterização do uso e ocupação do território em Goianésia/GO.



Nome do parcelam.	Ano de registro em cartório	Ano de início de ocupação	% aprox. ocupação atual	Atendiment o atual em infra %	Atendiment o atual em serviços públicos	Uso predomin. atual	Tipologia predomin. atual	Necessidade s habitacionais s apuradas	Situações de conflito	1 Situação de risco	2 Precar. urbanística	3 Situação de vulnerab. social	4 Impacto ambiental
RC 01	Não possui	A partir de 1964	60	AG 100	PS SIM	Habitação	Popular	Saneamento (Coleta de lixo) e regularização fundiária	Drogas, roubo e atropelamento				
				EN 100	ES SIM								
				ES 0	CS SM								
				AS 90	CI SIM								
				LX 100	PP SIM								
RC 02	Não possui	A partir de 1960	90	AG 100	PS SIM	Habitação	Popular	Saneamento (melhorar a Coleta de lixo), regularização fundiária, projetos habitacionais com banheiro interno às casas, domicílios improvisados	Falta acessibilidade, drogas, prostituição, assalto, violência sexual				
				EN 100	ES SIM								
				ES 0	CS SM								
				AS 90	CI SIM								
				LX 100	PP SIM								
RC 03	Não possui	A partir de 1981	80	AG 100	PS SIM	Habitação	Popular	Saneamento (melhorar a coleta de lixo, manutenção de bocas de lobo, implantar coleta seletiva), regularização fundiária e melhoria habitacional	Assalto, drogas, violência sexual, corrupção no meio policial, prostituição				
				EN 100	ES SIM								
				ES 0	CS SM								
				AS 90	CI SIM								
				LX 100	PP SIM								
RC 04	Não Possui	A partir de 1966	98	AG 100	PS SIM	Habitação e comércio	Popular e Médio	Saneamento (implantar a coleta seletiva) e sujeira na cidade toda	Atropelamento, drogas, queimada da cana, animais mortos				
				EN 100	ES SIM								
				ES 0	CS SM								
				AS 100	CI SIM								
				LX 100	PP SIM								
RC 05	SÓ 1% possui	1953	99	AG 100	PS SIM	Habitação	Popular	Saneamento (implantar a coleta seletiva) e regularização fundiária	Atropelamento				
				EN 100	ES SIM								
				ES 0	CS SM								
				AS 80	CI SIM								
				LX 100	PP SIM								

Prestação de serviços de água: PMG-SANEAGO/ Concessionária de energia: Estado de Goiás, CELG/ Prestação de serviços de coleta e tratamento de lixo: DELTA.

1 Situação vivida pelas famílias que coloque em risco saúde, segurança ou a vida. alagamento, deslizamento de encostas, contaminação por lixões, material químico ou servidão de rodovias, ferrovias inhas de transmissão de energia elétrica.

2 Ausência de infraestrutura e serviços públicos impactando negativamente nas condições de habitabilidade, salubridade, acessibilidade e segurança (jurídica, física e ABECA das famílias).

3 Situação de incapacidade da pessoa/família de superar por seus meios a condição de exclusão, violência e carência. Direitos sociais e cidadania comprometidos pela condição socioeconômica e urbanística.

4 Impacto ao meio ambiente natural (recursos hídricos, áreas de matas, veredas cerrado) ou problema geológico-geotécnico (erosão, afundamento do solo).

Fonte: Matriz da reunião e PMG, 2011.

2.1.2.5. Planejamento e resultados das reuniões de pactuação sobre o Produto 2

A- Objetivos

- Envolver os membros da sociedade civil organizada e do poder público a fim de apresentar e analisar os resultados da versão preliminar do Produto 2, dando a oportunidade de alterar ou concordar com os dados coletados;

B- Ação

Estabelecida uma agenda, convidando para a reunião, em horário e data pré-estabelecidos com a população foram apresentadas as coleta e conclusões preliminares do trabalho.

C- Material elaborado

- Apresentação em Formato Power Point (dos dados do produto 2 preliminar), aos presentes à reunião com datashow.
- Pactuação com efetiva participação da população, através de feed back presencial, apresentando de forma simples os resultados de cada RC e abrindo espaço para sugestões e propostas, dúvidas e colocações, a fim de sistematizar através da redação da ata elaborada ao longo da reunião para a redação do produto 2 final.

D- Pauta da reunião

1. Assinatura da lista de presença;
2. Abertura realizada pelas ETM e ETC;
3. Apresentação dos dados coletados das fontes primárias e secundárias;
4. Dinâmica de grupo, onde os participantes foram separados em 6 grupos, escolheram um coordenador e anotaram numa folha de papel pelo menos três aspectos que o grupo entende ser importante para contribuir com o PLHIS, retornam aos seus lugares e seu representante lê para os demais as proposições do grupo;
5. Pactuação dos dados dos grupos de trabalho;
6. Leitura da Ata para que todos tomem ciência dos apontamentos e confirmem as informações coletadas.

E- Resultado da reunião de pactuação do PLHIS

Na reunião de pactuação, onde pudemos experimentar já um resultado preliminar do Diagnóstico do PLHIS, percebemos o quanto se fez real o direito à cidadania. O cidadão goianesiense tem muitas reivindicações, e aproveitou a oportunidade para fazê-las. A cidade

Ihe oferece uma boa qualidade de vida, mas tem muito a melhorar no quesito urbanístico. Falta uma dedicação maior no acabamento urbano, investimento em equipamentos públicos, nas áreas verdes e de lazer, tais como, pinturas nas guias das avenidas e ruas principais, emplacamento e sinalização viária, iluminação para pedestre na área da Lagoa Princesa do Vale, reformas e ampliações na área da Saúde, investimentos em educação ambiental e coleta seletiva de lixo, entre outras.

Outro item muito falado: o trânsito. A população está muito incomodada com a alta velocidade, os altos índices de atropelamento, a falta de educação no trânsito.

Sobre o lixo, mau cheiro e animais mortos, nas áreas urbanas. Esta fala foi unânime e constante, derivando daí a necessidade premente de se solucionar através de um Centro de Zoonoses e educação ambiental. Necessidade de investimentos tanto na área urbana quanto na área rural.

Na área rural, a lista de reivindicações concentra-se na área de saneamento e lazer, reforma das praças, instalação de equipamentos de lazer e esporte e educação para adultos. A maior preocupação da população hoje está ligada às drogas e suas conseqüências: assaltos, violência doméstica e a falta de policiamento.

Durante a reunião, a população também foi informada dos percentuais e valores relativos ao seu déficit habitacional. Houve um entendimento geral da situação, sendo exposta de maneira interativa entendendo-se a necessidade de se firmar convênios federais e estaduais e o exercício do dever cidadão que é o de pagar seus impostos, para que possa auxiliar no processo de construção da cidade.

A necessidade de Goianésia em equacionar seu déficit habitacional está quase resolvido, pois além da produção de unidades estar bastante acelerada, ainda adquiriu terras para seu banco de terras e já se programa para realizar novos investimentos habitacionais.

Sua maior demanda é sobre a regularização fundiária. Enquanto a PMG necessita desenvolver **2.470** novas unidades (onde já prepara **1.101** para entregar até o final da gestão), tem em contrapartida que regularizar **16.073** unidades na área urbana e mais **298** unidades na área rural.

Necessita urgente de uma reestruturação na área de regularização, desde elaborar instrumentos para sua legislação e gestão, até formar um corpo técnico que conduza com centralidade esta questão, pois a Habitação está fragmentada entre diversas pastas no governo do executivo.

O cálculo do déficit alcançou a casa dos **104.640.100,00**, revelando que de acordo com sua receita e despesa, o município terá que obrigatoriamente conveniar-se com o Estado e com a União, além de estabelecer parcerias privadas, pois, entendeu-se que há necessidade de um horizonte de 12 anos para se resolver a demanda habitacional, claro que temos que acrescentar a projeção populacional de 0,21 a.a. , somando mais 40 famílias a.a.(IBGE 2010).

Parabenizamos a organização da PMG pela opção de um sistema informatizado de cadastro e planejamento, mas alertamos que sem gestão, o município perde a eficiência deste instrumento de planejamento e controle fiscal/ambiental. Faz-se necessária a capacitação de técnicos e demais funcionários para o andamento dos trabalhos, também em regularização fundiária.

A seguir, apresentação da reunião de pactuação.

E1 - Reunião de Pactuação do PLHIS em 15/06/2011 às 18:30h. Presentes: 84 participantes

Fig 40: Reunião de pactuação do PLHIS



Abertura da reunião pela Secretária da Promoção Social



Presença de técnicas da CEF



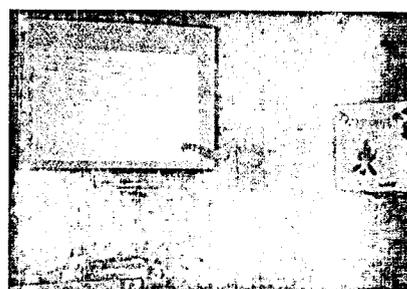
Parecer da primeira dama Mara Neves sobre o trabalho



Parecer do Coordenador da ETM



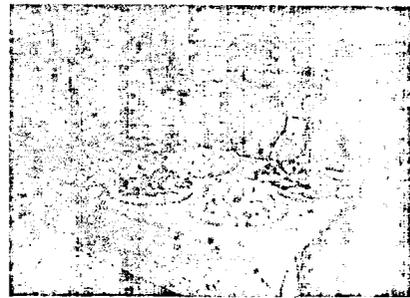
População atenta à pactuação



Apresentação dos dados preliminares pela ETC ABEC



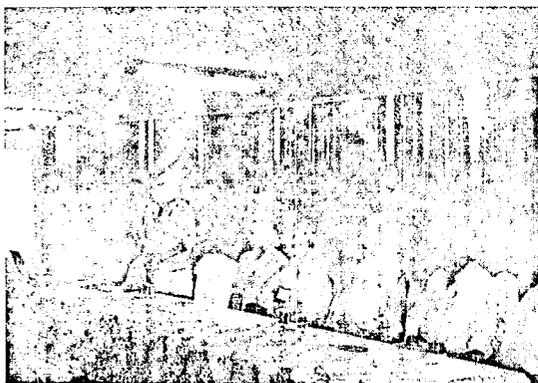
Leitura da ata de pactuação pela ETC ABEC



Lanche servido à população

**E2 – Reunião complementar de Pactuação do PLHIS em 07/07/2011 às 17:00h.
Presentes: 129 participantes**

Fig 41: Reunião complementar de pactuação do PLHIS



Abertura da reunião pela primeira dama Mara Naves



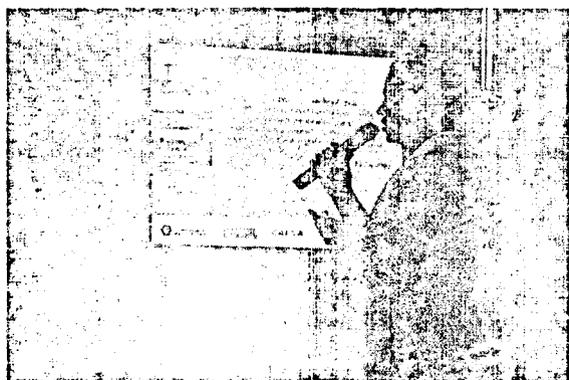
Apoio da ETM na pactuação



Parecer da ETM sobre o PLHIS



População atenta à pactuação



Apresentação dos dados preliminares pela ETC ABEC



Participação da comunidade



Dinâmica com os grupos



Leitura do resultado das dinâmicas

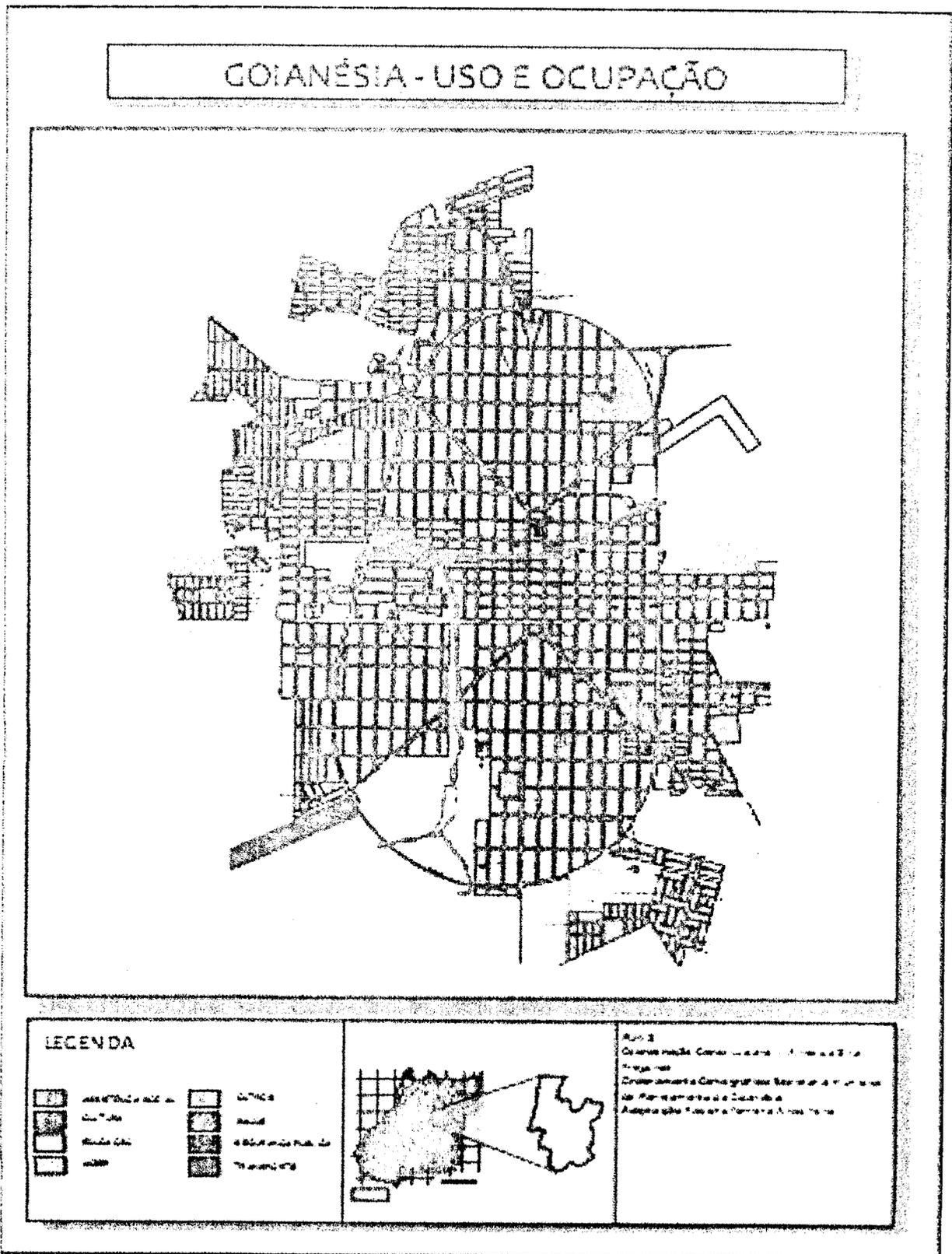


Presença de técnico da CEF



Lanche servido à população

Fig. 42: Mapa das características atuais de uso e ocupação do território de Goianésia/GO.



Fonte: PMG (2011).

2.1.3. Condições Institucionais e Administrativas do Setor Habitacional

A - Da estrutura organizacional

A administração pública municipal (Poder Executivo) conta com 04 funcionários, sendo 04 comissionados. A estrutura organizacional básica da Prefeitura é composta por 02 Secretarias e 01 órgão da administração indireta, ou seja, U.M.C. Unidade Municipal de Cadastro.

A receita corrente anual (média dos últimos quatro anos) é de R\$ 3.120.000,00 (Três milhões cento e vinte mil reais).

Os órgãos setoriais responsáveis pelo planejamento e implementação da política habitacional no município estão dispostos no organograma a seguir.

B - Do quadro de funcionários

A pasta conta atualmente com 04 funcionários, sendo 04 comissionados. Dos funcionários lotados na pasta, tem formação em nível superior 01, em nível médio 02 e em nível básico 01. O chefe da pasta tem formação de Ensino médio completo.

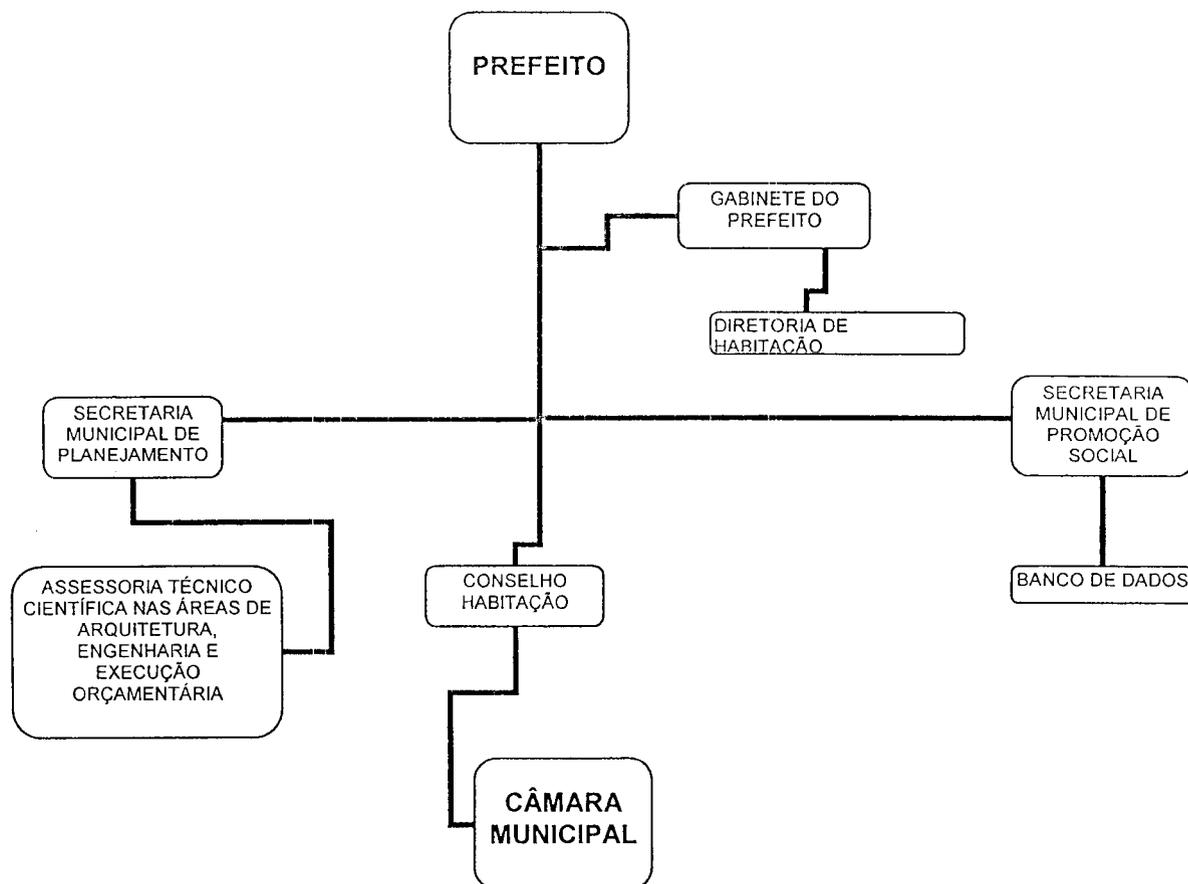
C - Da logística

Atualmente, as Secretarias Municipais que atuam junto à habitação estão instaladas em prédio próprio e as dependências são adequadas para o funcionamento da instituição. Conta com 01 veículo para atender às atividades externas e com 02 computadores.

D - Dos equipamentos e máquinas

A PMG terceiriza e/ou consorcia a utilização de equipamentos e máquinas.

Fig. 43: Organograma da dinâmica administrativa habitacional em Goianésia/GO.



Fonte: PMG (2011).

Em Goianésia há uma Diretoria específica para a Habitação, ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito, além de uma composição de duas Secretarias e uma Assessoria Técnica, que em conjunto com o Conselho Municipal da Habitação, resolvem as questões habitacionais.

Mesmo com a gestão supracitada, suas atribuições e instrumentos legais de planejamento e habitação ainda não são suficientemente adequados a realização de empreendimentos públicos para o atendimento à sua demanda de forma autônoma, necessitando de conveniar-se a outros entes federados e parcerias público-privadas.

2.1.4. Marcos Legais e Regulatórios

Como já mencionado anteriormente, em relação às questões de uso do solo, Goianésia dispõe de alguns instrumentos que estabelecem diretrizes para o zoneamento das atividades urbanas, inclusive prevendo ZEIS.

Sua população já o enquadra como necessário ao desenvolvimento com Plano Diretor e já possui instrumentos do Estatuto da Cidade.

Quadro 29: Instrumentos legais de uso e ocupação do solo em Goianésia/GO

ANO	CONTEÚDO
Lei nº /2003	Lei Orgânica
Lei nº 2422/2006	Código Ambiental Municipal
Lei nº 2.615/2008	Plano Diretor Democrático de Goianésia
Lei nº /2008	Código de Obras
Lei nº 2634/2008	Lei do Parcelamento Urbano Municipal
Lei nº 2832/2011	Fixa o perímetro urbano da cidade de Goianésia

Fonte: PMG (2011).

O município de Goianésia tem leis para desenvolver e organizar sua regularização fundiária: Plano Diretor Democrático de Goianésia PDGG, Parcelamento do Município de Goianésia e Código de Obras. No PDDG está previsto, conforme Estatuto das Cidades, as áreas de ZEIS, onde:

Art. 57. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, são porções do território destinadas prioritariamente à investimentos de infraestrutura e equipamentos públicos, regularização fundiária, urbanização e à produção de HIS.

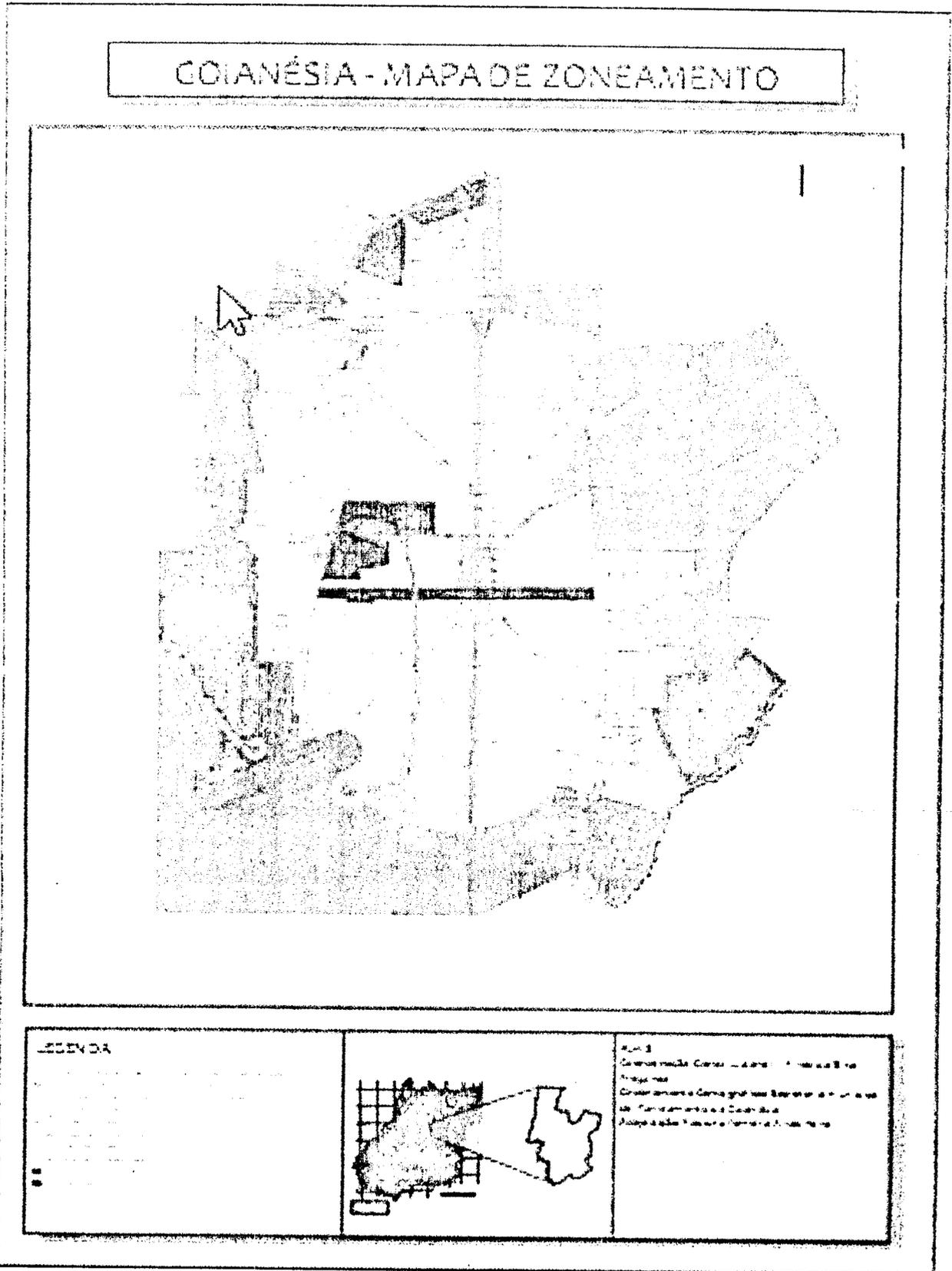
Art. 58. As ZEIS subdividem-se em duas categorias, na seguinte conformidade:

I. ZEIS A - áreas ocupadas por núcleos habitacionais de população de baixa renda na Macrozona Urbana, devendo o Poder Público promover a implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, inclusive de recreação e lazer e regularização fundiária;

II. ZEIS B - terrenos não edificados e imóveis subutilizados ou não utilizados, localizados na Macrozona Urbana, adequados à implantação de programas habitacionais de interesse social.

Segue mapa das ZEIS, destacando-se as áreas em vermelho (ZEIS A), objeto de intervenção da regularização fundiária em questão.

Fig. 44: Mapa de Zoneamento de Goianésia/GO.



Fonte: PDDG (2008).

Quadro 30: Regularização fundiária segundo o Estatuto da Cidade e PDDG.

RFIS (Regularização Fundiária de Interesse Social)	RFIE (Regularização Fundiária de Interesse Específico)	
PDDG- ZEIS A	URBANA	RURAL
Res. Flamboyant Res. Morada Nova St. Oeste Pq. das Palmeiras Colina Park	D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão, Carrilho, Res. Mariana Park, Jd. Primavera, Nova Aurora I, Nova Aurora III, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, JD Por do Sol, Boa Vista, Covoal, Covoal II, Sta. Cecília, St. Universitário, St. Amigo, St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, VI. São Caetano, PQ. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, VI. Vera Cruz, Itapuã, Res. Bougainville	Natinópolis Juscelândia Cafelândia Morro Branco

Fonte: ABEC e PMG (2011).

Juntamente com estes instrumentos será necessário também conciliar:

- Lei 10.257/2001 **Estatuto da Cidade;**
- Lei 4.771/1965 **Código Florestal;**
- **Resolução Conama 001/1986;**
- Lei 2.615/2008 **Plano Diretor Democrático de Goianésia.**

É importante ressaltar que a legislação deverá ser revista, alterada e complementada num processo contínuo de planejamento urbano. Igualmente essencial é que a população participe no processo, sendo sensibilizada, informada e tenha “direito a voz” nas decisões que interferem na realidade do espaço e no desenvolvimento de Goianésia/GO.

Faz-se necessária uma análise mais apuradas de caso a caso de cada loteamento designado no quadro anterior. Analisar a viabilidade para a regularização de acordo com suas especificidades, condicionantes ambientais e sociais. Após analisar se há viabilidade de regularização, para avançar neste processo, a PMG deverá elaborar as seguintes etapas para a Elaboração de Programa de Regularização Fundiária:

- Mapeamento, caracterização e quantificação das áreas a regularizar;
- Montagem do banco de dados das áreas a regularizar;

- Identificação dos problemas e priorização das áreas passíveis de regularização;
- Estabelecimento de um cronograma de ações visando um processo de regularização progressivo e gradativo;
- Estabelecimento de política interna para articulação com órgãos afins pelas questões ambientais;
- Estabelecimento do arcabouço jurídico para a regularização;
- Elaboração de Programa de Regularização Fundiária contendo procedimentos a serem adotados;
- Criação de estrutura com recursos humanos e materiais para implantar o Programa de Regularização Fundiária.

2.1.5. Oferta Habitacional

2.1.5.1. Unidades habitacionais de interesse social produzidas ou em fase de produção

A- Componente 1: Tipos de oferta em HIS

Desde 1968, Goianésia vem realizando, oferta habitacional de interesse social (segue mapa de localização de ofertas em HIS). Conforme informações da PMG, destacam-se 2 tipos:

- Mutirão e
- Pública.

Quadro 31: Oferta em HIS de Goianésia /GO.

ANO CONTRATO	QTDE UH	EMPREENDIMENTO	PROGRAMA/ORIGEM RECURSOS	EMPREENDEDOR
1992	211	Covoa I		
1998	72	Covoa II		
1982	122	Boa Vista I	Pública	
2006	57	Boa Vista II	Pública	
1994		Jardim Esperança I	EMCIDEC	
1995	38	Jardim Esperança II	Pública	
1990	114	Primavera I	SIAC	
1992	92	Primavera II		
1998	58	Bairro Amigo I	HBB	
2001	350	Bairro Amigo II	Cheque Moradia	
2008	50	Res. Colina Park	PAR	
1960		Vera Cruz I		COHAB

1994	97	Morro da Ema		
2006	97	Aldeia do Morro	FNHIS	
1982	112	Nova Aurora		COHAB
2010	300	Vila Nova	MCMV	
	416	Res. Mariana	Pública	

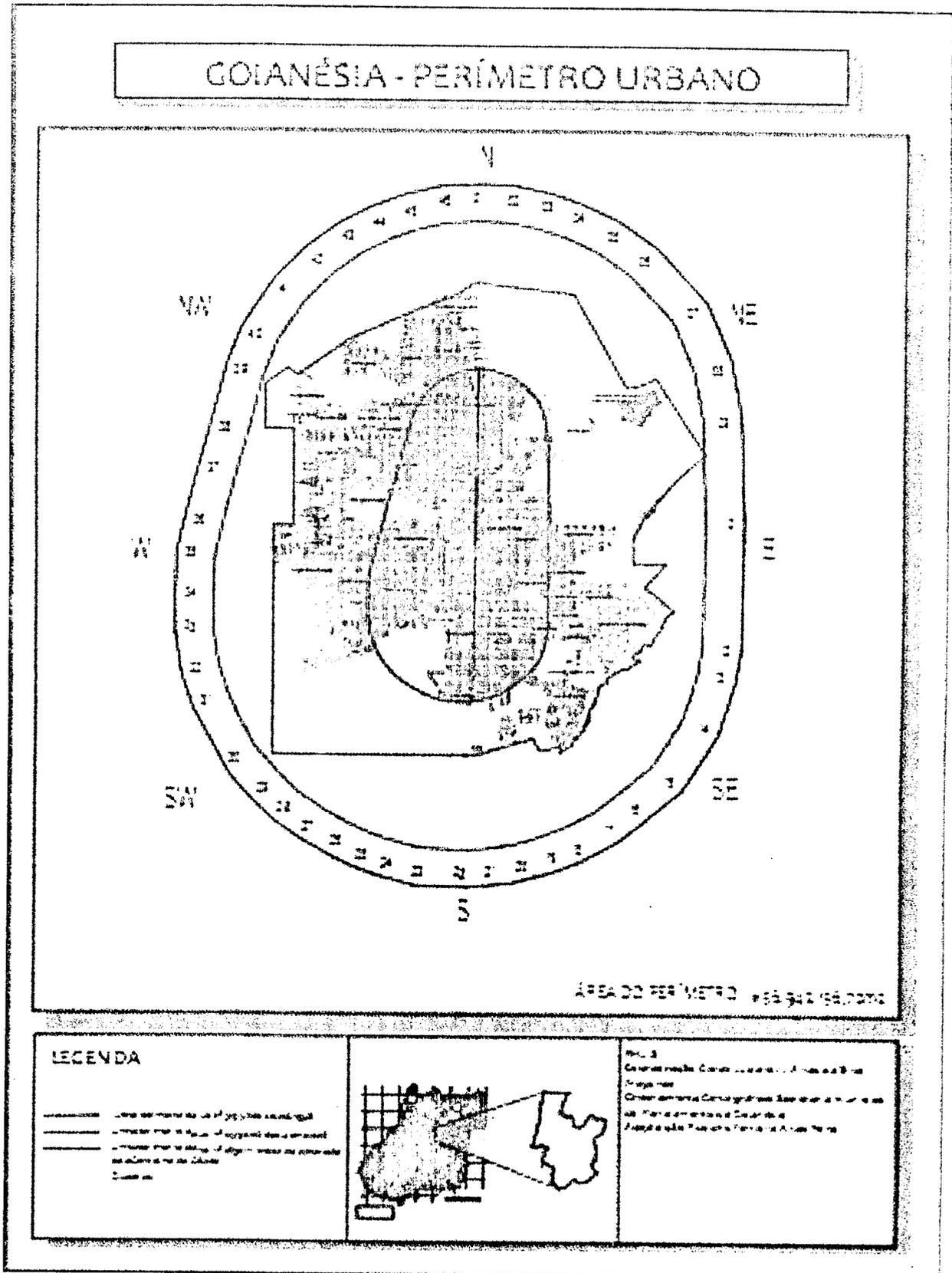
Fonte: PMG (2011).

Além das ofertas construídas, expandiu seu perímetro urbano através da Lei 2832/2011, “Art.2º O perímetro urbano de que trata o artigo anterior está definido dentro de uma faixa circular de dois quilômetros e meio, contados a partir da Avenida Contorno.”, com esta medida, a PMG busca agora organizar um banco de terras. Algumas áreas já foram adquiridas para a realização dos seguintes loteamentos:

- Jd Paulo Dias 200 unidades;
- Jd da Serra 450 unidades;
- Jd do Cerrado 350 unidades e
- Jd Sol Nascente 101 unidades.

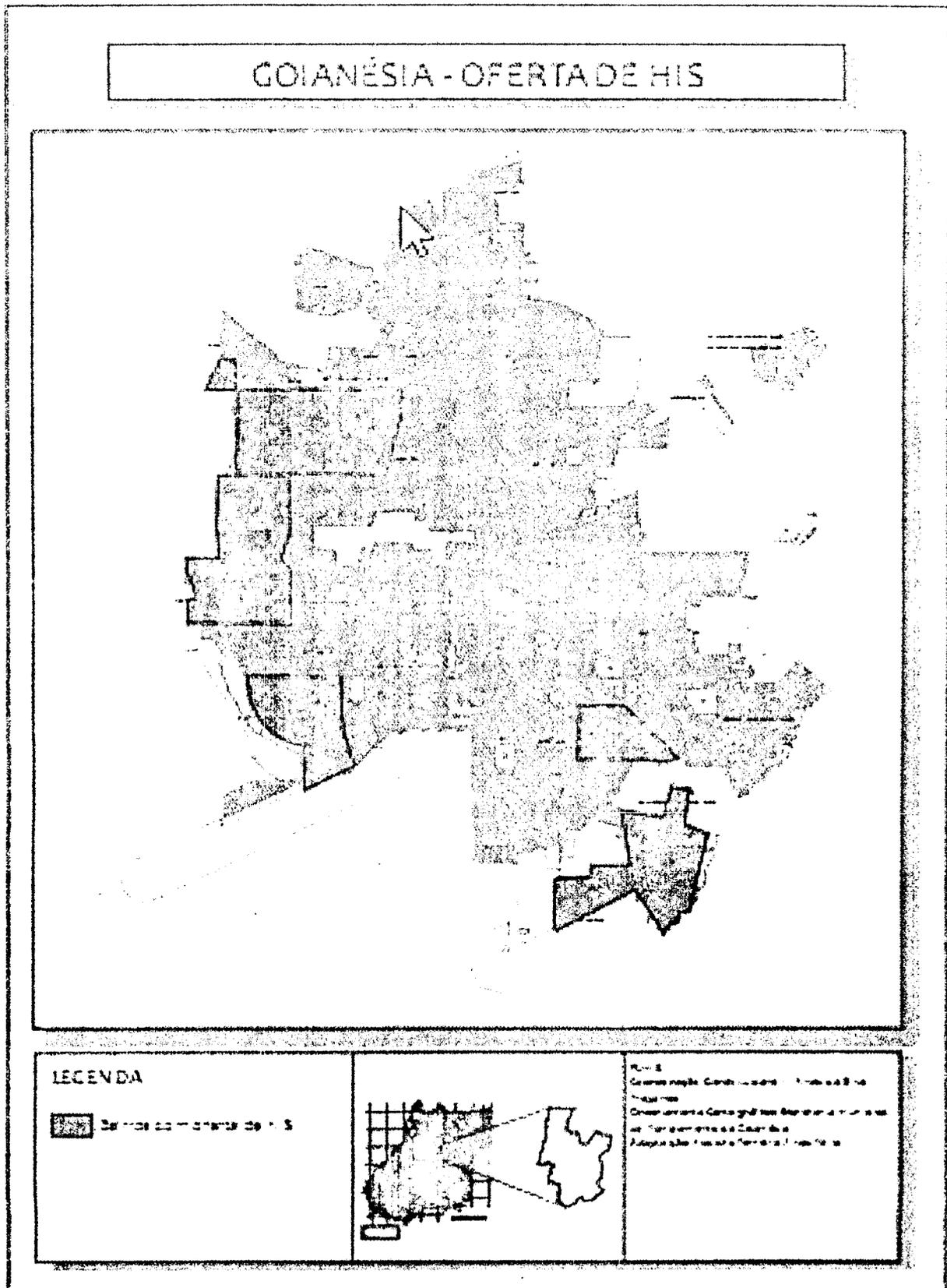
Segue fichas de caracterização das ofertas.

Fig. 45: Mapa com a área de expansão do perímetro urbano em Goianésia/GO.



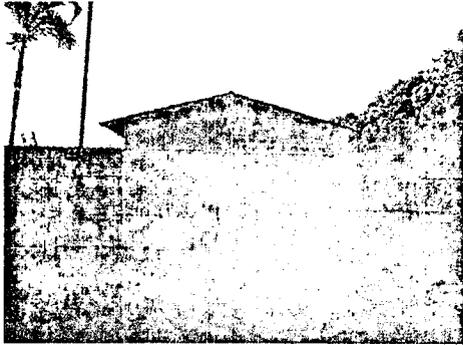
Fonte: PMG (2011).

Fig.46: Mapa da localização das ofertas de HIS em Goianésia/GO.

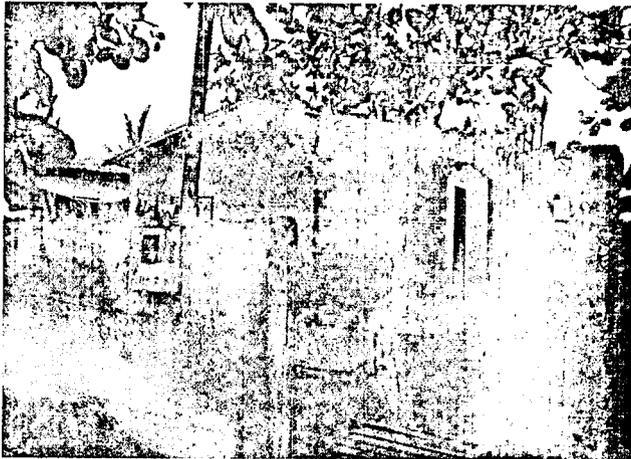


Fonte: PMG (2011).

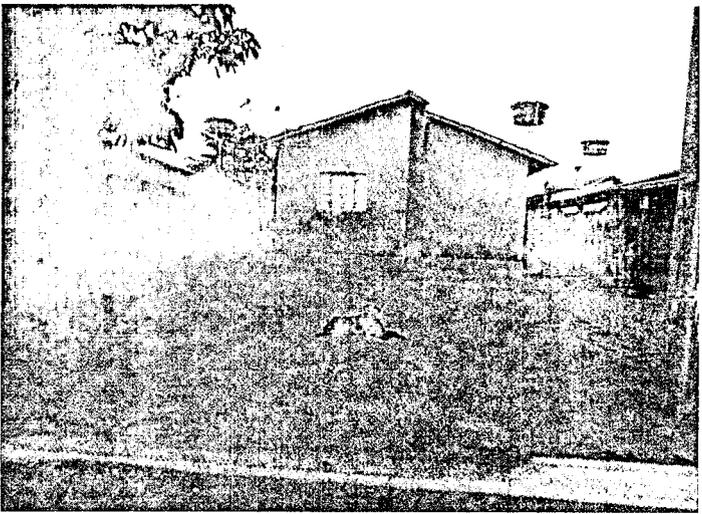
Quadro 32: Fichas de caracterização das ofertas de HIS em Goianésia/GO.

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Covoa II		Covoa II	1993	1994
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
		72		
AGENTE PROMOTOR		Governo Municipal		
AGENTE EXECUTOR				
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:			
	Numero de Quartos:	01		
	Metragem:			
				

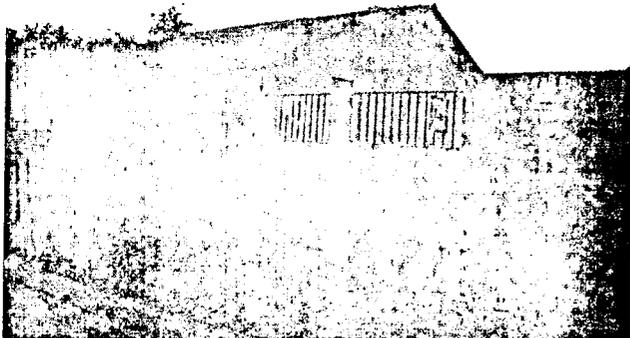
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:	Período de construção do empreendimento:	Período de mudança das famílias para o empreendimento:
Bairro Amigo II		Bairro Amigo II	2001	2007
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
	350			
AGENTE PROMOTOR		Cheque Moradia		
AGENTE EXECUTOR				
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais:			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:			
	Numero de Quartos:	02 quartos		
	Metragem:			
				

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Covoa I		Covoa I		1992	1993
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		211			
AGENTE PROMOTOR		Governo Federal			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO		Federais			
		Estaduais:			
		Municipais:			
		Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS		Tipo:	Térrea Geminada		
		Numero de Quartos:	02		
		Metragem:			
					

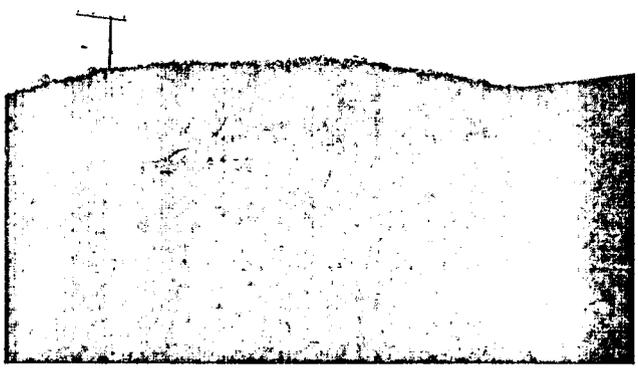
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Boa Vista		Boa Vista		1980 a 1982	1982
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		122			
AGENTE PROMOTOR		Governo Municipal			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

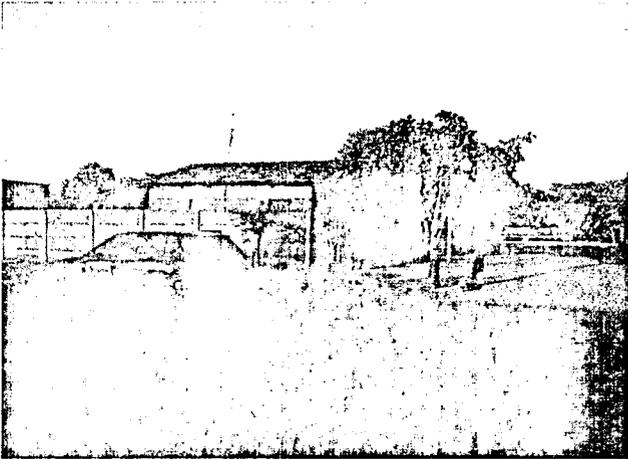
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/ loteamento:		Período de execução do empreendimento:
Boa Vista II		Boa Vista II		2006
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
	57			
AGENTE PROMOTOR		Governo Municipal		
AGENTE EXECUTOR				
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais:			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea Geminada		
	Numero de Quartos:	02		
	Metragem:			
				

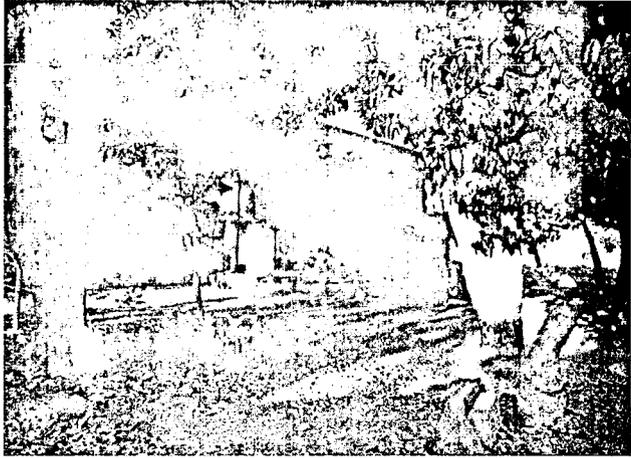
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:	Período de execução do empreendimento:	Período de mudança das famílias para o empreendimento:
Jardim Esperança I		Jardim Esperança I	1994	1995
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
AGENTE PROMOTOR		EMCIDEC		
AGENTE EXECUTOR		MUTIRÃO		
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO		Federais:		
		Estaduais:		
		Municipais:		
		Privados:		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS		Tipo:	Térrea	
		Número de Quartos:	02	
		Metragem:		
				

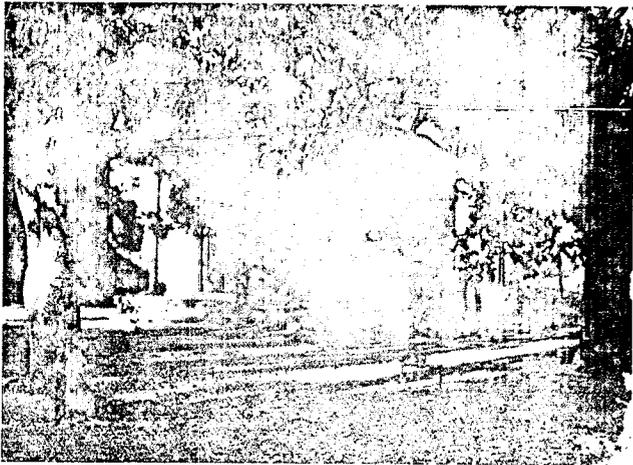
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/ loteamento:	Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Jardim Esperança II		Jardim Esperança II	1995 a 1996	1996
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
		38		
AGENTE PROMOTOR		EMCIDEC		
AGENTE EXECUTOR		MEU LOTE MINHA CASA		
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO		Federais		
		Estaduais:		
		Municipais:		
		Privados:		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS		Tipo:	Térrea	
		Número de Quartos:	02	
		Metragem:		
				

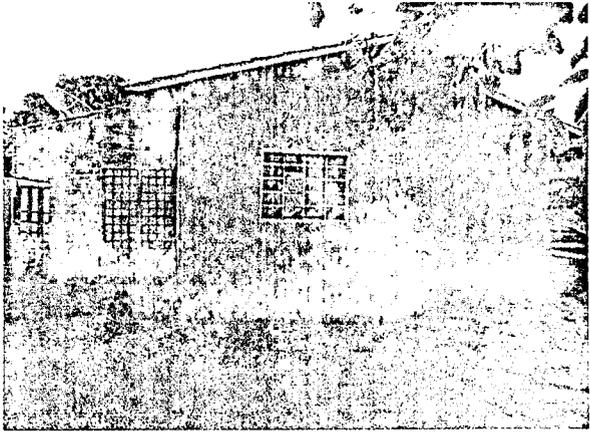
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Primavera II		Primavera II		1992	1993
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		92			
AGENTE PROMOTOR					
AGENTE EXECUTOR		MUTIRÃO			
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/lotçamento:		Período de execução do empreendimento
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/lotçamento:		Período de mudança das famílias para o empreendimento
Primavera I		Primavera I		1990
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
		114		
AGENTE PROMOTOR		GOVERNO FEDERAL		
AGENTE EXECUTOR		SIAC		
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea		
	Numero de Quartos:	02		
	Metragem:			
				

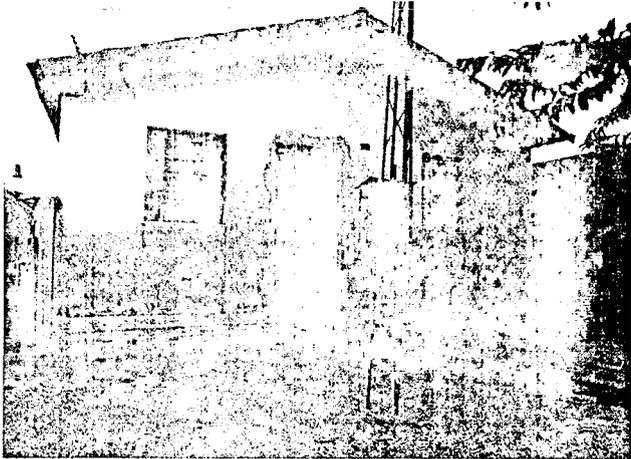
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento	Período da execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Bairro Amigo I		Bairro Amigo I	1998	2000
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:
		58		
AGENTE PROMOTOR		GOVERNO FEDERAL		
AGENTE EXECUTOR		HBB		
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO		Federais:		
		Estaduais:		
		Municipais:		
		Privados:		
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS		Tipo:	Térrea	
		Numero de Quartos:	02	
		Metragem:		
				

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Res. Colina Park		Res. Colina Park		2008	2009
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		50			
AGENTE PROMOTOR		PAR			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais:				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea Com Energia Solar			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:	40 M			
					

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/lotamento:		Período de execução do empreendimento	Período de validade das famílias para o empreendimento
Vera Cruz I		Vera Cruz I		1968	
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
AGENTE PROMOTOR		COHAB			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

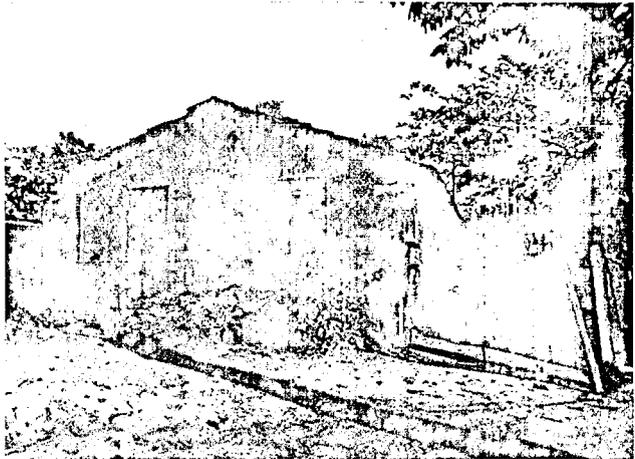
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/ loteamento:		Período da execução do empreendimento	Período da mudança das famílias para o empreendimento
Morro da Ema		Morro da Ema		1994	1995
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		97			
AGENTE PROMOTOR		Governo Municipal			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO		Federais			
		Estaduais:			
		Municipais:			
		Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS		Tipo:			
		Numero de Quartos:	01		
		Metragem:			
					

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento
Aldeia do Morro		Aldeia do Morro		2006
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
	85			
AGENTE PROMOTOR		FNHIS		
AGENTE EXECUTOR				
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea		
	Numero de Quartos:	02		
	Metragem:			
				

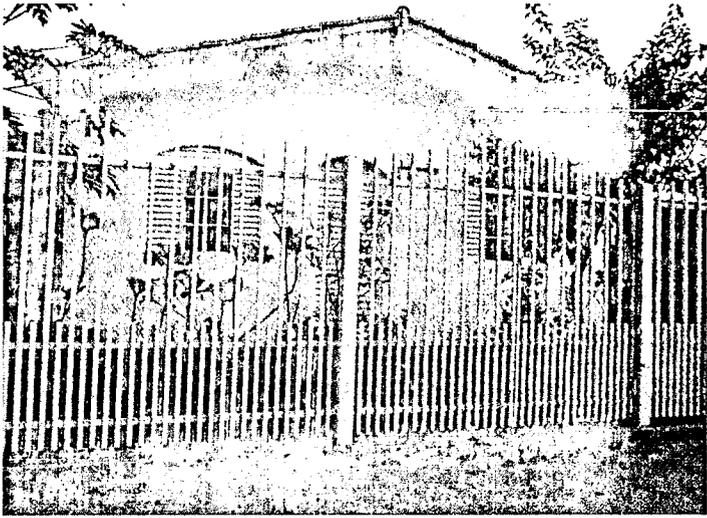
Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Nova Aurora		Nova Aurora		1982	1983
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:		
	112				
AGENTE PROMOTOR		COHAB			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

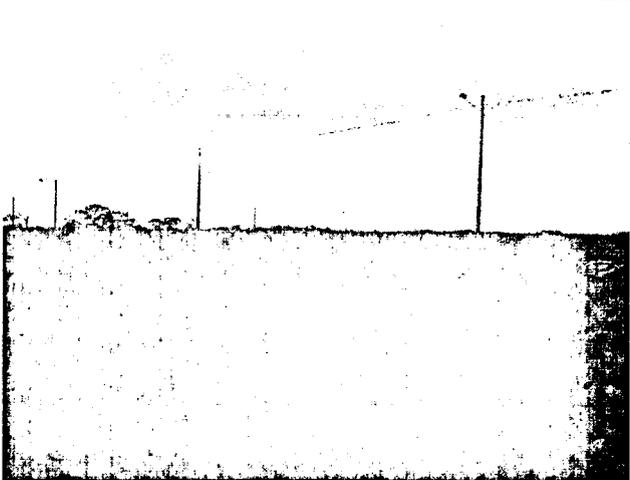
Fonte: PMG

Informações gerais

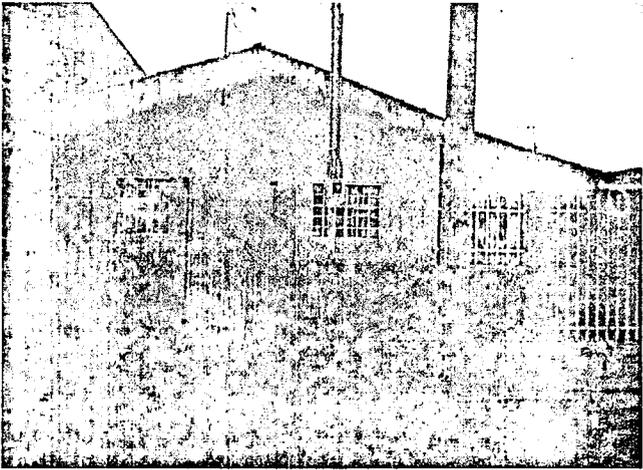
Detalhamento da informação

Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento	Período de mudança das famílias para o empreendimento
Vila Nova		Vila Nova		2010	2012
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		300			
AGENTE PROMOTOR		MCMV			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação		
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período de execução do empreendimento
Res. Mariana		Res. Mariana		
TIPO DE OFERTA		Pública		
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS	Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 6 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
		416		
AGENTE PROMOTOR				
AGENTE EXECUTOR				
INVESTIMENTO TOTAL				
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE				
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais			
	Estaduais:			
	Municipais:			
	Privados:			
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Apartamentos		
	Numero de Quartos:	02		
	Metragem:			
				

Fonte: PMG

Informações gerais		Detalhamento da informação			
Nome do empreendimento:		Nome do bairro/loteamento:		Período da execução do empreendimento	Período da mudança das famílias para o empreendimento
Vera Cruz II		Vera Cruz II		1977	
TIPO DE OFERTA		Pública			
QUANTIDADE DE UNIDADES OFERTADAS		Renda de até 3 SM:	Renda maior que 3 até 5 SM:	Renda maior que 5 até 10 SM:	
AGENTE PROMOTOR		COHAB			
AGENTE EXECUTOR					
INVESTIMENTO TOTAL					
CUSTO MÉDIO DA UNIDADE					
RECURSOS INVESTIDOS NO EMPREENDIMENTO	Federais				
	Estaduais:				
	Municipais:				
	Privados:				
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES OFERTADAS	Tipo:	Térrea			
	Numero de Quartos:	02			
	Metragem:				
					

Fonte: PMG

2.1.5.2 - Áreas com viabilidade de urbanização ou loteamentos urbanizados, com aptidão para abrigar novas unidades habitacionais de interesse social

Como já citado anteriormente, é importante que haja compatibilidade entre as políticas habitacionais nacional e municipal. Para isto é importante analisar além da questão da quantidade de habitações produzidas, também a sua qualidade. Neste aspecto o Caderno sobre habitação produzido pelo Ministério das Cidades acusa nos municípios brasileiros, em termos gerais, uma dissociação entre a produção habitacional e o planejamento territorial.

Em Goianésia/GO esta questão não é diferente e é perfeitamente visível por meio da explanação feita a seguir que vai se embasar, sobretudo na localização urbana.

Primeiramente vale ressaltar que Goianésia é uma cidade planejada e que por conta disso expande-se em função de sua avenida de base: a Avenida Contorno. Prepara-se para construir novas unidades na faixa de 2,5 Km que já regulamentou como área de expansão, mas está adquirindo aos poucos, conforme seu planejamento financeiro.

Em segundo lugar, a malha urbana de Goianésia/GO é fragmentada pela rodovia GO-080 e delimitada pelo lado direito de sua malça urbana, por uma grande quantidade de Córregos e seus contribuintes. Esta forma de ocupação que se estabeleceu implantando a cidade na parte mais alta em relação aos fundos de vale, propicia boa ventilação e insolação à malha.

Em função de seu desenho urbano, Goianésia possui viabilidade de expansão para todos os lados, desde que obedeça as faixas de preservação das áreas de APP dos Córregos, da faixa sanitária das lagoas de tratamento de esgoto e das faixas de proteção das linhas de alta tensão. Ao norte, sul e leste a viabilidade de expansão é mais facilitada pelas questões preservacionistas, de relevo e de restrição.

A GO-080 é uma das principais rodovias goianas da região. Corta o município de Goianésia no sentido norte/ sul de fora a fora alcançando sua sede urbana, configurando a Avenida Goiás. Seu estado de conservação propicia altas velocidades para seus usuários e interliga regiões importantes como Jaraguá, Goianésia, Brasília e Goiânia.

Os loteamentos mais recentes estão dispostos do lado leste da rodovia.

Isto faz que uma das questões emergentes a ser enfrentada pela gestão municipal é como resolver a mobilidade urbana de forma adequada para todos.

Estima-se que ao urbanizar a terra em Goianésia/GO o seu valor seja aumentado em **dez vezes** o valor inicial ao adquirir a terra rural. Este fato é de relevância, sobretudo ao observar a dimensão do perímetro urbano da cidade (todo o município) e o ônus que isto pode gerar aos cofres públicos (serviços e equipamentos públicos).

Outra questão a ser analisada em termos de localização de loteamentos populares é em relação às micro bacias hidrográficas existentes no município que no caso de Goianésia/GO, interferem intensamente na questão ambiental, já que está implantada sobre o espigão e

possui coleta mínima de esgotos. É necessário saber o tipo de solo para sabermos se a fossa séptica é a melhor opção. A implantação do município facilita a coleta e tratamento de esgoto, já que haverá a possibilidade de se trabalhar a maioria da rede por gravidade.

Sobre o abastecimento de água da cidade é superficial e subterrâneo. Sendo assim, deveria haver, desde toda a micro-bacia contribuinte até a captação de água, um manejo adequado para que houvesse uma continuidade do abastecimento, seja em termos quantitativos como qualitativos.

A- Áreas Prioritárias Para Expansão Segundo as Microbacias

De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 10 de Julho de 2001, que propõe o macrozoneamento, de forma a incluir no planejamento urbano além das áreas urbanas, as rurais, ou seja, entre as porções do território que podem ser parceladas e utilizadas para fins urbanos, e aquela onde isso não é possível. O macrozoneamento, assim como outros instrumentos, deve atuar como orientador das ações do Poder Público relacionadas ao desenvolvimento urbano.

- a) a capacidade de suporte de saneamento básico;
- b) a necessidade de preservação ambiental e
- c) a capacidade de suporte dos solos.

Pela implantação da malha urbana, é recomendável que o município elabore seu Plano de Saneamento, em consonância com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e o Código Florestal, sendo aberto à participação popular.

Como resultado, o território de Goianésia seria dividido em sub-bacias urbanas, dando lugar ao planejamento de saneamento por macrozonas.

Como resultado das respectivas diretrizes de saneamento segundo este processo, teríamos:

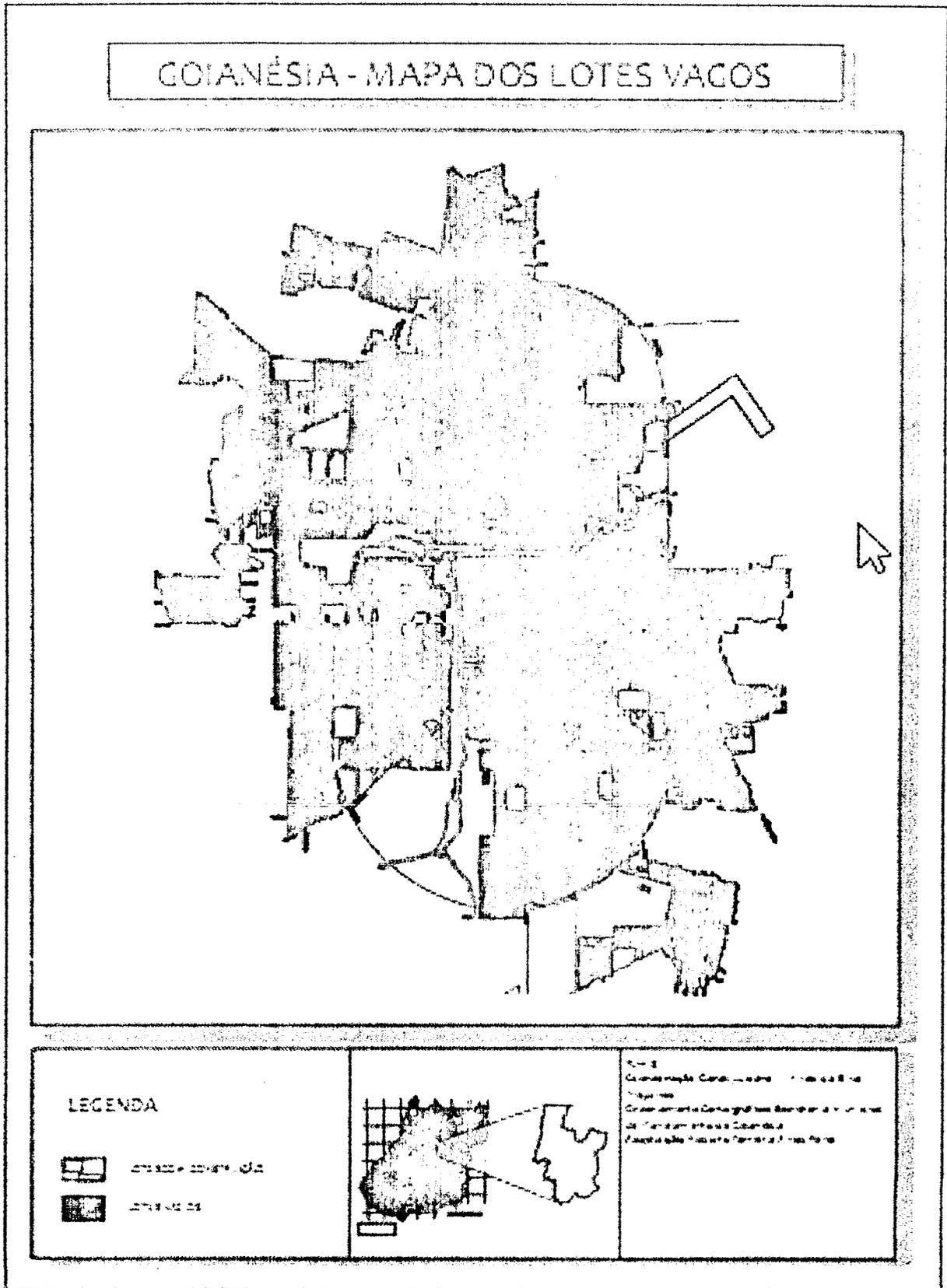
- adoção de abairramento e micro bacias hidrográficas como unidades de planejamento;
- propostas ambientais a nível municipal e regional;
- indicação de vetores de expansão urbana;
- revisão da legislação urbanística vigente, em especial a lei de zoneamento;
- planejamento permanente na gestão ambiental urbana e
- atuação do Conselho de Planejamento e gestão democrática para o desenvolvimento urbano.

2.1.5.3. Imóveis vazios ou subutilizados com aptidão para uso habitacional de interesse social

Como já comentado anteriormente, segundo o PMG (2011), existem no município de Goianésia/GO 26.926 imóveis. Destes, 20.091 eram prediais (74%) e 6.198 eram territoriais (23%), ou seja, da cidade legalizada.

Existem 6.198 **lotes vagos** (CTM – Cadastro Técnico Municipal da PMG), destes agora é necessário desenvolver um estudo cruzando sua localização com a proximidade aos equipamentos públicos, disponibilidade de infraestrutura, presença de áreas de risco, regularidade fundiária e se são públicos ou privados, pois o sistema de cadastro não separa esta informação.

Fig. 47: Mapa dos lotes vagos em Goianésia/GO.



Fonte: PMG.

2. 2. Necessidades Habitacionais

2.2.1. Precariedade Habitacional

Segundo o guia de adesão do PLHIS, o conceito de precariedade habitacional reflete a limitação do mercado de moradias em relação à oferta de habitações que possa atender ao conjunto das necessidades da população de baixa renda, com qualidade e localização adequadas sob os aspectos ambiental e social.

Quadro 33: Componentes das necessidades habitacionais adotadas para a estimativa das carências habitacionais

I. Substituição do estoque
A. Domicílios precários: residências sem condições de habitabilidade devido à precariedade.
Domicílios rústicos:
Domicílios improvisados:
B. Domicílios com mais de uma família.
Famílias que coabitam:
Famílias residentes em cômodos alugados e cedidos:
C. Alto comprometimento da renda com aluguel:
II. Adequação do estoque
D. Carência de serviços de infraestrutura:
E. Adensamento excessivo:
F. Inadequação fundiária:

Fonte: CEPLAR/ UFMG, 2003.

-Identificação de habitação em áreas rurais: Segundo PMG (2011) totalizam 298 unidades, das quais **90** necessitam de reforma.

- Identificação do grau de conservação ou deterioração de unidades habitacionais: Segundo PMG (2011) totalizam **22** unidades, das quais 11 estão em ruínas e 11 em estado de demolição, de um total de 26.926 domicílios.

2.2.2. Déficit Habitacional Qualitativo e Quantitativo

A - Conceituação

A compatibilização da Política Municipal de Habitação com a política nacional é de extrema importância e já prevista na Constituição Federal de 1988, Art. 21:

"Compete à União:

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;"

Ainda, a lei federal 10.257/ 2001 – Estatuto da Cidade – reafirma a questão da importância da habitação nas políticas urbanas:

"Art. 2º- A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;"

Atualmente, a Política Nacional de Habitação parte do princípio que a habitação não se restringe a casa; porém, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos urbanos e sociais. Isto é, incorpora o direito à cidade, no seu contexto mais amplo, conforme um modelo participativo e democrático.

Portanto, o déficit habitacional pode ser quantitativo e qualitativo. Desta forma, fazem parte do déficit habitacional:

- 1 – Incremento do estoque – ampliação do número de habitações;
- 2 - Reposição do estoque – reconstrução das habitações;
- 3 – Inadequação dos domicílios – habitações que necessitam de melhorias.

Quadro 34: Situação dos Domicílios

Situação dos Domicílios	2011
Alugado	1.207
Cedido	1.421
Próprio	3.102
Cohabita	843

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2011)

Quadro 35: Condição dos Domicílios

	2008	2009	2010	2011
Lotes Vagos	5.744	6.691	6.094	6.198
Em Ruínas	9	13	11	11
Em Demolição	3	5	11	11

Fonte: PMG (2011)

Quadro 36: Situação da infra-estrutura urbana (2000)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DOMICÍLIOS
Poço ou Nascente	4.435
Outras	82
Subtotal	4.517
ESGOTO SANITÁRIO	DOMICÍLIOS
Fossa Rudimentar	8.043
Vala	205
Rio	12
Outros	229
Não Possui Banheiro	615
Subtotal	9.104
LIXO	DOMICÍLIOS
Queimado	1.001
Enterrado	60
Jogado em Terreno Baldio	177
Jogado no Rio	9
Outros	62
Subtotal	1.309
TOTAL GERAL	14.930

Fonte: FJP/ IBGE (2000)

Sendo assim, tanto a Política Nacional de Habitação quanto a Fundação João Pinheiro tratam o déficit habitacional partindo dos seguintes pressupostos:

- A desigualdade e hierarquização da sociedade brasileira levam a não padronização das necessidades da moradia para todos os extratos de renda;
- A questão habitacional possui forte “interfaces” com outras questões (Ex.: regularização fundiária aliado a melhorias urbanas, transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água etc.). Portanto não se deve enfrentar a questão da moradia do ponto de vista setorial.

2.2.2.1. Incremento de Estoque

O déficit por incremento de estoque considera os edifícios improvisados e a coabitação familiar.

Edifícios improvisados são aqueles destinados a fins não residenciais e estão sendo utilizados como moradia.

Coabitação é quando mais de uma família, seja com grau de parentesco ou não, utiliza como residência o mesmo imóvel.

Também é considerado para cálculo do incremento de estoque o que se denomina como “ônus excessivo com aluguel”. Isto é, quando uma família necessita despender mais do que 30% de sua renda em aluguel.

2.2.2.2. Reposição de Estoque

O déficit por reposição do estoque trata dos domicílios rústicos e de uma parcela devida à depreciação de domicílios existentes.

Domicílios rústicos são aqueles que não são construídos nem em alvenaria, nem com madeira aparelhada resultando em desconforto para os moradores e risco para doenças.

Depreciação de imóveis relaciona que todo o edifício possui vida útil aproximada de 50 anos. Para cálculo deste último déficit por reposição devido a depreciação do imóvel, considera-se edifícios construídos até 1950 e aplica-se um percentual sobre o resultado, levando em conta que parte destes já tenham sido objeto de reformas e melhorias.

2.2.2.3. Inadequação dos Domicílios

Neste item a Política Nacional da Habitação acrescenta algumas particularidades não citadas pela Fundação João Pinheiro, ver Quadro a seguir.

Quadro 37: Tabela comparativa sobre as questões que envolvem a inadequação dos domicílios

	Fundação João Pinheiro	Plano Nacional de Habitação
A	Carência de infraestrutura	Acesso a serviços e equipamentos urbanos
B	Adensamento excessivo	Adensamento excessivo
C	Problemas de ordem fundiária	Situação fundiária
D	Sem instalações sanitárias exclusivas	Padrão construtivo

Fonte: ABEC, 2011.

A- Carência de Infraestrutura

Carentes em infraestrutura, para a Fundação João Pinheiro, são aqueles que não dispõem de pelo menos uma destas infraestruturas:

- Rede geral de abastecimento de água (4.517 domicílios sem água encanada e tratada, de um total de 26.926 domicílios),
- Rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica (8.489 domicílios sem coleta e tratamento, de um total de 26.926 domicílios),
- Domicílios sem banheiro (615 domicílios, de um total de 26.926 domicílios),
- Coleta de lixo (1.309 sem coleta e tratamento, de um total de 26.926 domicílios) e
- Iluminação elétrica (100% atendidos).

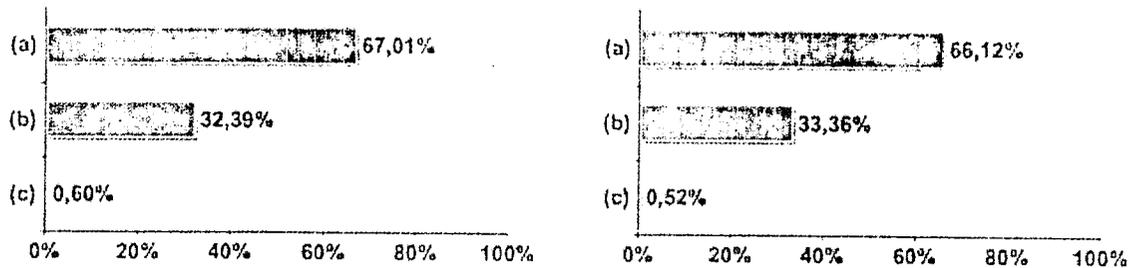
Quadro 38: Infraestrutura – abastecimento de água em Goiânia/GO (2000)

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	13.693	48.621
Rede geral (a) <input type="checkbox"/>	9.176	32.149
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	8.691	30.486
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	485	1.663
Poço ou nascente (na propriedade) (b) <input type="checkbox"/>	4.435	16.220
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	3.376	12.484
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	425	1.517
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	634	2.219
Outra forma (c) <input type="checkbox"/>	82	252
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	29	100
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	9	23
Outra forma - não canalizada	44	129

↳ Legenda Gráfico

Fonte: IBGE/SIDRA

Gráfico 38: Infraestrutura – abastecimento de água em Goiânia/GO (2000)



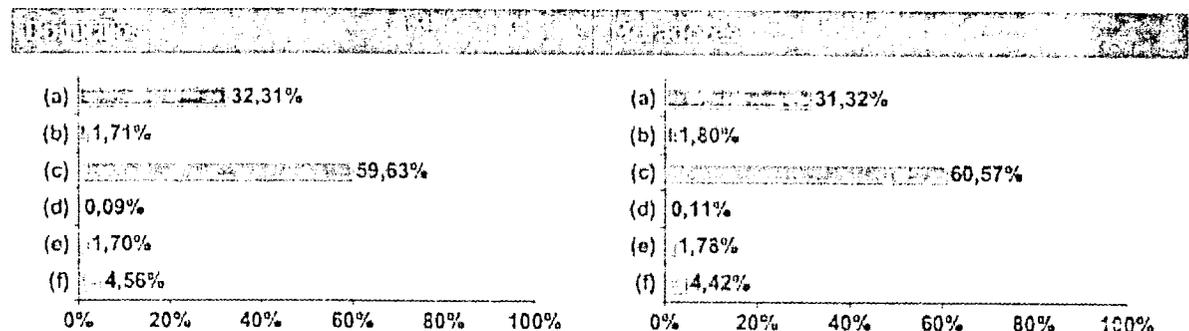
Fonte: IBGE em SEPLAN/ SEPIN (2000)

Quadro 39: Infraestrutura – Esgoto sanitário em Goianésia/GO (2000)

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	13.693	43.621
Rede geral de esgoto ou pluvial (a) <input type="checkbox"/>	4.358	14.983
Fossa séptica (b) <input type="checkbox"/>	231	861
Fossa rudimentar (c) <input type="checkbox"/>	8.043	28.970
Vela	205	789
Rio, lago ou mar (d) <input type="checkbox"/>	12	52
Outro escoadouro (e) <input type="checkbox"/>	229	851
Não tinham banheiro nem sanitário (f) <input type="checkbox"/>	615	2.115

↳ Legenda Gráfico

Fonte: IBGE/SIDRA



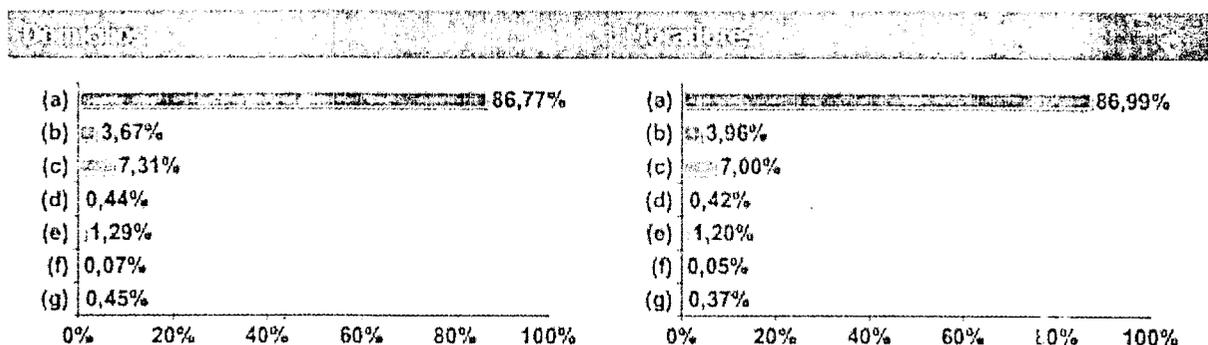
Fonte: IBGE em SEPLAN/ SEPIN (2000)

Quadro 40: Infraestrutura – Destino do lixo em Goianésia/GO (2000)

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	13.693	48.621
Coletado	12.384	44.219
Coletado por serviço de limpeza (a) <input checked="" type="checkbox"/>	11.882	42.295
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b) <input type="checkbox"/>	502	1.924
Queimado (c) <input type="checkbox"/>	1.001	3.404
Enterrado (d) <input type="checkbox"/>	60	206
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e) <input type="checkbox"/>	177	585
Jogado em rio, lago ou mar (f) <input type="checkbox"/>	9	25
Outro destino (g) <input type="checkbox"/>	62	182

↳ Legenda Gráfico

Fonte: IBGE/SIDRA



Fonte: IBGE em SEPLAN/ SEPIN (2000)

O Plano Nacional de Habitação por sua vez, expressa como carência de infra-estrutura além do acesso a serviços e equipamentos urbanos - água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica - a questão relativa a planejamento territorial, mobilidade e transporte urbano, diagnosticada como:

- A fragmentação do espaço urbano, o contínuo crescimento e adensamento da periferia e o aprofundamento da segregação e exclusão sócio-territorial – muitas vezes decorrentes da própria produção habitacional do poder público;
- Produção e reprodução das cidades brasileiras provocam inúmeras disfunções e deseconomias. Uma delas incide sobre o transporte coletivo, particularmente no custo das viagens, gasto de tempo e acesso ao sistema;
- Restrição da participação de vários segmentos da sociedade na prática da regulação urbanística, principalmente dos setores populares;

- Dissociação entre processos de planejamento e gestão territorial. Separação das propostas de intervenção com os processos cotidianos de negociação;
- A regulação urbanística não alcança a demanda por terra formalmente urbanizada, produzindo a “cidade informal”;

B- Adensamento excessivo

Para este item há um consenso que se caracteriza como adensamento excessivo quando há mais do que três moradores por cada quarto (dormitório) existente na edificação.

C- Questão Fundiária

Problemas de **ordem fundiária**, para a Fundação João Pinheiro trata-se de quando não possuem escritura em nome da família que reside.

Já o Plano Nacional de Habitação aborda a questão da **irregularidade fundiária** de forma mais ampla e envolve:

- Ocupações de terrenos públicos ou privados,
- Loteamentos que não passaram por processos de aprovação por parte dos órgãos públicos.

Sendo que tudo isto é colocado como consequência da falta de alternativa habitacional para os mais pobres.

Por sua vez, o Manual de Regularização Fundiária produzido pelo Ministério das Cidades conceitua que só é irregular aquele que a legislação urbanística estabelece como tal.

D- Outras Inadequações Domiciliares

A Fundação João Pinheiro considera ainda inadequados aqueles domicílios que não possuam instalações sanitárias exclusivas da edificação.

O Plano Nacional de Habitação atribui também à inadequação domiciliar, o baixo **padrão construtivo** da habitação que seria decorrente dos seguintes fatores:

- A presença de mão de obra com baixa qualificação e grande rotatividade, tornando ineficientes os programas de treinamento;
- A baixa qualidade dos materiais utilizados;
- O baixo nível de industrialismo;
- A falta de conhecimento do consumidor final dos requisitos de uma moradia;
- Falta de pesquisa em novas tecnologias e técnicas construtivas.

2.2.2.4. Resultado do déficit habitacional em Goianésia segundo a PMG

Tomando como referência a base de informações do IBGE (Censos e PNADs), o déficit habitacional, englobando as situações que demandam uma política de provisão habitacional, consiste no cômputo do déficit por reposição do estoque, relativo aos domicílios rústicos, e do déficit por incremento do estoque, contemplando os domicílios improvisados e a coabitação familiar, correspondente a soma das famílias conviventes e das que vivem em cômodos cedidos ou alugados.

Os quatro componentes do déficit habitacional, relativos aos domicílios rústicos, improvisados, famílias conviventes e cômodos cedidos ou alugados, são calculados de maneira a se excluírem possíveis sobreposições entre eles, procedendo-se assim, ao cálculo do montante geral através do somatório dos respectivos componentes.

Destaca-se que o componente relativo ao ônus excessivo com aluguel foi excluído do total do déficit, tendo em vista a inviabilidade de seu cálculo devido à indisponibilidade do dado relativo ao valor do aluguel. Uma opção para a substituição desse componente seria trabalhar com o número de famílias de até três salários mínimos que pagam aluguel – denominado ônus social com aluguel –, sendo o mesmo apresentado em separado, não integrando o total do déficit. Essa alternativa tem como premissa que o alto custo dos aluguéis associado à perda de poder aquisitivo da renda, deva aproximar o montante de famílias na faixa de até três salários mínimos que arcam com um custo qualquer de aluguel daquelas cujo aluguel represente o comprometimento de 30% ou mais da renda. Cabe ainda ressaltar que é nessa faixa de renda que se concentra a população com maior instabilidade de rendimento o que torna o compromisso com o aluguel um problema recorrente, do qual as famílias tendem a fugir através da busca de outras soluções (ocupações de terras, aquisição de terreno em loteamento irregular, etc.).

Sendo assim, no ano de 2009, a PMG implantou o cadastro habitacional no intuito de assegurar o direito social à moradia, de inclusão social de garantias de condições mínimas de acesso à moradia para as famílias de baixa renda, que desejassem ter casa própria e preferencialmente possuíssem renda de até 3 salários mínimos. Até o presente momento já foram cadastradas **5.572** famílias.

2.2.2.5. Resultados do déficit em Goianésia-GO segundo a Fundação João Pinheiro

Em agosto de 2003, foi celebrado um contrato entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), para dimensionar e qualificar o déficit habitacional no Brasil.

Deste convênio foi gerado em 2005 o documento “Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas” que está disponível em forma digital no “site” do Ministério das Cidades. Juntamente com este documento, encontra-se um software que calcula o déficit habitacional no município ou microrregião desejada.

No presente trabalho, o desenvolvimento deste item, tem como base os dados obtidos no manejo do referido software para Goianésia/GO.

A Fundação João Pinheiro, na programação de seu software para o cálculo do déficit habitacional para municípios, em decorrência de estar baseado em dados do IBGE, atém-se ao somatório dos domicílios rústicos, dos improvisados e da co-habitação familiar e recebe a denominação de *déficit habitacional básico*.

No entanto, para obter-se a estimativa das carências totais do setor habitacional seria necessário agregar os números do “ônus excessivo com aluguel” e do “déficit por depreciação”, dados estes que a instituição não possuía.

Mesmo assim, os resultados obtidos são bastante significativos para balizar as políticas habitacionais subseqüentes. Alguns resultados importantes de serem relacionados neste trabalho que foram obtidos pela Fundação João Pinheiro para as cidades brasileiras são:

- Os domicílios improvisados são pouco significativos;
- As famílias conviventes se sobressaem em todas as regiões, destacando-se nas áreas urbanas;
- A coabitação familiar é a maior responsável pelo déficit habitacional;
- A maior parcela do déficit habitacional se concentra nas faixas de renda de até 3 salários mínimos.

Em Goianésia-GO, conforme pode ser visto no Quadro a seguir, o déficit habitacional básico obtido de acordo com os dados coletados pelo CENSO IBGE 2.000 é de 714 unidades, sendo que destas 665 unidades seriam necessárias na área urbana.

Quadro 41 - Estimativas de déficit habitacional básico para Goianésia-GO (1)

município	Déficit habitacional básico (2)						Domicílios vagos		
	absoluto			% total do município			total	urbana	rural
	total	urbana	rural	total	urbana	rural			
Goianésia GO	714	665	59	5,21	5,25	4,87	1.136	833	303

(1) Déficit habitacional básico: soma da co-habitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos, conforme dados do IBGE 2000.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Os Quadros que se seguem acusam qual o componente do déficit habitacional que provoca uma maior demanda na produção de domicílios em Goianésia-GO. O resultado desta questão para Goianésia-GO foi o número de famílias conviventes, porém seguem as seguintes considerações:

- Não é considerado o ônus excessivo com o aluguel (> 30% da renda familiar);
- Os domicílios rústicos não são acusados, pois eles foram levantados no ano 2.000, onde os assentamentos subnormais existentes eram muito incipientes, sendo que o aumento do número de domicílios implantados nestas áreas é remetido a um período posterior a esta data.

Quadro 42 - Estimativas dos componentes do déficit habitacional básico em Goianésia/GO (1)

Município	Domicílios Improvisados			Famílias Conviventes			Cômodos			Domicílios Rústicos			
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	Rural	
Goianésia- GO	69	29	40	558	539	19	87	87	-	-	-	-	

(1) Déficit habitacional básico: soma da co-habitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 43 - Participação dos componentes do déficit habitacional básico urbano em Goianésia(1)

Município	Improvisado Urbano	Co-habitação Familiar Urbana	Rústicos Urbanos	% do déficit			
				improvisado	co-habitação	rústicos	total
GoianésiaGO	29	626	-	4,43	95,57	-	100,00

(1) Déficit habitacional básico: soma da co-habitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 44 - Participação dos componentes do déficit habitacional básico rural (1)

Município	Improvisado Rural	Co-habitação Familiar Rural	Rústicos rural	% do déficit			
				improvisado	co-habitação	rústicos	total
GoianésiaGO	40	19	x	67,80	32,20	x	100,00

x - Estimativa inferior a 50 unidades, considerada pouco confiável estatisticamente em função do tamanho das cidades.

(1) Déficit habitacional básico: soma da co-habitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

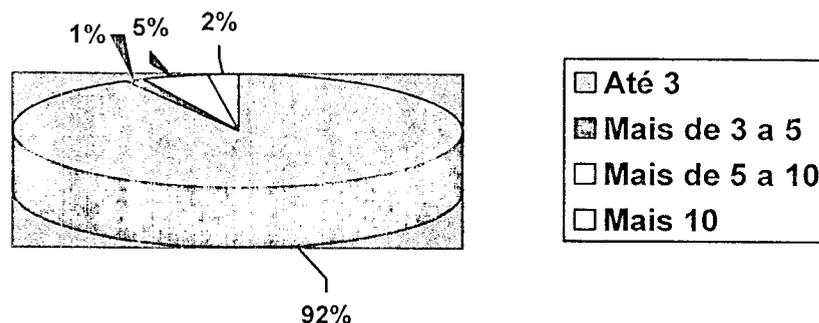
Nas questões de co-habitação familiar e domicílios improvisados urbanos, como em todas as outras questões que compõem o déficit habitacional, são as pessoas pertencentes à faixa de renda de até 3 salários mínimos as que mais sofrem.

Quadro 45 - Coabitação familiar e domicílios improvisados urbanos por faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos) em Goianésia-GO.

Município	Faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)									
	Até 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5 a 10		Mais de 10		total	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Goianésia	601	91,76	8	1,22	32	4,89	14	2,14	655	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005

Fig. 48: Gráfico da Coabitação familiar e domicílios improvisados urbanos por faixa de renda mensal familiar (em salários mínimos)



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Dentre os 601 domicílios levantados pelo IBGE no ano 2000 alugados para famílias com renda de até 3 salários mínimos. Como não se sabe qual é o valor do aluguel despendido, fica difícil acusar quantos destes representam um déficit habitacional.

Quadro 46 - Domicílios alugados por famílias até 3 salários mínimos – 2000

Município	Faixas de renda familiar (em salários mínimos)			
	Domicílios alugados			
	Sem rendimentos	Até 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 até 3 s.m.
Goianésia-GO	70	178	433	368

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Na decomposição dos itens que interferem no déficit habitacional, para o subitem inadequação dos domicílios, em Goianésia-GO o fator adensamento excessivo foi o mais representativo.

Quadro 47 - Inadequação dos domicílios urbanos

Município	Inadequação fundiária		Adensamento excessivo		Domicílio sem banheiro		Carência de infraestrutura *	
	absoluto	% dom. urbanos	absoluto	% dom. urbanos	absoluto	% dom. urbanos	absoluto	% dom. urbanos
Goianésia-GO	484	3,88	744	5,96	1.712	13,71	8,265	66,20

* Casas e apartamentos urbanos que não possuem um ou mais dos serviços de infraestrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica, e coleta de lixo.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 48 - Características do adensamento urbano excessivo – 2000

município	Adensamento urbano excessivo			Percentual no total dos domicílios	
	Total	Em aglom. subnormais	Em domic. alugados c/ renda até 3 s.m.	Domic. urbanos	Aglom. subnormais
GoianésiaGO	744	-	105	5,96	-

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 49 - Adensamento urbano excessivo por faixa de renda – 2000

município	Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)							
	Até 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5		total	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
GoianésiaGO	500	67,20	172	23,12	72	9,68	744	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 50 - Características dos domicílios urbanos sem banheiro – 2000

Município	Adensamento urbano excessivo			Percentual no total dos domicílios	
	Total	Em aglom. subnormais	Em domic. alugados c/ renda até 3 s.m.	Domic. urbanos	Aglom. subnormais
Goianésia-GO	1.712	-	155	13,71	-

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 51 - Domicílios urbanos sem banheiro por faixa de renda – 2000

município	Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)							
	Até 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5		total	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Goianésia-GO	1.379	80,55	229	13,38	104	6,07	1.712	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

A carência de infraestrutura urbana em Goianésia-GO atinge como um todo os domicílios de famílias com faixa de renda de até 3 salários mínimos.

Quadro 52 - Características da carência de infraestrutura urbana - 2000

Município	Carência de infraestrutura			Percentual no total dos domicílios	
	Total	Em aglom. subnormais	Em domic. alugados c/ renda até 3 s.m.	Domic. urbanos	Aglom. subnormais
Goianésia GO	8.265	-	764	66.20	-

(1) Considerados as casas e apartamentos urbanos carentes de um ou mais dos serviços de infraestrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 53 - Carência de infraestrutura urbana por faixa de renda - 2000.

município	Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)							
	Até 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5		total	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Goianésia GO	5.060	61.22	1.945	23.53	1.260	15,25	8.265	100,00

(1) Considerados as casas e apartamentos urbanos carentes de um ou mais dos serviços de infraestrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Em relação aos critérios sobre os quais são enquadrados os domicílios com carência de infraestrutura urbana, o esgotamento sanitário, seguido pelo abastecimento de água são os mais representativos.

Quadro 54 - Critérios de carência de infraestrutura urbana - 2000.

Município	Apenas 1 critério					Mais de 1 critério			total
	Iluminação elétrica	Abastec. de água	Esgot. sanitário	coleta de lixo	total	dois	três	quatro	
Goianésia GO	-	397	4.674	27	5.098	2.88	258	21	8.265

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Obs.: (apenas casas e apartamentos)

Quadro 55 - Domicílios urbanos com dois critérios de carência de infraestrutura urbana - 2000

Obs.: (apenas casas e apartamentos)

Município	Detalhamento dos serviços carentes						total
	Iluminação e água	Iluminação e esgoto	Iluminação e lixo	Água e esgoto	Água e lixo	Esgoto e lixo	
Goianésia GO	-	74	-	2.726	19	96	2.888

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 56- Domicílios urbanos com três critérios de carência de infraestrutura urbana – 2000
Obs.: (apenas casas e apartamentos)

Município	Detalhamento dos serviços carentes				total
	Iluminação, água e esgoto	Iluminação, água e lixo	Iluminação, esgoto e lixo	Água, esgoto e lixo	
Goianésia-GO	71	-	-	187	258

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Porém a grande maioria da inadequação domiciliar em relação à infraestrutura básica em Goianésia-GO é em relação a um critério.

Quadro 57 - Domicílios urbanos segundo carência de infra-estrutura
Obs.: (apenas casas e apartamentos)

Município	Critérios de carência (%)				
	um	dois	Três	quatro	total
Goianésia-GO	61.68	34.94	3.12	0.25	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Em domicílios onde as famílias têm renda familiar de até 3 salários mínimos, o critério de carência de infraestrutura básica mais representativo foi o esgotamento sanitário, seguido pelo abastecimento de água.

Quadro 58 - Carência de infra-estrutura urbana em domicílios com renda familiar até 3 salários mínimos – 2000.

Município	Apenas 1 critério					Mais de 1 critério			total
	Iluminação elétrica	Abastec. de água	Esgot. sanitário	Coleta de lixo	total	dois	três	quatro	
Goianésia GO	-	126	2.959	17	3.102	1.753	184	21	5.060

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 59- Domicílios urbanos com renda familiar até 3 salários mínimos e dois critérios de carência de infraestrutura urbana – 2000.

Município	Detalhamento dos serviços carentes						total
	Iluminação e água	Iluminação e esgoto	Iluminação e lixo	Água e esgoto	Água e lixo	Esgoto e lixo	
Goianésia-GO	-	74	-	1.639	-	40	1.753

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 60- Domicílios urbanos com renda familiar até 3 salários mínimos e três critérios de carência de infraestrutura urbana – 2000.

Município	Detalhamento dos serviços carentes				total
	Iluminação, água e esgoto	Iluminação, água e lixo	Iluminação, esgoto e lixo	Água, esgoto e lixo	
Goianésia GO	60	-	-	124	184

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Quadro 61- Carência de infraestrutura urbana em domicílios com renda familiar maior de 3 até 5 salários mínimos – 2000.

Município	Apenas 1 critério					Mais de 1 critério			total
	Iluminação elétrica	Abastec. de água	Esgot. sanitário	Coleta de lixo	total	dois	três	quatro	
Goianésia GO	-	118	999	-	1.117	781	47	-	1.945

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

2.2.3. Cálculo da demanda demográfica futura

A demanda demográfica dimensiona as moradias a serem acrescentadas ao estoque habitacional a fim de acomodar o crescimento populacional projetado em determinado período. Essa estimativa das necessidades de incremento do estoque de moradias, não considera o déficit habitacional acumulado nem a inadequação de parcela do estoque existente. O cálculo dessa demanda vai depender da taxa de crescimento da população e da média de moradores por domicílio, refletindo o tamanho da família e os arranjos familiares.

Cálculos da demanda demográfica foram elaborados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Ferais (UFMG) a partir de contrato com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Esses cálculos se baseiam nas projeções populacionais construídas segundo o método das componentes relativos à natalidade, mortalidade e migração. Essas projeções, cujo horizonte temporal é o ano de 2023, foram incorporadas no Plano Nacional de Habitação e são de grande importância para o estabelecimento de metas, prioridades e estratégias para o planejamento habitacional.

Projeção Populacional 1,68 a.a (2000-2008)

Pop (2009): 56.839

+955 pessoas a.a ou 237 famílias a.a.

Até 2024 (PlanHab)

Taxa geométrica de crescimento populacional

Total de 72.975 pessoas (ou 18.152 famílias)

Com estes dados, pode-se comprovar que há necessidade de se projetar moradias além do estoque habitacional, pois as taxas em Goianésia e sua região são altas em relação ao Estado de Goiás. Lembrando que estas taxas mudam de acordo com as oportunidades de trabalho, entre outros, é necessário estar sempre atualizando o PLHIS para atender com qualidade a demanda habitacional.

2.2.4. Produção Habitacional: alternativas, padrões e custos

A capacidade de arrecadação permite identificar o grau de dependência municipal de recursos de outros níveis de governo. Da mesma forma, os recursos financeiros empregados para combater o déficit habitacional permitem avaliar as estratégias municipais para encaminhar a solução dos problemas habitacionais.

O potencial de arrecadação de Goianésia é alto, boa parte de seus recursos provém de impostos da indústria, comércio e prestação de serviços, além de impostos de contribuintes, o que indica alto potencial de arrecadação, com médio nível de dependência em relação a recursos federais e estaduais.

Quadro 62: Despesas e Receitas Municipais em Goianésia (1998-2009)

	Receita e Despesa										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas Correntes (R\$ mil)	11.774	12.672	14.909	18.504	21.494	22.393	24.796	29.912	34.664	40.034	51.694
Despesas de Capital (R\$ mil)	186	1.639	991	1.623	3.860	4.927	2.190	7.955	5.439	4.671	10.429
Receitas Correntes (R\$ mil)	12.695	14.160	16.506	20.037	24.521	27.501	28.802	34.786	38.808	49.821	67.079
Receitas de Capital (R\$ mil)	162	186	1	9	250	2.826	2.077	5.035	1.481	730	4.594
Total das Receitas (R\$ mil)	12.857	14.346	16.507	20.046	24.771	30.327	30.879	39.821	40.289	50.551	71.673
Total de Despesas (R\$ mil)	11.960	14.311	15.900	20.127	25.354	27.320	26.986	37.867	40.104	44.705	62.124

Fonte: SEPLAN (2009)

Quadro 63: Custo geral das necessidades em Goianésia (2011)

PROGRAMAS		Número de domicílios	Estimativa de Custo Total (R\$)
Dentro dos parcelamentos	Urbanização Simples*	5.572 ³	32.317.600,00
	Reposição**	22 ⁴	512.600,00
	Regularização Fundiária Urbana	16.073 ⁵	9.643.800,00
	Regularização Fundiária Rural	298 ⁶	178.800,00
	Melhoria habitacional***	90 ⁷	99.000,00
	Subtotal 1	22.055	42.751.800,00
Inadequação	Carência de infra	14.315 ⁸	15.746.500,00
	Sem Unidade Sanitária	615 ⁹	676.500,00

³ Somatória das famílias do CadÚnico e do Programa Bolsa Família

⁴ Total de domicílios em ruínas e em demolição do Cadastro Imobiliário Municipal

⁵ Domicílios do cadastro municipal dos seguintes loteamentos urbanos: Res. Flamboyant, Res. Morada Nova, St. Oeste, Pq. das Palmeiras, Colina Park, D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão, Carrilho, Res. Mariana Park, Jd. Primavera, Nova Aurora I, Nova Aurora III, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, JD Por do Sol, Boa Vista, Covoal, Covoal II, Sta. Cecília, St. Universitário, St. Amigo, St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, Vi. São Caetano, PQ. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, Vi. Vera Cruz, Itapuã, Res. Bougainville

⁶ Domicílios do cadastro municipal dos seguintes loteamentos rurais: Natinópolis, Juscelândia, Cafelândia, Morro Branco.

⁷ Dado referente a reunião no PA rural: 30% dos domicílios não são regularizados.

⁸ Somatória de infra estrutura: abastecimento de água - 4.435 domicílios com água de poço e 82 com outras formas (4.517), tratamento e coleta de esgoto: 8.043 domicílios com fossa, 205 domicílios com valas, 12 domicílios jogam esgoto no rio e (8.489) e sem coleta de lixo: 1.309 domicílios (FJP, 2000)

⁹ (FJP, 2000)

	Subtotal 2	14.930	16.423.000,00
Incremento	Produção de novas moradias prioritárias	3.111 ¹⁰	72.486.300,00
	Subtotal 3	3.111	72.486.300,00
	Subtotal de prioridade curta e média	40.096	131.661.100,00
	Demanda Populacional: Projeção 2024	18.152	422.941.600,00
	Subtotal de prioridade longa	18.152	422.941.600,00
Estimativa Total (Déficit+Demanda Futura)		58.248	554.892.700,00

Fonte: PMG e PAs (2011)

Estimativa para o déficit qualitativo curto e médio prazo: 40.096 unidades/famílias e longo prazo: 18.152, totalizando para o horizonte de 15 anos o atendimento a 58.248 unidades/famílias. Quanto ao déficit quantitativo curto e médio prazo: em torno de R\$131 milhões e a longo prazo: em torno de R\$423 milhões, totalizando no horizonte do plano em 15 anos o montante de R\$554 milhões.

Soma-se a este custo do déficit e necessidade habitacional, a elaboração de um Plano de Saneamento (para coordenar um sistema de saneamento previsto com relação não somente ao município e seus habitantes, quanto ao da bacia hidrográfica em que se insere e seus usuários), a construção de um sistema de coleta e tratamento de esgoto, a elaboração de um Plano de arborização urbano, projetos urbanísticos para melhorar o padrão de acabamento urbano e a capacitação dos funcionários para a implantação da regularização fundiária urbana e rural.

Para a elaboração do PLHIS, recomendado utilizar custos médios por família, por tipos de intervenção (HBB, 2008):

- Reconstrução de unidades habitacionais R\$23.000,00
- Urbanização simples R\$5.500,00
- Melhoria habitacional R\$800,00
- Regularização fundiária R\$300,00
- Trabalho social R\$300,00

* Urbanização simples: Compreende a intervenção em assentamentos que possuem baixa ou média densidade, traçado regular, não apresentam necessidade de realização de obras complexas de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica e drenagem e apresentam índice baixo de remoções (até 5%).

** Reposição: Trata-se da reconstrução da unidade no mesmo perímetro do assentamento que está localizado. A população é mantida no local após a substituição das moradias e tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também

¹⁰ Somatória de 847 domicílios que pagam aluguel, 843 domicílios que coabitam e 1.421 domicílios cedidos, do Cadastro Municipal Habitacional (2011)

envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária.

*** Melhoria: Ação destinada a melhorar as condições de habitabilidade, ou seja, pequenas reformas (trincas, telhados, etc).

2.2.5. Quadro geral das necessidades habitacionais

Segundo a conceituação das variáveis de identificação de domicílios particulares em situação de necessidade habitacional, o déficit habitacional consiste na quantificação de três situações possíveis:

- total de domicílios particulares improvisados, desconsiderados aqueles nos quais reside mais de uma família;
- número de domicílios particulares com mais de uma família residente e
- número de domicílios particulares permanentes cujo tipo de domicílio é cômodo.

Diante da supressão, no Censo de 2000, da variável relativa aos materiais empregados nas paredes externas do domicílio, base para classificação do domicílio rústico, a FJP adotou um método indireto para seu cálculo. Dentre as variáveis analisadas, a presença ou não de banheiro no domicílio foi a que demonstrou maior correlação com os domicílios rústicos, devendo ser observado que esse dado está presente no quadro relativo à inadequação habitacional.

Quadro36-Matriz das necessidades habitacionais e assentamentos precários em Goianésia/GO.

Nome do município:		Goianésia GO		Pop (IBGE 2000)	
Microrregião:		Ceres		49.160	
Número de domicílios:		13.693 (IBGE, 2000) 6.727 20.420 (IBGE, 2010) 26.926 (PMG, 2010)		Pop (IBGE 2010) 56.839	
DÉFICIT HABITACIONAL (dados oficiais)					
TOTAL		URBANO		RURAL	
Número absoluto	% domicílios	número absoluto	% domicílios	Número absoluto	% domicílios
			Dados Oficiais - PMG		
			Demanda - PAs		
Necessidade		Componente		Quant. Absoluta	
				% do n. domicílios (IBGE 2009)	
Demanda por incremento de estoque		<i>Domicílios improvisados</i>		-	
		<i>Domicílios com coabitação familiar</i>		843	
		<i>Ônus excessivo com</i>		847	

	<i>aluguel</i>		
<i>Demanda por reposição de estoque</i>	<i>Domicílios rústicos</i>	22 Urbanos 90 Rurais	0,54
	<i>Domicílios em área de risco (*)</i>		
<i>Demanda por melhoria</i>	<i>Domicílios com adensamento excessivo</i>	-	-
	<i>Domicílios carentes de infra-estrutura</i>	14.315	70,10
	<i>Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva</i>	615	3,01
	<i>Domicílios com inadequação fundiária</i>	16.371	80,17

Fonte: PMG, PAs, IBGE(2000 e 2011).

2.3. Fontes de Recursos Existentes e Potenciais Para Financiamento do Setor Habitacional

As linhas de atendimento e programas habitacionais, apresentados a seguir foram extraídas do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, principal fonte de referência sobre a matéria hoje no país.

As estratégias a serem adotadas no PLHIS devem considerar que a dimensão das necessidades habitacionais precisa ser enfrentada com diferentes processos de produção e de financiamento. É fundamental considerar a diversidade de situações urbanas e rurais, as características sociais e econômicas da população, a capacidade institucional do poder público, as fontes e a modelagem de financiamento e subsídio, a questão fundiária e urbana e a estruturação da cadeia produtiva da construção civil.

Nesse aspecto, a identificação de fontes de recursos perenes e estáveis para alimentar a política de habitação, incluindo recursos onerosos para o financiamento habitacional e recursos não onerosos para subsídio é fundamental para dar sustentabilidade ao PLHIS.

De forma geral, as principais fontes de financiamento destinadas especificamente para as ações do setor habitacional são:

- Governos municipais, por meio de recursos próprios;
- Governos estaduais, que por meios dos seus órgãos (AGEHAB – Agência Goiana de Habitação) desenvolvem programas específicos voltados para a produção de moradias ou urbanização;
- Governo federal (logo abaixo abordaremos os principais programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal); e
- Organismos internacionais, principalmente os bancos multilaterais, tais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A União Européia também disponibiliza recursos para investimento em habitação e infraestrutura urbana.

O PLHIS também deve considerar as fontes de recurso específicas para a habitação de mercado, que estão concentrados no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Este sistema vem movimentando, nos anos recentes, recursos expressivos, devido principalmente às medidas adotadas pelo governo federal para o setor desde 2003, à estabilidade da moeda, ao aumento da renda dos brasileiros, ao crescimento da captação e à maior segurança jurídica. Portanto, o PLHIS deverá considerar que a demanda habitacional das faixas de maior renda deverá ser atendida essencialmente pelos financiamentos oriundos das instituições privadas do mercado.

De acordo com as soluções habitacionais a serem adotadas e com o perfil da demanda a ser atendida, o gestor local deverá observar quais as fontes de recursos disponíveis e aquelas que mais se adequam ao perfil de atendimento. Vale destacar que cada fonte de recurso

tem um mecanismo de funcionamento com suas respectivas especificidades; por exemplo, os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) são recursos não-onerosos (a fundo perdido, sem retorno) e por isso se destinam às famílias de mais baixa renda; já os recursos do FGTS, que são onerosos (financiamento, que retornam à fonte) e por isso, quando não operados com mecanismos de subsídio, são destinados às famílias de maior renda, que podem arcar com um financiamento habitacional.

A seguir, em anexo, através de Nota Técnica: Catálogo de programas habitacionais do Governo Federal e do Governo do Estado de Goiás (2009), elaborada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, elencamos os principais programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal e Estadual, para que o município possa começar a conhecer as necessidades que tais programas podem atender.

2.4. Sistematização do Diagnóstico do Setor Habitacional

O presente documento trata do Diagnóstico Síntese do Setor Habitacional em Goianésia, constituindo a segunda etapa de elaboração do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município.

O município de Goianésia está situado na Microrregião de Ceres, que pertence a Mesorregião do Centro Goiano. A partir da década de 40 que a história da cidade começou a se consolidar, mais precisamente no ano de 1943, com a chegada de Laurentino Martins Rodrigues, sua esposa Berchiolina Rodrigues (Dona Fíca) e família se instalando na região do Calção de Couro.

Quanto à habitação a área de destaque do presente diagnóstico desde 2009, Goianésia vem registrando seu Cadastro Imobiliário Municipal, através do trabalho dos cadastradores municipais totalmente informatizado. Cerca de 80% a 90% dos municípios brasileiros não têm informações atualizadas sobre sua própria realidade, o que posiciona positivamente a Prefeitura de Goianésia frente ao Ministério das Cidades. O cadastro informatizado é uma das formas para o desenvolvimento de uma política fiscal e para o planejamento urbano do município, possuindo a atuação e fiscalização de impostos mais eficiente e modernizada.

No levantamento cedido pelo setor de Cadastro Imobiliário Municipal, estão presentes as características dos imóveis legalizados no município. Por mês, o setor cadastra em média 700 imóveis. No IBGE (2010), constam **20.420** imóveis em Goianésia. Já a PMG nos aponta um total de **26.926** imóveis, constatamos assim a diferença entre os números, ou seja, **6.835** imóveis que a PMG têm cadastrados a mais. Isto pode significar a precisão da PMG em função de seu sistema informatizado e georreferenciado. Observa-se também que o número de imóveis de hoje equivale a um aumento expressivo de **6.727** unidades, ou seja, **67%** a mais do que os domicílios apontados pela Fundação João Pinheiro em 2005 (**13.693**).

No plano nacional, segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2009), através do Guia de Adesão ao SNHIS, a classificação da tipologia dos municípios foi feita de acordo com sua população. No procedimento classificatório utilizado pelo PlanHab – Plano Nacional de Habitação (2005), Goianésia sendo um dos municípios com mais de 20.000 habitantes, enquadra-se como tipologia “**G - 7: Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social**”. Esta classificação definirá os parâmetros para definir as diretrizes no Produto 3.

As Regiões de Cobertura (RCs) foram definidas onde cada setor caracteriza-se de acordo com “as diversidades sociais, econômicas, culturais e urbanísticas de cada comunidade” (PlanHab, 2005). Goianésia foi dividida em 5 regiões de cobertura para melhor atuação da ETC e ETM, segundo dados levantados nas reuniões comunitárias e a PMG é importante solucionar problemas de regularização fundiária no município.

Através das reuniões comunitárias e dos coordenadores dos PAs foi possível diagnosticar vários elementos que precisam ser melhorados. Tendo em vista que a Política Nacional de

Habitação parte do princípio que a habitação não se restringe a casa; porém, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos urbanos e sociais. Isto é, incorpora o direito à cidade, no seu contexto mais amplo, conforme um modelo participativo e democrático. Segundo diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Habitação devem ser previstos em suas esferas quantitativa e qualitativa. Portanto, a política habitacional deve conhecer:

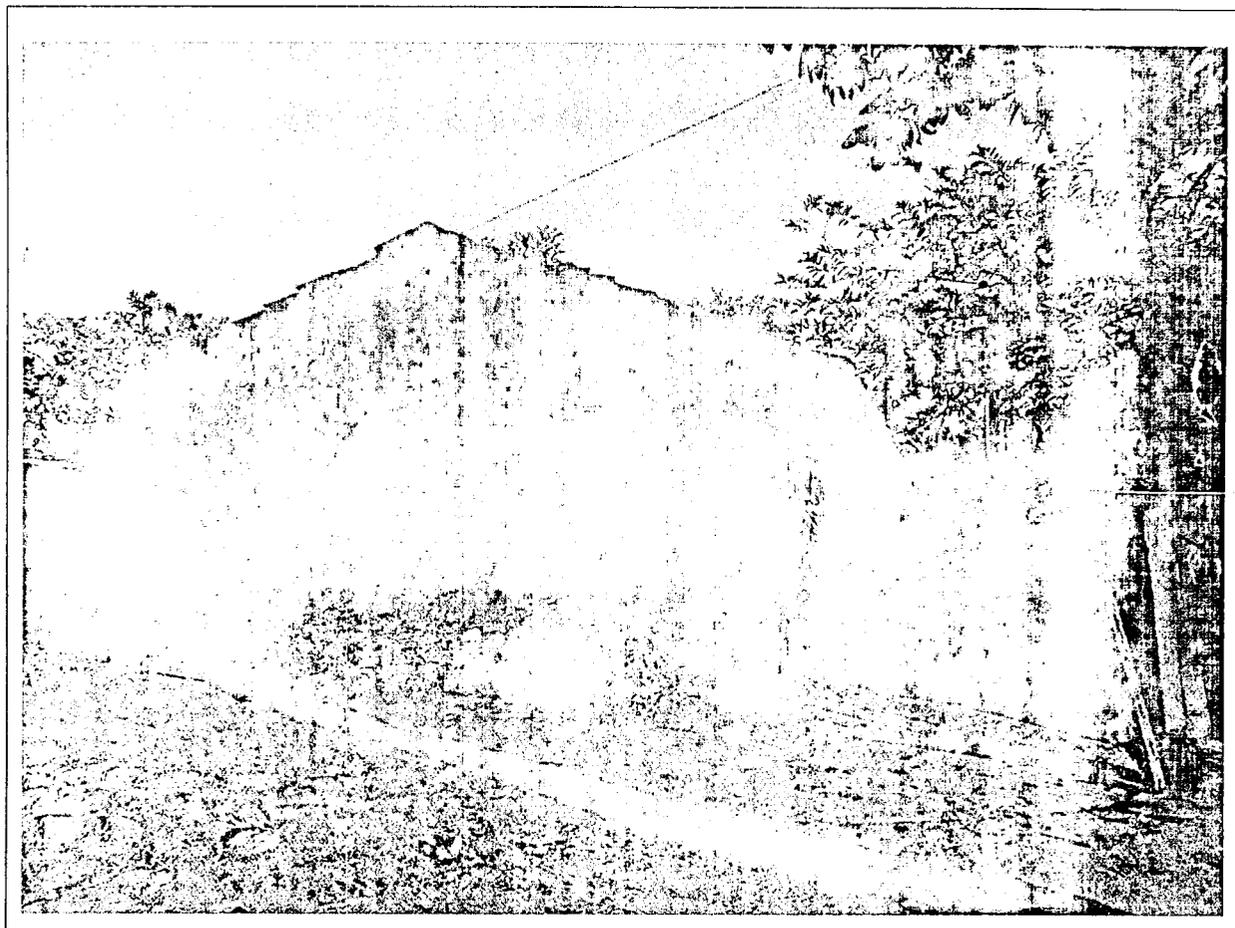
- 1 - Incremento do estoque – ampliação do número de habitações (considera os edifícios improvisados, a coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel);
- 2 - Reposição do estoque – reconstrução das habitações (domicílios rústicos e improvisados);
- 3 - Inadequação dos domicílios – habitações que necessitam de melhorias.

O “Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas” que está disponível em forma digital no “site” do Ministério das Cidades. Juntamente com este documento, encontra-se um software que calcula o déficit habitacional no município ou microrregião desejada. No presente trabalho, o desenvolvimento deste item, tem como base os dados obtidos no manejo do referido software para Goianésia/GO. A Fundação João Pinheiro nos trás dados de suma importância para a elaboração deste trabalho.

A partir da análise sistemática dos dados levantados, pode-se comprovar que há necessidade de se projetar moradias além do estoque habitacional, pois as taxas em Goianésia e sua região são altas em relação ao Estado de Goiás. Lembrando que estas taxas mudam de acordo com as oportunidades de trabalho, entre outros, é necessário estar sempre atualizando o PLHIS para atender com qualidade a demanda habitacional. A elaboração de outros planos como de Saneamento (para coordenar um sistema de saneamento previsto com relação não somente ao município e seus habitantes, quanto ao da bacia hidrográfica em que se insere e seus usuários), a construção de um sistema de coleta de esgoto, a elaboração de um Plano de arborização urbano, projetos urbanísticos para melhorar o padrão de acabamento urbano e a capacitação dos funcionários para a implantação da regularização fundiária urbana e rural, se faz pertinente para o município.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • GOIANÉSIA • GO

Produto 3 • Estratégias de Ação



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL • PLHIS • GOIANÉSIA • GO

MINISTÉRIO DAS CIDADES • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL • PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA • ABEC

NOVEMBRO/2011

INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde à versão consolidada dos estudos e das contribuições recolhidas em reuniões realizadas nos dias 17.18 e 21 /11/2011 no Auditório do Paço Municipal. Para consolidação do Produto III, em Goianésia para apresentação, debate e pactuação da primeira versão do Produto III – Estratégias de Ação, com a participação dos seguintes atores sociais: Secretários Municipais, Vereadores, Servidores Públicos, Presidente da Associação dos Moradores e seus membros, moradores carentes da região e região rural, entre outros. Portanto, consubstancia a 3ª e última etapa do Plano Local de Habitação de Interesse (PLHIS) denominado Estratégias de Ação.

Para consolidação deste relatório, a participação popular, o Conselho do FMHIS e a ETM, foram fundamentais e neste último momento, a realização do Seminário, teve o objetivo de pactuar com o conhecimento dos participantes, pois eles serão os responsáveis pela implantação do PLHIS de Goianésia. O Seminário sobre o PLHIS foi dividido em duas etapas, sendo a primeira no dia 17 de novembro e a segunda no dia 18 de novembro de 2011.

Na primeira etapa, os temas foram: Acesso a Habitação, Acesso a Terra e Gestão. No primeiro momento foi apresentada uma retrospectiva de toda trajetória para elaboração do PLHIS.

O município de Goianésia precisa se adequar para receber ao longo dos anos novas famílias e hoje o maior problema do município é a vulnerabilidade social. O município tem hoje 6.198 lotes vagos que poderiam ser aproveitados para produção de novas unidades habitacionais, inclusive em alguns já existe infraestrutura e equipamentos sociais. As leis municipais precisam passar por uma atualização com a atual realidade, como também os mapas de ofertas e a regularização fundiária.

Após ampla explanação sobre os temas, formou-se 3 grupos de trabalho, divididos nos três tópicos acima mencionados.

O Grupo 01, com o tema ACESSO À HABITAÇÃO, chegou a uma pauta onde apresentaram as seguintes propostas: captar recursos dos órgãos estaduais, federais e da iniciativa privada, para a construção de novas unidades a curto e médio prazos. Manter um cadastro socioeconômico atualizado e vincular o programa habitacional aos programas sociais para controlar os contemplados, pois muitos deles fazem duplos cadastros. Manter o banco de dados atualizado e finalmente usar o modelo de mutirão para construção de famílias nos programas de interesse social de forma que os contemplados valorizem mais seu patrimônio. Continuar com projeto do município em doar uma casa para quem paga seus impostos em dia, mas que esta seleção de sorteio seja bastante criteriosa.

O Grupo 02, com o tema ACESSO A TERRA, sugeriu criar o imposto progressivo para os proprietários de lotes vagos, pois, sem esta medida tem gerado a especulação imobiliária e transformado os lotes em vazios urbanos (virando depósitos de lixo e focos de dengue). Fazer uma parceria com proprietários de grandes áreas no perímetro urbano, para

construção de novas unidades, as pessoas iriam pagando os lotes em pequenas prestações e a Prefeitura faria a parte de infraestrutura e a instalação de equipamentos sociais.

O Grupo 03, com o tema GESTÃO, propôs a atualização dos atuais cadastros familiares para a aquisição de unidade habitacional e levantamento técnico das famílias para a regularização fundiária. Ampliação para novos convênios. Hierarquizar a gerência de habitação (hoje com papel figurativo na Secretaria de Promoção Social) para a posição de Secretaria de Habitação, fortalecida para o seu verdadeiro papel e que o FMHIS seja vinculado à nova Secretaria, pois o município tem porte e recurso para isto. Capacitar uma equipe para captação de recursos destinada ao FMHIS junto à iniciativa privada e designar 3% (proposta preliminar) da arrecadação do IPTU, ITU e alvarás de licenças (impostos relacionados à habitação) para setor habitacional, pois, com esta arrecadação poderá ir subsidiando a ação em habitação (até pulverizadas) atendendo no final do ano a várias famílias dando dignidade e amparo social.

A segunda etapa do Seminário do PLHIS foi realizada no dia 18 de novembro de 2011, em Goianésia. Na abertura, houve uma retrospectiva da primeira etapa, para dirimir de qualquer dúvida que tenha ficado para traz. Neste segundo momento, os temas foram: **Monitoramento, Avaliação, Participação e Controle Social.**

O enfoque esteve voltado mais aos temas: programas de novas unidades habitacionais, programas de regularização fundiária urbana, programas e desenvolvimento institucional (contratação de técnicos da área urbana e habitacional), participação e controle social e provisão de adequação urbanística.

Após a explanação dos temas, formaram-se 2 grupos. O Grupo 01, com o tema: **PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL** e o Grupo 2 com o tema **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**. Os grupos reunidos discutiram e apresentaram as seguintes propostas:

O Grupo 01, que o FMHIS, deve ser mais atuante, ter mais integração do Conselho com a comunidade, deixar o lado político e colocar pessoas com comprometerimentos com a sociedade. O FMHIS deve fiscalizar com mais rigor a aplicação financeira nos programas. Solicitar ao município um percentual para o fundo, da arrecadação de IPTU, ITU, alvarás de licenças, habite-ses e ITBI. O FMHIS deve divulgar suas ações nos meios de comunicações e finalmente traçar metas e objetivos anuais.

O Grupo 02 propôs criar um banco de dados unificado entre as Secretarias do Meio Ambiente, Promoção Social, Gerência de Habitação e Secretaria de Planejamento, treinando equipe, com habilitação nos programas sociais, para avaliar o processo seletivo das famílias e o enquadramento social que elas pertencem e principalmente avaliar após a ocupação dos imóveis, monitorando e avaliando sua inclusão social. A ETM, deverá ser permanente, porém sempre recicladas e atualizadas, durante a implantação do PLHIS de Goianésia e no andamento de suas ações.

A etapa final do Produto III, Estratégias e Ações, com a participação popular, para a pactuação em Audiência Pública, realizou-se no dia 21 de novembro de 2011.

Presente ao evento, o Senhor Prefeito Dr. Gilberto Naves, o Procurador Geral do Município, a Primeira Dama e ex-deputada, Mara Naves, Dr. Emival Rezende, Secretária de Promoção Social e Presidente do FMHIS, Senhora Salete Garrilho, Gerente de Habitação, Senhor Liovaldo Modesto, membros da ETM e do Conselho do FMHIS, Vereadores, Presidentes de Associação de bairro, responsável técnica da ABEC, Célia Gillet, Arquiteta Luciana Fregonezi (Coordenadora do PLHIS) e as representantes da CEF Arq. Larissa Moura e da técnica social Esther Lúcia.

Foi apresentado à comunidade um resumo de todas as ações executadas durante a elaboração do PLHIS, em relatório fazendo um resumo das etapas: 01 - Proposta Metodológica, 02 – Diagnóstico Habitacional, 03 - Estratégias e Ações, além das reuniões comunitárias nas RCs, inclusive rural e do seminário. Nesta apresentação foi demonstrado no data show uma seleção de todas as reuniões nas RCs com fotos, datas, horários e conteúdos como uma resenha de cada reunião.

Em seguida foi feita a apresentação dos programas e das estratégias de ações que o município deverá implantar após a aprovação do PLHIS. Colocado todas as questões e sanadas as dúvidas, foi pactuado o último Produto e aprovado o PLHIS de Goianésia, pela comunidade local e de todos os membros e autoridades presentes.

Este trabalho que agora se apresenta, divide-se em sete tópicos para melhor acompanhamento do leitor. Trata-se de um compêndio entre o material proposto pelo Ministério das Cidades e o trabalho da comunidade local junto com a equipe técnica do município de Goianésia.

Em grande parte, senão em todo, este Produto enfatizou as possibilidades de solução para as questões e entraves detectados no setor habitacional durante o Produto II e, portanto apresenta ao município as providências prioritárias necessárias para a solução dos problemas, iniciando sua aplicabilidade.

Um aspecto importante sobre este Plano diz respeito ao fato de que não podemos considerá-lo como um objeto estático, pronto e acabado. A dinâmica definida pela legislação federal estabelece que o PLHIS preconize que no seu processo de elaboração a sociedade participe significativamente, cujos temas e etapas sejam discutidos para a confecção e definição do conteúdo de cada produto objetivando o atendimento efetivo dos anseios da população de menor renda. Dessa forma consideramos que reformulações serão necessárias a fim de amparar as vicissitudes oriundas das necessidades desse setor específico da sociedade.

O trabalho foi ordenado em conformidade com as sugestões oriundas dos cursos e manuais da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, bem como buscou outros Planos Locais de Habitação a fim de referendar seu conteúdo.

No Item 3.1. Princípios, Objetivos e Diretrizes do PLHIS de Goianésia foram considerados os Princípios, Objetivos e as Diretrizes que devem nortear os PLHIS e orientar o foco diretivo ao município a fim de buscar soluções das questões habitacionais levantadas no Produto II.

No item 3.2. Linhas Programáticas, Programas e Ações, apresentamos as linhas programáticas, programas e ações do Plano de habitação (PLANHAB) que poderão ser instituídos pelo município, considerando tanto as ações desenvolvidas em nível federal bem como os programas implantados pelos estados em conjunto com os municípios levando-se em conta as propostas dos programas dos governos (federal e estadual) com os Programas, Planos e Projetos Municipais.

No item 3.3. Linhas Programáticas a ser implementadas pelo Município: sugerimos as linhas programáticas, programas e ações que o Município de Goianésia deverá implementar a fim de solucionar as dificuldades habitacionais detectadas para atendimento da população de menor renda.

No item 3.4. Linhas Programáticas Normativas e Institucionais, demonstramos as potencialidades municipais levando-se em conta os seguintes aspectos: o Plano Diretor, que se trata de uma ferramenta legal norteadora de implantação e instituição de ações sociais e de políticas públicas municipais; o conjunto normativo existente no município; as possibilidades e vantagens do trabalho de parceria com as esferas federais e estaduais; a existência de um número significativo de associações e entidades classistas capazes de colaborar com a resolução das questões habitacionais da população de menor renda no município e o quantitativo de pessoal qualificado existentes nos mais diversos setores da administração pública do município.

No item 3.5. Metas, Recursos e Fontes de Financiamento foram apresentados os objetivos, as metas prioritárias e secundárias; os indicadores de desempenho que deverão ser construídos e alimentados em Planilhas de Informações Habitacionais; a necessidade de implantação de um sistema de informações habitacionais objetivando acompanhamento e monitoramento anual das metas previstas e metas realizadas; indicação dos recursos e as fontes de financiamento habitacional federais, estaduais e municipais, evidenciando possibilidades de parcerias e as disponibilidades orçamentárias e financeiras do município para o setor habitacional.

No item 3.6. Monitoramento, Avaliação e Revisão do PLHIS foram sugeridos para a obtenção dos resultados esperados pelo PLHIS, o atendimento aos requisitos do SNH no que diz respeito ao monitoramento e avaliação contínua dos resultados das metas e ações, prevendo revisões, se necessário. Também foram definidas estratégias e procedimentos para verificar se houve avanço na implantação do Plano e na resolução dos problemas habitacionais identificados.

E no item 3.7. Comentários e Recomendações foram traçados alguns pontos pertinentes e importantes para a concretização das metas e ações em um espaço no tempo, bem como alerta de que o município enfrentará um grande desafio com a aplicação do PLHIS e que para enfrentá-lo deverá oferecer condições apropriadas para administração desse conjunto de ações complexas. Portanto, foram abordadas providências como: instituição de Planejamento estratégico objetivando a participação e conhecimento mútuo da missão, visão e objetivos da administração pública para determinado período; planejamento tático e operacional habitacional, objetivando tomada de decisões táticas e operacionais setoriais;

instituição de manual de revisão do plano; criação de uma Equipe Técnica Multisetorial (ETM) para avaliação e monitoramento do Plano e Instituição do Manual do Grupo de Acompanhamento do PLHIS.

Sabemos que os itens tratados neste plano, não esgotam inteiramente os temas que poderiam ser abordados para solucionar integralmente as questões habitacionais municipais. Entretanto sugerimos que durante a implantação do PLHIS situações imprevisíveis possam ser revistas e analisadas oferecendo novas propostas a serem inseridas no manual do Grupo de Acompanhamento do PLHIS e tratados como lições aprendidas para futuros projetos.

3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

3.1. Princípios, Objetivos e Diretrizes do PLHIS de Goianésia

3.1.1. Princípios

Os princípios que fundamentam o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia, são:

1. **Direito universal à moradia digna**, enquanto direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira de 1988 e no Estatuto da Cidade. O direito à moradia deve ser destaque na elaboração dos planos, programas e ações colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações do município e; moradia digna deve ser entendida como direito e vetor de inclusão social, pois se espera garantir, ao morador, padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
2. **Função social da cidade e da propriedade** em conformidade com o art. 182 da Constituição Federal; o Estatuto da Cidade e a Lei Federal 11.124/2005 - SNHIS;
3. **Compatibilidade e integração das políticas habitacionais** federal, estadual e municipal, particularmente com as políticas de desenvolvimento urbano, ambientais, de mobilidade urbana e de inclusão social;
4. **Questão habitacional como uma política de Estado**, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de assentamentos precários;
5. **Gestão democrática da política habitacional** com a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, possibilitando controle social e transparência nas decisões;
6. **Articulação das ações de habitação à política urbana** considerado de modo integrado às demais políticas setoriais e ambientais.

3.1.2. Objetivos

3.1.2.1. Geral

1. Consolidar a Política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, através da implementação de seus objetivos;
2. Articular a Política Municipal de Habitação de Interesse Social ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

3.1.2.2. Específicos

Os objetivos específicos expressam os desafios que o plano se destina a cumprir, principalmente no que diz respeito ao acesso à habitação, à terra e a gestão da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, sendo estes:

1. Atender as necessidades habitacionais existentes no universo da população com a construção de novas Unidades Habitacionais priorizando as famílias cuja renda seja igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos e carentes de moradia, promovendo a democratização do acesso a terra urbanizada, à moradia digna e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando suas condições de habitabilidade;
2. Reverter o processo de segregação sócio-espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de HIS;
3. Buscar soluções junto ao cartório de Registro de Imóveis para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização;
4. Desenvolver ações visando à solução de pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários, relacionados à produção habitacional já realizada;
5. Realizar revisão orçamentária anual objetivando averiguar melhor apropriação das despesas nos respectivos programas e ações do PPA – Plano Plurianual viabilizando possibilidades de ampliação e/ou redistribuição de recursos próprios alocados para a área habitacional;
6. Ampliar a capacidade tributária do município tais como ISS, IPTU, ITR, entre outros;
7. Instituir uma cultura organizacional voltada para implantação de um processo contínuo de Planejamento estratégico e tático habitacional, incorporando de forma plena as demais áreas envolvidas nas diversas etapas de implementação de programas, projetos e ações, com revisões anuais, visando garantir a democratização do acesso a terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, de forma a ampliar a oferta de habitações e melhoria das condições de habitabilidade da população de HIS;
8. Registrar as atividades desenvolvidas em relatório circunstanciado a fim de prestar conta à Prefeitura e aos órgãos de Controle Interno e Externo quanto ao cumprimento das metas físicas previstas;
9. Instituir e utilizar metodologias participativas para realização de diagnósticos seja Projetos habitacionais, ambientais, sociais, ecológicos com a finalidade de incorporar

e garantir a participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento dos mesmos;

10. Instituir planilhas de controle das informações habitacionais levantadas pelo município a fim de manter informações atualizadas sobre a situação habitacional (déficit quantitativo e qualitativo, adensamento excessivo, nº. de domicílios precários, loteamentos irregulares, assentamentos precários, entre outros);
11. Instituir metodologias de acompanhamento das ações habitacionais alcançadas objetivando avaliar, monitorar e acompanhar a gestão habitacional e a implementação do PLHIS;
12. Instituir instrumentos de avaliação de desempenho e indicadores de resultados (quantitativos e qualitativos) dos projetos voltados para o atendimento das necessidades habitacionais da população de menor renda possibilitando, de forma transparente, o acompanhamento e o controle social;
13. Capacitar servidores do corpo técnico e administrativo das Secretarias envolvidas com a questão habitacional, desenvolvimento urbano e meio ambiente para realização de diagnósticos das necessidades do conjunto da população, estendidas a participação de membros das associações de moradores, ou por moradias, cooperativas habitacionais populares, representantes do legislativo municipal, entre outros objetivando gerar multiplicadores da nova cultura organizacional voltada para o atendimento das necessidades da população;
14. Investir na qualificação técnica do trabalho de elaboração de projetos, de acompanhamento e assessoria técnica, e de fiscalização da qualidade das obras e serviços contratados por meio de construção, alimentação, monitoramento e revisão de indicadores de desempenho;
15. Realizar pesquisas de avaliação popular contínuas objetivando *feedback* da população;
16. Articulação intermunicipal visando o tratamento integrado da questão habitacional, colocando em pauta o debate sobre habitação, cidade e região através de fóruns regionais.

3.1.3. Diretrizes

As diretrizes norteadoras deste PLHIS, consoante os princípios e objetivos acima apresentados são:

1. Priorizar planos, programas e projetos habitacionais municipais para a população de menor renda, articulados com a esfera Federal e Estadual;

2. Promover e estimular a participação comunitária na elaboração das decisões que orientem o desenvolvimento populacional visando melhoria do nível de sua renda econômica;
3. Criar programas e incentivos destinados a fortalecer a base econômica do município e melhorar os padrões de qualidade de vida da população oferecendo oportunidades para a geração de emprego e renda;
4. Utilizar prioritariamente terrenos de propriedade do Poder Público para implantação de projetos habitacionais de interesse social;
5. Integrar as ações habitacionais com as demais políticas urbanas, de forma a garantir habitabilidade, ou seja, acesso a equipamentos sociais, infraestrutura urbana e condições adequadas de mobilidade;
6. Incentivar à implementação de diversos institutos jurídicos de apoio à sociedade civil que regulamentem o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade e outros;
7. Estimular a participação de associações e cooperativas populares adotando critérios de acessibilidade universal para alcance de projetos de provisão de novas oportunidades habitacionais;
8. Adquirir ou disponibilizar terras e imóveis para habitação de interesse social, utilizando os variados mecanismos existentes;
9. Adotar critérios de acessibilidade universal na elaboração de projetos habitacionais;
10. Reservar e adequar parcela das unidades habitacionais produzidas para atender pessoas portadoras de necessidades especiais e as necessidades específicas da população feminina e infantil;
11. Constituir Sistema de Informações Habitacionais integrado a outros sistemas de informação e dados municipais, com as informações sobre a situação habitacional do município, o estoque de terras públicas disponíveis e aptas para habitação de interesse social constantemente, atualizadas;
12. Buscar soluções para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis;
13. Captar recursos junto a outras esferas de governo, bem como em outros agentes financeiros tais como CEF, BNDES para projetos habitacionais;
14. Incentivar à pesquisa e incorporar desenvolvimento tecnológico e formas alternativas de produção habitacional, visando à melhoria da qualidade de habitação, assim como o custo acessível à população de menor renda;

15. Adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
16. Desenvolver tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para o princípio da preservação e valorização do meio ambiente criando mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da consciência ecológica da população;
17. Consolidar o Conselho Municipal de Habitação e fortalecer o Fundo Municipal de Habitação e demais instâncias de participação popular no setor, tais como as Conferências Municipais de Habitação e as Conferências da Cidade;
18. Articular juntamente com os demais municípios da região, a elaboração conjunta dos Planos Habitacionais promovendo sua integração regional com criação de políticas únicas de resolução da questão habitacional regional e articulação de ações integradas para o mesmo fim.

3.2. Linhas Programáticas, Programas e Ações

De acordo com o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), as linhas programáticas se dividem em Linhas Programáticas e de Atendimento (LPA), Programas (P) e Subprogramas (SP).

As Linhas Programáticas e de Atendimento são aquelas que “definem estratégias para enfrentar os principais problemas habitacionais do país e visam atender às diferentes necessidades de produção, adequação de moradias e regularização de territórios urbanos e rurais”.¹¹

Cada Linha Programática e de Atendimento baseia-se em grandes eixos de ação que correspondem às necessidades habitacionais e “possui objetivos específicos que norteiam a utilização de fontes distintas de recursos destinados à promoção, adequação e aquisição habitacional por parte dos grupos de atendimento, com distintas capacidades financeiras.”¹²

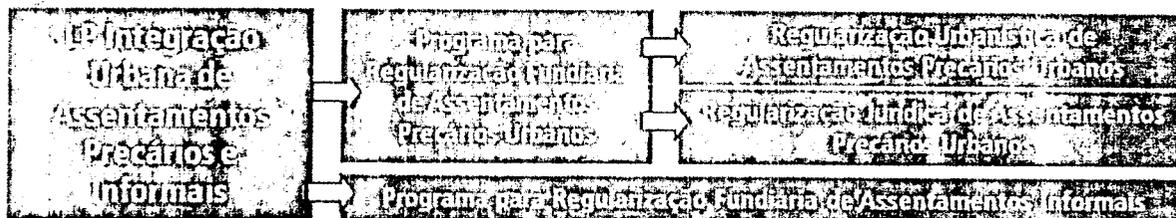
As Linhas Programáticas e de Atendimento se dividem em Programas. Os Programas têm como finalidade estruturar as ações públicas e privadas, bem como o atendimento de demandas mais específicas. Os Programas se subdividem em Subprogramas os quais estão focados nas especificidades das demandas de atendimento.

O PlanHab, diante do quadro de Programas atualmente existentes, enfatiza a “necessidade de se estabelecer padrões de operacionalização e sistemáticas comuns aos vários Programas que cumprem as mesmas finalidades ou os mesmos objetivos de atendimento, objetivando-se simplificar e agilizar os procedimentos de análise e aprovação.”¹³

As Linhas Programáticas e de Atendimento, seus Programas e Subprogramas propostos pelo PlanHab são:

3.2.1. LPA 1 - Linha Programática e de Atendimento Para Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais

Quadro 01 – Programas e Subprogramas da Linha Programática e de Atendimento Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais



Fonte: PlanHab

¹¹ Plano Nacional de Habitação – Dezembro, 2009

¹² Idem

¹³ Ibidem

Essa Linha Programática se divide em dois Programas: P1A1 e P1A2. O P1A1 se subdivide em dois Subprogramas, quais sejam:

2.2.1.1. P1A – Programa Para Regularização Fundiária de Assentamentos Precários Urbanos

De acordo com o PlanHab, os objetivos desta ação *“consistem em garantir a inclusão territorial, condições de habitabilidade e a segurança da posse aos moradores de assentamentos precários, localizados em terras públicas ou privadas, assim como ampliar a disponibilidade de glebas e terrenos desocupados para a produção habitacional através da regularização fundiária e urbanística”*.

As intervenções de urbanização de assentamentos precários, as quais deverão ser integradas com o trabalho social e com a efetivação da regularização fundiária, buscam estabelecer padrões mínimos de habitabilidade e de integração à cidade; adaptação da configuração existente, bem como provisão de infraestrutura urbana e habitacional, regularização fundiária adequada, regulação e gestão ambiental e participação e trabalho social.

Essas intervenções abrangem integração de ações de habitação, saneamento ambiental, inclusão social, jurídicas e registros imobiliários e as intervenções objetivam a conservação ambiental, das infraestruturas e equipamentos implantados, a permanência das famílias nas áreas beneficiadas e a inclusão de tais áreas nas rotinas de manutenção da cidade e de provisão dos serviços públicos, efetivando a inclusão territorial e assegurando condições de vida dos seus moradores.

2.2.1.2. P2A – Programa para Regularização Fundiária de Assentamentos Informais

Essa Linha Programática objetiva *“assegurar a posse e a propriedade definitiva das moradias por parte dos seus ocupantes, de modo a evitar remoções arbitrárias e despejos forçados. Uma de suas prioridades é constituída pelos assentamentos com irregularidades fundiárias ocupados pela população de HIS, mas que não exigem intervenções integradas de urbanização”*.

Para a regularização fundiária, poderão ser utilizados todos os instrumentos existentes no ordenamento jurídico nacional, dependendo do domínio e regime de propriedade das áreas onde estão localizados os assentamentos precários de forma a alcançar a segurança da posse ou da propriedade definitiva da moradia.

Essa posse deverá ser alcançada com ações combinadas entre instrumentos de política urbana e titulação das terras em nome dos moradores, observados os requisitos legais e o que segue:

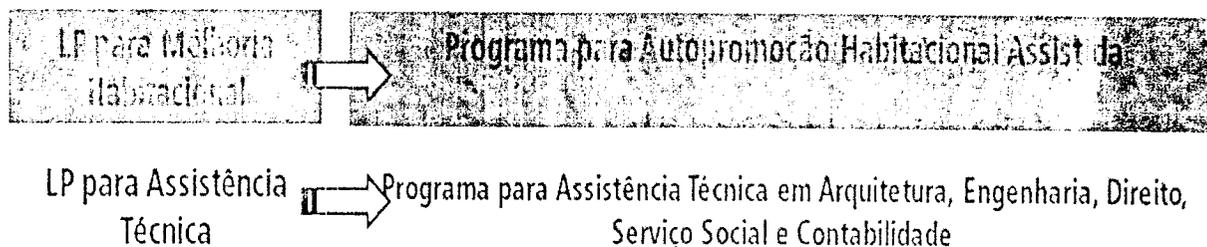
- a. Os documentos deverão ser devidamente registrados no cartório de registro de imóveis, obedecidas às determinações da Lei Federal 10.931/2004 em relação à isenção de custas e emolumentos no registro na regularização fundiária de interesse social promovida pela administração pública;

b. Os imóveis regularizados deverão ser inseridos nos cadastros técnicos de imóveis utilizados na administração pública utilizando os expedientes necessários quando os assentamentos estiverem em terras da União;

c. Centrar na regularização fundiária de áreas vazias ou subutilizadas, delimitadas como Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social, com o objetivo de ampliar e baratear a oferta de terra urbanizada para a promoção de empreendimentos habitacionais.

3.2.2. LPA2 - Linha Programática e de Atendimento Apoio e Melhoria da Unidade Habitacional

Quadro 02 – Programas da Linha Programática e de Atendimento Apoio e Melhoria da Unidade Habitacional



Fonte: PlanHab



Fig. 08: HIS no Setor D. Fiica II

Fonte: ABEC, 2011.

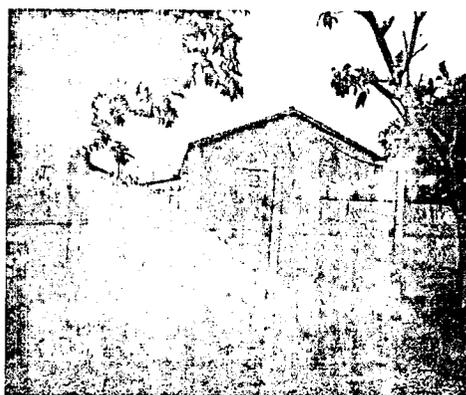


Fig. 09: HIS no Setor Primavera

Esta Linha Programática refere-se a ações combinadas ou não, de concessão de crédito para construção, reforma ou ampliação da moradia, assessoria técnica à autoconstrução e educação ambiental. De acordo com o PlanHab, Seu objetivo é *“viabilizar o acesso à aquisição de materiais de construção associados a serviços de assistência técnica para a execução, conclusão, reforma e ampliação de unidades habitacionais por autopromoção, de modo a garantir boas condições de habitabilidade e salubridade, uso adequado dos materiais e técnicas construtivas, valorização arquitetônica e inserção urbana adequada. Essa ação inclui, principalmente, os Grupos de Atendimento 1 e 2, que vivem em moradias construídas informalmente”*.

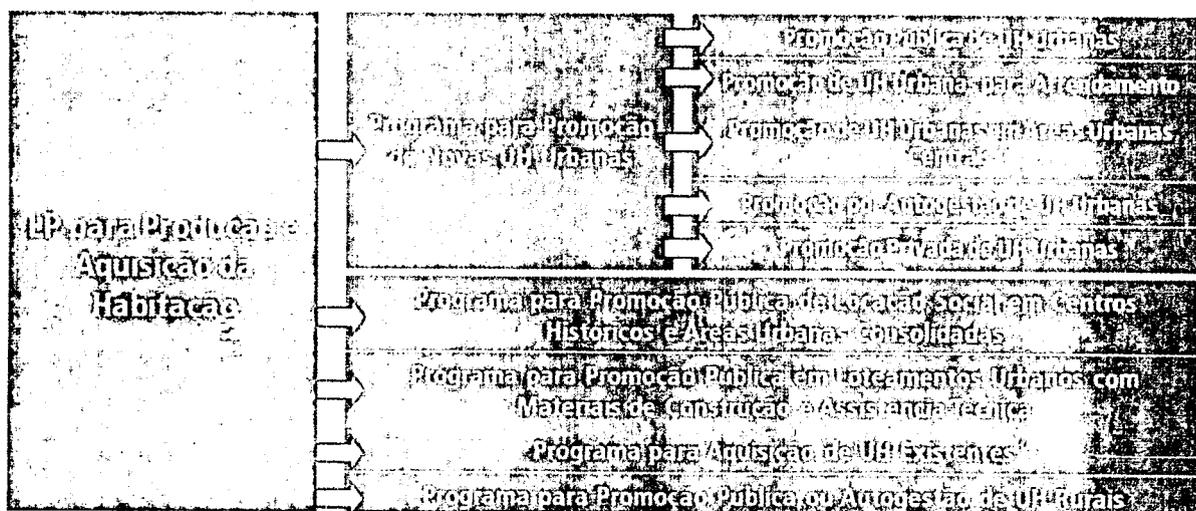
A demanda prioritária dessa linha são os moradores de assentamentos precários, urbanizados ou em processo de urbanização e as famílias com renda familiar até cinco salários mínimos, ou seja, destina basicamente ao Apoio e melhoria da Unidade Habitacional. Essa linha se desdobra em dois Programas:

- 1) P3A – Autopromoção Habitacional Assistida
- 2) P3B – Oferta de Serviços de Assistência Técnica

Conforme o PlanHab, essa Linha Programática de Apoio e Melhoria da Unidade Habitacional “abrange as ações, programas e subprogramas destinados às melhorias e apoio técnico à autopromoção habitacional atendendo a demandas do déficit habitacional em suas abrangências quantitativas e qualitativas”.

3.2.3. LPA 3 - Linha Programática e de Atendimento Produção e Aquisição da Habitação

Quadro 03 – Programas e Subprogramas da Linha Programática e de Atendimento Produção da Habitação



Fonte: PlanHab

Segundo o PlanHab, a Linha Programática Produção da Habitação abrange as Ações, Programas e Subprogramas voltados para provisão habitacional, objetivando o enfrentamento do déficit habitacional acumulado e a demanda futura de novas unidades habitacionais baseada no horizonte temporal do PlanHab ou seja, um planejamento com previsão para atender até 2028.

Esta linha refere-se à promoção de novas unidades habitacionais urbanas pelos setores público e privado, visando atender a população com renda familiar com até cinco salários mínimos, constituindo assim sua demanda prioritária a qual se organiza em dois grupos: Grupo B, formado por população com renda de até três salários mínimos e o Grupo C, formado por população com renda familiar de três a cinco salários mínimos. Neste projeto será priorizada a população pertencente ao Grupo B.

Esta linha programática destina a Produção da Habitação e se desdobra em quatro Programas:

- 1) P2A - Promoção de novas unidades habitacionais urbanas;
- 2) P2B - Programa para Promoção Pública de Locação Social em Centros Históricos e Áreas Urbanas Consolidadas;
- 3) P2C - Programa para Promoção Pública em Loteamentos Urbanos com Materiais de Construção e Assistência Técnica;
- 4) P2D - Promoção Pública ou por Autogestão de Unidades Habitacionais Rurais.

3.2.3.1. Programa P3A – Autopromoção Habitacional Assistida

No que diz respeito ao Programa Autopromoção Habitacional Assistida, o PlanHab relata que *“a maior parte da população brasileira constrói moradias por conta própria, seja para fins de residência, seja para aluguel. A população de HIS constrói suas próprias moradias ao longo de vários anos, com poucos recursos economizados de modo intermitente, em lotes urbanos adquiridos muitas vezes no mercado informal. Essas moradias recebem reformas e ampliações constantes realizadas com pouco ou nenhum acompanhamento técnico”*.

Sabe-se ainda que a maior parte dessas unidades encontra-se nos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos localizados, predominantemente, nas periferias urbanas das médias e grandes cidades. Essas moradias, em geral, não têm condições adequadas de iluminação e ventilação, apesar de serem construídas com materiais duráveis. Essas inadequações, somadas à falta de serviços e infra-estrutura de saneamento básico, agravam a insalubridade e prejudicam a saúde coletiva.

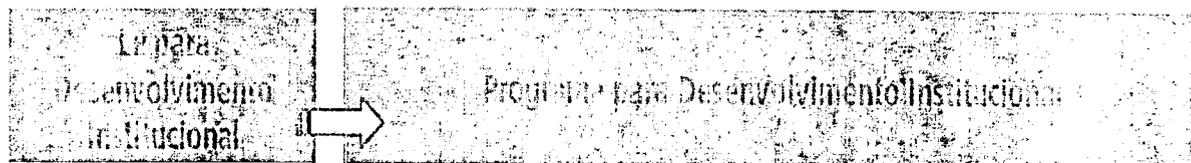
A demanda prioritária desse programa constitui-se por famílias de HIS que, de um modo geral, vivem em moradias construídas informalmente em locais precários do ponto de vista urbanístico. Tais construções ocorrem com pouco ou nenhum acompanhamento técnico e, apesar dos esforços e investimentos realizados pelos próprios moradores, resultam em unidades habitacionais com baixa qualidade técnica e arquitetônica. O período de construção é determinado pela disponibilidade dos recursos familiares e pelos ciclos de vida dos moradores. Esses períodos basicamente longos fazem com que as construções apresentem-se constantemente inacabadas.

3.2.3.2. Programa P3B - Oferta de Serviços de Assistência Técnica

De acordo com o PlanHab, o objetivo principal desse programa é *“garantir, na execução, reforma e ampliação dessas moradias por autopromoção, meios que propiciem boas condições de habitabilidade e salubridade, uso adequado dos materiais e técnicas construtivas, valorização arquitetônica e inserção urbana adequada, entre outros fatores necessários à melhoria do parque habitacional edificado”*. Nesse sentido, propõe-se *“articular os acessos aos materiais de construção e aos serviços de assistência técnica em arquitetura e engenharia numa estratégia única de financiamento voltada para as pessoas que contam com recursos para a execução, reformas ou ampliações de moradias realizadas por conta própria”*.

3.2.4. LPA 4 - Linha Programática e de Atendimento Para o Desenvolvimento Institucional

Quadro 04 – Programa da Linha Programática e de Atendimento Para o Desenvolvimento Institucional



Fonte: PlanHab

A quarta e última Linha Programática “destina-se ao desenvolvimento de ações estratégicas que possibilitarão o bom andamento dos demais programas e ações incluídos no PlanHab. Seu foco de atuação é o desenvolvimento do Sistema Nacional de Habitação em todos seus componentes. Apesar desta linha programática ser a única que não tem como demanda a provisão habitacional, será através da implementação de suas ações que o Sistema Nacional de Habitação poderá enfrentar satisfatoriamente as metas definidas pelo Plano Nacional de Habitação”.

A seguir propõe-se a tabela de Necessidades Habitacionais, baseada na tabela apresentada no Diagnóstico Habitacional de Goianésia (Produto II, 2011, p.140), que nos fornece dados base para a elaboração das tabelas seguintes.

Para podermos utilizá-la melhor, propomos delimitar o cálculo da demanda futura, já que o PLHIS trabalha com um horizonte de 15 anos é necessário sabermos a demanda futura em habitação, qualificá-la e quantificá-la direcionada ao déficit da população de baixa renda. Segue estudo do Diagnóstico:

1. Projeção Populacional 2010 Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%) 1,68 a.a
Pop (2010): 56.839 hab.

Pop (2009): 56.839
+955 pessoas a.a ou 237 famílias a.a.

A projeção proposta pelo Diagnóstico, agora será mais delimitada, já que a população da demanda futura foi estipulada sobre a população total. Nesta oportunidade, a projeção será dada somente para a população com faixa de renda de até R\$1.600,00. Isto porque o Diagnóstico já havia colocado a grande demanda:

“No ano 2000, conforme levantamento censitário realizado pelo IBGE foram encontrados 13.693 domicílios em Goianésia, sendo 12.484 na zona urbana e 1.209 na zona rural. Constata-se que o maior número de domicílios está na faixa de renda de até 1 salário mínimo. Se juntarmos as faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, nesta análise, concluímos que o maior número de pessoas residentes em Goianésia são desta faixa salarial (70%), características de HIS – habitação de interesse social.”

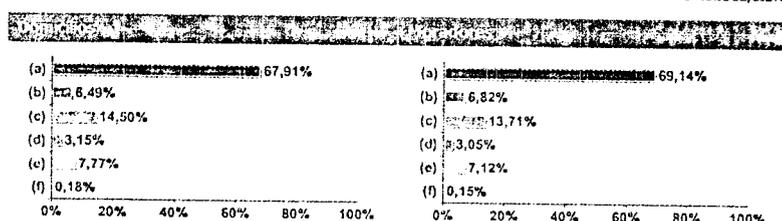
E ainda,

Quadro 18: Infraestrutura: domicílios particulares permanentes e moradores de Goianésia/GO (2000)

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	13.693	43.621
Próprio	10.187	36.933
Próprio já quitado (a) [a]	9.299	33.615
Próprio em aquisição (b) [b]	888	3.318
Alugado (c) [c]	1.986	6.664
Cedido	1.496	4.949
Cedido por empregador (d) [d]	432	1.485
Cedido de outra forma (e) [e]	1.064	3.464
Outra forma (f) [f]	24	75

↳ Legenda Gráfico

Fonte: IBGE/SIDRA



Fonte: CNM – Confederação Nacional dos Municípios (2000).

“Analisando o levantamento censitário do IBGE 2000, em relação aos domicílios, a participação da faixa de renda de até 3 salários mínimos é elevada (70%), ao cruzar com a forma de habitar (11,10% cedidos e outros) - observa-se que é a parcela da população que interessa ao PLHIS, ou seja, **5.000 domicílios e moradores** (36%) necessitam de um olhar mais atento das políticas públicas de habitação.” (Diagnóstico, 2011, p. 52).

Para o PLHIS 70% da população é caracterizada por famílias pobres (Produto II, 2011, p.66). Na projeção de taxa de crescimento, temos:

Pop (2009): 56.839 X 1,68% a.a.
+955 pessoas a.a ou 237 famílias a.a.

70% da população total (2010) = 39.787 pessoas
+668 pessoas a.a. ou 167 famílias X 15 anos = 2.505 famílias

Com estes dados, pode-se comprovar que há necessidade de se projetar moradias além do estoque habitacional, pois as taxas em Goianésia demonstram crescimento de uma forma geral na população, retratando também a necessidade da população carente.

Lembrando que estas taxas mudam de acordo com as oportunidades de trabalho, entre outros, é necessário estar sempre atualizando o PLHIS para atender com qualidade a demanda habitacional.

A seguir a tabela de Necessidades Habitacionais apresentada no Diagnóstico Habitacional de Goianésia (Produto II, 2011, p. 140) reorganizada, que nos fornece dados base para a elaboração das tabelas seguintes.

Quadro 05- Matriz das Necessidades Habitacionais

PROGRAMAS		Número de domicílios	Estimativa de Custo Total (R\$)
Dentro dos parcelamentos	Urbanização Simples*	1.992 ¹⁴	11.553.500,00
	Reposição**	22 ¹⁵	776.600,00
	Regularização Fundiária Urbana	16.073 ¹⁶	9.643.800,00
	Regularização Fundiária Rural	298 ¹⁷	178.800,00
	Melhoria habitacional***	90 ¹⁸	1.377.000,00
	Subtotal 1	18.475	23.529.800,00
Inadequação	Carência de infra	14.315 ¹⁹	15.746.500,00
	Sem Unidade Sanitária	615 ²⁰	676.500,00
	Subtotal 2	14.930	16.423.000,00
Incremento	Produção de novas moradias prioritárias	3.111 ²¹	109.818.300,00
	Subtotal 3	3.111	109.818.300,00
	Subtotal de prioridade curta e média	36.516	133.348.100,00
	Demanda Populacional: Projeção 2024	2.505	88.426.500,00
	Subtotal de prioridade longa	2.505	88.426.500,00
Estimativa Total (Déficit+Demanda Futura)		39.021	238.197.600,00

Fonte: Produto II, Diagnóstico Municipal (2011, p. 140)

UH: UNIDADE HABITACIONAL/ RF: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/ REF: REFORMA/ INFRA: INFRAESTRUTURA

¹⁴ Somatória das famílias do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, especificamente: Araguaia I (285UH), Araguaia II (144UH), Covoá I (252UH), Covoá II (271UH), Amigo (475UH), Muniz Falcão (556UH) e Laranjeiras (09);

¹⁵ Total de domicílios em ruínas e em demolição do Cadastro Imobiliário Municipal;

¹⁶ Domicílios do Cadastro Municipal dos seguintes loteamentos urbanos: Res. Flamboyant, Res. Morada Nova, St. Oeste, Pq. das Palmeiras, Colina Park, D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, Pq. Araguaia II, Aldeia do Morro, Pq. Araguaia, São Cristóvão, Carrilho, Res. Mariana Park, Jd. Primavera, Nova Aurora I, Nova Aurora III, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, Jd Por do Sol, Boa Vista, Covoá I, Covoá II, Sta. Cecília, St. Universitário, St. Amigo, St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, Vi. São Caetano, Pq. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, Vi. Vera Cruz, Itapuã, Res. Bougainville;

¹⁷ Domicílios do Cadastro Municipal dos seguintes loteamentos rurais: Natinópolis, Juscelândia, Cafelândia, Morro Branco;

¹⁸ Dado referente à reunião no PA rural: 30% dos domicílios não são regularizados;

¹⁹ Somatória de infraestrutura: abastecimento de água - 4.435 domicílios com água de poço e 82 com outras formas (4.517), tratamento e coleta de esgoto: 8.043 domicílios com fossa, 205 domicílios com valas, 12 domicílios jogam esgoto no rio e (8.489) e sem coleta de lixo: 1.309 domicílios (FJP, 2000);

²⁰ (FJP, 2000);

²¹ Somatória de 847 domicílios que pagam aluguel, 843 domicílios que coabitam e 1.421 domicílios cedidos, do Cadastro Municipal Habitacional (2011).

Para a composição dos valores acima utilizamos custos médios por família, por tipos de intervenção (HBB, 2008):

- Urbanização simples R\$5.500,00
- Regularização fundiária R\$300,00
- Trabalho social R\$300,00

E para construção de novas unidades R\$36.000,00 – (MCMV/FDS) e reforma R\$15.000,00 (PNHR), somados mais R\$300,00 de Trabalho Social.

Definindo melhor os déficits para estabelecermos suas Diretrizes, temos para Goianésia os seguintes perfis:

- **Déficit Qualitativo** (Urbanização Simples, Infraestrutura, Regularização Fundiária e Melhoria);
- **Déficit Quantitativo** (Reposição, Produção de novas UH Prioritárias e Projeção 2028).

3.3. Linhas Programáticas a ser implementadas pelo Município

Para podermos conduzir as diretrizes e estratégias necessárias às necessidades habitacionais levantadas pelo Diagnóstico Habitacional realizado no Produto II, vamos retomar os dados aferidos anteriormente conforme segue quadro síntese das necessidades habitacionais:

Quadro 06 – Síntese do Diagnóstico Habitacional do Município

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL				
NECESSIDADES HABITACIONAIS			00 UH ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2.505 UH DEMANDA FUTURA (2028)
DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO 5.638 UH (Reposição, Produção de novas UH Prioritárias e Projeção 2028)	DÉFICIT HABITACIONAL QUALITATIVO			
	33.383 UH (Urbanização Simples, Infraestrutura, Regularização Fundiária e Melhoria)			
(Nº DE DOMICÍLIOS IBGE 2010) 20.420UH			CONSOLIDADO	
			CONSOLIDÁVEL	
TOTAL DO DÉFICIT QUALITATIVO		33.383 UH	NÃO CONSOLIDÁVEL	
TOTAL GERAL DO DÉFICIT QUANTITATIVO + DEMANDA FUTURA		5.638 UH		

Fonte: Produto 2 – Diagnóstico Habitacional

Conforme itens da tabela sobre os apontamentos do Diagnóstico Habitacional, analisamos a seguir as propostas para os objetivos e as Diretrizes para o andamento do PLHIS:

Quadro 07 – Objetivos e Diretrizes do PLHIS

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	DIRETRIZES	OBJETIVOS
Urbanização Simples para 1.992 domicílios	Proporcionar projetos de intervenção urbanística, como calçadas, redes de drenagem, novos marcos urbanos, revitalização de áreas públicas oferecendo alternativas de lazer, reordenando o espaço urbano realizando projetos com a participação da comunidade local.	Promover a intervenção urbana nos bairros pré-selecionados, mantendo suas características específicas, dando ênfase para obras em ruas e calçadas, comunicação visual, acessibilidade, paisagismo, iluminação e mobiliário urbano de cada bairro.
22 famílias que necessitam de novas unidades habitacionais urbanas em terrenos próprios	Construção de Unidades Habitacionais e demolição total das unidades existentes (ruínas ou em estado de demolição)	Promover novas unidades habitacionais assistidas para 22 famílias.
Regularização Fundiária 16.073 domicílios urbanos	Produzir a documentação necessária para a regularização fundiária urbana.	Promover a cidadania e documentar o imóvel urbano.
Regularização Fundiária 298 domicílios rurais	Produzir a documentação necessária para a regularização fundiária rural.	Promover a cidadania e documentar o imóvel rural.
Melhoria de 90 domicílios rurais	Reformar, ampliar, dar acabamento ou melhorar HIS rural	Ampliar o grau de qualidade habitacional através de melhorias para 90 famílias rurais
Carência de Infraestrutura Urbana Para 14.315 Domicílios (Saneamento Ambiental)	Expandir os serviços de saneamento básico existente (água, esgoto e lixo).	Ampliar o acesso à água tratada, coleta e tratamento de lixo e coleta e tratamento de esgoto.
Melhoria de 615 domicílios	Construção de Unidades Sanitárias.	Ampliar o grau de qualidade habitacional

		através de melhorias sanitárias para 615 famílias
Incremento de 3.111 UH	Otimizar e ampliar a produção de moradias com prioridade para 3.111 famílias	Oferecer moradia a todas as 3.111 famílias
Projeção da demanda futura 2.505 domicílios	Preparar o estoque de produção de moradias futuras	Atender as 2.505 famílias futuras
Capacitação Institucional	Preparar o corpo técnico municipal para o atendimento adequado	Assistência técnica municipal

Fonte: Produto 2 – Diagnóstico Municipal.

Dando sequencia, seguem as propostas para organizar a atuação do município no campo da política habitacional, expressas por meio de programas (e ações) a serem estruturados para atenderem às necessidades habitacionais mapeadas no diagnóstico e alcançar os objetivos traçados para o Plano.

Quadro 08 – Objetivos das Ações a serem Desenvolvidas no PLHIS em Relação ao Diagnóstico Habitacional

DIAGNÓSTICO HABITACIONAL		
OBJETIVOS DO PLHIS		
IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	Urbanização Simples para 1.992 domicílios	Promover a intervenção urbana nos bairros pré-selecionados, mantendo suas características específicas, dando ênfase para obras em ruas e calçadas, parada de ônibus, comunicação visual, acessibilidade, paisagismo, iluminação e mobiliário urbano de cada bairro.
PRODUÇÃO DE UNIDADES DE MORADIA	22 famílias que necessitam de novas unidades habitacionais urbanas em terrenos próprios	Promover novas unidades habitacionais assistidas.
REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA FUNDIÁRIA	Regularização Fundiária 16.073 domicílios urbanos	Promover a cidadania e documentar o imóvel urbano.
REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA FUNDIÁRIA	Regularização Fundiária 298 domicílios rurais	Promover a cidadania e documentar o imóvel rural.
MELHORIAS HABITACIONAIS	Melhoria de 90 domicílios rurais	Ampliar o grau de qualidade habitacional através de melhorias famílias rurais.
IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	Carência de Infraestrutura Urbana Para 14.315 Domicílios (Saneamento Ambiental)	Ampliar o acesso à água tratada, coleta e tratamento de lixo e coleta e tratamento de esgoto.
MELHORIAS HABITACIONAIS	Melhoria de 615 domicílios	Ampliar o grau de qualidade habitacional através de melhorias sanitárias.
PRODUÇÃO DE UNIDADES DE MORADIA	Incremento de 3.111 UH	Oferecer moradia prioritárias.
PRODUÇÃO DE UNIDADES DE MORADIA	Projeção da demanda futura 2.505 domicílios	Atender as demandas futuras.
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	Capacitação para os funcionários da gerência habitacional transferidos para a Secretaria de Habitação	Assistência técnica

Fonte: Produto 2 – Diagnóstico e Cartilha PAMCid.

Assim foi possível identificar quais as linhas programáticas, programas e ações que o Município de Goianésia deverá implementar a fim de solucionar as dificuldades habitacionais detectadas e atender a população voltada a HIS.

Quadro 13 – Programas e Ações – Detalhamentos

	Objetivos	Ações Previstas	Fonte de Financiamento	Órgão responsável	Órgão parceiro
Pró-Municípios	Urbanização Simples para 1.992 domicílios	Segue anexo Cartilha	Orçamento Geral da União (OGU)	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Pró-Moradia	22 famílias que necessitam de novas unidades habitacionais urbanas em terrenos próprios	Segue anexo Cartilha	FGTS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
MCMV Entidades		Segue anexo Cartilha	OGU/FDS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social		Segue anexo Cartilha	FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Produção Social da Moradia		Segue anexo Cartilha	FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Pró-Municípios		Segue anexo Cartilha	OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Moradia Digna		Segue anexo Cartilha		AGEHAB	Contrapartida dos beneficiários
TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR		Segue anexo Cartilha	OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Programa Papel Passado		Regularização Fundiária 16.073 domicílios urbanos	Segue anexo	OGU	Ministério das Cidades
Casa Legal				AGEHAB	Prefeitura Municipal ou beneficiário
Prefeitura Municipal	Regularização Fundiária 298 domicílios rurais	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal
MCMV PNHR	Melhoria de 90 domicílios rurais	Segue anexo	OGU/FDS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Moradia Digna				AGEHAB	Contrapartida dos beneficiários ou Prefeitura Municipal
Pró-Municípios	Carência de Infraestrutura Urbana Para 14.315 Domicílios (Saneamento Ambiental)	Segue anexo	OGU	Ministério das Cidades	Prefeitura Municipal

MCMV	Melhoria de 615 domicílios	Segue anexo	OGU/FDS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Moradia Digna				AGEHAB	Contrapartida dos beneficiários ou Prefeitura Municipal
Pró-Moradia	Incremento de 3.111 UH	Segue anexo Cartilha	FGTS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
MCMV Entidades		Segue anexo Cartilha	OGU/FDS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social		Segue anexo Cartilha	FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Produção Social da Moradia		Segue anexo Cartilha	FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Pró-Municípios		Segue anexo Cartilha	OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Moradia Digna		Segue anexo Cartilha		AGEHAB	Contrapartida dos beneficiários
TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR		Segue anexo Cartilha	OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Pró-Moradia		Projeção da demanda futura 2.505 domicílios	Segue anexo Cartilha	FGTS	Ministério das Cidades
MCMV Entidades	Segue anexo Cartilha		OGU/FDS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	Segue anexo Cartilha		FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Apoio à Produção Social da Moradia	Segue anexo Cartilha		FNHIS	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Pró-Municípios	Segue anexo Cartilha		OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
Moradia Digna	Segue anexo Cartilha			AGEHAB	Contrapartida dos beneficiários
TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR	Segue anexo Cartilha		OGU	Ministério das Cidades	PREFEITURA MUNICIPAL
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS CIDADES	Capacitação para os funcionários da Gerência Habitacional transferidos para a Secretaria de Habitação		Ação 8.872	OGU	Ministério das Cidades

Fonte: Produto 2 – Diagnóstico e Cartilha PAMCid.

3.3.1. Critérios Utilizados Para Priorização do Atendimento Por Linha Programática

Os critérios utilizados para priorização do atendimento foram escolhidos com a finalidade de solucionar problemas detectados no Diagnóstico Habitacional. Propõe uma seqüência de ações e políticas públicas voltadas para minimizar o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do município. São eles:

Quadro 10 – Programas e Ações – Prioridade de Atendimento

Programa	Prioridade de Atendimento	Áreas Prioritárias para Receber Investimentos
Programas Urbanos	1º Regularização Fundiária Urbana	1º Domicílios do Cadastro Municipal dos seguintes loteamentos urbanos: Res. Flamboyant, Res. Morada Nova, St. Oeste, Pq. das Palmeiras, Colina Park, D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão, Carrilho, Res. Mariana Park, Jd. Primavera, Nova Aurora I, Nova Aurora III, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, Jd Por do Sol, Boa Vista, Covoal, Covoal II, Sta. Cecília, St. Universitário, St. Amigo, St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, VI. São Caetano, Pq. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, VI. Vera Cruz, Itapuã, Res. Bougainville.
Melhoria Habitacional	1º Moradias sem unidades sanitárias e Moradias rurais que necessitam de reformas	FJP, 2000 Dado referente à reunião no PA rural: 30% dos domicílios.
	2º Ampliar o acesso aos serviços urbanos de saneamento	Somatória de infra estrutura: abastecimento de água 4.435 domicílios com água de poço e 82 com outras formas (4.517), tratamento e coleta de esgoto: 8.043 domicílios com fossa, 205 domicílios com valas, 12 domicílios jogam esgoto no rio e (8.489) e sem coleta de lixo: 1.309 domicílios.
	3º Intervenção Urbanística	Somatória das famílias do Programa Bolsa Família
Produção de Habitação	1º Reposição e Produção Habitacional Prioritária	1º Total de domicílios em ruínas e em demolição do Cadastro Imobiliário Municipal Somatória de 847 domicílios (pagam aluguel), 843 domicílios (coabitam) e 1.421 domicílios (cedidos), Cadastro Municipal Habitacional (2011): ocupar os vazios urbanos (6.198 lotes vagos).
	2º Projeção da demanda habitacional	Negociar com os donos de terras (a partir da Avenida Perimetral 2,5 km), das áreas aprovadas de expansão urbana.
Assistência Técnica e Desenvolvimento Institucional	Prefeitura Municipal	Capacitação da atual Gerência de Habitação

Fonte: Reuniões Públicas e Produto 2 - Diagnóstico

Fig. 49. Mapa das ações propostas

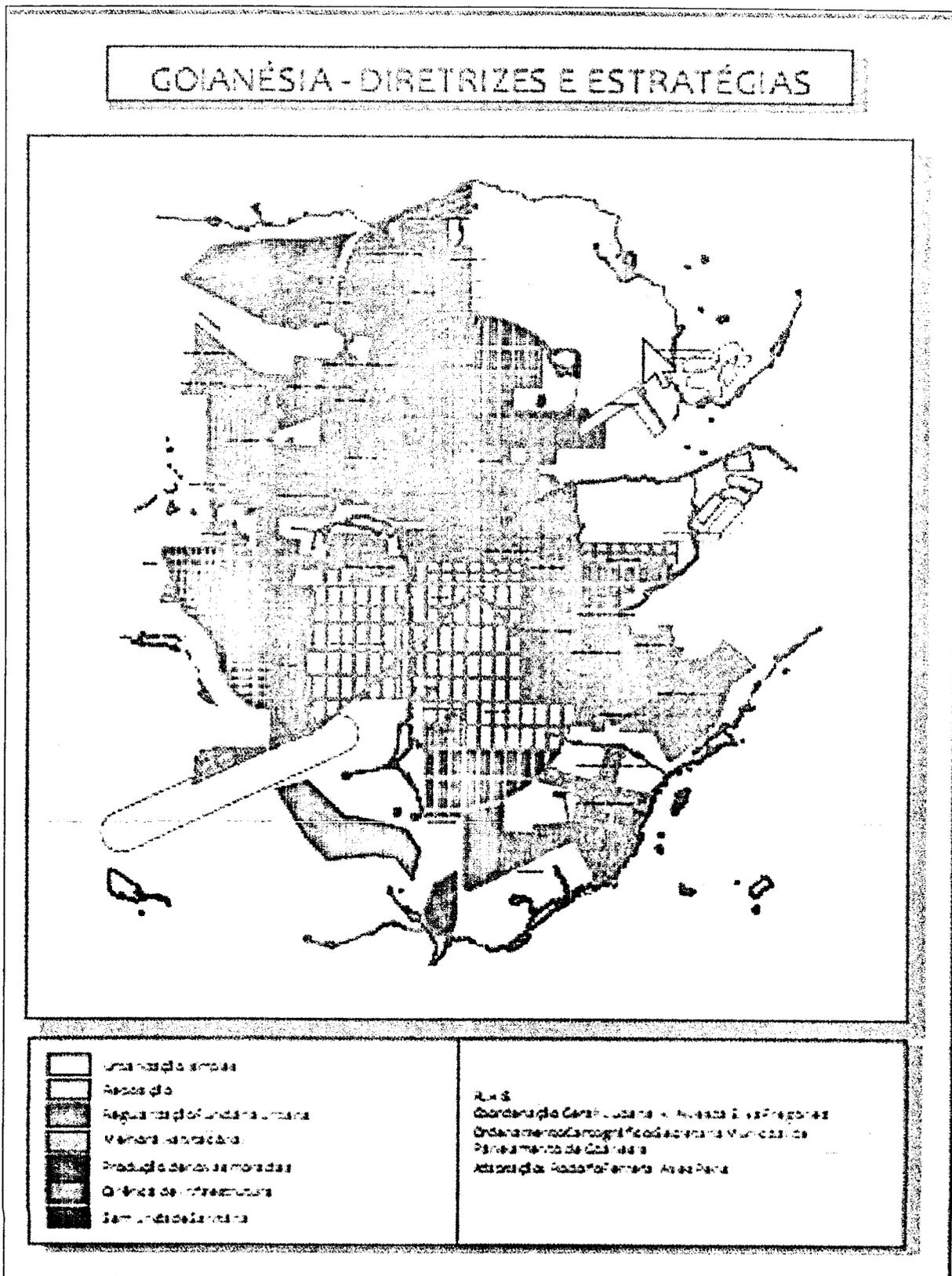
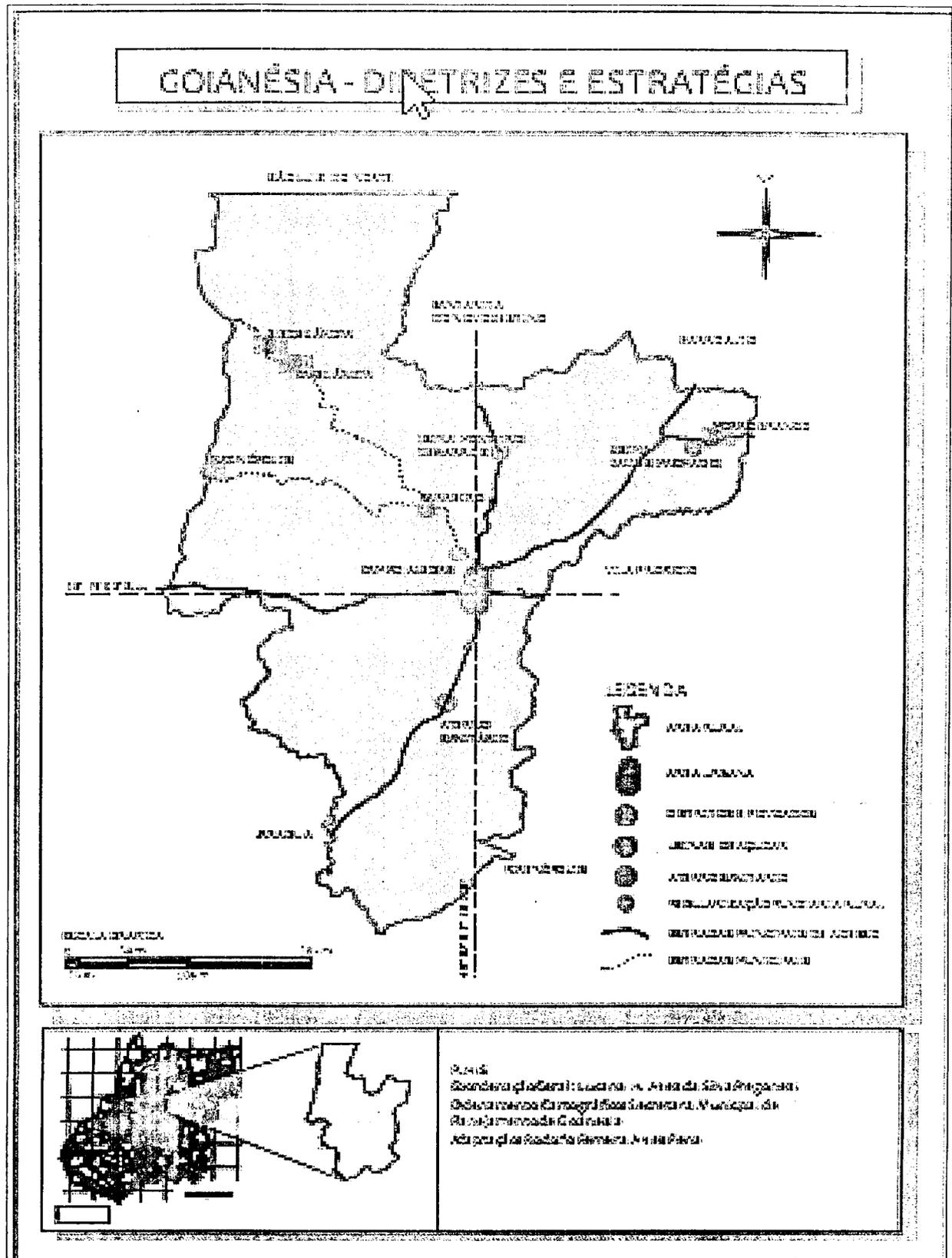


Fig. 50. Mapa das ações propostas



3.4. Metas Normativas, Institucionais e Físico Financeiras

3.4.1. Metas Normativas

Do ponto de vista normativo, o PLHIS terá como metas:

- A elaboração das legislações específicas ou de regulamentação dos instrumentos da política habitacional criados pelo Plano Diretor, em particular as relativas à regularização fundiária, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e aqueles capazes de gerar receitas para o Fundo de Habitação de Interesse Social;
- Definir as áreas de RFIS e de RFIE em mapa, pontuando com o Sistema de Georreferenciamento do Município, junto com o Conselho Municipal de Habitação, para definir e acompanhar de maneira mais efetiva o processo de regularização fundiária;

Quadro 30: Regularização fundiária segundo o Estatuto da Cidade e PDDG.

RFIS (Regularização Fundiária de Interesse Social)	RFIE (Regularização Fundiária de Interesse Específico)	
PDDG- ZEIS A	URBANA	RURAL
Res. Flamboyant Res. Morada Nova St. Oeste Pq. das Palmeiras Colina Park	D. Fiica II, D. Fiica, Nova Fiica, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, PQ. Araguaia II, Aldeia do Morro, PQ. Araguaia, São Cristóvão, Carrilho, Res. Mariana Park, Jd. Primavera, Nova Aurora I, Nova Aurora III, Negrinho Carrilho, Morro da Ema, JD Por do Sol, Boa Vista, Covoal, Covoá II, Sta. Cecília, St. Universitário, St. Amigo, St. Central, Laranjeiras, St. Dos Buritis, Sta. Luzia, Muniz Falcão, Vl. São Caetano, PQ. Bandeirantes, Sta. Tereza, Res. Sta Clara, Vl. Vera Cruz, Itapuã, Res. Bougainville	Natinópolis Juscelândia Cafelândia Morro Branco

Fonte: Diagnóstico – Produto 2, 2011, pg.90.

- Gravar novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à produção de HIS, incluindo áreas vazias ou subutilizadas no perímetro central da área urbana do município, definindo porcentagens para a produção de HIS;
- Criar regulação básica da atuação das associações e cooperativas, que correspondam às exigências do SNHIS;
- Realizar constante revisão da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do PLHIS, promovendo ampla discussão pública e garantindo a aprovação nos Conselhos

Municipais de Habitação e de Política Urbana, com eventual redefinição dos programas, ações, estratégias e metas;

Dentre as metas normativas, propõe-se ainda que o **PLHIS de Goianésia seja aprovado como Lei Municipal**, dando-se a redação adequada, de forma a garantir legalmente sua aplicação (segue em anexo Minuta de Lei).

3.4.2. Metas Institucionais

São metas institucionais a serem perseguidas pelo PLHIS, no período previsto para sua efetivação:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e à Comissão Gestora do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social como instâncias de controle social, privilegiando a participação dos segmentos sociais representados no Conselho;
- Dar publicidade as ações e realizações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, visando consolidar a sua importância estratégica e seu caráter participativo;
- Fortalecer, do ponto de vista financeiro, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, garantindo sustentabilidade e constância na disponibilização e utilização dos recursos oriundos de transferências de recursos dos outros níveis de governo e obtidos pela aplicação dos instrumentos urbanísticos criados pelo Plano Diretor do Município de Goianésia;
- Ampliar a capacidade operacional e financeira do município na efetivação de programas de produção de habitação de interesse social e de urbanização;
- Articular e buscar a complementaridade nas decisões de políticas setoriais (política urbana, de habitação e de meio ambiente), prevendo estrategicamente a aplicação dos recursos, mediante a construção de pactos políticos;
- Pactuar metas com outros agentes (município, estado, governo federal, novos agentes promotores) e acompanhar a sua realização com enfoque qualitativo e quantitativo;
- Promover audiências públicas e conferências, para debater e avaliar critérios de priorização das linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais;
- Articular para que os órgãos gestores das regiões metropolitanas incluam instâncias de participação da população e de associações representativas, para debate das políticas habitacional e urbanas de maneira integrada e em consonância com a política nacional;
- Ampliar o Sistema de Georreferenciamento do Município, já implantado e em uso pela Prefeitura Municipal, como instrumento a ser utilizado na gestão do PLHIS, no que se refere às informações a serem monitoradas;

- Estruturar institucional e administrativamente o sistema de avaliação e monitoramento;
- Publicizar periodicamente os indicadores aferidos pelo monitoramento e avaliações, como ferramenta de controle social das ações;
- Criar um sistema que permita a apropriação de custos, no âmbito dos vários programas e frentes de atuação da Prefeitura na área habitacional, permitindo melhorar as avaliações de eficiência instrumental.

3. 4.3. Metas Físico-Financeiras

A construção do quadro de metas físico-financeiras é elemento central do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia. Nele serão apresentadas metas para o aumento da capacidade de produção habitacional no município nos próximos anos, considerando o prazo de vigência deste PLHIS (2013-2028) e os recursos financeiros disponíveis e projetados:

- Atender integralmente a demanda habitacional prioritária. A demanda prioritária é definida neste PLHIS para famílias cadastradas com renda familiar entre 0 e R\$ 1.600,00. Para atendimento do déficit habitacional prioritário, deverão ser providas, até o ano de 2028, soluções de moradia digna para 18.152 famílias;
- Aumentar de forma estratégica e progressiva o atendimento do déficit habitacional prioritário. Estabelece-se que 15% do déficit seja atendido no primeiro período de vigência do Plano (2013-2018), 44% no segundo período (2018-2023), e 41% no terceiro período (2023-2028). O crescimento da capacidade de atendimento do déficit é representado pela estruturação e aperfeiçoamento da política habitacional do município de Goianésia, que ocorrerá principalmente no segundo período de vigência do Plano;
- Ampliar a capacidade de promoção habitacional pelo poder público. Aprimorando as soluções já utilizadas, e desenvolvendo novas estratégias e soluções tecnológicas;
- Constituir um banco de terras públicas para Habitação de Interesse Social. Há necessidade de terras para atendimento da demanda prioritária. Para que possa ocorrer o aumento do atendimento habitacional deve-se destinar recursos, a curto prazo, para aquisição de terras da área de expansão urbana e dos vazios urbanos. O estímulo à dação em pagamento, a aplicação da outorga onerosa e do IPTU progressivo, e a gravação de novas ZEIS são formas estratégicas para formação deste banco de terras;
- Ampliar a dotação do orçamento municipal para produção de HIS para 3%. O incremento da produção habitacional exige que o município aumente seus recursos orçamentários para esta destinação;
- Ampliar o montante de recursos a serem investidos no município através do acesso aos recursos federais e estaduais. Garantir a contrapartida municipal nos projetos de HIS em parceria com governo federal e estadual. Para o atendimento da demanda prioritária,

considera-se que o valor médio de contrapartida do poder público municipal deve ser de 30% do custo total da unidade habitacional;

- Apoio ao mercado privado e aos programas de financiamento para famílias cadastradas com renda familiar superior a R\$1.600,00. Ampliar a utilização dos recursos onerosos do Sistema Financeiro (FGTS, FAR e FDS), e estimular os investimentos do setor privado para empreendimentos de HIS;

- Atendimento das famílias com renda até R\$1.600,00 com a composição de recursos onerosos e não onerosos. A composição de recursos não onerosos (FMHIS e FNHIS) com recursos onerosos (FGTS, FAR, FDS e outros), e o apoio a autopromoção e autofinanciamento, desde que em área devidamente urbanizada e com amparo de programa de assistência técnica, é meta para as famílias desta faixa de renda;

- Ampliar as parcerias com outros agentes promotores de HIS. Criar condições que propiciem e aprimorem as parcerias do município com Entidades do setor habitacional, como forma de garantir uma maior capacidade de produção de HIS no município;

- Promover parcerias entre setor público e setor privado para produção de HIS. Promover parcerias que viabilizem consórcios imobiliários com destinação para HIS, e a viabilização de empreendimentos privados pelo Programa do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

3.5. Metas, Recursos e Fontes de Financiamento

Quadro 11 – Cronograma de implementação de metas do PLHIS

Objetivos	Programas e/ ou Ações	META 1 Curto prazo 5 anos	META 2 Médio Prazo 10 anos	META 3 Longo Prazo 15 anos	META CUMPRIDA TOTAL R\$
Urbanização Simples para 1.992 domicílios	Pró-Municípios (OGU)		5.776.800,00	5.776.800,00	11.553.600,00
22 famílias que necessitam de novas unidades habitacionais urbanas em terrenos próprios	Pró-Moradia (FGTS)	PRIORITÁRIO 776.600,00			776.600,00
	MCMV Entidades (OGU/FDS)				
	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social (FNHIS)				
	Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)				
	Pró-Municípios (OGU)				
	Moradia Digna (AGEHAB)				
	TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR (OGU)				
Regularização Fundiária 16.073 domicílios urbanos	Programa Papel Passado (OGU)	PRIORITÁRIO 9.643.800,00			9.643.800,00
	Casa Legal (AGEHAB)				
Regularização Fundiária 298 domicílios rurais	Prefeitura Municipal		178.800,00		178.800,00
Melhoria de 90 domicílios rurais	MCMV PNHR (OGU/FDS)	PRIORITÁRIO 1.377.000,00			1.377.000,00
	Moradia Digna (AGEHAB)				
Carência de Infraestrutura Urbana Para 14.315 Domicílios (Saneamento)	Pró-Municípios (OGU)		15.746.500,00		15.746.500,00
Melhoria de 615 domicílios sem sanitários	MCMV (OGU/FDS)	PRIORITÁRIO 676.500,00			676.500,00
	Moradia Digna (AGEHAB)				

Incremento de 3.111 UH	Pró-Moradia (FGTS)	PRIORITÁRIO 109.818.300,00			109.818.300,00
	MCMV Entidades (OGU/FDS)				
	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social (FNHIS)				
	Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)				
	Pró-Municípios (OGU)				
	Moradia Digna (AGEHAB)				
	TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR (OGU)				
Projeção da demanda futura 2.505 domicílios	Pró-Moradia (FGTS)		44.213.250,00	44.213.250,00	88.426.500,00
	MCMV Entidades (OGU/FDS)				
	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social (FNHIS)				
	Apoio à Produção Social da Moradia (FNHIS)				
	Pró-Municípios (OGU)				
	Moradia Digna (AGEHAB)				
	TRANSFERÊNC. DE RECURSOS AO FUNDO DE ARRENDAM. RESIDENCIAL – FAR (OGU)				
Total Geral	122.292.200,00 (CURTO PRAZO)	65.915.350,00 (MÉDIO PRAZO)	49.990.050,00 (LONGO PRAZO)	238.197.600,00	

Fonte: Produto 2 – Diagnóstico

3.6. Monitoramento, Avaliação e Revisão do PLHIS

Quadro 12 – Indicadores para monitoramento

Objetivos	Metas				Indicadores		
	5 anos	10 anos	15 anos	TOTAL	Eficácia	Eficiência	Efetividade
Urbanização Simples para 1.992 domicílios		996 INFRA	996 INFRA	1.992 INFRA	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	11.553.600,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Valorizar e promover a intervenção urbana nos bairros pré-selecionados
22 famílias que necessitam de novas unidades habitacionais urbanas em terrenos próprios	PRIORITÁRIO 22 UH			22 UH	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	776.600,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Atentar para a qualidade dos projetos habitacionais com a assistência técnica adequada
Regularização Fundiária 16.073 domicílios urbanos	PRIORITÁRIO 16.073 RGU			16.073 RGU	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	9.643.800,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade para promoção de HIS – Zeis: regularização fundiária
Regularização Fundiária 298 domicílios rurais		298 RGR		298 RGR	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	178.800,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Verificar atendimentos por programas habitacionais do município
Melhoria de 90 domicílios rurais	PRIORITÁRIO 90 RFR			90 RFR	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	1.377.000,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Atentar para a adaptação das famílias na pós-ocupação dos projetos de melhoria
Carência de Infraestrutura		14.315 INFRA		14.315 INFRA	Medir o resultado	15.746.500,00 (fazer a	Aumentar a capacidade de

Urbana Para 14.315 Domicílios (Saneamento)					obtido em relação ao pretendido	previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	adesão dos municípios ao saneamento
Melhoria de 615 domicílios sem sanitários	PRIORITÁRIO 615 RF			615 RF	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	676.500,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Atentar para a qualidade dos projetos habitacionais com sustentabilidade
Atendimento de 3.111 UH	PRIORITÁRIO 3.111 UH			3.111 UH	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	109.818.300,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Verificar constantemente o orçamento público, pois é um importante indicador para o Conselho avaliar se a gestão municipal está comprometida com a produção da habitação.
Projeção da demanda futura 2.505 domicílios		1.250 UH	1.255 UH	2.505 UH	Medir o resultado obtido em relação ao pretendido	88.426.500,00 (fazer a previsão em relação ao PPA/LOA do ano vigente)	Conselheiros e população em geral avaliar se a política de habitação do município está acontecendo com a devida qualidade
Total Geral	3.133 UH 16.073 RG 705 RF	17.101 INFRA 298 RG 1.250 UH	2.786 INFRA 1.255 UH		1.992 INFRA (URBANIZAÇÃO SIMPLES) 14.315 INFRA (SANEAMENTO) 16.371 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 22 REPOSIÇÃO 90 MELHORIAS 5.638 UH		
	(2013 A 2018)	(2018 A 2023)	(2018 A 2028)		META CUMPRIDA		

3. 6.1. Monitoramento, Avaliação e Revisão

Para melhor obtenção de resultados e checagem do andamento da implantação deste PLHIS, é necessário que ele seja monitorado, avaliado e revisado constantemente a fim de alcançar seus objetivos e metas.

Assim sendo inserimos nesse item o conceito das palavras monitoramento, avaliação e revisão objetivando fazer com que o seu significado facilite as atividades do gestor ou gerente durante a implantação deste projeto e conseqüentemente em sua aplicabilidade ao buscar os resultados traçados no planejamento.

Com o monitoramento, avaliação e revisão durante a implantação do PLHIS tornam-se possível checar se a gestão está alcançando os objetivos propostos e se os fazem de forma eficaz, eficiente e com efetividade. Monitorar, avaliar e revisar tornou-se uma atividade fundamental de caráter contínuo, que proporciona a correção dos rumos em um determinado projeto ou programa, como também entender os problemas em nível estratégico.

3.6.1.1. Monitoramento

Monitorar consiste em fazer o *“acompanhamento contínuo e cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas de políticas públicas relacionadas ao atendimento dos seus objetivos e metas, durante a fase de implementação. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações tempestivas sobre o desempenho da implantação para seus gestores e superiores, permitindo a adoção de medidas corretivas visando aprimorar a sua operacionalização.”* (PLANHAB).

A avaliação e o monitoramento requerem do uso de indicadores, que estabelecem relações de “valores” em diferentes momentos de análise (ou medição), permitindo mensurar a evolução de uma meta.

Os indicadores permitem a construção de padrões de desempenho das ações, mensurando o quanto seus objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização de recursos (eficiência) ou as mudanças operadas no estado social da população alvo (impacto).

a) Estruturação do monitoramento e avaliação do PLHIS

O monitoramento e avaliação são instrumentos da Política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, conforme definidos neste Plano. Sua implementação requer constituir uma estrutura organizacional, que permita a utilização dos indicadores de forma sistêmica, e equipe técnica de forma a desempenhar as seguintes atribuições:

- atualizar e sistematizar informações ao diagnóstico local e às ações em habitação no município;

- monitorar as variáveis que compõem os cenários, alterando-os conforme a conjuntura;

- estabelecer um fluxograma de “alimentação” de informações das variáveis que compõem a política de habitação de interesse social, articulando os dados do conjunto dos órgãos e setores da municipalidade responsáveis pela implementação das ações em habitação;

- articular-se com outros sistemas de indicadores, observatórios e setores responsáveis pela sistematização de informações existentes na municipalidade;

- buscar, junto a organismos externos à municipalidade responsáveis pelo fornecimento de informações e pela construção de indicadores, tais como o IBGE, a FJP, a padronização dos conceitos e dos indicadores utilizados.

b) Momentos de avaliação e revisão

Os indicadores devem ser objetos de contínuo monitoramento e acompanhamento. No entanto, a sistematização dos dados para acompanhamento do desenvolvimento dos programas e metas do PLHIS se dará:

- Anualmente: será elaborado um Trabalho de Monitoramento e Avaliação do PLHIS;

- A cada quatro anos: elaboração de Trabalho Quadrienal de Monitoramento e Avaliação do PLHIS.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Goianésia estabelece que os momentos de avaliação da Política e do PLHIS devem coincidir com o período de elaboração do Plano Plurianual (PPA), que se dá no primeiro ano de cada gestão de governo. Assim, considerando que o período de vigência do PLHIS será até 2028, prevêem como períodos de avaliação e revisão a partir de seu início, a cada cinco anos.

A periodicidade do acompanhamento da gestão da prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social está definida na Lei da Política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, sendo:

- Semestralmente: Trabalho de Gestão, preparado pela SMPS;

- Anualmente: Trabalho de Prestação de Contas do Fundo para apresentação ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, elaborado pela SMPS e a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social.

3.7. Comentários e Recomendações

Este PLHIS não deve ser tratado como um produto pronto e acabado tampouco tratar-se de uma proposta a mais produzida pelo município por meio de contratação de consultoria. Pelo contrário, ele faz parte de um importante produto que faz com que o município torne-se apto para receber verbas oriundas do governo federal direcionadas à solução dos problemas habitacionais e de infra-estrutura enfrentados pelos municípios. Sabemos que o gestor municipal irá enfrentar um grande desafio e para enfrentá-lo, pois deverá fornecer as condições apropriadas para administrar um conjunto de ações de alta complexidade.

Mesmo que os objetivos e as metas aqui traçadas pareçam difíceis, eles deverão ser enfrentados de forma positiva e voltados para a construção de uma gestão comprometida com os anseios da população, principalmente a de menor renda. Assim sendo deverá ser necessário escalonar e priorizar as intervenções e ações sugeridas, principalmente aquelas de natureza institucional e normativa.

Este PLHIS trata-se de um amplo projeto de governo de suma importância que objetiva viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna e sustentável com implementação de políticas públicas e programas de investimentos e subsídios para promover e viabilizar o acesso à habitação de interesse social. Deve ser articulado, compatibilizado e acompanhado por órgão responsável pela habitação no município.

Deve ainda:

- ✓ Ser aplicado e permanentemente revisado, complementado, atualizado ou corrigido, porque representa uma estratégia de gestão contínua de planejamento do setor habitacional do município;
- ✓ Ser o norteador para tomada de decisão dos técnicos e dirigentes do governo municipal;
- ✓ Ser uma importante ferramenta para fazer gestão junto aos órgãos estaduais, regionais e federais que tratam da questão habitacional e urbana;
- ✓ Ser apropriado pelos atores institucionais e sociais atendendo na íntegra os seus objetivos prioritários e secundários;
- ✓ Ser amplamente divulgado no município juntamente com outras esferas de governo, comunidades, movimentos sociais, associação de moradores e de moradias, universidades, setor da construção civil e imobiliário, ONGs, setor ambiental, entre outros. A finalidade é utilizar os meios de comunicação da organização para divulgar as novas medidas, fazendo chegar ao conhecimento de todos os clientes/usuários e demais interessados, as propostas deste PLHIS;
- ✓ Ser um instrumento para o necessário diálogo das questões habitacionais, bem como para o fortalecimento das relações institucionais do município e região a qual

perence, objetivando a promoção integrada e articulada do desenvolvimento regional harmônico e equilibrado.

CONCLUSÃO

Os Programas de Governo Federal foram instituídos especificamente para atender a população de menor renda na conquista de seus direitos bem como para exercer sua cidadania. O Direito à moradia digna; ao padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais devem ser realizados de forma democrática, possibilitando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.

Para desenvolver políticas habitacionais locais os governos municipais dependem de vontade política e de capacidade normativa e institucional apropriada. Portanto, é necessário que o município realize constantemente avaliações das necessidades institucionais locais para adequação de seus planos e ações e aplique novas práticas de gestão instituindo indicadores de desempenho quantitativo e qualitativos os quais devem ser monitorados, avaliados e revisados anualmente.

O município deverá tomar algumas medidas administrativas, ou seja, instituir indicadores de desempenho (quantitativo e qualitativo); monitorar, avaliar indicadores; instituir planilhas de controle da situação habitacional, adquirir sistemas informatizados para o setor habitacional; instituir Equipe Multisetorial; formalizar Manual das Atividades da Equipe Multisetorial, realizar revisões anuais do PLHIS; formular planos e programas de ação; ampliar recursos orçamentários e financeiros, captar novos recursos e constituir parcerias, entre outros.

O planejamento urbano e habitacional do município teve como base legal dois indutores: o Estatuto das Cidades que torna obrigatória a execução de Planos Diretores para cidades com mais de 20.000 mil habitantes e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que exige a formulação de Plano Habitacional, como condição de acesso aos recursos do FNHIS.

Um aspecto de suma importância durante todo o processo de confecção do Produto I - Proposta Metodológica, do Produto II - Diagnóstico Habitacional e deste Produto III - Estratégias de Ações foram as informações obtidas e as sugestões discutidas com a sociedade, revelando-nos que com a participação dos atores sociais, pode-se realizar melhor controle dos resultados dos Programas e Ações priorizados, controle dos gastos públicos, atendimento de metas e obtenção de resultados realizados por meio de avaliação e monitoramento de indicadores previamente instituídos pelo município.

Tal participação social, aliada à publicidade ampla do PLHIS e da divulgação transparente dos seus resultados, traz vantagem competitiva com outros municípios e outros estados e garantia ao município de realização de suas metas habitacionais municipais à frente de outros municípios.

Os gestores públicos também deverão assumir papel fundamental na realização deste Plano ao aplicá-lo com responsabilidade objetivando o atendimento de normas e regras municipais, estaduais e federais bem como pela importância dos objetivos e metas traçadas.

É de fundamental importância que as mudanças instituídas a partir da aplicação deste Plano aconteçam de forma legal e amparadas por normatização pertinente, sob pena de todas as modificações não passarem de boas intenções, tornando-o vulnerável a transformação em documento arquivado e sem nenhum valor prático.

Esse plano buscou identificar quais ações o município deverá priorizar para atender as dificuldades habitacionais detectadas no Diagnóstico e de forma secundária as demais metas e ações que deverão amparar e subsidiar toda sua aplicabilidade.

Como propostas de soluções, sugerimos comentários e descrevemos algumas recomendações pertinentes para a implantação com sucesso deste projeto.

O momento é histórico para o município com a conclusão do PLHIS. Com a entrega e aprovação do PLHIS o município se habilita junto à esfera federal e atende aos requisitos obrigatórios para solucionar problemas habitacionais locais oportunizando aplicação de verba direcionada ao atendimento das demandas da população de menor renda melhorando assim seu estilo e sua qualidade de vida.

Outra oportunidade diz respeito à atualização do modelo de gerir a coisa pública. Com a implantação de metodologias participativas torna-se possível a participação da sociedade na condução de melhores práticas e de políticas públicas voltadas para quem de fato necessita: a população de HIS. Resta aos municípios o desafio de aproveitar a oportunidade para se organizarem, planejarem suas ações, adotar práticas mais democráticas com processos transparentes e projetos mais incluídos do ponto de vista urbanístico, econômico, social e de qualidade de vida para toda a população.

BIBLIOGRAFIA

- A política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos, 2008.
- Contagem da População 2007
- Guia Básico dos Programas Habitacionais. Direito à moradia, 2007.
- Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, 2008.
- Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação – MCidades/SNH. Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social. Manual para apresentação de propostas 2007.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007.
- Ambiente e Gestão Urbana nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Nobel, 1997.
- BALESTROS, A G. Geografia Y Humanismo, Barcelona, Madri, 1992.
- BONDUK, Nabil. Habitat. As práticas bem sucedidas em Habitação, Meio
- BRASIL, Constituição da República Federativa. São Paulo: Saraiva, 1988.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, Brasília, 1988
- BRASIL. Constituição Federal. 1988.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Org. Geografia da Cidade, Goiânia, GO, 2001. Alternativa
- CHERKZIAN, Henry, BOLAFFI. Gabriel. Os caminhos do Mal-estar social: Habitação Social. In: Revista Novos Estudos, São Paulo, SP, 1997.
- CIDADES ENTRE TERRITÓRIOS DE VIDA E TERRITÓRIOS VIVIDOS – Dirce Koga.
- CUNHA, José Marcos Pinto. Processo de Urbanização e Mobilidade Populacional no Brasil. I SIMPOSIO AMBIENTALISTA DO CERRADO. Contribuições para um novo modelo de Desenvolvimento. Goiânia, GO. CER. 1995
- DENALDI, R. *Plano de Ação Integrada em Assentamentos Precários. In: Ministério das Cidades / SNH / CEF / USP / FDTE / Aliança de Cidades. Ações integradas de urbanização de assentamentos precários (publicação de Curso à Distância).* Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

_____ ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação em los municípios cidadãos – Instituto Polis , SP, 2000.

_____ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

_____ FUNDAÇÃO João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

_____ FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. Perfil Municipal. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/IBGE>. Censo Demográfico 2000.

_____ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cadernos 2006.

_____ LIMA, Ricardo Barbosa e SILVA, Valéria Getúlio de Brito. Direitos Humanos e Cotidiano. Goiânia e Bandeirantes 2001.

_____ MARQUES. Eduardo, et all: *Assentamentos Precários no Brasil Urbano*. Secretaria Nacional de Habitação, Ministério das Cidades, CEBRAP, 2007.

_____ Ministério da Saúde, **Caderno de Informações de Saúde**, Secretaria Executiva, Datasus, 2010.

_____ Ministério das Cidades, DENALDI, Rosana e ROSA, Júlia Santa. **EAD - Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: 2009, 216 pgs;

_____ Ministério das Cidades, Plano Nacional de Habitação PlanHab, Estudos Técnicos, **Caracterização dos Tipos de Municípios**, maio 2008, Consórcio contratado para elaboração da proposta técnica do PlanHab (Via Pública, LabHab, Fupam e Logos Engenharia), Secretaria Nacional de Habitação, Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica;

_____ Ministério das Cidades, Seminário de Capacitação, Secretaria Nacional de Habitação, Plano Local de Habitação de Interesse Social: **A experiência do Estado de Goiás**, Brasília, 13 de Agosto de 2008, Coordenação Agência Goiana de Habitação e Secretaria de Estado das Cidades;

_____ Ministério das Cidades. OLIVEIRA, GIVIZIES & RIOS-NETO. **Demanda Futura por Moradia no Brasil, 2003-2023: uma abordagem demográfica**. Projeção da Demanda Demográfica Habitacional. Convênio CEDEPAR/UFMG, Brasília, 2009.

_____ Ministério Meio Ambiente, **GeoGoiás, Estado Ambiental de Goiás**, 2002, convênio PNUMA, Ibama, Semarh, Agência Ambiental de Goiás e Cembrac;

_____ NUCCI, João Carlos. **Qualidade Ambiental & Adensamento Urbano Humanista**, USP, SP, 2001.

_____ PESQUISA DE CAMPO

_____ POLITICA NACIONAL DE HABITAÇÃO – Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Habitação, 1996.

_____ ROLNIK. Raquel, **Estatuto da Cidade: Guia de Implementação pelos Municípios e Cidadãos**, Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

_____ SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro. RJ. Garamond. LTDA, 2000.

_____ SEADE. Leride, *Levantamento socioeconômico e administrativo dos municípios da região integrada de desenvolvimento do distrito federal e entorno*. 2001.

_____ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GOIANESIA – GO

_____ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIANÉSIA – GO

_____ SEPLAN – GO – SEPLIM

_____ TEIXEIRA, José Ramos. Políticas Sociais Urbanas. Instituto Brasileiro Integrado – IBDI – Governo Federal, Brasília, 1997.

_____ TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. São Paulo. SP. Editora 34. 2001.

Revistas

Relatórios dos Programas Estratégicos – Goianésia– SEPLAN;

A Força Econômica dos Municípios Goianos – Revista Economia – SEPLAN;

Potencialidades e estrangulamentos do Centro-Oeste – Documentos Base para a Elaboração do Plano Estratégico - SEPLAN;

Déficit Habitacional Municipal 2005 – Fundação João Pinheiro;

Déficit Habitacional no Brasil 2007 – Fundação João Pinheiro;

IBGE 2009, MUNIC.

Websites:

www.agehab.go.gov.br

www.biblioteca.ibge.gov.br

www.cidades.gov.br

www.fjp.gov.br

www.ibge.com.br

www.maps.google.com.br

www.portalmunicipal.org.br

www.seplan.go.gov.br

www.wikipedia.org

Outras Fontes:

- Resultados das dinâmicas do Produto III;

- Leis Municipais, Plano Diretor de Goianésia, PPA, LOA, LDO.



ANEXOS